

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS – DOUTORADO

GÊNERO NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA
BRASILEIRA EM PSICOLOGIA

ADRIANO HENRIQUE NUERNBERG

Florianópolis, março de 2005.

ADRIANO HENRIQUE NUERNBERG

Gênero no contexto da produção científica brasileira em psicologia

DOUTORADO: Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Humanas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Mara Coelho de Souza Lago

Co-Orientadora: Prof^a.Dr^a Miriam Pillar Grossi.

Florianópolis, Março de 2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS – DOUTORADO**

**GÊNERO NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA
BRASILEIRA EM PSICOLOGIA**

**Por
Adriano Henrique Nuernberg**

Orientadora: Prof^a Dr^a Mara Coelho de Souza Lago

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Miriam Pillar Grossi

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de *Doutor em Ciências Humanas* e aprovada em sua forma final no dia 8 de março de 2005, atendendo as normas de legislação vigente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado.

Prof^o Dr^o Hector Ricardo Leis – Coordenador do Programa

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Mara Coelho de Souza Lago (Orientadora e presidente)

Prof^a Dr^a Jane Araújo Russo (UERJ)

Prof^a Dr^a Susana Inês Molon (FURG)

Prof^o Dr^o Hector Ricardo Leis (UFSC)

Prof^a Dr^a Andréa Vieira Zanella (UFSC)

Prof^a Dr^a Miriam Pillar Grossi (co-orientadora)

Florianópolis, março de 2005.

Agradecimentos

Nesses quase cinco anos estive com muitas pessoas, compartilhando vivências, angústias, conhecimentos e informações, cujo valor e intensidade seria impossível registrar aqui. Essa tese não resultou apenas de meu esforço pessoal, mas também do apoio que recebi de amigos, colegas e professores que foram fundamentais em tudo que construí a partir de minha trajetória como aluno de doutorado. Por isso, agradeço:

- ❖ À CAPES pela bolsa PQD que tive durante três anos e que viabilizou os investimentos necessários à pesquisa de campo.
- ❖ À Liana, funcionária dedicada e atenciosa aos alunos do doutorado, que me manteve sempre informado de tudo e encaminhou com agilidade minhas solicitações.
- ❖ Ao professor Hector Leis pela liderança exercida junto ao Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, tornando-o um Programa de Pós-Graduação de excelência na pesquisa interdisciplinar brasileira e a todos/as os/as professores/as que colaboraram para a melhoria e consolidação deste doutorado.
- ❖ Aos colegas de doutorado e de núcleo de pesquisa, com quem travei ricas discussões através dos vários seminários de tese e jornadas de discussão que participei do NIGS (Núcleo de Pesquisa sobre Identidade de Gênero e Sexualidade/UFSC), especialmente os que deram contribuições valiosas para construção dessa tese, como Miriam Adelman, Bernadete Grossi, Miriam Santin, Marlene Tamanini, Leandro Oltramari, Janaína Nascimento, Siomara Marques, Déborah Sayão, Luis Fernando Córdova, Eduardo Saraiva, Karla Galvão, Carmen Susana Tornquist, Simone Becker, Marcelo de Oliveira, Tito Sena e Cristina Rocha.
- ❖ Às professoras Joana Maria Pedro, Luzinete Minella e Regina Lisboa e aos professores Alberto Cupani, Oscar Calávia Saés e Selvino Assman pelas sugestões que deram para melhoria da tese, através de

diferentes encontros acadêmicos e disciplinas que participei durante esse período.

- ❖ À professora e amiga Maria Juracy Filgueiras Toneli, que gentilmente emprestou-me boa parte dos livros que utilizei na fundamentação teórica da tese e colaborou com o andamento de todo o processo da pesquisa, inclusive, como informante.
- ❖ Às 16 professoras e pesquisadoras entrevistadas nessa tese que, de modo atencioso me cederam as informações, fontes e contatos que viabilizaram esse estudo.
- ❖ À professora Miriam Pillar Grossi, que transcendeu à sua condição de co-orientadora e esteve presente em todo o andamento da pesquisa que realizei. Sua competência intelectual, aliada a sua grande generosidade ao compartilhar seus conhecimentos, foram essenciais para que essa tese tomasse corpo. Devo-lhe o que sei de antropologia social e boa parte do que aprendi sobre gênero. Senti-me honrado a todo tempo por sua atenção e procurei retribuir com o máximo de dedicação possível.
- ❖ À professora Mara Coelho de Souza Lago que acreditou em mim e criou todas as condições para que essa tese fosse escrita, orientando-me com grande competência e dedicação. Minha dívida com Mara é afetiva, intelectual e profissional. Mesmo tendo passado nesses anos por grandes dificuldades familiares e pessoais, Mara nunca se ausentou, sempre me acolhendo com uma disponibilidade surpreendente. Registro aqui a gratidão por tudo que me ensinou e proporcionou e pela confiança que atribuiu à minha capacidade de trabalho.
- ❖ Aos membros da banca, por terem aceito o convite e terem se disposto a dedicar parte de seu tempo à avaliação de minha tese, especialmente à Andréa Vieira Zanella e Susana Inês Molon, que acompanham minha trajetória há anos e foram grandes

colaboradoras de meu percurso acadêmico desde os tempos da graduação.

- ❖ Ao professor e colega Paulo Roberto Sandrini, que na condição de Coordenador do Curso de Psicologia da UNISUL, permitiu-me muitas vezes dedicar parte de meu tempo de trabalho semanal para a confecção dessa tese, também colaborando para meu percurso acadêmico.
- ❖ Aos colegas professores/as da UNISUL, pelo estímulo e pelas trocas, sobretudo a Dilma Juliano, que se dispôs com entusiasmo a participar de minha banca e sempre compartilhou de minhas angústias e conquistas no doutorado.
- ❖ Às pesquisadoras portuguesas Lígia Amâncio (ISCTE) e Conceição Nogueira (Universidade do Minho), que me deram a honra de sua interlocução durante o trabalho de tese.
- ❖ Aos meus familiares, incentivadores de minha formação acadêmica, que compreenderam minhas ausências e respeitaram minhas opções nesses anos todos.
- ❖ A D. Graça e Seu Luiz que me deram apoio afetivo e estrutural, fundamentais para que eu pudesse me dedicar ao doutorado.
- ❖ À minha amada Renata, que soube suportar meus momentos de angústia e me incentivar para que mais essa etapa estivesse sendo superada. Temos realizado várias coisas juntos e, nossos trabalhos de pós-graduação, são apenas uma parte das várias conquistas que nossa caminhada comum reserva.

Resumo

Como um campo interdisciplinar de investigação, os estudos de gênero incorporam as contribuições das mais diferentes áreas do conhecimento científico. A psicologia, uma das ciências que atuam nesse campo, tem apresentado análises que permitem o avanço da compreensão das questões subjetivas e sociais associadas ao gênero como categoria relevante para o estudo da constituição do sujeito e da ordem social (Scott, 1990). O objetivo dessa tese é compreender as características da produção científica de pesquisadoras que protagonizaram a incorporação dos estudos de gênero na psicologia, à luz de uma análise antropológica e psicossocial sobre esse campo (Bourdieu, 1983; Cardoso de Oliveira, 1988). Foram entrevistadas 16 mulheres que pesquisam no meio acadêmico da psicologia questões relativas aos estudos de gênero, descritos os núcleos de pesquisa e disciplinas em que atuam e investigados anais de eventos nacionais de três importantes associações científicas da psicologia, procurando identificar os trabalhos referentes ao campo intelectual feminista (Zanotta-Machado, 1997). As mulheres entrevistadas fazem parte de uma geração que viveu o impacto do paradigma modernizante proposto pelo feminismo durante a década de 70 (Goldberg, 1989) e que privilegiou, em sua carreira acadêmica, a pesquisa sobre a violência, o trabalho, a família, a educação, a sexualidade e a saúde reprodutiva. Os núcleos de pesquisa em que trabalham enfocam temáticas que favorecem a relação dos fenômenos sócio-culturais com aqueles relacionados à subjetividade, quase sempre articulando questões de gênero, etnia, classe e geração. Nos eventos nacionais analisados, identifica-se a década de 90 como o auge histórico da incorporação dos estudos de gênero ao meio científico da psicologia. A diversidade de temas e teorias é uma constante dessa produção, desenvolvida com base num intenso diálogo interdisciplinar. De modo geral, os estudos de gênero na psicologia brasileira inserem-se na psicologia social, por razões históricas, políticas e conceituais, dentre elas, a tendência desta última pensar o sujeito humano em seu contexto e superar o isolamento científico da psicologia em relação às demais ciências sociais. Tais estudos também podem ser considerados parte de uma reação crítica mais ampla ao modelo tradicional da psicologia, à suposição da universalidade do sujeito e ao pressuposto da objetividade do conhecimento científico (Flax, 1994). Os caminhos percorridos pelos estudos de gênero na psicologia brasileira, enfim, são produzidos pelas circunstâncias sócio-culturais em que se inserem suas protagonistas e pelas características inerentes à historicidade desse campo científico.

Palavras-chave: estudos de gênero; psicologia; teorias feministas; campo científico; psicologia social.

Résumé

Constituant un champ interdisciplinaire d'investigation, les études du genre rassemblent les contributions provenant des différents domaines de la connaissance scientifique. La psychologie, une des sciences qui travaillent dans ce champs, a présenté des analyses qui permettent l'avance de la compréhension des questions subjectives et sociales liées au genre comme une catégorie importante pour l'étude de la constitution du sujet et de l'ordre sociale (Scott, 1990). L'objectif de cette thèse c'est la compréhension des caractéristiques de la production scientifique des chercheuses qui ont effectué l'incorporation des études du genre à la psychologie au moyen d'une l'analyse anthropologique et psychosociale sur ce champ (Bordieu, 1983; Cardoso de Oliveira, 1988). Furent interviewées 16 femmes qui recherchent dans les moyens académiques de la psychologie des questions relatives aux études du genre. On a décrit quels étaient les noyaux de recherche et de disciplines dans lesquelles elles travaillent et recherché les publications périodiques des événements réalisés au niveau national par trois importantes associations scientifiques de psychologie, essayent d'identifier les travaux relatifs au champ intellectuel féministe (Zanota-Machado, 1997). Les femmes interviewées font partie d'une génération qui a vécu l'impact du modèle proposé par le féminisme pendant les années 70 (Goldberg, 1989) et qui a privilégié dans ses études la recherche sur la violence, le travail, la famille, l'éducation, la sexualité et la santé relative à la reproduction. Les noyaux de recherche dans lesquels ces femmes travaillent focalisent des thèmes qui favorisent la relation des phénomènes socioculturels avec ces qui appartiennent à la subjectivité, presque toujours réunissant des questions de genre, race, classe et génération. Dans les événements nationaux qui ont été analysés, les années 90 sont identifiés comme les plus importantes historiquement pour le rassemblement des études du genre au moyen scientifique de la psychologie. La multiplicité de thèmes et de théories est une caractéristique de cette production, développée ayant pour base un dialogue intensif et interdisciplinaire. D'une façon générale, les études du genre développés par la psychologie au Brésil s'insèrent dans la psychologie sociale, pour des raisons historiques, politiques et contextuelles, parmi lesquelles la tendance de cette dernière de penser le sujet humain dans son contexte et de dépasser l'isolement scientifique de la psychologie relativement aux autres sciences sociales. Ces études peuvent aussi être considérés comme faisant partie d'une réaction critique plus ample au modèle traditionnel de la psychologie, à l'hypothèse de l'universalité du sujet et au pressupposé de l'objectivité de la connaissance (Flax, 1994). Les chemins parcourus par les études du genre dans la psychologie brésilienne sont, enfin, produits par les circonstances socioculturelles dans lesquelles s'insèrent ses protagonistes et par les caractéristiques liées à l'historicité de ce champ scientifique.

Mots clés: études du genre; psychologie; féminisme théories; champ scientifique; psychologie sociale.

Abstract

The studies of gender are an interdisciplinary field of research which incorporates the contributions of different areas of the scientific knowledge. One of the sciences that has acted in this field is the psychology. It has presented analysis that help develop the comprehension of subjective and social questions associated to the gender. In this perspective the gender is a relevant category for the study of the subject's constitution and the social order (Scott, 1990). The goal of this study is to comprehend the characteristics of the researcher's scientific production that leads the incorporation of the gender studies in the psychology. The study is based in an anthropological and psychosocial view of this field (Bordieu, 1983; Cardoso de Oliveira, 1988). It was searched the studies pertinent to the feminist intellectual field in 3 different sources: sixteen women that research about gender in the academic field of psychology were interviewed; the research nucleus and the subjects of these professors were described and the annals of 3 national events of important scientific psychology association were investigated (Zanotta-Machado, 1997). The women interviewed are part of a generation that lived the impact of the modern paradigm suggested by the feminism during the 70's decade (Goldberg, 1989). In their academic carrier they have focused the study of violence, work, family, education, sexuality and reproductive health. Their work nucleus of research emphasizes issues that favor the relation of the social-cultural phenomenon with the ones related to the subjectivity, most of the time articulating questions of gender, ethno, social class and generation. In the national events analyzed, the 90's were identified as the historical climax of the incorporation of gender studies in the psychology scientific field. This production is developed based on an interdisciplinary dialogue that deals with a high range of topics and theories. In a general way, the studies of gender in the Brazilian psychology are inserted in the social psychology for historical, political and conceptual reasons, and also because social psychology has the tendency to think the human been in his own context and exceed the scientific seclusion of the psychology in relation of the other social sciences. These studies can also be considered as part of a critic wider reaction to the traditional psychology model, the subject's university assumption and the presupposition of the scientific knowledge objectivity (Flax, 1994). The paths the studies of gender in Brazilian psychology have passed through are produced by the social-cultural circumstances which their researchers have introduced in, and also by the inherent characteristics to the historicity of this scientific field.

Key words: studies of gender; feminist theory psychology; scientific field; social psychology.

Sumário

1. Apresentação	1
2. Introdução	5
Procedimentos adotados	9
Pressupostos da postura de investigação	17
Caracterização geral das entrevistadas	24
Investigando trajetórias.....	27
Da relação pesquisador e informante.....	40
3. O campo de estudos de gênero no Brasil: uma leitura.....	44
A construção do gênero como categoria de análise.....	48
Estudos de Gênero no Brasil.....	59
Gênero e psicologia	65
4. Psicologia e o lugar dos estudos de gênero nesse campo científico	74
A emergência do espaço <i>psi</i> no contexto da modernidade	74
(Pequena) história da (crise da) psicologia.....	79
Breve história da psicologia social	85
Interdisciplinaridade da psicologia social brasileira.....	94
A psicologia no Brasil	97
Psicologia: formação e profissão	99
Gênero e psicologia social	102
5. A incorporação dos estudos sobre mulher e gênero em eventos científicos da psicologia brasileira	111
SBP	114
ABRAPSO	120
ANPEPP	129
Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia.....	140
Alguns pontos para análise	142

6. Trajetórias pessoais e profissionais de protagonistas da incorporação dos estudos de gênero na psicologia.....	147
Contexto de classe e família	149
As feministas, suas mães e avós.....	152
O período da graduação	157
Simone de Beauvoir.....	164
Primeiros contatos com o feminismo	167
Agências políticas ou militantes	174
Fundação Carlos Chagas.....	179
O início da carreira docente	185
Mestrado e doutorado	187
Gênero e trajetória profissional	215
7. Aspectos institucionais dos estudos de gênero na psicologia brasileira.....	220
Núcleos e grupos de pesquisa	223
Gênero nos cursos de graduação em psicologia	234
8. Questões teóricas e temas investigados pelas entrevistadas.	240
Temáticas geradoras dos estudos de gênero para as entrevistadas	259
9. Considerações finais	271
10. Referências bibliográficas.....	284
Apêndice	324
Anexo	326

Índice de Tabelas

Tabela 1: Distribuição das entrevistadas quanto a cursos de Graduação e Especialização e seus respectivos períodos e instituições.....	158
Tabela 2: Distribuição das entrevistadas em relação aos projetos de pesquisa desenvolvidos junto à FCC, de acordo com nome, projeto, ano, assunto e instituição de apoio.	180
Tabela 3: Distribuição das entrevistadas em relação ao ano de entrada na carreira docente e instituição.....	185
Tabela 4: Distribuição das entrevistadas quanto aos Programas de Pós-Graduação em que realizaram seus mestrados, incluindo título da dissertação, palavras chave, orientador/a e ano.	188
Tabela 5: Distribuição das entrevistadas quanto aos Programas de Pós-Graduação em que realizaram seus doutorados, incluindo título da tese, palavras chave, orientador/a e ano.	196
Tabela 6: Distribuição das entrevistadas quanto aos programas de pós-graduação em que atuam, de acordo com áreas de concentração, linhas de investigação, laboratório/núcleo e disciplinas ministradas.....	220
Tabela 7: Distribuição dos diferentes núcleos/grupos/programas de pesquisa aos quais as pesquisadoras entrevistadas estão vinculadas.....	224
Tabela 8: Distribuição das entrevistadas quanto a áreas de atuação, temas de interesse, base teórica e influência do campo intelectual feminista.	245

Lista de Siglas

ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social
ALAPSO	Associação Latino-Americana de Psicologia Social
ANPEPP	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia
APA	American Psychological Association (EUA)
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDM	Centro de Direitos da Mulher (ONG-Belo Horizonte)
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Brasília)
CIM	Centro de Informação da Mulher (ONG-São Paulo)
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EHESS	Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales (França).
EICOS	Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social
ENA	Escola Nacional de Advocacia (Brasília/DF)
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFMG)
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCC	Fundação Carlos Chagas (São Paulo)
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
GEERGE	Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (UFRGS)
GEPEM	Grupo de Estudos e Pesquisa “Eneida de Moraes” (UFPA)
GT	Grupo de Trabalho
IMS	Instituto de Medicina Social (UERJ)
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasília/DF)
LAPIP	Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (UFSJ)
LEFAM	Laboratório de Estudos da Família, do Gênero e da Sexualidade (USP)
NEGA	Núcleo de Estudos sobre Gênero e Afetividade (UFMG)
NEGRI	Núcleo de Estudos sobre Gênero, Raça e Idade (PUC-SP)
NEPAIDS	Núcleo de Estudos para Prevenção da AIDS (USP)
NEPEM	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher (UFMG)
NIGS	Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (Dep. Antrop./UFSC)
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAPAI	Programa de Apoio ao Pai Adolescente (ONG-Recife-PE)
PPG	Programa de Pós-Graduação
PRODIR	Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe (FCC/McArthur - São Paulo)
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SBP	Sociedade Brasileira de Psicologia (Ribeirão Preto)
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (São Paulo)
Scielo	Scientific Electronic Library Online
SFSU	San Francisco State University (EUA)
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rei
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UGF	Universidade Gama Filho
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	United Nacion Educational Scientific and Cultural Organization
USP	Universidade de São Paulo

Lista de Figuras

Figura 1: Sítio de Consulta de Currículos da Plataforma Lattes –pesquisa avançada	14
Figura 2: Resultado de busca por currículo de “Nara Bernardes”	15
Figura 3: Currículo em formato html de Nara Maria Guazelli Bernardes	16

1. Apresentação

O trabalho que o leitor ou leitora tem em mãos é uma tese de doutorado que versa sobre o processo de incorporação dos estudos sobre mulher e gênero à psicologia brasileira. Terminadas as disciplinas nas áreas de epistemologia, teoria social, metodologia e estudos de gênero, realizadas desde o primeiro semestre de 2000 até o final de 2002, construí um projeto de pesquisa centrado na análise da produção da psicologia nos estudos de gênero, como parte de um projeto integrado sobre gênero e ciência, empreendido por doutorandos vinculados aos programas de Antropologia Social, Educação, Sociologia Política e Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC.

Desde dezembro de 2000, juntamente com as orientadoras deste estudo, as professoras doutoras Mara Coelho de Souza Lago e Miriam Pillar Grossi, desenvolvi um projeto de tese pautado pela proposta de construir um mapa histórico e conceitual sobre a produção científica brasileira em psicologia que possui interface com os estudos de gênero. Nesse estudo, busquei verificar como se constitui a participação da psicologia nesse campo, descrevendo as características da produção científica de pesquisadoras que protagonizaram a incorporação dos estudos de gênero na psicologia. Mais precisamente busquei responder às seguintes questões:

Qual a relação dos estudos de gênero com a psicologia brasileira?

Quais posicionamentos teórico-metodológicos caracterizam a produção acadêmica das protagonistas dos estudos de gênero no contexto científico da psicologia brasileira?

Meu intuito fundamental foi verificar como os processos pertinentes ao campo de estudos de gênero são investigados por parte de um grupo de pesquisadoras reconhecidas nesse campo e que protagonizaram a inserção destes estudos em seu campo disciplinar de origem. Os conceitos, teorias utilizadas e as temáticas investigadas pelas entrevistadas no presente estudo,

são foco de análise desta tese. Seu objetivo é descrever e compreender como se dá a participação da pesquisa em psicologia nos estudos de gênero no Brasil.

Os capítulos que compõem essa tese são os seguintes:

Introdução: onde apresento a problemática investigada e os procedimentos adotados para compreendê-la, destacando a postura de investigação desenvolvida a partir das contribuições de autores do campo da filosofia, antropologia e teorias feministas. Nesse capítulo também detalhei meu percurso de inserção no campo pesquisado, com a apreciação dos contextos em que foram realizadas as entrevistas com as informantes dessa tese. Uma descrição sucinta do perfil acadêmico destas acompaha essa parte, visando identificá-las institucionalmente. Procurei também nesse capítulo refletir sobre minha relação com elas, à luz das contribuições de Pierre Bordieu a respeito do processo de pesquisa e sobre a questão do capital simbólico na relação pesquisador e pesquisado.

O campo de estudos de gênero no Brasil: uma leitura: corresponde à necessária revisão teórica sobre gênero, especialmente sobre a inserção da psicologia nesse debate acadêmico. Autoras do campo intelectual feminista e dos estudos de gênero foram a base desse capítulo, que se inicia com a reflexão sobre a constituição do campo de estudos de gênero no Brasil e culmina com uma revisão histórica sobre a relação da psicologia com as questões relacionadas à esse campo. Para servir de contraponto, discuti brevemente nessa parte a configuração do campo intelectual feminista na psicologia norte-americana e européia.

Psicologia e o lugar do gênero nesse campo científico, onde discuto questões históricas da psicologia e dos anseios sociais e culturais a que responde essa ciência. O objetivo desta parte é contextualizar esse campo disciplinar, suas características, seus compromissos e contradições, no contexto da psicologia brasileira. Também aqui reflito sobre a questão da interdisciplinaridade como prática da produção científica da psicologia social e resgato momentos importantes da inserção dos estudos de gênero nessa área da psicologia brasileira.

A incorporação dos estudos sobre mulher e gênero em eventos científicos da psicologia brasileira, é um capítulo voltado ao mapeamento mais detalhado da inserção destas temáticas em eventos de três das mais destacadas associações científicas da psicologia no país: a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e a Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP). Trata-se de uma seqüência ao capítulo anterior, visando identificar os temas enfocados e as pesquisadoras e pesquisadores que se inseriram nesse debate sobre gênero no contexto da psicologia.

Trajetória pessoais e profissionais de protagonistas da incorporação dos estudos de gênero na psicologia, onde descrevo a trajetória pessoal, política e profissional das entrevistadas, dentro dos limites daquilo que me foi dado a conhecer com as entrevistas, currículos e produção acadêmica. Esse constitui para mim o núcleo central da tese, que evidencia concretamente o conhecimento como prática social, sendo esse um pressuposto aqui assumido. Seu objetivo é demonstrar que os estudos sobre mulher e gênero na psicologia resultam de uma rede complexa de fatores subjetivos, sociais e culturais e tomam corpo a partir da lógica própria desse campo científico.

Trajetória e vinculação institucional dos estudos de gênero na psicologia brasileira, onde dou relevo a outros aspectos institucionais da trajetória das entrevistadas, especialmente seus núcleos e grupos de pesquisa. Também realizo nessa parte uma discussão breve sobre o espaço que as questões de gênero têm nas disciplinas ministradas nos cursos de psicologia. Pretendo com esse capítulo destacar outras configurações institucionais importantes dos estudos sobre mulher e gênero na psicologia brasileira, sobretudo aquelas referentes ao contexto acadêmico.

Questões teóricas e temas investigados pelas entrevistadas, como o próprio título anuncia, discute as relações conceituais e temáticas das entrevistadas, como forma de evidenciar quais as principais questões que tem sido foco dos trabalhos do campo de estudos sobre mulher e gênero na psicologia e que tipo de articulações teóricas são comuns quando analisam essas questões. A interdisciplinaridade foi o elo comum do trabalho científico

das entrevistadas, em contraste com a ausência de unidade teórica que caracteriza esse campo, marcado pela diversidade de influências conceituais da psicologia e dos estudos de gênero.

Considerações finais, obviamente, é o capítulo que encerra essa tese, evidenciando os principais resultados obtidos diante da problemática investigada. Num nível de abstração maior, retomo aspectos fundamentais da caracterização dos estudos de gênero na psicologia, dando relevo a algumas discussões que derivam da análise dos depoimentos das entrevistas e da produção científica revisada.

Não esgotando o tema investigado, mas permitindo um panorama abrangente sobre o campo de estudos de gênero na psicologia, essa tese relaciona conhecimentos de antropologia, filosofia, sociologia e psicologia social, articulados com o campo intelectual feminista. Visando empreender a interdisciplinaridade desde a construção da problemática até a análise dos dados, esse trabalho buscou delinear um percurso que pudesse ultrapassar as fronteiras disciplinares, através da valorização de uma atitude de integração de conhecimentos de origens distintas.

2. Introdução

Para o feminismo, desde sua emergência no contexto da sociedade ocidental no século XV, a ciência tem sido considerada uma atividade essencialmente masculina. Embora muitas mulheres tenham participado de importantes conquistas científicas dos séculos passados, elas quase sempre foram relegadas à marginalidade. Mascarada pela áurea de neutralidade e objetividade, a ciência foi historicamente preservada desse tipo de observação que aponta para seu papel na legitimação de desigualdades inerentes à cultura, argumento proposto nas últimas décadas pelo feminismo e por outros movimentos sociais (Citeli, 2000).

Nos últimos 50 anos esse panorama se modificou com o aumento progressivo da participação das mulheres nas atividades de pesquisa e docência, devido às conquistas dos movimentos de liberação das mulheres e de luta pela igualdade dos sexos e às transformações econômicas e culturais. As mulheres foram aos poucos tendo maior acesso à educação científica e se inserindo cada vez mais nas carreiras acadêmicas, embora tenha resistido nesses anos a pressão social pela hegemonia masculina nesse universo (Schienbinger, 2001).

Dados das pesquisas de Azevedo *et al* (1989) e de Leta (2003), sobre a presença feminina no contexto da ciência brasileira mostram que, a despeito do aumento do número de mulheres nas atividades de produção de conhecimento e tecnologia, ainda é restrita a participação destas nas instâncias decisórias e nas posições de destaque no meio científico. Para Leta, isso representa um indício de desperdício de recursos humanos, cujo potencial de contribuição para o desenvolvimento está sendo inibido pelas desvantagens e preconceitos aos quais as mulheres estão submetidas em suas carreiras acadêmicas. A presença maior das mulheres nas ciências humanas, ciências biológicas, letras, lingüística e artes, conforme esse estudos, não significa que nessas áreas a situação se modifica em termos gerais. Também nelas há o predomínio masculino no acesso ao financiamento à pesquisa e no acesso às

honras e méritos acadêmicos, mesmo que haja exceções nesse universo (cf. Plonski & Saidel, 2001).

No caso da psicologia, contexto enfocado nessa tese, há dados que demonstram que a maciça presença feminina não tem resultado na superação plena dessa realidade. Yamamoto *et al* (1999), analisaram a autoria de textos científicos publicados em importantes periódicos dessa área de acordo com o sexo, encontrando a distribuição de 75,33% de mulheres contra 22,55% de homens, evidenciando o predomínio feminino na produtividade científica da psicologia. Contudo, analisando a média de artigos, outro indicador importante, os autores encontraram um número superior entre os homens (4,06 contra 2,77) no período que compreendeu a pesquisa. Nesse sentido, embora as mulheres sejam a maioria, o que se revela no primeiro dado, as desvantagens impostas pelas relações de gênero se expressam em sua produtividade científica.

Mesmo não sendo esta questão – a relação gênero e ciência - foco dessa tese, considero academicamente útil investigar esse processo a partir da produção concreta de mulheres num campo específico do conhecimento¹. Como dizem Yannoulas *et al*,

Estudar a elite das acadêmicas e profissionais nos ajuda a pensar sobre o alcance das mudanças sociais registradas nas relações de gênero, no grau de resistência do monopólio do poder masculino e no polimorfismo da discriminação. Estas mulheres têm traduzido o capital social e cultural que o modelo tradicional lhes negava em espaços de articulação e integração, assim como em formas específicas de exercício do poder. (Yannoulas, Vallejos & Lenarduzzi, 2000, p. 434).

A contribuição desta tese para compreender esse aspecto reside no fato dela dar relevo a uma produção científica de mulheres acadêmicas, comprometida com a superação das condições sociais em que se enraízam as desigualdades de gênero. Refiro-me a uma produção científica que parte de

¹ Para aprofundar a relação gênero e ciência sugiro a leitura de Plonski & Saidel (2001), Citeli (2000, 2001), Schienbinger (2001) e o número 15 do ano 2000 dos Cadernos Pagu, organizado pela pesquisadora Maria Margaret Lopes (UNICAMP). Para esse mesmo debate em sua relação com a psicologia, indico a leitura de Dauder (2003).

reflexões críticas aos fatores constituintes dessa realidade e que são influenciadas por questões originais dos movimentos feministas. Parte da comunidade científica da psicologia – aquela que aqui ganha destaque - aderiu a estas questões e investiu sua atividade acadêmica no esforço de elucidá-las. Identificar essas pessoas e sua produção (e inovação) a partir de seu contexto é um modo de promover a visibilidade do conjunto de estudos que representam o impacto do feminismo na psicologia.

Em termos globais, a relação da psicologia com o feminismo é marcada por tensões que melhor se evidenciam nas críticas que as feministas fizeram sobre o papel ideológico desta ciência na manutenção da submissão feminina e ao androcentrismo de seus pressupostos (Crawford & Unger, 2000). Durante a década de 70, tais críticas logo cederam espaço para releituras da contribuição da psicologia para o próprio feminismo, fazendo surgir a *psychology of woman* e a *feminist psychology* nos Estados Unidos e em parte da Europa (Amâncio, 2001).

No Brasil essas tensões se diluem parcialmente em função da ativa participação de acadêmicas no feminismo (Heilborn & Sorj, 1995), muitas delas psicólogas. Vale lembrar, inclusive, que a popularização do feminismo no Brasil se deveu em parte pela enorme difusão de escritos de uma psicóloga. Entre 1963 e 1985 a psicóloga Carmen da Silva escreveu inúmeros artigos na coluna *A arte de ser mulher*, da Revista Cláudia (Editora Abril), tornando esse espaço de comunicação um veículo de divulgação das idéias feministas. Sua importância é reconhecida por feministas históricas² e pesquisadoras feministas, muitas das quais acompanharam seus escritos e foram por eles influenciados (Goldberg, 1989). Basicamente, Carmen da Silva adotava um ponto de vista modernizante sobre as relações conjugais, escrevendo sobre a realidade da mulher e sua vida cotidiana, discutindo temas que eram considerados tabus na época, como a virgindade, a realização amorosa e

² Na revista *Época* (Ed. Globo) nº 198 (04/03/2002), em uma reportagem sobre o feminismo brasileiro, a importante feminista Rose Maria Muraro diz “o feminismo brasileiro tem duas vertentes, a acadêmica e a popular. A acadêmica deve ser creditada a Eva Blay. E a popular a Carmem da Silva”.

profissional da mulher e questões sobre a sexualidade feminina. Para Goldberg (idem, p. 44), (...) *seus artigos foram importantes por preconizar um dos caminhos da emancipação feminina – através da ‘realização individual’ e da ‘participação social’ – que será ulteriormente incorporado ao ideário feminista contemporâneo brasileiro.*

A psicologia foi também uma das áreas mais presentes na formação básica de algumas pesquisadoras feministas³ seja por se tratar de um dos cursos universitários culturalmente vistos como “femininos”, seja pelas crenças culturais que identificam esta ciência com ideologias modernizantes e liberais (Mancebo, 2002; Jacó-Vilela, 2001), também presentes na gênese do feminismo (Golberg, 1989). A trajetória pessoal concomitante na psicologia e no feminismo pode estar relacionada ao fato de que nos dois contextos transitam ideais modernizantes e a valorização da emancipação e singularidade humana (Velho 1994).

Isso não quer dizer que a psicologia brasileira aderiu facilmente às preocupações feministas. Pelo contrário, a psicologia no Brasil historicamente tem resistido a todo tipo de discussão que desafie seus pressupostos universalistas, como aquelas enunciadas pelo feminismo (Siqueira, 1997; Fonseca, 1997). Entretanto, isso não impediu que os estudos sobre mulher e gênero fossem progressivamente incorporados pela psicologia nas últimas décadas, a partir do esforço de importantes pesquisadoras, muitas das quais são informantes dessa tese. Compreender como se deu esse processo torna-se relevante, justamente por permitir identificar os fatores que tornaram possível transcender esses limites da psicologia e aproximá-la de um campo que mobiliza suas bases. Saber em que momento e contexto a interface gênero e psicologia se estabeleceu, favorece, inclusive, o avanço do estudo histórico e conceitual da psicologia e de sua diversidade interna. Ademais, desenvolver esse tipo de análise pode tornar ainda mais claro o fato da ciência ser uma

³ Feministas históricas como Mariska Ribeiro e Cármen Barroso fizeram parte de sua formação acadêmica nessa área.

atividade humana, portanto, desenvolvida por sujeitos concretos, situados em função de seu gênero, geração, etnia e classe, entre outras categorias sociais.

Justifica-se esse estudo também pela utilidade que investigações que revisem, do ponto de vista histórico, a produção de um campo de pesquisas têm para os pesquisadores dessa área do conhecimento e de outras. Já há algum tempo essa demanda tem sido colocada, como argumentam Arruda (1992) e Diniz (1999). Ao identificar como se caracteriza e se constitui o campo de estudos de gênero na psicologia, espero poder contribuir para promover a reflexão dos rumos percorridos por esse campo e registrar a importância do trabalho das protagonistas desse processo.

Procedimentos adotados

Nessa tese parto do princípio de que para cada tipo de investigação se apresenta um método que responde às perguntas específicas formuladas pelo pesquisador. Assim sendo, não podemos dizer se um ou outro método é pertinente sem conhecer as pretensões de um determinado estudo científico. Como diz Moscovici (*apud* Amâncio, 2001, p. 21), “*os métodos servem para produzir outras idéias, são feitos para a investigação, não é a investigação que é feita para os métodos*”. Portanto, cada proposta de investigação dispõe de um conjunto de estratégias e procedimentos adequados aos respectivos objetivos de investigação.

Não pretendo aqui discorrer sobre grandes pressupostos metodológicos e técnicas de pesquisa nas ciências sociais e humanas. Para isso, existem os tratados e manuais de investigação científica, como por exemplo, o de Quivy e Campenhoudt (1992), ao qual o/a leitor/a interessado/a pode recorrer se for de seu interesse. Mais importante parece, concordando com Bourdieu (1997), explicitar as intenções iniciais e os procedimentos adotados para o desenvolvimento da tese, bem como descrever a dinâmica que caracterizou as relações estabelecidas com as informantes dessa pesquisa.

Como afirma Bourdieu (1989), considera-se que “*é em função de uma certa construção do objecto que tal método de amostragem, tal técnica de*

recolha ou de análise de dados, etc, se impõe” (p. 24). Nesse sentido, os procedimentos de coleta e análise de dados desta pesquisa privilegiam:

1. A dimensão histórica da incorporação de gênero como categoria de análise da psicologia, enfocando os fatores contextuais que propiciam a aproximação desta disciplina aos estudos de gênero;
2. Os relatos das protagonistas desse processo, valorizando seu testemunho quanto à construção do campo dos estudos de gênero na psicologia brasileira, bem como o modo como contribuíram para essa construção ainda em curso.
3. A análise da produção acadêmica da psicologia brasileira relacionada ao campo interdisciplinar dos estudos de gênero, especialmente aquela apresentada em eventos científicos e publicada em seus respectivos anais e cadernos de resumos.

Desejei nessa pesquisa, portanto, conhecer as relações da psicologia brasileira com os estudos de gênero através da produção acadêmica de pessoas que protagonizaram esse processo, bem como descrever a produção científica destas em relação ao campo de estudos interdisciplinares de gênero. Busquei aqui analisar a construção do campo de estudos de gênero na psicologia e suas características conceituais e metodológicas, bem como investigar quais fatores atuaram na trajetória pessoal e profissional das acadêmicas pesquisadas para que seu trabalho se aproximasse dos estudos de gênero. Para tanto, os procedimentos adotados foram os seguintes,

1. Entrevistas com pesquisadoras com formação em psicologia que utilizam a categoria de gênero e/ou teorias feministas e que tenham vínculo com a carreira acadêmico-científica, entre outros critérios esclarecidos na página 12 dessa tese. Estas foram feitas procurando seguir o modelo proposto por Ecléa Bosi (2003), sobre a postura do entrevistador e a forma de escuta ao entrevistado. A ênfase destas entrevistas esteve centrada nas trajetórias pessoal, política e acadêmica das informantes, visando compreender como os estudos de gênero se imbricaram no processo.

2. Análise das características da produção científica das pessoas entrevistadas, tendo como material de base seus *Currículos Lattes* e aqueles textos de sua autoria que tive acesso.
3. Análise de anais de encontros científicos brasileiros da área da psicologia, sobretudo os ocorridos entre 1980 e 2004, bem como os trabalhos apresentados em seus GTs de gênero, quando foi o caso. Justifico a escolha por este período por ser o que abrange a incorporação do campo intelectual feminista pela psicologia no âmbito acadêmico brasileiro, fato que pode ser atestado pelo volume da produção nesta área.

Com relação ao primeiro item, realizei a análise temática de depoimentos, centrados em frações restritas das histórias de vida das(os) pesquisadoras(es) selecionadas, buscando compreender quando e de que forma chegaram até aos estudos de mulher, feministas ou de gênero. Nesse sentido, pondero que a história de vida se constitui numa forma de informação que, na maioria das vezes, supõe a constante retomada da narrativa do pesquisado (Queiroz, 1988). Contudo, conforme os objetivos dessa pesquisa, realizo aqui um recorte específico e limitado da vida das pessoas, o qual espelha aspectos de sua participação em movimentos sociais, bem como se encontra em estreita relação com a carreira acadêmica e científica que caracteriza as entrevistadas. Situo o modo de entrevista entre o depoimento e a história de vida, pelo fato de ter valorizado a narrativa livre das informantes sobre sua vida, apesar de ter proposto também questões-chaves para condução dos relatos.

Cumprido esclarecer ainda que as informantes são todas mulheres não por algum critério anteriormente estabelecido, mas devido às contingências culturais e históricas, que favoreceram a aproximação destas em relação ao campo investigado, quando comparadas aos homens. Em realidade, estes só começam a aparecer no campo de estudos de gênero no final da década de 90, situando-se em uma geração de pesquisadores de gênero na psicologia que não foi investigada aqui.

Estudos semelhantes ao que ora se apresenta, junto a professores e professoras atuantes na psicologia social brasileira, já foram realizados por Sérgio Ozella (1996) e Susana Molon (2000). Enquanto que o primeiro investigou as características do ensino de psicologia social nos cursos e programas de psicologia no Brasil e na América Latina a partir da análise documental, a segunda investigou os modos de pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação em psicologia social conceberem sujeito, subjetividade e intersubjetividade, com base no depoimento desses sobre estas categorias. Ambos os estudos descrevem a emergência de uma psicologia social crítica no Brasil a partir da década de 80, com a redefinição dos paradigmas que fundamentam essa disciplina, embora apontem que esse qualificativo “crítico” não seja consenso nesse campo.

No caso dessa tese, a articulação dos relatos orais com aspectos da produção científica das pessoas investigadas, constitui a base sobre a qual a análise dos dados foi desenvolvida, à luz da necessária contextualização do conjunto destas informações. Seguindo o que propõe Franco (1986) sobre a análise temática e a construção de categorias *a posteriori*, obtive a decomposição destes dados em seus diversos elementos comuns, através da qual busquei construir categorias de análise que serviram de norteadores para a construção de um mapa que permitisse um panorama geral dos estudos de gênero na psicologia.

Realizei 16 entrevistas com importantes pesquisadoras que possuem vínculos institucionais com a psicologia e que são autoras reconhecidas na área dos estudos de gênero. O primeiro contato com as entrevistadas foi realizado ou por telefone, por e-mail ou pessoalmente, em encontros científicos realizados em Florianópolis ou em outras cidades. Essa etapa foi trabalhada em conjunto com as orientadoras da tese, Mara Lago e Miriam Grossi, que anteciparam alguns contatos, e com a professora Maria Juraci Toneli (Departamento de Psicologia/UFSC), que me apresentou algumas das entrevistadas. Registrei minhas impressões pessoais e o os acontecimentos desde o primeiro contato com cada informante em um diário de campo, aproveitando essas informações no processo de análise.

Os critérios principais para escolha das informantes desta pesquisa foram:

- 1) Ter como graduação o curso de psicologia ou formação/atuação reconhecida na área;*
- 2) Ser pesquisadora com vínculo institucional com universidade pública ou privada, inclusive como docente nos cursos de psicologia nos níveis da graduação e/ou pós-graduação.*
- 3) Possuir de 1980 a 2004, produção científica nos estudos de gênero reconhecida tanto em termos de valor histórico quanto teórico-metodológico.*

É importante ressaltar que outras pesquisadoras ou pesquisadores poderiam ser também entrevistados além das 16 aqui listadas⁴. Foram estas as informantes dessa pesquisa, por terem atendido aos critérios propostos acima, representarem significativamente o universo investigado e terem se disponibilizado para a entrevista. Ademais, a partir da décima quarta entrevista, o processo de ida a campo foi apontando aos poucos para o esgotamento das questões e para a necessidade de fechamento do processo de reunião de depoimentos. Embora não se trate de um estudo exaustivo, considero que os dados foram suficientes para a elucidação da problemática dessa investigação.

A escolha destes critérios de eleição de informantes se deveu à necessidade de focar pesquisadoras que, não só publicam estudos de gênero, mas também formam novas gerações de pesquisadoras e pesquisadores em seus programas de pós-graduação, influenciando os destinos da produção científica em psicologia social no Brasil, no sentido da incorporação dos estudos de gênero à análise de processos psicossociais.

Um demarcador fundamental para a escolha das informantes, foi a geração de pesquisadoras em psicologia da qual fazem parte. Identifiquei três

⁴ Dentre elas, Gláucia Diniz (UnB), Maria Ignácia D'Ávilla Neto (UFRJ), Naumi Vasconcelos (UFRJ), Mary Yale Rodrigues Neves (UFPB), Terezinha Camargo Viana (UnB), Maria Cristina Ferreira (Universidade Gama Filho).

gerações que protagonizaram o processo de aproximação da psicologia aos estudos de gênero, desde as que tiveram um papel de pioneirismo, até aquelas e aqueles que mais recentemente têm se inserido nesse campo. A segunda geração, composta por pesquisadoras que articularam questões pertinentes aos estudos de gênero com psicologia nas décadas de 80 e 90, foi a que ganhou maior enfoque nas análises aqui registradas. As mulheres que colaboraram descrevendo seu percurso e produção acadêmica fazem parte, em sua maioria, desse grupo de pesquisadores cuja atuação resultou na difusão do uso da categoria gênero no campo científico da psicologia.

Cumprе esclarecer também que uma parte dos nomes foi indicada pelas orientadoras dessa tese, com base no reconhecimento de cada entrevistada no campo da psicologia e estudos de gênero, outros foram apontados pela análise da literatura disponível e também pela indicação de algumas das informantes. Uma menor parte dos nomes foi selecionada a partir de mecanismos de busca na internet, junto à *Plataforma Lattes*, associando os termos “gênero” e “psicologia”, seguindo os campos das páginas de busca de currículos desse sistema⁵, como é abaixo ilustrado:

⁵ <http://genos.cnpq.br:12010/dwlattes/owa/consultapesq.inicio> [acesso em maio de 2004].

Figura 1: Sítio de Consulta de Currículos da Plataforma Lattes – pesquisa avançada

Plataforma Lattes - Microsoft Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Endereço: http://genos.cnpq.br:12010/dwlattes/owa/consultapesq.prc_querylist

BRASIL.GOV

Plataforma Lattes

Consulta Currículos Lattes Consulta Produção C&T no Lattes | Consulta Pesquisadores no Lattes

* Para recuperar assuntos iniciados por um mesmo radical, coloque % após o radical

Nome do pesquisador: opções

Assuntos em que já publicou ou produz: opções

Aplicar filtros

Formação Acadêmica:

Instituição: opções

Área de Atuação: opções

Atuação Profissional: Natureza da atividade:

Instituição: opções

somente atividades atuais

Idiomas: opções

Forma de busca:

Todas as palavras

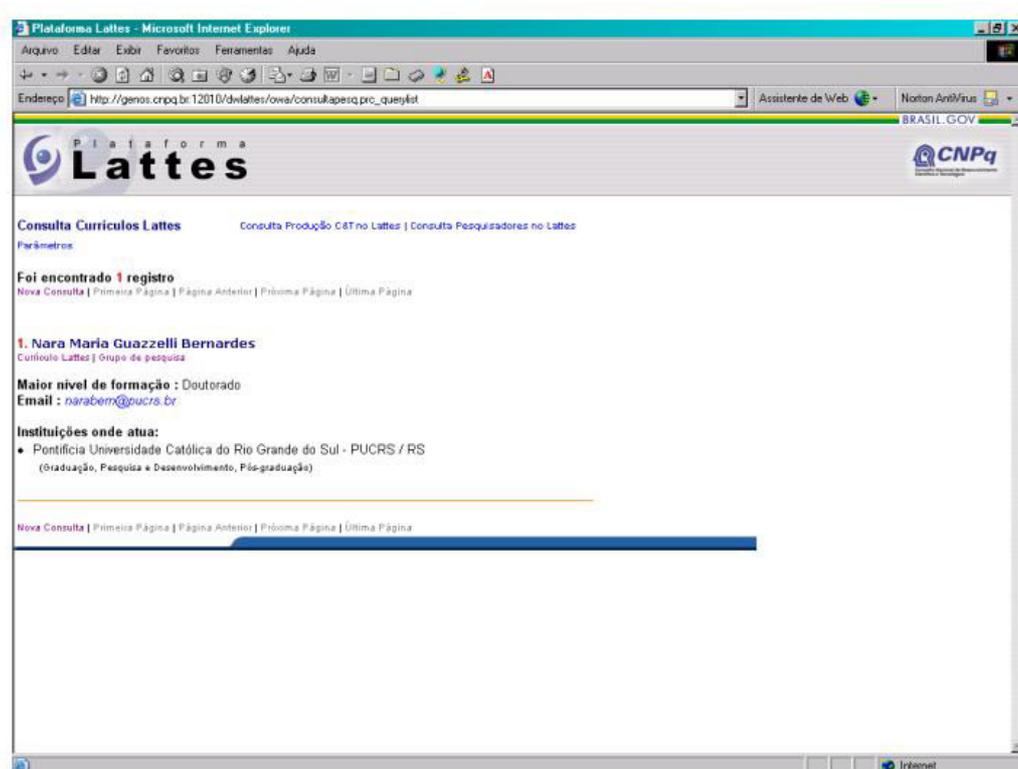
Pelo menos uma palavra

Frase exata

Concluído

Fonte: <http://genos.cnpq.br:12010/dwlattes/owa/consultapesq.inicio> [acesso em maio de 2004]

Esse mecanismo de busca foi também utilizado para o acesso ao currículo atualizado de todas as entrevistadas, que constituiu uma parte importante do material empírico investigado, permitindo a análise mais precisa das características da produção científica de cada uma das informantes. Colocando-se o nome procurado no campo “Nome do pesquisador” e clicando em ‘enviar’, uma nova página é acessada, com o link direto para o currículo desejado, como abaixo:

Figura 2: Resultado de busca por currículo de “Nara Bernardes”

Fonte: http://genos.cnpq.br:12010/dwlattes/owa/consultapesq.prc_querylist

Para tanto, através da ferramenta “Salvar como”, do programa Internet Explorer (Windows 2000 da Microsoft), salvei em meu computador, em formato html, uma cópia desse documento, de modo a facilitar o manejo destas informações. Ademais, a cada seis meses fiz atualizações de todos os currículos, novamente salvando uma cópia da versão atual, garantindo maior fidelidade dos dados. A última cópia de cada currículo foi feita no período de janeiro a março de 2004. Abaixo segue uma imagem ilustrativa do currículo de uma das entrevistadas, no formato utilizado nessa pesquisa.

Figura 3: Currículo em formato html de Nara Maria Guazzelli Bernardes

Curriculum Vitae
Nara Maria Guazzelli Bernardes

Última atualização em 20/05/2004

Dados Pessoais
 Nome: Nara Maria Guazzelli Bernardes
 Nome em citações bibliográficas: BERNARDES, N. M. G.
 Sexo: feminino
 Endereço profissional: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Departamento de Pós-Graduação em Educação - PUCRS
 Prédio 15, 3º andar
 Partenon - Porto Alegre
 90619900, RS - Brasil
 Telefone: 51 33203635
 E-mail: narabem@pucrs.br
 URL da home page: <http://www.pucrs.br>

Formação Acadêmica/Titulação
 1983 - 1989: Doutorado em Educação
 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, Brasil
 Título: Crianças oprimidas: autonomia e submissão, Ano de obtenção: 1989
 Orientador: Méron Campos Bordas
 Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Palavras-chave: Subjetividade, Gênero, Educação em periferia urbana

Fonte:

http://genos.cnpq.br:12010/dwlattes/owa/consultapesq.prc_querylist

Alguns dos artigos das entrevistadas eram acessíveis através de links que levavam aos *sites* das revistas em que estão publicados por via eletrônica, tais como aqueles disponíveis na base de dados Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e Bireme (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde). Esse mecanismo facilitou a criação de um pequeno acervo de publicações das informantes em periódicos científicos, material que analiso no curso desta tese.

Cumprе esclarecer que as informações de caráter pessoal ou sigilosas não foram identificadas nessa tese. Ademais, uma cópia da transcrição de sua entrevista foi enviada a cada respectiva informante, embora nem todas tenham realizado a leitura e re-envio da mesma, com as devidas correções e ressalvas.

Quanto à etapa da transcrição, fase exaustiva, mas rica de momentos reflexivos para construção e articulação de categorias, tem-se claro que

(...) transcrever é necessariamente escrever, no sentido de reescrever: como a passagem do escrito para o oral que o teatro faz, a passagem do oral ao escrito impõe, como mudança de base, infidelidades que são sem dúvida a condição de uma verdadeira fidelidade. (...) Existem as demoras, as repetições, as frases interrompidas e prolongadas por gestos, olhares, suspiros ou exclamações, há digressões laboriosas, as ambigüidades que a transcrição desfaz inevitavelmente, as referências a situações concretas, (...) (Bourdieu, 1997, p. 710).

Diante disso foi preciso retirar muitos “nés”, “aís”, e vícios de linguagem que marcam as falas de todos nós, tendo sua função lingüística, e que, na transcrição, incorrem em constrangimentos desnecessários. Isso não se deu, no entanto, de forma abusiva, preservando-se a fidelidade das informações e termos usados pelas informantes.

Pressupostos da postura de investigação

A abordagem metodológica que adoto nessa tese é também o produto de algumas leituras sobre as formas de constituição e organização dos campos científicos. Nesse sentido, destaco as contribuições de Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Roberto Cardoso de Oliveira e das teorias feministas, referências que são resgatadas aqui pelo fato de proporcionarem em seus textos e livros elementos para análise do discurso científico e da atividade acadêmica.

Na busca das condições históricas e epistemológicas que promoveram a instituição do homem como objeto de saber, Foucault propõe uma correlação entre a constituição de um campo de saber e a instauração de práticas discursivas que correspondem e/ou legitimam estratégias de poder (Machado, 1981; Siqueira, 1988). Os diversos campos do conhecimento, nessa perspectiva, podem ser tomados como discursos⁶ que produzem efeitos de dominação em torno daquilo que se propõem a conhecer. Tais discursos, como é o caso das ciências, assumem critérios de verdade e se difundem com esse caráter através das grandes instituições (Foucault, 1993, p.13). Deste modo, pode-se dizer que

⁶ Foucault (1986) traz a noção do discurso como "*um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva*", (...) sendo "constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência" (p. 135).

os enunciados que representam os diversos campos do conhecimento adquirem, em nossa sociedade, *status* de verdade, corroborando para a manutenção dos dispositivos de poder existentes.

Nessa mesma linha de investigação, Foucault (1986) se propõe a identificar as estratégias segundo as quais as ciências aparecem como unidades, como discursos uniformes em torno de um objeto de estudo, a exemplo das descrições sobre a loucura, feitas pela psicopatologia. Sua perspectiva, em suma, visa empreender um sentimento de inquietude frente a essa aparente unidade, à medida que, superando-se a análise de superfície, o que se revela é a descontinuidade, a ruptura dos enunciados na história. Para tanto, Foucault propõe o conceito de formações discursivas, que se refere ao processo dos enunciados, através de escolhas temáticas, assumirem uma regularidade e submeterem-se à regras de formação, à determinadas "*condições de existência em uma dada repartição discursiva*" (Foucault, 1986, p.44), de modo que se institui "*um conjunto de práticas que regulam o que pode e deve ser dito em uma dada posição e em uma dada conjuntura*" (Smolka, 1991, p. 57)⁷. Mais do que outros elementos (o autor, por exemplo), é o fato dos enunciados se submeterem a essas regras de produção de enunciados que promove a aparente unidade e legitimidade de um campo de saber. Nessa análise arqueológica, como diz Foucault, interessam menos os fatores econômicos e políticos e mais a questão das redes de saberes que instituem o ser humano como objeto do conhecimento, especialmente a gênese desses saberes e seu processo de transformação (Machado, 1981).

As ciências humanas, deste modo, constituem-se com base nesse processo de formação discursiva, tornando-se campos disciplinares, em duplo sentido, como campos de conhecimento e como campos de discursos que criam dispositivos de poder. A psicologia, não fugindo a essa regra, dispõe-se como campo disciplinar interessado na objetivação do sujeito, instituindo nele

⁷ Parte dessa reflexão foi retirada da Dissertação de Mestrado do autor (não publicada), intitulada *Investigando a Significação dos Lugares Sociais de Professora e Alunos no Contexto de Sala de Aula*, orientada pela professora Dr^a Andréa Vieira Zanella (UFSC) (cf. Nuernberg, 1999)

“(...) regimes de sujeições e interdições, que definem no indivíduo as formas e modos de subjetivação, pela vivência de experiências” (Campilongo, 1999, p. 69). Do mesmo modo, a psicologia social, ao objetivar os grupos e processos sociais, institui mecanismos de poder em torno destes.

Na tarefa de produzir discursos ou regimes de verdade, a psicologia cumpre seu papel em produzir enunciados sobre a loucura, a delinqüência, a conduta, entre outras questões, servindo ao controle dos indivíduos e dos grupos. Assim, na tentativa de explicar o anormal, o conflituoso, o perturbado e o patológico, a psicologia torna-se a ciência da normalidade, do adaptado e do organizado (Foucault, 1999). Por outro lado, acredita-se aqui que seu esforço em tornar-se uma ciência objetiva, exigiu que construísse a noção de sujeito universal, despido de toda característica social e cultural que o identificasse em seu contexto histórico.

Também Bourdieu (1983), no esforço de constituir uma sociologia da prática científica, propôs análises importantes sobre o campo científico. Além de sua definição de campo intelectual, sua perspectiva de compreensão da atividade científica foi referência para essa tese. Juntamente com as contribuições de Zanotta-Machado (1997), que articula a definição do campo científico com o político, a leitura de Bourdieu me deu pistas interessantes para análise desse universo. Para ele, o campo científico (ou intelectual) não se distingue dos demais campos sociais, sendo marcado por tensões e antagonismos, lutas e estratégias próprias de sua estrutura e condição de produção. Tais jogos de força vão além de disputas puramente epistemológicas, abrangendo a luta pela hegemonia e pela imposição do modelo de ciência característico de cada grupo, de acordo com seus recursos específicos de produção do conhecimento. Ambos os grupos antagônicos – dominante e dominado - esforçam-se por fazer valer sua perspectiva de ciência, como forma de agregar melhores condições para realização de seus interesses políticos. Usam, para tanto, todos os veículos de imposição de sua definição de ciência, sobretudo os periódicos científicos, como forma de promover a legitimidade de sua posição social.

Conforme Bourdieu,

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado. (Bourdieu, 1983, p.123).

Trata-se, portanto, de um contexto caracterizado pelo esforço dos indivíduos no processo de constituírem-se enquanto autoridades científicas reconhecidas. A acumulação de um ‘capital simbólico’, de acordo com o autor, é o objetivo de cada pesquisador nessa busca de reconhecimento, sendo a condição inicial do sujeito um aspecto determinante desse processo. A desigualdade de condições, medida conforme o capital simbólico do sujeito, distribui os atores no campo científico, constituindo a hierarquia social desse campo. Para tanto, a manutenção da ‘verdade’ científica do grupo dominante resulta necessária, para que o reconhecimento entre os pares se realize, a despeito da postura considerada científica de permanente contestação das verdades pré-estabelecidas. As estratégias de ocupação do lugar de autoridade científica implicam, deste modo, a preservação da verdade defendida pela parcela dominante no campo. Isso corrobora com a tese já bem explorada de que a ciência não é neutra, mas sustenta ideologias, demandas e interesses dos grupos comprometidos com o campo científico.

Afora essas questões, argumenta-se aqui que a constituição dos campos científicos não decorre apenas de avanços lógicos, conforme propunha Popper (1982). Não é exatamente a lógica formal o princípio que determina os rumos tomados pelos campos científicos, mas a relação que a produção do conhecimento possui com a realidade social e cultural do contexto em que se realiza. Assim,

(...) com efeito, a ciência opera através da colocação de questões e da elaboração de respostas plausíveis a essas questões. Hoje sabemos que as questões que colocamos não podem ser consideradas como o reflexo puro de uma realidade objetiva, mas como o resultado da elaboração de formas históricas de percepção e representação dessa realidade. Especialmente nas ciências humanas, ao elaborar

nossas questões de pesquisa, baseamo-nos muito mais nessas representações, mediadas pelas características do contexto sociocultural onde operamos, que propriamente em percepções objetivas e neutras do mundo no qual vivemos. (Campos & Guareschi, 2000, p. 8)

Ainda que seja inegável a relação do conhecimento com o contexto histórico-cultural em que é produzido, é preciso considerar que essa troca é mediada pelo jogo de forças no interior dos campos científicos (Bourdieu, 2004). Nesse sentido, o grau de autonomia de um campo pode ser verificado pela proporção das influências sociais em sua organização. Podendo refletir ou refratar os movimentos de seu contexto social, os campos científicos são mais ou menos independentes das forças sociais externas a ele, que apenas são incorporadas conforme a lógica própria de sua constituição.

A etnografia da ciência, sistematizada pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira é outra proposta que, uma vez utilizada nessa pesquisa, resultou fecunda para o processo de investigação ora descrito. Com base em Geertz, Granger, Bourdieu, Ricoeur e Kuhn, Cardoso de Oliveira (1997)⁸ desenvolveu uma forma de aplicação da etnografia à análise do pensamento científico (enquanto produto), compreendido com um “artefato cultural” (idem, p. 163). Numa abordagem multidisciplinar, essa forma de etnografia se propõe a pensar o próprio pensamento científico do ponto de vista antropológico (Peirano, 1991).

Duas dimensões são importantes na etnografia da ciência, conforme o autor: a dimensão disciplinar e a meta-disciplinar. Na primeira dimensão, o foco volta-se ao estudo das culturas científicas particulares, definidas como subculturas de outros universos culturais mais amplos, como a cultura ocidental. Já a segunda dimensão corresponde à análise das noções e definições do campo, não no sentido epistemológico, mas naquele que só o ‘nativo’ da comunidade investigada domina como a linguagem interna daquele contexto cultural. Nas palavras do autor,

⁸ Um resumo dessa proposta pode ser encontrado em Lago (1991).

(...) o toque característico da abordagem etnográfica - sem o qual ela não se diferencia da própria epistemologia, como disciplina filosófica – está, ao meu ver, no envolvimento total do pesquisador na prática da disciplina investigada, a ponto de tornar-se um ‘falante’ da linguagem científica veiculada pelos ‘nativos’ da comunidade da disciplina a par de um compromisso definido com a *empíria*, a *saber*, com o fato cultural, seja ele ‘datado’ ou ‘epistemológico’ (Cardoso de Oliveira, 1997, p. 175).

Essa foi a postura adotada diante do campo intelectual analisado e das entrevistadas, ou seja, a de etnógrafo de uma comunidade científica. Como “nativo” e pesquisador dessa comunidade, procurei desenvolver um olhar antropológico sobre ela e seus membros. No curso da pesquisa estive atento a tudo que era significativo para as informantes e àquilo que caracterizava os contextos que participaram, muitas vezes deixando-me surpreender com cada novo dado⁹. A própria abordagem dos discursos das entrevistadas obedeceu a essa proposta de compreender o conhecimento, em sua internalidade e externalidade, como um fato cultural.

Não se pode deixar de considerar também a importância da contribuição das teorias feministas para a análise da ciência, como um fundamento para o estudo social do conhecimento científico. Já há uma tradição bastante difundida nesse contexto teórico, de crítica ao caráter universal e pretensamente neutro da ciência na produção do saber (cf Harding, 1993, Meyer, 1993; Flax, 1990, 1994). Conforme Dauder (2003), as teorias feministas têm mostrado que o conhecimento científico é, antes de tudo, uma prática social e não uma entidade estática que produz formas sistemáticas de saber. Sendo assim, o/a cientista é um/a sujeito situado em um dado contexto e lugar social de geração, gênero, etnia, classe, corpo. Sua subjetividade, assim, é fator constitutivo da atividade de produção do conhecimento. Ademais, a produção do conhecimento resulta sempre de um esforço coletivo da comunidade

⁹ Sobre etnografia, Mariza Peirano (2001, p. 4) diz “(...) a antropologia se desenvolve por meio do diálogo entre teoria e etnografia, esse procedimento tem como base a surpresa com que o antropólogo se depara com novos dados de pesquisa que são revelados, geralmente, nos tipos de eventos de que participa ou que reconhece como

pertencente a um campo, o qual se realiza dentro de determinadas condições de possibilidade, que atuam favorecendo ou limitando a emergência do saber.

Em razão destes pressupostos das teorias feministas foi feita também uma extensa caracterização das entrevistadas e de sua trajetória pessoal e profissional. Procurei situá-las em seus lugares sociais de classe, gênero, etnia e geração, no grau de profundidade permitido por seus depoimentos e pelos dados do diário de campo. Explorei parcialmente suas histórias de vida e os desdobramentos que levaram aos estudos de gênero, procurando evidenciar também aspectos subjetivos de sua produção, embora de modo muito sutil. Busquei, enfim, situar as entrevistadas institucional e teoricamente, visando compreender seu lugar na comunidade científica da psicologia e de que condições e influências partiram para o desenvolvimento de suas pesquisas.

Enfim, com respeito à noção de *trajetória*, vale ressaltar a contribuição da antropologia social de Gilberto Velho (1994), fundada nas teorias de Georg Simmel e Alfred Schultz. Velho mostra que além da posição sócio-cultural de um sujeito, em termos de classe, etnia, geração e gênero, as trajetórias também singularizam os indivíduos definidos por esses lugares sociais. Para ele, um aspecto fundamental das trajetórias é o *projeto*, que permite dar luz à dimensão ativa dos sujeitos que são marcados pelo contexto em que vivem. De acordo com Velho,

(...) o projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um *campo de possibilidades*, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes. Em qualquer cultura há um repertório limitado de preocupações e problemas centrais ou dominantes. Há uma linguagem, um código através dos quais os projetos podem ser verbalizados com maior ou menor potencial de comunicação. Portanto, insistindo, o projeto é algo que pode ser comunicado. A própria condição de sua existência é a *possibilidade de comunicação*. (Velho, 1994, p. 27).

significativos para aqueles que observa - de Mauss e Malinowski a Geertz, passando por Lévi-Strauss, essa tem sido a base do entendimento sobre o que é etnografia”

Valorizando a dimensão consciente da vida social, esse autor aponta para as vantagens dessa noção de projeto, que favorece a análise do movimento de singularização das referências culturais a partir das experiências, necessidades e estratégias particulares. Trata-se de uma dimensão fundamental, sem a qual se reduziria as trajetórias evidenciadas através dos depoimentos, como mero produto cultural, sem dar o necessário espaço ao aspecto consciente das biografias das entrevistadas.

A leitura que fiz destas trajetórias, por sua vez, considera a dimensão subjetiva que envolve o resgate das experiências vividas, que são lembradas e re-organizadas pelo sujeito de modo seletivo. Born (2001) chama esse processo de 'biografia', como a interpretação subjetiva que a pessoa realiza sobre sua trajetória, sempre variando de acordo com a audiência e o contexto em que esse resgate se realiza. Em face disso, articulo e complemento esses dados extraídos dos depoimentos com aqueles do currículo e demais documentos acadêmicos analisados (livros, teses, etc).

Caracterização geral das entrevistadas

Visando apenas apresentar uma caracterização geral das acadêmicas entrevistadas nesta pesquisa, possibilitando ao leitor ou leitora um mínimo de informações que serão posteriormente detalhadas, destaco abaixo breves referências, sobretudo institucionais, sobre o perfil de cada uma delas.

Ângela Arruda é psicóloga, formada pela UFRJ (1969), com mestrado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (França/1981) e doutorado pela USP em Psicologia Social (1996). Trabalha na UFRJ como docente e pesquisadora de representações sociais e questões ambientais, articulando-as com os estudos de gênero e as teorias feministas.

Fúlvia Rosemberg é psicóloga (USP, 1965) e doutora em Psicologia da Criança pela École Pratique Des Hautes Études Université de Paris (França, 1969), com dois pós-doutorados (Cornell University, 1992 e Université René Descartes, 1998). É pesquisadora da FCC desde 1974,

sendo esta sua atividade principal. Trabalha com a articulação gênero, raça, etnia e idade. Também professora da PUC-SP desde 1984, coordenando o NEGRI (Núcleo de estudos sobre gênero, raça e idade).

Maria Juracy Filgueiras Toneli é professora do Departamento de Psicologia da UFSC. Fez seu mestrado no PPG em Educação dessa universidade (1988) e doutorou-se pelo Instituto de Psicologia da USP (1997). É também psicóloga psicodramatista e pesquisadora no campo de saúde reprodutiva. Atualmente é diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC.

Karim von Smigay é psicóloga, mestre em psicologia pela UFMG (1993) e doutora em Psicologia Social (PUC/SP). É professora do curso de psicologia da UFMG. Foi uma das criadoras do programa SOS mulher em Minas Gerais e trabalha com a questão da violência e gênero.

Maria Lúcia Miranda Afonso é psicóloga (UFMG, 1976), mestre em Educação (UFMG, 1981) e doutora em Educação (UFMG, 1997). Foi também coordenadora do Mestrado em Psicologia da UFMG. Investiga questões relacionadas a gênero, sexualidade e gerações, bem como formas de intervenção psicossociológica e de grupo. É autora de livros sobre essas questões.

Maria Eunice Guedes é psicóloga formada pela PUC-MG (1979), Especialista em Política e Trabalho pela UFPB (1986), mestre em Sociologia pela UFPB (1995) e doutoranda em Psicologia Social pela PUC São Paulo, turma 2002. É professora da UFPA e investiga questões associadas à saúde, violência e gênero.

Maria Ignez Moreira, é psicóloga formada pela UFMG (1977), especialista em Saúde Mental (ESMIG-1987) mestre em Psicologia (UFMG- 1994) e doutora em Psicologia Social pela PUC-SP (2001). É professora do curso de psicologia da PUC-MG, também coordenadora adjunta desse curso.

Maria Lúcia Rocha Coutinho é psicóloga (PUC-RJ, 1976), mestre em Psicologia pela San Francisco State University (1978) e doutora pela PUC-RJ (1992). É professora adjunta do Instituto de Psicologia da UFRJ, onde trabalha desde 1980 como pesquisadora nos campos da psicolinguística, cultura brasileira e análise do discurso.

Marília Novais da Mata Machado é psicóloga (UFMG, 1968), mestre em Psicologia pela PUC-RJ (1972) e doutora pela Universidade de Paris Norte (1990). Foi professora da FAFICH-UFMG de 1967 até 1993, atualmente trabalhando como pesquisadora visitante na Universidade Federal de São João Del Rei, onde coordena o Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial.

Marlene Strey é psicóloga (PUC/RS, 1977), professora da PUC-RS (desde 1978) e coordenadora da Pós-Graduação em Psicologia da mesma universidade. Fez mestrado em Psicologia (1990) na PUC e Doutorado na Universidade Autônoma de Madri (1994). É professora da PUC-RS e pesquisadora sobre trabalho, orientação profissional e gênero.

Nara Bernardes é psicóloga formada pela PUC-SP (1968), mestre em Educação pela PUC-SP (1977) e doutora pelo PPG em Educação da UFRGS (1989). Coordena a PPG em Educação da PUC-RS. Foi pesquisadora da FCC na década de 70 e pesquisa atualmente sobre educação e gênero.

Neuza Guareschi é psicóloga (1979) e professora do curso de psicologia da PUC-RS desde 1986 . Fez mestrado na PUC-RS (1991) e doutorado na University of Wisconsin (1998). Tem trabalhado com os estudos culturais e educação em periferias urbanas.

Sandra Azeredo é psicóloga (UFMG, 1969), mestre em psicologia pela PUC-RJ (1975) e doutora em História da Consciência (University of Califórnia, 1986). Discute a questão da violência de gênero e é professora da UFMG desde 1995, tendo sido também pesquisadora da

FCC (1990-92).
Sylvia Leser de Mello é pesquisadora e professora do Instituto de Psicologia da USP, onde fez seu curso de graduação em Filosofia (1961) e seu doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (1972), ainda atuando nessa universidade como livre-docente (1985). A entrevistada também fez especialização em Psicologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1964). É autora de importantes publicações sobre o ensino e a prática da psicologia e pesquisadora de destaque no campo dos estudos sobre camadas populares e família.
Tânia Galli Fonseca é psicóloga (PUC/RS, 1970), mestre em Educação (UFRGS, 1978) doutora em Educação (UFRGS, 1996) e professora titular de Psicologia Social da UFRGS, trabalhando desde 1983 nesta universidade. Investiga questões associadas ao mundo do trabalho e gênero, além de outras questões como a arte.
Vera Paiva é psicóloga, professora do Instituto de Psicologia da USP, com mestrado (1987) e doutorado (1996) pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social na mesma Universidade. Realizou seu pós-doutorado pela University of California, U.C., Berkeley, Estados Unidos (1997). Trabalha com no campo da saúde pública e vulnerabilidade ao HIV.

Investigando trajetórias

Meu percurso de investigação traçou uma trajetória que espelha tanto a rede social constituinte da incorporação dos estudos de gênero na psicologia brasileira, quanto os territórios em que se enraizou esse processo. A partir da escolha por uma pesquisa que conferisse voz às protagonistas desse processo, comecei elegendo as pessoas que seriam entrevistadas, considerando os critérios e procedimentos anteriormente definidos. Desde o início ficou claro que viajaria pelo Brasil para a realização das entrevistas e conheceria pessoas com sólidas trajetórias no campo político ou acadêmico.

Por outro lado, o fato de viver numa cidade que vem sediando diversos eventos nacionais no campo da psicologia e das ciências sociais, favoreceu a realização das entrevistas, de modo que quatro das pesquisadoras que colaboraram para essa tese foram abordadas em encontros científicos realizados em Florianópolis. Nessas ocasiões foi interessante observar as mesas redondas de que participavam, os tipos de trocas que exerciam com colegas e suas formas de inserção científica. Em geral, tratava-se de eventos da área da psicologia social ou que tematizavam discussões teóricas nesse campo científico. Como sou nativo desse campo tive fácil acesso às entrevistadas, sobretudo por contar com a apresentação de pessoas que fazem parte de sua rede social, como é o caso das orientadoras dessa tese.

Igualmente ricas foram as entrevistas realizadas nas residências ou laboratórios em que minhas informantes trabalham, pelo tipo de dado que se pode revelar ao se conhecer seus locais de atuação profissional e suas moradias¹⁰. As entrevistas realizadas em laboratórios, por exemplo, via de regra, favoreciam a percepção da estrutura de trabalho das pesquisas e o tipo de bibliografia utilizada, afinal, revistas ou livros em geral ficam expostos aos frequentadores destes espaços. Já nas entrevistas que se deram nas residências das informantes, foi possível evidenciar melhor as características pessoais dessas mulheres, refletidas em cada móvel, objeto ou sala da casa em que moram.

Nesse sentido, o contexto em que se realizaram as entrevistas foi um fator importante para o tipo de informação que emergiu no discurso das pesquisadoras. Informações de ordem familiar ou pessoal estiveram muito mais presentes naquelas realizadas nas próprias residências delas, ao passo que questões de ordem teórica se fizeram mais presentes nas entrevistas realizadas em ambientes acadêmicos. Se, por um lado isso, pode ter resultado em certa dispersão quanto ao tipo de informação obtida, por outro, acabou

¹⁰ Ecléa Bosi, em pesquisa sobre memória social da cidade através de idosos relata uma percepção semelhante (Cf. Bosi, 2003).

enriquecendo a tese com dados ausentes nos materiais impressos analisados, remetendo-me aos bastidores da produção científica.

É também importante lembrar que para cada entrevista havia um trabalho de preparação, que iniciava sempre com o estudo do currículo *lattes* da pesquisadora e a eleição de alguns textos básicos sobre gênero, constante nos itens referente à sua produção científica. Trata-se da preparação básica de qualquer entrevista, conforme discute Bosi (2003). A leitura de cada texto e dos detalhes do currículo conduzia o planejamento do que seria perguntado e me levava à construção de uma imagem sobre o perfil intelectual de cada informante, situando-a no mapa que ia construindo sobre o processo de incorporação dos estudos de gênero na psicologia.

Iniciei o trabalho de campo com um roteiro de perguntas como o disponível no apêndice desta tese. Na primeira entrevista, com Ângela Arruda, acreditava que o foco da pesquisa seria o posicionamento das entrevistadas sobre determinados conceitos, como sujeito, subjetividade e identidade, dando continuidade ao estudo de Molon (2001), embora com o recorte específico da categoria gênero. Ao investigar a forma como as pesquisadoras pensam esses conceitos, imaginava poder localizar sua produção de gênero no contexto geral das ciências sociais e humanas e construir um mapa sobre a relação desses conceitos com a especificidade de sua contribuição à psicologia social.

Encontrei Ângela Arruda na II Jornada de Representações Sociais, ocorrida em setembro de 2001, em Florianópolis. Era a primeira entrevista da tese e, portanto, ainda não sabia bem o que encontraria e como conduziria a entrevista. Num canto do saguão do Hotel Maria do Mar, com vista para a baía do bairro João Paulo, fui lendo as perguntas do roteiro e esperando a resposta de Ângela, que acabava de sair de uma mesa redonda sobre representações sociais e meio ambiente. Senti que minha insistência na definição de conceitos acabou gerando certo desconforto e tirou o foco daquilo que depois me dei conta que seria mais importante: a trajetória pessoal, política e profissional da pesquisadora. Entretanto, naquele instante, o roteiro de entrevista servia para dar maior segurança e objetividade àquele encontro desafiador para mim, ainda iniciante nos assuntos em que Ângela é especialista.

A leitura da transcrição dessa primeira entrevista pelas orientadoras confirmou a necessidade de retomar as perguntas iniciais e reconstruir o modelo de abordagem das entrevistas. Concluímos que essa ênfase nos conceitos citados restringia o campo de informações obtido, tornando-se necessário dar mais relevo às trajetórias de cada pesquisadora até os estudos de gênero, com ênfase no percurso de cada uma delas. Daí em diante, o foco das entrevistas recaiu mais sobre o histórico profissional e político das entrevistadas, procurando levantar informações que não estão presentes em seus textos, mas que interessam para pensar os eventos e circunstâncias que as levaram a se aproximar aos estudos de gênero. Essa mudança representou também a maior ênfase nas circunstâncias históricas e pessoais que aproximam as entrevistadas dos estudos de gênero, além de permitir o acesso a outros dados, não presentes em seus textos ou em seu currículo.

Em realidade, no âmago dessa mudança de foco está a substituição do interesse epistemológico pelo etnográfico, que se deu progressivamente no curso do trabalho de campo. Enquanto sustentava um foco de teor mais epistemológico, fazia sentido a busca por definições de conceitos e a inter-relação deles, todavia, a influência das orientações e das disciplinas que fiz no Departamento de Antropologia da UFSC, foi aos poucos fomentando o interesse por produzir uma etnografia dos estudos de gênero na psicologia. Posteriormente, a leitura de Roberto Cardoso de Oliveira (1997) e Mariza Peirano (1991, 2001), indicados por Mara Lago e Miriam Grossi, permitiu sistematizar essa nova proposta e dar consistência aos novos rumos metodológicos¹¹. Daí em diante, não se tratava mais de priorizar apenas posições discursivas sobre conceitos ou teorias, mas os fatos culturais das trajetórias arroladas pelas protagonistas do campo intelectual investigado (Velho, 1994).

¹¹ Aqui vale também o agradecimento ao professor Alberto Cupani (Departamento de Filosofia/UFSC) por ter, no momento da qualificação da tese, alertado-me sobre o fato de meu texto estar mais próximo à sociologia do conhecimento do que à epistemologia, o que não era tão evidente para mim naquele momento.

Já na segunda entrevista, com Maria Lúcia Rocha-Coutinho, verificou-se a maior eficácia do novo formato da entrevista, mais centrado na história da entrevistada até os estudos de gênero e em suas posições a respeito da psicologia e dos estudos e de gênero. Essa entrevista foi realizada durante o XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), em Florianópolis, logo depois que a informante apresentou sua pesquisa sobre identidade, mulher e trabalho numa mesa redonda com essa temática. Nessa entrevista ficou evidente que as questões teóricas muitas vezes se entrelaçam com aspectos da trajetória pessoal ou profissional. O fato desta entrevistada, por exemplo, ter ido para os Estados Unidos na década de 70, estava relacionado com o tipo de abordagem teórica que utilizava, como ela mesma demonstrou. Assim, tanto a qualidade das informações, quanto a própria troca entre o pesquisador e as entrevistadas tornou-se, a partir de então, mais rica e facilitada com essa outra forma de organizar o encontro com elas.

No mesmo encontro científico acima, entrevistei também Karin Smigay, após sua apresentação numa mesa redonda sobre movimentos sociais, onde discutiu questões do feminismo e as tensões entre a militância e a academia. Já era o último dia do evento e poucas pessoas a assistiam. Quem havia anteriormente me apresentando a ela fora Maria Juracy Filgueiras Toneli, amiga comum, em ocasião em que aproveitei para falar de minha tese e lhe solicitar uma entrevista, que acabou sendo realizada dois dias depois no Núcleo de Pesquisa sobre “Modos de vida, família e relações de gênero”. Nessa oportunidade, indaguei-a, sobretudo sobre sua trajetória política e profissional, sabendo que sua atuação acadêmica era um desdobramento de sua grande experiência na militância feminista. Gentilmente, nessa ocasião, disponibilizou em disquete sua tese de doutorado, recém defendida na época, o que facilitou o trabalho de pesquisa sobre seu pensamento.

A quarta entrevistada foi Tânia Galli Fonseca, em sua residência em Porto Alegre, no dia 23 de janeiro de 2002. Eu já a tinha conhecido em 1998, durante o VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, apresentado por minha orientadora de mestrado Andréa Vieira Zanella, contudo, quem marcou a entrevista, por telefone, foi minha orientadora da tese, a professora Mara

Coelho de Souza Lago. Já na casa de Tânia, observei surpreso a quantidade de obras de arte moderna dispostas na sala de visitas, lembrando uma sala típica de um museu de arte. Esse interesse pela arte, posteriormente, no curso da entrevista, mostrou-se relacionado com seu trabalho como pesquisadora em psicologia social e institucional. Após a descrição dos objetivos de minha tese, a entrevistada começou a falar de sua trajetória até os estudos de gênero, destacando a passagem por diferentes experiências profissionais e a importância de algumas pessoas nesse percurso. Ao fim da entrevista, presenteou-me com seu livro “Gênero, trabalho e subjetividade”, bem como com outros livros da ABRAPSO nos quais possui artigo, expressando seu desejo em colaborar com meu trabalho.

Pouco mais de um mês depois, voltei a Porto Alegre para realizar mais duas entrevistas, com pesquisadoras ligadas à PUC-RS. Como cheguei muito cedo na cidade, esperei na biblioteca universitária até o período da tarde, quando havia marcado com Marlene Strey e Neuza Guareschi. Foi a oportunidade de reunir mais informações sobre elas e mais dados sobre suas trajetórias. A primeira a ser entrevistada foi Marlene Strey, na época coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia daquela universidade. Marlene Strey destacou, em sua trajetória, os vínculos com pessoas ligadas à ABRAPSO, a importância de Nara Bernardes e descreveu suas pesquisas, que articulam gênero e trabalho. Foi a entrevista mais rápida da tese, pelo fato de ter conduzido o processo com maior objetividade e segurança e a entrevistada ter sido precisa em suas respostas.

Em seguida, dirigi-me ao laboratório de pesquisa de Neuza Guareschi, que ficava no mesmo corredor do Programa de Pós-Graduação. Na espera por ela, observei na sala pastas sobre autores ligados aos estudos culturais e a boa estrutura de seu núcleo de pesquisa. No início da entrevista, logo que apresentei os objetivos de minha tese, Neuza começou a falar de sua trajetória pessoal, com grande riqueza de detalhes sobre vida familiar e profissional. Quase não a interrompi para novas indagações, pois seu relato vinha ao encontro do que buscava. Tinha em mente a lição de Ecléa Bosi ao pesquisador iniciante: *“o silêncio na pesquisa não é uma técnica, é como que o*

sacrifício do eu na entrevista que pode trazer como recompensa uma iluminação para as ciências humanas como um todo". (Bosi, 2003). Um dos únicos momentos em que a interpelei foi para citar o nome de Conceição Nogueira¹², que possui um artigo com discussões muito semelhantes a um dos temas que ela vinha desenvolvendo na entrevista. Acredito também que a empatia com Neuza se deu com maior facilidade pelo fato de ter citado que trabalhei com Andréa Zanella, sua amiga por meio da ABRAPSO, de quem falou bem nessa ocasião. Ao fim da entrevista, a informante solicitou a referência completa do texto que citei e pediu para que a mantivesse informada sobre o curso da tese, falando da importância de um estudo como esse para os pesquisadores em psicologia.

A entrevista seguinte foi com Sandra Azeredo, quando veio a Florianópolis para o II Encontro de Revistas Feministas, realizado no Hotel da CUT, na praia de Ponta das Canas no mês de agosto de 2002. Conforme combinado por e-mail, encontrei-a pela manhã no saguão do Hotel e nos dirigimos a uma sala de conferências para a realização da entrevista. Enquanto nos acomodávamos por lá, fui falando sobre minha pesquisa, sobre as pessoas que já havia entrevistado e sobre o que tinha lido de sua produção bibliográfica. No percurso da entrevista houve uma empatia mútua, desencadeada por algumas perguntas e comentários de minha parte e por reflexões que Sandra foi desenvolvendo a partir delas. Pelo fato dela estar estudando o autor russo Lev S. Vygotski, o qual conheço bem, pudemos refletir juntos sobre questões teóricas de interesse comum, o que favoreceu o desenrolar de questões e discussões referentes à minha tese. Com o fim da entrevista, despedimo-nos e Sandra decidiu ir caminhar na praia, solicitando a mim a indicação do caminho até lá. Posteriormente, continuamos o contato por e-mail, com a troca de bibliografias e informações sobre nossas pesquisas.

¹² Professora da Universidade do Minho, em Portugal. Citei seu artigo de 2001 (Nogueira, 2001). Posteriormente, em 2003, Conceição Nogueira foi convidada para uma conferência no XII Encontro Nacional da ABRAPSO, associação na época presidida por Neuza Guareschi.

Com o início do semestre letivo de 2002 e devido à minha excessiva carga de trabalho, fiquei um bom período sem realizar novas viagens para as entrevistas. Apenas no mês de setembro, quando fui a São Paulo/SP para o I Congresso Nacional de Psicologia tive oportunidade de continuar com esse processo. Após contatos anteriores por meio de correio eletrônico, marquei uma entrevista com Fúlvia Rosemberg, realizada na PUC-SP, onde trabalha como professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Minha ansiedade era grande antes dessa entrevista, pela importância da obra desta pesquisadora para o campo de estudos sobre mulher e gênero no Brasil e pela densidade de seu currículo científico. Encontrei-a na saída de uma aula no período vespertino e nos dirigimos para uma outra sala nos corredores do programa de pós-graduação em que trabalha. No caminho, fui lhe contando os objetivos de meu trabalho e expliquei-lhe o tipo de informações que buscava. Já na sala, enquanto fumava, bebia café e comia bolachas salgadas, Fúlvia foi me contando sua trajetória política e científica, ressaltando sua participação no feminismo, seu trabalho na Fundação Carlos Chagas e sua perspectiva de trabalho com pesquisadora. Ao fim da entrevista, indicou-me que fosse até o setor de fotocópias em que possuía uma pasta com materiais bibliográficos e fizesse uma cópia de seu memorial e de alguns textos que ilustravam sua forma de investigação e de outros que tinham importância histórica na constituição do campo de estudos sobre mulher.

A próxima entrevista só se realizou em fevereiro de 2003, quando fui novamente à Porto Alegre para entrevistar Nara Bernardes, que se dedicava naquela semana à conclusão do relatório para a CAPES sobre as atividades e condições do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC, que coordenava na época. Encontrei-a na hora marcada e fomos até o Laboratório de Informática, onde havia ar condicionado para abrandar o calor excessivo daquele dia. Logo que lhe expliquei os objetivos da pesquisa, ela iniciou falando da importância dessa pesquisa para o campo de estudos de gênero na psicologia, passando em seguida pelo detalhamento de sua trajetória pessoal, política e acadêmica. Ao fim da entrevista, disponibilizou uma cópia de sua tese de doutorado, falando um pouco desse trabalho e das circunstâncias em que foi feito.

Ao chegar em Florianópolis, comecei a fazer ligações telefônicas para Minas Gerais no intuito de verificar se naquela mesma semana de minhas férias as pesquisadoras mineiras que havia selecionado pela literatura poderiam me conceder entrevistas. Com a agenda bem planejada para três encontros, segui para Belo Horizonte, aproveitando a longa viagem de ônibus para uma última leitura dos textos e currículos das pessoas que encontraria por lá.

Assim que me hospedei em Belo Horizonte, liguei para Marília da Mata Machado e dirigi-me para sua casa, onde fui recebido por ela e seu filho. Logo que cheguei, tive uma impressão semelhante a que senti na casa de Tânia Galli Fonseca em 2002, pela presença forte da arte na decoração da casa. Reparei também o livro de Pierre Bourdieu *La misère du monde* aberto na mesa central da sala. No início de nossa conversa, Marília quis buscar o plano de ensino da disciplina que havia comentado como a que inauguraria a introdução das questões feministas como pauta de uma disciplina num curso de graduação em psicologia. Achemos em seus arquivos, num armário rigorosamente organizado, os planos de ensino de duas diferentes versões desta, o que muito me surpreendeu, pois se tratava de um documento guardado por 24 anos. Após, fomos à biblioteca de sua casa, onde a entrevistada selecionou alguns livros e textos, presenteando-me com aqueles de sua autoria que falavam na história do setor de psicologia social da UFMG. Tudo isso acabou me tranquilizando, pois estava um tanto preocupado em entrevistar uma *expert* em entrevista de pesquisa¹³. No momento da entrevista, discutimos com maior ênfase essa história e os desdobramentos que levaram à proposição da disciplina “Psicossociologia da Mulher” em 1978 junto ao departamento de psicologia de sua universidade. Com o término da entrevista, fomos à cozinha tomar chá e acabamos conversando mais, sobre a carreira docente e sobre as experiências de trabalho atuais da informante, junto ao Laboratório de Psicossociologia da UFSJ. É também interessante o quanto as questões relacionadas às temática de gênero e mulher eram sempre remetidas à parceira

¹³ Marília Machado é autora de um livro intitulado “*Entrevista de pesquisa: a interação pesquisador/entrevistado*”, publicado pela editora C/Arte em 2002.

e amizade que Marília possui com Sandra Azeredo, bem como com Maria Ignez Moreira, chamada carinhosamente por ela de “Pitucha”.

Na manhã seguinte fui até à UFMG, encontrar-me com Maria Lúcia Miranda Afonso, com quem havia marcado a próxima entrevista. Esperei-a ao lado da sala de reuniões do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, coordenado na época por ela, até que fui chamado para ir a seu encontro. Já no início da entrevista, procedi como de costume e comentei sobre as pessoas que já havia entrevistado e o quanto ela já havia sido citada por parte das demais informantes. No decorrer da entrevista, seus relatos centraram-se em seu trabalho no programa de dotação para pesquisa sobre mulher da Fundação Carlos Chagas, sobre suas relações com o feminismo e sobre questões de ordem teórica no campo de estudos de gênero. A princípio, nossa combinação é que meu trabalho ocuparia apenas uma hora de sua agenda diária. Contudo, no decorrer da entrevista, ela mesma fez questão de se alongar e cancelou um compromisso, dizendo estar apreciando o resgate proporcionado por aquela oportunidade. Diante disso, aprofundamos alguns aspectos de sua trajetória profissional e discutimos mais as circunstâncias da produção de alguns de seus textos. Ao fim da entrevista, conversamos sobre o estado atual de minha pesquisa e sobre as pessoas que ainda seriam entrevistadas.

Saindo dali fui imediatamente procurar um táxi, pois tinha outra entrevista, agora com Maria Ignês Moreira, marcada para o início da tarde na PUC-MG onde trabalha como professora, pesquisadora e coordenadora adjunta do curso de psicologia. Logo que a encontrei na cantina dessa universidade, surpreendi-me, pois não esperava encontrar uma pessoa tão jovem. Feitas as devidas apresentações, fomos até uma sala do departamento de psicologia para a entrevista. Sua fala se deu cronologicamente organizada e com riqueza de detalhes sobre sua trajetória profissional, de modo que quase não a interrompi para comentários ou perguntas, considerando que minhas questões estavam sendo contempladas em seus depoimentos. Com o término da entrevista, conversamos sobre o trabalho de outras pessoas já entrevistadas e nos despedimos, com a promessa posteriormente cumprida de que ela enviaria por correio alguns de seus textos para mim.

A próxima entrevista foi com Maria Eunice Guedes, numa sala de reuniões do Hotel Castelmar, em Florianópolis, durante o II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, ocorrido nessa cidade em maio de 2003. Consegui o contato com ela através de e-mail, mas nos desencontramos no decorrer dos dias do evento. Felizmente, uma amiga comum, Miriam Santin¹⁴, conseguiu localizá-la e me apresentou a ela, quando pudemos realizar a entrevista. No início de seus depoimentos ressaltou, como outras entrevistadas já o tinham feito, a importância da pesquisa para o campo, logo passando pela descrição de sua trajetória política e profissional. Deixou claro seu pioneirismo no norte do Brasil no campo de estudos de gênero na psicologia, bem como, descreveu as circunstâncias de produção do importante texto “Gênero: o que é isso?”, que teve um papel significativo na divulgação dos estudos de gênero e das idéias de Joan Scott entre pesquisadores e profissionais da psicologia. Durante a entrevista também tive a oportunidade de apresentar-lhe minha co-orientadora, a professora Miriam Grossi, que agradeceu sua disponibilidade em contribuir para minha pesquisa.

Em junho desse mesmo ano, com ajuda de minha orientadora, consegui marcar duas entrevistas com pesquisadoras ligadas ao Instituto de Psicologia da USP, a saber, Vera Paiva e Sylvia Leser de Mello. Sabendo do interesse de meu colega Leandro Castro Oltramari¹⁵ pelo trabalho de Vera Paiva, convidei-o para viajar comigo para conhecer o NEPAIDS (Núcleo de Estudos para Prevenção da AIDS), coordenado pela pesquisadora. Ao chegarmos lá na hora marcada, fomos comunicados pela secretária do instituto que Vera se atrasaria e que poderíamos esperar em sua sala. Leandro e eu, entusiasmados pela oportunidade de conhecer os bastidores de sua produção científica, ficamos na sala observando os livros, revistas e objetos ali dispostos, comentando entre

¹⁴ Doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, professora da UNOCHAPECÓ e participante da Rede Feminista de Saúde.

¹⁵ Professor do Curso de Psicologia da UNISUL e aluno do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC.

nós sobre o que víamos. Reparei, por exemplo, a presença de periódicos do campo da saúde coletiva e HIV e observei as fotos de família (com o irmão Marcelo Rubens Paiva) coladas na parede. Com a chegada de Vera, apresentamos-nos e comentei sobre minha pesquisa, conforme a rotina já realizada nas demais entrevistas. Vera iniciou seu depoimento descrevendo sua trajetória desde o período da graduação, falando de sua atuação na política no campo dos direitos humanos e o modo como entrou no campo da pesquisa sobre a vulnerabilidade ao HIV e os fatores ligados ao gênero. Enfatizou muito sua preocupação em produzir conhecimentos voltados a promover a emancipação humana e os desdobramentos de suas pesquisas para a questão dos direitos humanos.

Com o término da entrevista, deixei-a conversando com Leandro e fui ao encontro de Sylvia Leser no LEFAM (Laboratório de Estudos da Família, do Gênero e da Sexualidade), onde esta já me esperava. Nos apresentamos e Sylvia comentou que não teria muito tempo, pois iria a uma reunião importante ainda naquela tarde. Procurei, assim, expor logo os objetivos de minha pesquisa e apresentar minhas questões. Seus relatos centraram-se em sua trajetória acadêmica enquanto filósofa, sobre suas contribuições à psicologia, sua pesquisa com mulheres trabalhadoras e ainda sobre suas ex-orientandas de doutorado Ângela Arruda, Vera Paiva e Maria Juracy Filgueiras Toneli. Sylvia enfatizou bastante sua perspectiva de investigação sobre as camadas populares e destacou a importância da obra de Hanna Arendt para seu trabalho. Ao fim da entrevista, perguntou sobre minha orientadora, indicou algumas bibliografias e desejou uma boa viagem de volta ao Sul.

A última entrevista foi com Maria Juracy Filgueiras Toneli, realizada no início de dezembro de 2003 em sua sala no Núcleo de Pesquisa Modos de vida, Família e Relações de Gênero, no Departamento de Psicologia da UFSC. Deixei-a por último pelo fato de priorizar em meu planejamento as entrevistas que demandariam a realização de uma viagem e pelo fato de já anteriormente conhecer razoavelmente sua trajetória profissional. Na ocasião estávamos ambos ansiosos, pela estranheza que causa a situação de dois amigos envolvidos em uma entrevista de pesquisa. Juracy já conhecia minha pesquisa

e sabia o tipo de informação que eu buscava, de modo que a entrevista fluiu sem que precisasse intervir com muitas questões. Seu maior destaque foi em questões relacionadas a sua trajetória pessoal e profissional, em discussões teóricas e nas temáticas de suas pesquisas atuais. Ao encerrarmos a entrevista, Juracy comentou que estava muito interessada em meu trabalho e apontou para a importância desse mapeamento para o trabalho de pesquisadores desse campo.

Embora cada entrevista tenha transcorrido de maneira particular, há aspectos comuns entre elas que foram possíveis de ser identificados. Algumas vezes, por exemplo, comentava sobre aspectos ou leituras das obras das pesquisadoras no intuito de incentivar a descrição do percurso intelectual desenvolvido. Frente a isso eram comuns respostas como *“Você está me ajudando a me entender, ou seja, uma outra pessoa que me leu...”* (S.A., 9/07/2002). Outra entrevistada já de início relatou que *“gostaria de agradecer a oportunidade que tu estás me dando de falar um pouco sobre a minha trajetória, o meu modo de pensar, e meus encaixes dentro da ciência. Isso é útil porque é um momento que eu quero utilizar como uma reflexão e talvez eu vá dizer coisas que eu já saiba, mas que eu não sabia que eu sabia”* (T.G.F., 24/01/2002). Esses dois depoimentos ilustram o fato de que, de modo geral, é possível caracterizar o tipo de entrevista desenvolvido também como um momento reflexivo por parte das entrevistadas, sobre suas histórias de vida.

Nesse contexto, modestamente, compartilho dos sentimentos e reflexões registradas por Ecléa Bosi no livro *O tempo vivo da memória* (Bosi, 2003), sobre suas entrevistas na pesquisa sobre a memória social da cidade através de idosos, onde diz:

Narrador e ouvinte irão participar de uma aventura comum e provarão, no final, um sentimento de gratidão pelo que ocorreu: o ouvinte pelo que aprendeu; o narrador pelo justo orgulho de ter passado um passado tão digno de rememorar quanto das pessoas ditas importantes. // Ambos sairão transformados pela convivência, dotada de uma qualidade única de atenção. Ambos sofrem o peso de estereótipos, de uma consciência possível de classe, e precisam saber lidar com esses fatores no curso da entrevista. (Bosi, 2003, p. 61).

Ademais, várias vezes as entrevistadas teceram comentários que contribuíam para a melhoria do meu estudo. Indicações bibliográficas, apontamentos críticos e observações sobre questões teóricas foram uma constante das conversas fora do contexto da entrevista. Isso qualificou meu estudo, pelas possibilidades de acesso a novas questões e dados, não anteriormente previstos no planejamento da tese.

Da relação pesquisador e informante

Numa pesquisa onde a categoria gênero é central, não se poderia deixar de discutir a lógica social que caracterizou as relações construídas com as informantes na prática de investigação. Diferenças de gênero, de geração e, inclusive, de capital cultural, entre outras, caracterizaram as tramas sociais vividas no momento das entrevistas, as quais, sendo constitutivas dos resultados de pesquisa ora sistematizados, devem ser explicitados, embora consistam apenas na perspectiva do pesquisador. Como diz Bourdieu (1997, p. 713), o pesquisador

(...) não pode ignorar que é próprio de seu ponto de vista ser um ponto de vista sobre um ponto de vista. Ele não pode re-produzir o ponto de vista de seu objeto, e constituí-lo como tal, re-situando no espaço social, senão a partir deste ponto de vista muito singular (...). E é somente à medida que ele é capaz de se objetivar a si mesmo que pode, ficando no lugar que lhe é inexoravelmente destinado no mundo social, transportar-se em pensamento ao lugar onde se encontra seu objeto e tomar assim seu ponto de vista, isto é, compreender que se estivesse, como se diz, no seu lugar, ele seria e pensaria, sem dúvida, como ele.

O rigor aqui assumido, portanto, determina que o próprio pesquisador se dê conta de qual posição ocupa no universo social sobre o qual se debruça na investigação. Tarefa difícil, mas tomada como meta a ser sempre buscada nessa pesquisa, constituiu-se num desafio especial para a fase de análise do material reunido no decorrer do trabalho.

Cumprir notar que as informantes são pesquisadoras conhecedoras da prática de investigação científica, inclusive, das técnicas de entrevista. Estão habituadas a entrevistar, não exatamente, a serem entrevistadas para fins acadêmicos. Isso, certamente, facilitou a compreensão destas em colaborar

com esta pesquisa e a disponibilizar com satisfação as informações solicitadas. Por outro lado, exigiu o deslocamento de cada uma delas como sujeitadas àquilo que consiste em uma das tarefas mais corriqueiras da pesquisa, como submeter alguém a um roteiro de entrevista e a um planejamento estabelecido unilateralmente na condução de uma conversa com fins acadêmicos.

Essas características das trocas sociais que originaram uma parte das informações aqui analisadas, geraram em mim grandes receios e angústias. Entrevistar grandes pesquisadoras, *experts* no assunto que pauta essa tese, leva a uma maior responsabilidade, afinal, equívocos conceituais, problemas de condução da entrevista ou perguntas mal formuladas, são imediatamente identificadas por parte delas. Ainda que tais receios possam ser compartilhados com outras situações de pesquisa, há que se reconhecer que aqui esteve presente uma relação hierárquica, com base em diferentes capitais culturais e científicos, nos termos de Bourdieu (1983).

Esse autor analisa as assimetrias presentes na relação pesquisador e pesquisado, problematizando a posição superior que em geral o primeiro ocupa no momento da entrevista, em face do maior capital cultural de que dispõe sobre o assunto que pauta sua relação com os/as informantes (Bourdieu, 1998). Nessa pesquisa, essa relação também se inverte, sendo maior o capital cultural que as entrevistadas - pesquisadoras inter e nacionalmente reconhecidas no campo da psicologia social e estudos de gênero – possuem em comparação com o autor dessa tese. Todavia, isso se transformou numa vantagem desta pesquisa, pelo fato de ter permitido o acesso a fontes e contatos preciosos, gentilmente cedidos pelas entrevistadas, bem como por ter podido tomar as informantes quase como co-orientadoras honorárias da investigação ora apresentada.

Se de um lado, a lógica social da fase de campo desta pesquisa, implica a relação de identidade entre pesquisador e informantes, que compartilham da mesma profissão de docentes e pesquisadores, por outro, a relação de alteridade se estabeleceu com base nas categorias de gênero e geração. Sou classificado no sexo masculino e em uma geração que não viveu as transformações sociais reiteradamente citadas no curso da entrevista: anos de

pesada ditadura militar na década de 60, anos de intensa militância de choque feminista, maio de 68, entre outros eventos políticos e sociais. Minha vivência está limitada à repercussão dessas transformações nas décadas seguintes. Por isso, concordo com Bosi (2003), quando diz que

Às vezes falta ao pesquisador maturidade afetiva ou mesmo formação histórica para compreender a *maneira de ser* do depoente. Somos em geral, prisioneiros de nossas representações, mas somos também desafiados a transpor esse limite acompanhando o ritmo da pesquisa. (Bosi, 2003, p. 61)

Nesse esforço, constituinte de cada entrevista, alternavam-se e atravessavam-se os sentimentos de identidade e alteridade, de acordo com o assunto abordado. Enquanto que as discussões conceituais e metodológicas da psicologia social e estudos de gênero geravam sentimentos de proximidade, deixando-me mais à vontade para fazer breves comentários a partir de minha experiência, os assuntos que traziam a recordação de aspectos da trajetória política da entrevistada desde momentos mais remotos de sua vida, faziam emergir a diferença geracional entre os pares dessa relação. Do mesmo modo, os momentos em que algumas delas relatavam sua experiência de luta contra a dominação de gênero e de militância feminista, traziam o sentimento de não ter vivido o que ora se relatava, pelo fato de ser homem, estar no universo masculino e conhecer de fato apenas essa posição de sujeito.

Nesse sentido, essas questões levaram-me a compartilhar aquilo que discute Grossi (1992) a respeito das interpretações que a biografia e a subjetividade do pesquisador produzem em seu objeto do conhecimento. Disso decorre que, em suma, os resultados desta pesquisa são determinados pela posição de gênero e geração (entre outros lugares simbólicos) que caracterizam o pesquisador, devendo ser assim discutidos.

A respeito de geração, é importante considerar a complexidade desta categoria, que transcende às referências biológicas, englobando, sobretudo a dimensão sócio-cultural. As diferentes gerações de pesquisadoras aqui entrevistadas são classificadas a partir de demarcadores sociais, como a identidade de pensamento, que remete a um conjunto de referências intelectuais comuns e que se situam num dado momento histórico. O uso

desta categoria nessa tese levou, portanto, a uma estratificação que não segue necessariamente o dado etário, mas o papel desempenhado por cada uma das entrevistadas no processo de incorporação dos estudos de gênero na psicologia.

Há que se ter em vista o que estabelece Sirinelli (2002) sobre a categoria geração e os cuidados que seu uso exige. Não se trata de uma categoria que se comporta de modo estável e ordenado pelo tempo cronológico, mas de um processo flexível e que flui ao ritmo (ou arritmia) dos fenômenos sociais que a constituem. Seu peso é também bastante relativo, variando de acordo com as características e períodos do que se analisa, em termos históricos. A linearidade, portanto, para o autor, deve ser evitada na análise de qualquer movimento geracional investigado, tanto no aspecto de seu comportamento no tempo, quanto no que se refere aos fatores que lhe são constituintes. Alertamos Sirinelli que uma geração não é somente o produto das estruturas sócio-econômicas que a produzem, mas também é geradora de novas estruturas e processos sociais.

3. O campo de estudos de gênero no Brasil: uma leitura

Aliada às categorias de geração, etnia e classe, gênero é atualmente uma categoria de análise social bastante utilizada nas ciências humanas e sociais. Sua utilidade conceitual abrange as análises sobre a influência da categoria gênero, tanto na constituição da ordem social quanto na produção de subjetividades. Trata-se também de uma categoria que implica uma perspectiva interdisciplinar e que visa contemplar uma análise histórica e cultural dos valores associados a masculinidades e feminilidades.

Em realidade, as questões de gênero são um objeto de estudo de grande tradição nas ciências sociais, sobretudo na antropologia. Os estudos de Mead, Bateson e Malinowski, por exemplo, já realizavam discussões que foram enquadradas posteriormente nos estudos de gênero, pelo fato de elegerem a então chamada “divisão dos papéis sexuais” como um aspecto de análise importante nas pesquisas etnográficas de comunidades ditas exóticas. Como lembra Marta Lamas (1986, p. 174),

La antropología se há interesado desde siempre em como la cultura expresa las diferencias entre varones y mujeres. El interés principal de los antropólogos ha sido básicamente la forma en que cada cultura manifiesta esa diferencia.

A antropologia é, portanto, pioneira ao investigar a importância da categoria gênero na análise da organização social, particularmente através dos estudos de parentesco que tanto elucidam a constituição das diferentes sociedades humanas. Como pano de fundo destes estudos, há o debate sobre a relação natureza e cultura, para o qual cumprem o relevante papel de relativizar e problematizar as noções essencialistas/universalistas sobre masculino e feminino.

Mais recentemente tem se questionado o olhar androcêntrico de muitos dos famosos antropólogos homens, como Malinowski, que imprimiram em suas etnografias um peso maior ao universo masculino (Grossi, 1992). As antropólogas feministas vêm demonstrando e criticando esse viés, contribuindo

para esclarecer o lugar da mulher em diversas culturas e revelar o que não foi revelado pelos etnólogos homens. Questionando o modo como as mulheres foram representadas, a antropologia do gênero tem demonstrado ainda como a subjetividade atua como forma de conhecimento, alargando a contribuição desta área para o campo epistemológico (Suarez, 1997).

Já a sociologia entra nos debates associados à categoria gênero inicialmente através da análise da divisão sexual do trabalho na produção material e, posteriormente, na análise do viés androcêntrico da produção científica e da revisão do lugar da mulher na sociedade ocidental contemporânea. Mergulhada em pressupostos universais e totalizantes, presentes em boa parte das teorias sociais clássicas, a sociologia tem sido convidada por teóricas feministas a rever a articulação que faz sobre os fatores constituintes da sociedade e o os processos econômicos.

As teorias do patriarcado, como demonstra Aguiar (1997b), foram revistas pelas feministas, a partir da inclusão da categoria gênero como fator construtor de alianças e formas de poder da organização social (cf. Piscitelli, 2004). As análises sociológicas feministas sobre o conflito e a resistência e sobre as desigualdades de gênero na inserção profissional, embora tragam avanços significativos para esta ciência, têm sido, contudo, relegadas a segundo plano, argumenta a autora. Para Aguiar (ibid), a falta de diálogo entre as teorias feministas e os teóricos clássicos da sociologia, gera a cegueira desses últimos quanto à continuidade existente entre o capitalismo e o patriarcado, a qual constitui a separação das esferas pública e privada como universos marcados por relações assimétricas de gênero.

Conforme Adelman (2004), em seu estudo sobre o lugar das teorias feministas na sociologia, tem sido lenta e parcial a incorporação das contribuições do campo intelectual feminista¹⁶ nessa área do conhecimento.

¹⁶ Esse termo “campo intelectual feminista” aplica-se às teorias feministas e aos estudos de gênero, desde o momento em que predominava o uso da categoria “mulher” em meados da década de 70 até a emergência dos estudos de gênero no final da década de 80 e sua consolidação nos anos seguintes. Seguindo o que coloca Zanotta-Machado (1997), trata-se do campo que reconhece a dupla dívida com o feminismo e com os saberes disciplinares, partindo

Ainda permanecendo num “gueto” desta disciplina, os avanços dessas teorias não têm obtido a atenção compatível com a qualidade de seus avanços conceituais.

A história foi outra das ciências que incorporou as questões propostas pelo movimento feminista, através de pesquisadoras comprometidas com tais demandas sociais. Nesse caso, a pauta de análise partia do obscurecimento do papel da mulher no registro histórico documental e acadêmico. Seus esforços se deram no sentido de revelar o importante papel das mulheres nas lutas históricas e nas conquistas sociais de distintos grupos humanos, desconstruindo a noção de sujeito humano universal.

Rachel Soihet (1997) comenta a torrente de ambigüidades vividas pela história a partir da crítica ao universalismo da história oficial. Ao denunciar a incompletude da história, as feministas abriram o precedente para se fizesse o mesmo debate a partir das categorias de etnia, classe, sexualidade, etc, demandando enfoques historiográficos que incorporassem a diferença (cf. Pierucci, 1998). À parte desta questão, a grande transformação proposta pelo feminismo foi a incorporação da mulher, concomitantemente como sujeito e objeto da história.

Convém lembrar também que é de uma historiadora – Joan Scott - o artigo mais citado nas definições de gênero no Brasil, a saber, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (Scott, 1990). Além disso, a história social e a história cultural estão entre as disciplinas mais importantes para compreensão que os estudos de gênero promovem na investigação da violência de gênero, trabalho, conjugalidade, etc.

No conjunto de disciplinas que compõem a história como ciência, destaca-se aqui a história social. Preocupada com temáticas do universo

destes em sua organização. As categorias “mulher”, “mulheres”, “gênero” ou “relações de gênero” e também as designações de “estudos feministas”, “estudos da mulher” ou “estudos de gênero”, surgiram em diferentes momentos históricos desse campo e são o produto da tensão entre as dimensões da singularidade e da universalidade que sofreu o processo de construção desse campo, sendo cada um destes termos marcado por influências ora mais acadêmicas ora mais políticas (cf. Sorj, 2004).

cotidiano e com a esfera íntima e privada das relações sociais, a história social dá relevo às questões de gênero, promovendo subsídios para os demais campos disciplinares avançarem em suas análises. Autores como Alain Corbin e Michele Perrot, esta última também feminista, são referências fundamentais nesse campo.

A psicologia também se projeta nesse contexto, especialmente através de sua contribuição a respeito da importância da categoria gênero na constituição de subjetividades. Foi com um psicólogo, Robert Stoller, que em 1968 se demonstrou a independência entre a identidade de gênero e o sexo. Preocupada com a gênese das diferenças sexuais e com o que chama de desvios da sexualidade, essa ciência busca compreender quais fatores intervêm na origem dos caracteres masculinos e femininos no desenvolvimento da personalidade.

Para Unger (1993), na psicologia o sexo é tratado ora como dado biológico, por parte de perspectivas behavioristas, ora como estímulo social, em estudos cognitivistas. A forma mais comum de incorporar a categoria gênero, no entanto, é reduzi-la a mera variável de estudos experimentais. Segundo a autora, muitas questões que batem à porta da psicologia são logo excluídas pela estreiteza do campo de possibilidades de análise que os pressupostos e conceitos dessa ciência impõem, o que talvez explique a demora da psicologia em incorporar efetivamente categorias sociais como gênero e etnia.

Cumprir notar a importância da psicanálise para os estudos de gênero, bem como para a compreensão dos processos simbólicos inconscientes na constituição do sujeito. A psicanálise permite avanços significativos na interface das questões de gênero com a subjetividade humana. Contudo, se o feminismo tem buscado constituir o diálogo com a psicanálise, não podemos dizer o mesmo da psicanálise brasileira em relação às questões feministas, como argumentam Lo Bianco e Almeida (1997). Essa articulação ainda é mais comum na literatura internacional, onde autoras como Nancy Chodorow, Juliet Mitchell e Jane Flax, representam a riqueza que essa interface pode oferecer aos estudos de gênero (Cf. Lago, 2001).

Vale destacar, entretanto, que as contribuições destas diferentes áreas do conhecimento se atravessam e se influenciam mutuamente, de modo que é pouco eficaz demarcar temáticas exclusivas de uma área do conhecimento em particular. É difícil, ademais, restringir os temas citados como os mais fundamentais em suas respectivas áreas, podendo-se apontar uma série de outros pertinentes aos estudos de gênero nas ciências sociais e humanas (cf. Aguiar, 1997). Faz-se necessário dizer também que não há posições teóricas homogêneas nos debates de gênero, coexistindo perspectivas contrastantes e mesmo opostas em torno das questões analisadas. O que desejo salientar é o caráter interdisciplinar e pluralista dos estudos de gênero, cuja compreensão exige o intercruzamento e a integração das contribuições de campos disciplinares distintos.

A construção do gênero como categoria de análise

O conhecimento científico, em grande parte das vezes, atende a demandas históricas e sociais. A categoria gênero não foge à regra, tendo sido construída a partir de reflexões originalmente desencadeadas nos movimentos sociais. No caso, foi no movimento feminista que se desencadearam os primeiros debates em torno das temáticas que caracterizam os estudos de gênero.

Conforme Souza-Lobo (1991) o movimento feminista têm sua gênese em mulheres identificadas com o ideário da cidadania e da igualdade de direitos e que compartilham, em maior ou menor grau, de experiências de dominação que almejam ver superadas. No Brasil, o agrupamento das mulheres em torno de questões feministas se fez pela convergência de interesses de distintos grupos, a partir do final da década de 70. Dentre eles, conforme a autora,

- (a) os grupos feministas formados no exílio por mulheres ligadas a organizações de esquerda; (b) os grupos de autoconsciência formados durante os anos de repressão, agrupando, sobretudo, intelectuais que exerciam distintas profissões; (c) grupos formados por militantes, simpatizantes ou egressas das organizações de esquerda no Brasil, próximos do que na França é caracterizado com tendência 'luta de classes' (...). (p. 9)

Na luta pela igualdade de direitos e oportunidades, essas mulheres organizaram-se enquanto um movimento social, cuja ação engloba várias frentes e formas de inserção nos espaços públicos. Embora seja influenciado por outros movimentos sociais (o operário, por exemplo), seus contornos são bastante singulares, trazendo demandas de transformação, tanto das esferas públicas quanto das privadas.

Grossi (1998) acrescenta que os movimentos feministas surgiram a partir da crítica à subordinação das mulheres à hegemonia masculina no trabalho e na família, entre outros fatores. Denunciando a invisibilidade da mulher nesses contextos sociais, estes movimentos se constituíram no esforço de ampliação da participação da mulher nos diversos espaços sociais e políticos.

No Brasil, o movimento feminista tem, entre suas primeiras aparições, o sufrágio, do qual resulta a conquista do direito das mulheres ao voto, a partir de 1932. Sua expressão mais conhecida, contudo, ocorre nos anos que sucederam a ditadura militar, num período de grande efervescência política. A repercussão dos acontecimentos do mês de maio de 1968 na França e o clima político tenso desse período contribuíram para que esse movimento ressurgisse no Brasil com contornos marcados pelo ensejo de mudanças culturais mais amplas e por discursos de oposição à ordem social vigente. Não é à toa, portanto, que o novo feminismo brasileiro venha a se articular com uma série de outros movimentos políticos críticos ao regime militar e à situação social do país, como o movimento contra a carestia e, mais tarde, o movimento pela anistia política (Pinto, 2003).

Cumprido notar, por outro lado, que o engajamento político se deu mais propriamente por parte de mulheres pertencentes às camadas médias de grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. A partir da derrota dos movimentos de esquerda e pela impossibilidade de exercer a militância política, os grupos de reflexão feminista começam a aparecer para essas mulheres como uma alternativa de ação, no caso, inspirada no que acontecia em outros países como os Estados Unidos e a França (Idem). Tratava-se de grupos de mulheres que se reuniam para discutir temas associados a sua condição de mulher, cujo objetivo era compartilhar

experiências e promover a consciência das situações de dominação em que viviam, de modo a construir alternativas para sua superação, a partir de lutas coletivas.

O ano de 1975 é chave nesse processo, sobretudo por ter sido escolhido pelas Nações Unidas como o Ano Internacional da Mulher, criando uma série de oportunidades para se promover maior visibilidade ao feminismo. À medida que o Brasil caminhava rumo à democratização, o feminismo se expandia com o aumento do número dos grupos de reflexão feminista, com a conquista de espaços de veiculação das idéias feministas junto à mídia e com a criação de Conselhos da Condição da Mulher que atuavam em parceria com órgãos governamentais (idem).

O feminismo brasileiro é, no entanto, um movimento heterogêneo, distribuído em diferentes vertentes conceituais e propostas políticas. Goldberg (1989), analisando o surgimento e a evolução das reflexões feministas, identifica três paradigmas que marcaram o surgimento do campo intelectual feminista no país:

- 1) O paradigma modernizante, pautado pelo ensejo de construir relações igualitárias entre os sexos, onde questões relacionadas à sexualidade, conjugalidade e ao cotidiano tinham grande peso;
- 2) O paradigma evolucionista que, no horizonte de transformações sociais de maior calibre, via na luta feminista um foco significativo para a superação do *status quo*;
- 3) O paradigma estruturalista, mais evidente nas primeiras formas de inserção do feminismo na academia, que concebia as idéias sobre a inferioridade feminina como derivadas das estruturas básicas do sistema capitalista.

Conforme a autora, tais paradigmas se expressam na constituição e consolidação do campo intelectual feminista, cuja gênese se dá mais significativamente na década de 70. Helieth Saffioti já tinha levado à academia uma parte das questões que fomentavam o feminismo, com sua tese orientada por Florestan Fernandes e defendida na USP em 1967. Entretanto, apenas na

década de 70 os estudos sobre mulher se consolidaram no Brasil, impulsionados pelos recursos vindos dos concursos da Fundação Carlos Chagas, voltados, de 1978 a 1998, para pesquisa no campo dos estudos sobre mulher e gênero. Contribuiu para esse processo o fato das feministas pertencerem em sua maioria às camadas médias urbanas com formação acadêmica, o que aproximou o movimento das instituições responsáveis pela produção científica brasileira (Sorj, 2004).

Conforme Costa (1994), até a década de 70 os estudos sobre mulher no Brasil encontravam-se numa espécie de limbo, inserindo-se em categorizações tradicionais das ciências sociais, as quais ocultavam seu caráter inovador. Suas discussões, por outro lado, acompanhavam os grandes temas das ciências sociais na época, a saber, o trabalho, a população e o desenvolvimento, investigados a partir das óticas marxistas e das teorias da dependência e da modernização.

De acordo com Donna Haraway (2004), embora sejam muitas as definições atuais de gênero, todas se enraízam na afirmação de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher”, bem como nas condições sociais que produziram o contexto no qual o feminismo emergiu como coletivo histórico de mulheres. Seu papel, antes de tudo, foi provocar a desnaturalização da diferença sexual em distintas esferas sociais, visando a emancipação das mulheres. Inseridos nesse esforço, para a autora, o marxismo e a psicanálise constituíram-se em referenciais fundamentais para que emergissem as reflexões iniciais que desencadearam a produção de um campo intelectual feminista.

No que tange ao marxismo, em entrevista à Judit Butler, Gayle Rubin relembra o momento em que, no período inicial da segunda onda do feminismo, os escritos de Marx e Engels eram o fundamento básico das reflexões sobre a opressão da mulher, compreendida como subproduto da opressão de classe, da invenção da propriedade privada e do imperialismo (Rubin & Butler, 2003). O impacto social e político dos novos movimentos sociais de esquerda e os pressupostos marxistas compunham o clima intelectual respirado pelas feministas na década de 70, resultando nos estudos

pioneiros sobre a divisão sexual do trabalho e nas primeiras reflexões que transcendiam aos conceitos marxistas e introduziam novos temas de gênero.

Ainda que permitisse às feministas superar o determinismo biológico para na reflexão sobre a identidade sexual, argumenta Linda Nicholson (2000), o marxismo limitava a possibilidade de transcender certas fronteiras conceituais. Segundo a autora, pelo fato de algumas leituras do marxismo preservarem certo universalismo na reflexão sobre a personalidade e o comportamento, o papel da biologia continuou como fundamento para o pressuposto da construção social das diferenças sexuais.

À medida que as questões pertinentes ao feminismo foram sendo incorporadas pela ciência e vice-versa, produziram-se novos campos científico sobre a condição da mulher na sociedade, começando a surgir na academia uma série de investigações, então chamadas de “*women’s studies*” nos países anglo saxões e na França caracterizados como os “estudos sobre relações de sexo”. Muitos destes estudos, conforme Grossi (1998), tinham naquele momento (décadas de 60 e 70) uma forte influência de teorias marxistas e compartilhavam de um caráter marcadamente essencialista no uso da categoria “mulher”. Nesse sentido, o foco maior recaía sobre a análise da divisão social do trabalho, através das categorias de público e privado como forma de investigação da restrição social da mulher ao espaço doméstico (Flax, 1994).

As primeiras teorias de gênero vindas dos Estados Unidos que chegaram ao Brasil trabalhavam dentro de uma lógica funcionalista, com base nas categorias de ‘papéis’ e ‘diferenças’ sexuais, analisando sociologicamente a instituição familiar. Suas grandes contribuições foram a crítica às visões essencialistas da biologia e da psicologia e a produção da concepção de identidade de gênero, a partir da noção de que os indivíduos se produzem e são produzidos através da vida social.

A partir da década de 80 começa a ser mais divulgado o conceito de “relações de gênero”, na tentativa de contemplar o caráter relacional das questões investigadas e a dimensão social e cultural das identidades subjetivas (Grossi, 1998). Conforme Grossi e Miguel (1999), o conceito de gênero aparece quando as ciências sociais ampliam o foco sobre o isolamento feminino e

sobre a vitimização da condição da mulher nas análises feministas tradicionais, considerando que as questões até então propostas diziam respeito também aos homens (Costa *et al*, 1985). Foi quando se resgatou da área da literatura o termo “gênero”, que também já havia aparecido em 1963 na obra de Robert Stoller (cf. Haraway, 2004; Stoller, 1993).

Resgatado por teóricas feministas como Marta Lamas (Cf. Lamas, 1986), o termo proposto por Stoller acabou representando um importante avanço, permitindo a inclusão de novas temáticas de investigação, como a masculinidade. Com base em argumentos psicogenéticos inspirados na psicanálise, o autor demonstrou a existência de um núcleo sólido de identidade de gênero constituído nos primeiros anos vida dos sujeitos e independente de seu sexo. Isso favoreceu a superação de perspectivas essencialistas em vigor nos estudos feministas, pelo fato da categoria gênero vir não apenas para substituir a categoria mulher, mas para superá-la conceitualmente (Nicholson, 2000).

Um dos estudos pioneiros no campo da antropologia sobre a distinção sexo e gênero foi o de Gayle Rubin, para quem é preciso verificar e analisar o *“conjunto de disposiciones por el que una sociedad transforma la sexualidad biológica en productos de la actividad humana, y en el cual se satisfacen esas necesidades humanas transformadas”* (Rubin, 1986, p. 97). Trata-se, como argumenta a autora, de uma economia de sexo e gênero, cujo mecanismo político age mantendo determinadas convenções em torno da sexualidade. As análises de Rubin foram amplamente utilizadas como referências de grande utilidade para os estudos de gênero. Sua contribuição maior foi o conceito de sistema de sexo e gênero, que representou um grande apoio aos argumentos empreendidos pelas teóricas feministas em favor de uma perspectiva construcionista de gênero. Nesse ponto de vista, a diferença sexual é apenas o ponto de partida de um processo maior de construção social das

convenções sobre as práticas sexuais e sobre a relação assimétrica entre masculino e feminino, que se funda nas estruturas de parentesco¹⁷.

Mais tarde começam a proliferar no campo intelectual feminista os estudos sobre sexualidade e gênero. A partir de estudos produzidos por autores como Thomas Laqueur, a própria imutabilidade do sexo começa a ser questionada. Concomitantemente, as teorias de Donna Haraway, questionando a noção universal de mulher começam a se tornar conhecidas entre as estudiosas do gênero. Do mesmo modo, esse campo começa a ser mobilizado pelos primeiros textos de Judith Butler que rediscutem a oposição natureza e cultura, tão cara aos primeiros estudos de gênero. A denúncia do androcentrismo dos pressupostos universalistas ganha fôlego nesse período, enunciando formas alternativas às noções modernas de mundo e de indivíduo (Nogueira, 2001).

Atualmente a mais difundida definição de gênero no Brasil é a de Joan Scott, autora de um texto que se tornou referência obrigatória nesse campo. Neste texto, a autora conceitua gênero enquanto uma dimensão constitutiva das relações sociais, fundada na percepção das diferenças sexuais (Scott, 1990, p. 14). A partir desta concepção, Scott destaca também a importância do poder enquanto um fator significativo nas trocas sociais, no jogo de forças e de simbolismos que dão sentido a essas relações.

Nesse breve percurso histórico, é preciso considerar as contradições que marcam a própria difusão da categoria gênero. Nicholson (2000) analisa as transformações do significado de gênero no campo feminista, mostrando como essa categoria surge em oposição à de sexo, como recurso intelectual para superar concepções que tomavam a biologia como fator preponderante das diferenças sexuais na compreensão dos fatores constituintes do comportamento e da personalidade. Posteriormente, discute a autora, esse debate engloba as noções de corpo, que passa a ser visto também como

¹⁷ Para uma revisão mais aprofundada do impacto das idéias de Gayle Rubin no campo intelectual feminista, sugiro conferir a leitura de Haraway (2004), Piscitelli (2004) e a entrevista desta autora à Judith Butler, no *Cadernos Pagu* nº 21.

construção social generificada, embora tal pressuposto suponha superar a própria idéia de que o sexo é uma substância estável sobre a qual o gênero se produz. Contudo, diz Nicholson, “o ‘sexo’ permanece na teoria feminista como aquilo que fica fora da cultura e da história, sempre a enquadrar a diferença masculino/feminino” (p. 10).

É também importante, nessa apresentação do campo teórico dos estudos feministas e de gênero apontar para sua heterogeneidade. Seguindo o esquema de Lia Zanotta Machado, podemos distinguir duas grandes correntes teóricas entre as autoras feministas: as ‘igualitaristas’, surgida na década de 60 e as ‘diferencialistas’, cuja emergência se deu entre os anos 70 até metade dos 80 (Zanotta-Machado, 1997). Enquanto a primeira preocupa-se mais em argumentar em favor da luta pela igualdade de valor e direitos entre os sexos, enfatizando a denúncia e análise dos processos de dominação masculina, a segunda afirma a necessidade de reconhecer-se a diferença e especificidade radical das mulheres, seja explicando-a do ponto de vista biológico ou cultural. Na literatura é constante a referência entre esses dois tipos, sendo o primeiro de maior abrangência na França e o segundo nos países anglo-saxões. Tais correntes, para a autora, teriam vindo historicamente nessa ordem, embora haja mais recentemente a convivência paralela entre estas diferentes vertentes feministas na contemporaneidade.

Conforme Zanotta-Machado (1992), haveria ainda a possibilidade de uma terceira corrente, na qual os enunciados são pautados pela exaltação da multiplicidade das diferenças e alteridades, pondo em questão tanto as singularidades quanto a universalidade. Seu surgimento seria um resultado avançado da intersecção da academia com o feminismo, só se concretizando na medida em que se superem as contradições da interlocução entre as duas instâncias e os dilemas e impasses da pesquisa interdisciplinar.

No caso do Brasil, é importante ressaltar o fato de que só com a abertura política se tornou possível a emergência dos movimentos sociais, de tal modo que os movimentos feministas e a produção científica sobre mulher e gênero acabaram sendo praticamente concomitantes. Por conseguinte, essas

vertentes influenciaram de uma só vez a constituição dos estudos de mulher e de gênero (Zanotta-Machado, *idem*).

Mesmo assim, o mais importante é que,

Para além de todas as diferenças entre as feministas e os feminismos, as correntes feministas colocaram o problema do acesso das mulheres à posição de sujeito: sujeito político e sujeito crítico a um saber científico. Inscrição de um pensamento utópico que se quer sujeito político e sujeito enunciador da palavra. E que a partir dessa postura é que enuncia um repensar sobre as noções e os usos da alteridade e da subjetividade nas modalidades de fazer ciência. (Zanotta-Machado, 1997, p. 102)

Um outro aspecto importante da diversidade teórica no campo de estudos feministas e de gênero se deve à posição de cada autor ou autora sobre as tradições teóricas modernas e pós-modernas. Boa parte das teorias feministas assume o ponto de vista pós-moderno, inspirando-se nas abordagens desconstrucionistas propostas por autores que fazem a crítica à modernidade e aos pressupostos que subjazem aos princípios individualizantes e universalistas do ocidente.

O pós-modernismo como proposta para redefinição das pesquisas femininas, tem como uma de suas representantes a psicanalista norte-americana Jane Flax. Para a autora, a riqueza da crítica feminista à racionalidade moderna está em promover a superação de todo tipo de explicação totalizante das relações de gênero. Mais vale, para ela, o pressuposto de que o conhecimento é sempre plural (Adelman, 2004). A estratégia desconstrucionista foucaultiana é a que Flax adota para a redefinição dos conceitos modernos universalistas e para considerar a ambigüidade e a multiplicidade como dimensões intrínsecas da análise feminista, bem como para revelar aspectos até então desconsiderados pelo viés androcêntrico da ciência (Flax, 1994). Sua forma de analisar o conhecimento desafia o ponto de vista filosófico, engendrando um modo de compreender o conhecimento em seus efeitos políticos, subjetivos e de poder.

Com base na crítica a teóricos como Rorty e Derrida, Flax (1990) enfoca a falta de clareza dos autores citados sobre importantes aspectos da

subjetividade na constituição dos sujeitos¹⁸. Para ela um dos limites principais do discurso pós-moderno se assenta na perspectiva equivocada sobre um “eu” nuclear ou unitário, que à luz da psicanálise e das teorias feministas atuais não faz sentido. Por outro lado, boa parte dos autores que são classificados nessa tradição teórica se isentam de problematizar suficientemente as questões de gênero em seus pressupostos sobre o sujeito e a modernidade. Nesse sentido, o esforço teórico feminista, no horizonte de superação das desigualdades de gênero, embora resgate essa abordagem desconstrucionista e seu potencial emancipador, deseja avançar na direção da crítica ao indivíduo moderno, revelando o gênero com o fator constituinte da cultura ocidental contemporânea.

A partir da década de 90 do século passado, iniciou-se um debate polêmico e ainda em vigor cuja proposta é a criação de uma epistemologia feminista. Tal proposta é encabeçada por teóricas feministas, algumas identificadas com as teorias pós-modernas, que fazem a crítica à ciência e aos postulados da modernidade, apontando para uma cultura e forma de conhecimento de mulheres (Arruda, 2002) ou para noção de conhecimento situado (*standpoint theory*) (Nogueira, 2001). Uma de suas estratégias para a construção de uma ciência que faça valer a contribuição do feminismo é a valorização das diferenças e a crítica radical aos modelos ditos androcêntricos de produzir conhecimento. Nesse contexto, o próprio conceito de gênero é criticado por uma parcela destas teóricas, as quais defendem que esse conceito não dá conta de explicitar a realidade da dominação masculina. Chega-se, por exemplo, a se propor o resgate da categoria de “mulher”, como a que efetivamente representa a radicalidade do movimento feminista.

Piscitelli (2004) analisa esse processo de retomada da categoria mulher no campo intelectual feminista, apontando para a distinção que algumas estudiosas feministas fazem entre sua posição e aquelas das chamadas

¹⁸ Para compreender melhor o contexto dos argumentos desenvolvidos por Jane Flax, sugere-se a leitura de Adelman & Grossi (2002).

“generólogas”, que utilizam a categoria gênero (ibid, p. 60). Segundo a autora, a retomada da categoria mulher, portanto, serve a fins políticos, pelo fato de superar os usos da categoria gênero considerados perversos pelas feministas radicais, como a sua utilização nos estudos de masculinidade. O objetivo principal perseguido por essas pesquisadoras feministas, segundo a autora, é transformar os discursos, práticas e trocas sociais nas quais a categoria mulher é construída de uma maneira que implica a subordinação. Nesse sentido, fica evidente o fato de que a o ativismo feminista e as formulações teóricas desse campo intelectual nem sempre caminham juntos, bem como a diversidade de proposições feministas, entre as ditas “mulherólogas” ou “generólogas” (Cf. Goldberg, 1989).

Concomitante às tensões internas do campo das teorias feministas e de gênero, existem também as tensões entre tais estudos e os demais campos teóricos das ciências sociais e humanas. Analisando a forma de tratamento das contribuições das teorias feministas às ciências humanas e sociais, Bordo (2000) alerta para o deslocamento das primeiras para campos marginais e adjacentes das segundas. A produção teórica das feministas é muitas vezes reduzida a questão *das mulheres*, da categoria gênero, perdendo seu valor como estudo para “*a transformação na concepção filosófica do self e do mundo*” (ibid, p.12), enfim, como crítica da cultura. Embora não sejam de todo menosprezadas, as teorias feministas ficam na maior parte das vezes localizadas no campo do “outro”, ou seja, dos estudos que contribuem com análises consideradas complementares.

O mesmo deslocamento da perspectiva feminista aparece nos debates sobre modernidade e pós-modernidade. Bordo defende que também tem sido relegado o pioneirismo das teóricas feministas que denunciaram que o “Homem é realmente o homem”, inaugurando a crítica aos modelos de verdade e razão modernos. Embora as feministas venham destacando desde o início da década de 80 o androcentrismo dos modelos de análise modernos, apontando as insuficiências dos conceitos modernos de razão, sua contribuição novamente é figurada como adjacente. São autores como Derrida, Rorty e Baudrillard que recebem o crédito pela crítica ao modelo moderno de

conhecimento, sendo atribuído às feministas apenas o mérito de terem analisado o aspecto sexista das ideologias modernas.

Estudos de Gênero no Brasil

No Brasil, foi na década de 80 que a produção acadêmica sobre mulher e gênero tomou impulso, especialmente no contexto dos programas de pós-graduação e nas publicações científicas, onde o número de teses e artigos sobre essas temáticas começou a aumentar significativamente. A produção científica do grupo ligado à Fundação Carlos Chagas já era bem difundida desde a década de 70, contudo, no ambiente acadêmico os estudos sobre mulheres ainda começavam a tomar fôlego.

A Região Sudeste do Brasil concentrou boa parte dessa produção, embora em todo país dezenas de núcleos de estudo e pesquisa sobre mulher/gênero tenham surgido, fomentando o debate acadêmico em torno destas questões (cf. Costa, 1994). Nesses núcleos de pesquisa, destacavam-se as temáticas violência e saúde, como as que mais recebiam atenção e investimento na produção do conhecimento. A estreita relação do feminismo com a academia favoreceu que a reflexão sobre os problemas sociais, políticos e culturais enfrentados pelas mulheres se tornasse mais refinada e conceitualmente fundamentada, embora muitas vezes esses dois contextos não mantivessem relações harmônicas.

As teorias de inspiração marxista contribuíram para ampliar o conjunto de temas investigados para além do contexto familiar. A antropologia feminista foi um campo de destaque nesse momento, difundida em parte através do livro *Mulher, cultura e sociedade* (Rosaldo & Lamphère, 1979). A já citada Gayle Rubin foi uma das autoras importantes desse período, trazendo o debate que articulava o pressuposto da produção das diferenças sexuais com o da opressão social. A idéia de ‘assimetria sexual’, vinculada à de ‘subordinação’ eram as mais fortes dessas teorias, servindo como categorias de análise de boa parte dos estudos feministas produzidos na época.

Como já foi discutido anteriormente, o marxismo foi uma referência básica do feminismo da época, em razão de seu vínculo com os movimentos

de esquerda que tinham esse paradigma como arcabouço teórico central (Rubin & Butler, 2003). Do mesmo modo, a psicanálise, embora considerada de modos bastante controversos no feminismo, constituiu-se para muitas feministas em fundamento para a reflexão sobre a constituição do sujeito e as relações de gênero (cf. Lago, 2001). Se para algumas a psicanálise é uma teoria androcêntrica, para outras, figura-se num importante referencial para pensar a dimensão generificada do sujeito.

Numa perspectiva histórica, é possível identificar como diferentes tradições teóricas fizeram parte da construção do campo intelectual feminista no Brasil. Conforme Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1995), a produção francesa esteve mais presente durante o início do campo de estudos sobre mulher, especialmente na sociologia do trabalho (Adelman, 2004). Entretanto, aos poucos, a influência norte-americana passa a tornar-se mais forte, trazendo consigo a rápida transição do uso hegemônico da categoria ‘mulher’ para o uso da categoria ‘gênero’.

Heilborn e Sorj (1995) em sua análise histórica da constituição do campo dos estudos de gênero no Brasil destacam os modos de institucionalização destes no país, apontando as contribuições do conceito de gênero para as ciências sociais e identificando as temáticas principais que tais estudos investigam.

Conforme as autoras, em contraste com outros países como os Estados Unidos, a relação dos movimentos feministas com as organizações científicas e departamentos de universidades se deu de maneira muito menos conflituosa. A universidade em geral era vista como um espaço para formação e aprimoramento da ação feminista, como demonstra, Jenny Vaistman (*apud* Aguiar, 1997), argumentando que a formação universitária está incluída no projeto feminista, como forma de garantir novos espaços para reflexão sobre a condição feminina. A esse respeito, Goldberg comenta que,

(...) a inexistência de um movimento de liberação radicalizado no Brasil do início dos anos 70 fez com que algumas intelectuais motivadas por um objeto de estudo ‘mulher’ tenham se lançado a ele sem muitas interrogações quanto à própria maneira de aborda-lo, sem denunciar o caráter sexuado de parâmetros teóricos e

metodológicos das disciplinas que o abrigaram, sem contestar a hierarquização de saberes e de poderes existentes nos espaços acadêmicos. (Goldberg, 1989, p. 43).

Como anteriormente citado por Souza-Lobo (1991), uma das ações mais intensas dos movimentos feministas deram-se através dos grupos de reflexão ou de consciência com mulheres, presentes em vários países, onde a pauta era a condição de subordinação da mulher. O objetivo destes grupos era promover a consciência de ser mulher dominada e fazer parte de uma coletividade feminina, politizando as questões consideradas de ordem privada (Aguiar, 1997). Muitos desses grupos foram constituídos junto às universidades, inclusive junto aos departamentos de psicologia (Smigay, 1988).

Em realidade, desde sua origem os movimentos feministas brasileiros eram compostos em grande parte por mulheres vinculadas ao mundo acadêmico, sobretudo aos departamentos de ciências sociais. Essas pessoas, ao mesmo tempo em que investiam esforços na luta pela melhoria da condição de vida das mulheres junto aos movimentos sociais, criavam seus núcleos de estudo sobre temáticas de gênero, muitos deles de caráter interdisciplinar. Os chamados “estudos da mulher” e posteriormente, os “estudos de gênero”, desde sua origem mantinham uma relativa integração com as agências de fomento à pesquisa e com a comunidade científica nacional.

Seguindo a análise do conhecido texto de Albertina Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti (Costa *et al*, 1985) e o de artigo de Costa & Bruschini (1992), podemos observar basicamente três momentos da constituição do campo de estudos da mulher no Brasil:

- 1) De 70 a 75, temos o início da luta pela legitimidade dos estudos da mulher, na construção de análise sociais de questões até então restritas ao movimento feminista. Segundo Costa & Bruschini (*idem*), desde 1974 já havia um seminário de estudos sobre mulher na Fundação Carlos Chagas (FCC) em São Paulo. Nesta época, o objetivo principal era promover a visibilidade da mulher como agente e sujeito da história e da organização social. Vale lembrar que 1975 foi o Ano Internacional da Mulher, que desencadeou uma série de episódios históricos para o feminismo brasileiro.

- 2) O ano de 78 representa um marco divisor, quando aconteceram o evento *Seminários sobre mulher e trabalho* e o primeiro concurso de pesquisa sobre mulher da FCC. Também a partir de 78 houve a ampliação do leque de temas investigados para além do trabalho, incluindo-se as questões da família, violência, saúde, a desigualdade de oportunidades educacionais das mulheres e a questão da identidade feminina. Foi um momento de grande expansão quantitativa (de teses, dissertações sobre mulher) e de institucionalização, através da maior ocupação de espaços no meio acadêmico e em Fundações como a FCC (Costa, 1994).
- 3) Já a partir do início da década de 80, o que se observa é a criação de redes informais de pesquisadoras e a tentativa de ampliar horizontes, incluindo o estudo das relações de gênero, como proposta para a desbiologização da noção de sexo. Foi também nesse período que ganharam maior visibilidade as teorias sobre as dicotomias de submissão/dominação entre homens e mulheres.

Como o texto de Costa, Barroso e Sarti é de 1985, certamente, sua subdivisão não contempla as novas visssitudes do campo de estudos de gênero. No texto de Bila Sorj (2004), contudo, há elementos para sustentar que o desenvolvimento desse campo de estudos a partir da segunda metade da década de 80 se caracterizou pelo aumento da complexidade das análises fundamentadas na categoria gênero, no enriquecimento dos usos dessa categoria na investigação dos processos institucionais e no aprimoramento das interfaces de gênero com questões de classe, geração e etnia, entre outras. Para Sorj, a diversificação temática e a crescente valorização do perfil acadêmico nos programas de pesquisa que financiavam as pesquisas dessa área de investigação, foram outras marcas importantes do desenvolvimento dos estudos de gênero nesses anos.

No que tange à relação do movimento feminista com a pesquisa, há que considerar as tensões vividas por aquelas ocupadas com os estudos da mulher na academia. Conforme Costa *et al* (1985) até o final da década de 70, era tensa a relação entre a pesquisa e a militância feminista. Muitas pesquisadoras

foram alvo de críticas e cobranças quanto ao teor feminista de seus trabalhos. Ou seja,

Reivindicava-se que os estudos não fossem um fim em si, mas um meio de denúncia da desigualdade entre os sexos. A valorização do engajamento passou ser a tônica de grande parte destes estudos. As necessidades da militância abriam (ou fechavam) o leque de opções temáticas, direcionando em larga medida, as linhas da pesquisa científica. (Costa, Barroso e Sarti, 1985, p. 13).

Isso se expressa na predominância de temáticas como o trabalho, que pautavam a maior parte dos estudos sobre mulher nessa época. A despeito da relevância destes estudos, contudo, a maior parte acabou relegada ao “gueto” das ciências sociais, como designam as autoras acima.

Cumprir destacar também o papel desempenhado pelo periódico científico da Fundação Carlos Chagas, *Cadernos de Pesquisa*, para a consolidação dos estudos de gênero no Brasil, como atestam Costa & Bruschini (1992), Goldberg (1989) e Sorj (2004). Sem dúvida, este periódico foi o mais importante para o fomento e a divulgação dos estudos de gênero em nosso país. Através dele, como demonstram as autoras, podemos observar os momentos importantes que caracterizaram esse campo, bem como os avanços na análise das questões de pesquisa associadas às temáticas do trabalho, família, participação política e papéis sexuais.

Em relação à participação (direta e indireta) da psicologia em artigos que versam sobre mulher e gênero publicados por esse periódico, as autoras identificam: a) artigos que discutem o processo de socialização/educação e a produção das diferenças de gênero entre meninos e meninas; b) a psicologia como uma profissão feminina, na discussão mais ampla de mulher e trabalho; c) estudos sobre estereótipos sexuais e sua transmissão pela escola e família; d) análise da literatura infanto-juvenil; e) análise do discurso de psicólogos sobre a função materna e d) a ambigüidade do desejo de ser mãe. Ocupando um lugar destacado no estudo dos papéis sexuais, durante a década de 70, a psicologia social contribuía especialmente com os estudos sobre a atribuição, aquisição e desempenho dos papéis sexuais, fazendo algumas vezes o uso de escalas e instrumentos de avaliação destes aspectos psicológicos.

Na análise de Costa & Bruschini (*idem*), se por um lado se colocava a cegueira da psicologia em relação às questões associadas ao sexo/gênero, por outro, era neste campo do conhecimento que se buscava argumentos e métodos para algumas pesquisas sobre a mulher. Ao passo que nas primeiras pesquisas sobre papéis sexuais a psicologia tinha uma destacada expressão, aos poucos, o olhar antropológico e etnográfico ocupou o espaço dessa, o que coincidiu com a emergência dos estudos de identidade sexual, étnica e de gênero, a partir de meados da década de 80.

No início da década de 90 o campo intelectual feminista brasileiro viveu também a criação das duas de suas publicações acadêmicas mais importantes: a revista *Estudos Feministas* inicialmente na UFRJ e UFF e atualmente na UFSC, com primeiro número em 1992 e a revista *Cadernos Pagu*, lançada em 1993 na UNICAMP. Desde então, nessas revistas são publicados muitos dos mais importantes artigos pautados pelas teorias feministas, permitindo a rápida divulgação dos resultados de pesquisadoras e pesquisadores desse campo em nível nacional e internacional.

Enfim, a despeito de muitos preconceitos vigentes em uma parcela da comunidade científica que concebe gênero como um conceito “ideológico”, a categoria gênero tem sido cada vez mais utilizada como uma chave para o avanço na compreensão dos temas que tradicionalmente caracterizam os campos das ciências sociais no Brasil. Para Costa (1994), contudo, o avanço dos estudos sobre mulher e gênero nas últimas décadas foi muito mais quantitativo do que qualitativo. Embora a capacidade argumentativa desse campo tenha se sofisticado, ainda é moderado o nível de abstração de suas análises, demandando formas de refinamento conceitual que acompanhem seu sucesso no estabelecimento do diálogo interdisciplinar.

Não há uma teoria ou autor/a que represente um consenso no campo de estudos feministas e de gênero nesse país. Entretanto, o que se pode afirmar como uma postura unânime é que a interdisciplinaridade constitui-se numa característica comum do trabalho das pessoas que compõe esse campo. O perfil de formação intelectual, de inserção na rede social da comunidade

científica e de metodologia de investigação tem a interdisciplinaridade como estratégia de trabalho mais evidente e mais produtiva nesse campo.

Gênero e psicologia

O estudo de temas que hoje se enquadram – resguardado o olhar feminista - nos estudos de gênero, tais como os relacionados às diferenças sexuais, existe na psicologia há quase um século. O campo da ‘psicologia diferencial’ historicamente foi o que abrigou as questões psicológicas que envolviam a raça e o sexo, em razão da dificuldade que representava à perspectiva experimental esse tipo de variável (Unger, 1993). O pressuposto biológico preponderou na maioria das explicações psicológicas desse campo, naturalizando as diferenças constitutivas dos seres humanos.

Segundo Nogueira (2001), a partir da constatação científica da igualdade das capacidades intelectuais entre homens e mulheres, passou-se a buscar na identificação dos temperamentos masculinos e femininos novas possibilidades de se justificar a vigente divisão sexual do trabalho. Assim, ao mesmo tempo em que características subjetivas como a afetividade e a docilidade foram associadas às mulheres, vinculou-se a agressividade e a racionalidade aos homens, legitimando a distinção de duas formas de ser e agir conforme o sexo biológico. Para tanto, aquilo que na realidade era efeito desses processos de dominação, foi tomado pela psicologia e demais ciências como razão principal da restrição do trabalho da mulher ao universo doméstico e familiar¹⁹.

Até a metade do século XX essa perspectiva predominou, sendo utilizada para explicar porque apenas os homens assumiam os cargos de maior importância, responsabilidade, poder e *status* social, no contexto público de atuação dos meios urbanos industrializados. Nesse período, frente à necessidade de se re-estabelecer a ordem social que a segunda guerra mundial modificara em função da ocupação dos cargos operários pelas mulheres, criou-

¹⁹ Do mesmo modo que o sexismo constituiu a história científica da psicologia, o racismo também pautou diversas elaborações teóricas e técnicas desenvolvidas na psicologia e em outras ciências desde o século XIX, como demonstra Masiero (2002).

se toda uma ideologia pautada por fortes apelos ao confinamento feminino na esfera privada, à qual a psicologia serviu de suporte científico legitimador (Merisse, 1996). O argumento principal era o de que a saúde mental das crianças dependia da presença materna em tempo integral, sendo o afastamento da mulher em função do trabalho um problema social gerador de distúrbios psicológicos infantis. Em resposta, a psicóloga clínica feminista Betty Friedan²⁰, publicou durante a década de 60 estudos nos quais fez críticas aos mitos da femilidade da cultura americana²¹ no pós-guerra, para ela, gerados apenas para justificar a necessidade do isolamento da mulher na esfera doméstica (Amâncio, 2001).

De acordo com Amâncio (*ibid*), as críticas da psicologia clínica de inspiração feminista à dominação masculina, influenciadas pelos escritos de Friedan, foram amplamente divulgadas, através de revistas voltadas à publicação de estudos de mulheres, durante a década de 60. Com base nessas críticas, foram publicados uma série de outros estudos que se opunham aos estereótipos sexuais, caracterizando a emergente corrente da *psychology of women*, nos Estados Unidos, cuja inserção foi mais significativa na psicologia clínica, da educação e da personalidade do que na psicologia social. De acordo com a autora,

Fundamentando-se na investigação, a corrente da *psychology of woman* vai procurar denunciar os efeitos sobre a psicologia feminina, em particular sobre a auto-estima, da posição de subordinação das mulheres, da escassez de oportunidades de emprego a que tinham acesso e da pressão a que eram submetidas para o desempenho do papel tradicional. Num país como os Estados Unidos, onde existiam revistas de divulgação científica e um público curioso e capaz de se apropriar desses conhecimentos, a investigação era assumida, nesta perspectiva, como uma forma de

²⁰ Heleieth Saffioti (1999) mostra que, na verdade, Betty Friedan teria se fundamentado em Simone de Beauvoir, utilizando os argumentos do *O segundo sexo*, sem citar a fonte, em seu livro *A mística feminina*, de 1963.

²¹ É interessante observar que, se de um lado as feministas americanas na década de 60 como Friedan, opunham-se à psicanálise acusando-a de “falocêntrica” e defensora de uma noção estigmatizadora de “castração” da mulher, na França, é a mesma teoria freudiana que pauta as postulações feministas de afirmação do gênero feminino e sua diferença (Zanotta-Machado, 1992).

intervenção política e de participação para a mudança de atitudes e comportamentos. (Amâncio, 2001, p. 12)

Conforme descreve Nogueira (2001), a psicologia nesse período também foi marcada pelo debate entre essencialização e socialização. Na primeira, o gênero era considerado um atributo inerente ao sujeito, enquanto uma propriedade estável da personalidade. Já no pressuposto da socialização, em vigor nos anos 60 e 70, o foco foi deslocado da biologia para o contexto, sendo gênero o resultado de processos sociais e culturais. Nesse sentido, destacou-se a teoria do papel social de Alice Eagly, na qual as diferenças sexuais resultam dos papéis sociais que atuam sobre o comportamento das pessoas e que são apropriados pelas crianças no curso de seu desenvolvimento.

Conforme Amâncio, discutindo a produção científica americana, em realidade, as primeiras menções à categoria gênero na psicologia vão surgir desde a década de 70, a partir de estudos que versavam sobre a relação dos atributos considerados masculinos e femininos relacionados com o sexo biológico. Estes estudos foram importantes no contexto científico de maneira geral, representando a primeira possibilidade real de distinguir sexo e gênero nas pesquisas sobre a identidade. Um dos argumentos que animou as perspectivas feministas, foi o de que seria mais fácil mudar o sexo biológico do que a identidade de gênero de uma pessoa (Stoller, 1993).

Nessa perspectiva, outro expoente é Sandra Bem, que parte de um modelo cognitivista para compreender como os indivíduos fazem uso de esquemas de gênero para pensar a si e aos outros. Numa linha próxima à de Stoller, Bem produziu estudos na década de 70 que discutiam a possibilidade de pessoas de ambos os sexos desenvolverem atributos de personalidade considerados masculinos ou femininos, bem como construiu um inventário para avaliar a identidade de gênero, chamada *Bem Sex-Role Inventory* (cf. Magalhães & Koller, 1994; Ferreira, 1993).

Ainda nessa época houve a emergência de críticas feministas aos aspectos conceituais e metodológicos destas pesquisas e a publicação de outros estudos que sugeriam a existência de uma essência andrógina, presente

tanto nos homens quanto nas mulheres (Nogueira, 2001). Contudo, essa perspectiva não representou avanços efetivos na superação dos dualismos de gênero, pelo fato da mesma dicotomia de atitudes masculinas e femininas ainda estar presente, embora pensada como atributos co-existentes e complementares do ser humano.

Nos Estados Unidos durante os anos 70, Nancy Chodorow, eminente teórica feminista, com base na psicanálise, discute como as distintas formas de socialização entre meninos e meninas, em sua relação primária com a mãe, resultam na estruturação das diferenças de gênero. As formas culturais de ação materna seriam, para ela, os fatores por excelência da produção da diferença entre a personalidade masculina e feminina. Sua contribuição à psicanálise e aos estudos de gênero se pautava na tese de que a identificação materna com as filhas mulheres é maior do que com os filhos homens, o que as leva a construir a identidade de gênero a partir de uma identificação pessoal com a mãe, ao passo que os meninos são levados a construir sua identidade de gênero fora dessa relação, de maneira estritamente posicional, ou seja, a partir dos aspectos definidores do papel masculino e na negação dos caracteres femininos (Chodorow, 1979).

Segundo Amâncio, apesar da relevância dos resultados das pesquisas de inspiração feminista para a superação dos estereótipos de gênero, pouco se avançou nessa direção na produção científica que sucedeu a esse momento na psicologia inglesa e norte-americana. Na análise da autora, houve um esvaziamento do conceito e de seu poder explicativo no contexto geral da psicologia, a partir de sua redução a um simples critério classificatório das investigações da época sobre o tema. Para ela,

As razões para o desencontro do gênero com a psicologia radicam na influência combinada e não particularmente produtiva, neste caso, do movimento feminista e do *mainstream* da psicologia (...). Na verdade, se estas duas influências não resultaram contraditórias foi porque ambas partilhavam uma visão liberal das relações sociais. (Amâncio, 2001, p. 11).

Aprofundando as razões da resistência da psicologia produzida nesses contextos, à incorporação efetiva da categoria gênero, Amâncio destaca dois aspectos. O primeiro deles corresponde à dificuldade da psicologia

experimental, historicamente dominante e considerada “mais científica”, em assumir as mulheres como legítimas pesquisadoras. Já a segunda, diz respeito à incapacidade desta ciência em ouvir os problemas enunciados pelos movimentos sociais, dentre eles o feminista, que já batia à porta da academia na época. Conforme a autora, mesmo na psicologia social americana prevaleceu uma incorporação do gênero como mera variável, a partir de formas individualizantes de reflexão, onde se reduz gênero à sexo.

Algumas teóricas feministas, de quem se esperaria a superação destas questões, também acabaram por reproduzir a mesma lógica, como foi o caso de Carol Gilligan, que nos anos 80 investigava as diferenças entre a moral masculina e a feminina. Ao polarizar atitudes morais de acordo com o sexo sem o aprofundamento das dimensões histórico-sociais destas questões, Gilligan acabou por reproduzir noções essencialistas de gênero. Embora desejasse contribuir para a crítica aos modelos científicos que legitimavam a dominação de gênero, seu estudo foi envolvido pela mesma lógica de sobreposição do sexo ao gênero. Por outro lado, como argumenta Morawski (1994), Gilligan reproduz o individualismo que caracteriza a psicologia de sua época, que acaba limitando seu campo de análise.

Foi justamente como reação à resistência da psicologia às questões feministas que surgiu em 1974 a *feminist psychology*, com larga abrangência também na Europa (Burns, 2000). Diferente da *psychology of woman*, mais voltada para a denúncia do olhar masculinizado sobre as mulheres e para a valorização de suas experiências pessoais, a psicologia feminista desenvolve um ponto de vista epistemológico mais amplo e se articula com as questões étnicas e de classe (Dauder, 2003). Conforme Amâncio (2001), a psicologia feminista surgiu como forma de dar visibilidade às questões feministas na produção científica da psicologia, desenvolvendo-se desde o embalo da segunda onda feminista²². Esse esforço não se restringiu às questões teóricas,

²² Dentre os nomes importantes da *feminist psychology* temos Carolyn Sherif, Rhoda Unger, Mary Crawford, Mary Parlee, Kathleen Grady, Michelle Fine, Rachel Here-Mustin e Jeanne Marecek (Crawford & Unger, 2000).

abrangendo também aspectos práticos, como por exemplo, a criação de psicoterapias feministas para a atenção de problemas psicossociais vividos por mulheres (cf. Nogueira & Neves, 2003).

Uma referência importante dessa tendência é o livro *Woman and Gender: a feminist psychologist*, de autoria de Mary Crawford e Rhoda Unger (Crawford & Unger, 2000). Esse livro representa uma síntese da psicologia feminista americana em seus 30 anos de produção, como um campo voltado à crítica aos vieses sexistas e androcêntricos da psicologia e à análise dos estereótipos sobre a mulher, com base no pressuposto da construção social das diferenças de gênero (Dauder, 2003). Os processos de gênero relacionados à saúde da mulher, a questão da violência e o trabalho, são os temas fundamentais dessa perspectiva, cujo objetivo é contribuir para a mudança da realidade da mulher, através da produção de saberes que transformem a percepção sobre a mulher e permitam a superação de sua condição de subordinada (Nogueira & Neves, 2001).

Meyer (1993), referindo-se ao contexto europeu, discute que o impacto das reflexões feministas também tem sido mais rapidamente assimilado pela psicologia clínica e pela psicologia do desenvolvimento do que pela psicologia social. A necessária discussão da experiência subjetiva pela psicologia clínica e a importância das diferenças sexuais na psicologia do desenvolvimento, levaram essas duas disciplinas a incorporarem mais facilmente as temáticas feministas. Por outro lado, a restrição do campo de análise dos estudos da psicologia social, em geral limitados a discussões teóricas menos ambiciosas, impediu que fossem analisados os problemas sociais trazidos pelos movimentos feministas. Mesmo assim, argumenta a autora, muitas psicólogas sociais têm investigado o sexismo de algumas teorias e pesquisa e se proposto a estudar as questões sociais feministas.

De acordo com Amâncio (2001) a análise desses processos tem sido feita em parte na psicologia social européia com base em leituras críticas das tendências dominantes nesse campo, sendo a teoria das representações sociais, um dos corpos teóricos mais férteis às análises pautadas pelas questões de gênero. Unger (1993) menciona também a emergência de perspectivas

cognitivas na análise dos estereótipos sexuais, concebendo o sexo como variável cognitiva e não biológica. Conforme será aprofundado mais adiante, nesse contexto há ainda a emergência do construcionismo social como perspectiva teórica dos estudos feministas realizados na psicologia social (Nogueira & Neves, 2001, 2003; Dauder, 2003). Nesse caso, a proposta é a incorporação da crítica das teorias feministas e pós-modernas à ciência tradicional e a valorização do potencial destas para superação das concepções universalistas da psicologia.

É preciso também dizer que alguns estudos psicanalíticos, especialmente os lacanianos, vêm desde há muito tempo problematizando, na psicologia²³, questões associadas ao gênero e à subjetividade, como as relações objetais/parentais e suas vicissitudes na constituição do sujeito. Ainda que faltassem a muitos desses estudos a necessária discussão sobre os processos sociais e políticos e sua relação com o gênero, eles representam uma forma de aproximação de uma parte da psicologia à temática aqui discutida. Arruda lembra também que em outros países como a Argentina, a frutífera relação entre o instrumental psicanalítico e a análise das questões feministas teve larga divulgação, diferente do Brasil, cuja produção nessa área é mais recente (cf. Kehl, 1992; Freire Costa, 1992; Lago, 2001).

Como será demonstrado posteriormente, a incorporação dos estudos de gênero na psicologia brasileira foi realizada preferencialmente no campo da psicologia social. Desde a década de 70 foi possível identificar os primeiros momentos em que, nesse campo, as questões sobre as diferenças sexuais, sobre mulher e sobre gênero começaram a ser enfocadas por parte de psicólogas sociais. As instituições universitárias (USP e PUC's) e de pesquisa (Fundação Carlos Chagas) são os contextos em que a maior parte destes estudos surgiram, através de publicações das revistas *Cadernos de Pesquisa da*

²³ Há um debate clássico nesse meio acadêmico sobre a relação psicanálise e psicologia. Enquanto que para muitos psicanalistas a psicanálise não é psicologia, dado o fato de que não é 'ciência do comportamento', em geral, para os psicólogos ela é uma corrente desta ciência. Em realidade, na base dessa polêmica há tanto o problema da definição de psicologia quanto de psicanálise, sendo que, para Freud, a psicanálise é uma "psicologia profunda", por centrar no inconsciente os processos psicológicos investigados.

Fundação Carlos Chagas e, mais tarde, na revista *Psicologia e Sociedade*, da Associação Brasileira de Psicologia Social.

Além da ABRAPSO, outras instituições científicas da psicologia em que os estudos de gênero encontraram abrigo foram a ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia) e a SBP (Sociedade Brasileira de Psicologia). Nestas, os estudos de gênero apresentam-se de maneira distinta, afastando-se sobremaneira do teor político dos estudos apresentados na ABRAPSO, mas compartilhando enfoques teóricos e metodológicos. De 1992 a 2000, nos encontros da ANPEPP, reuniu-se um grupo de pesquisadoras em torno do grupo de trabalho “Psicologia e Relações de Gênero”, voltado à discussão das “*contribuições da psicologia e suas interfaces disciplinares ao estudo das relações sociais de gênero, em especial às questões relativas à condição feminina*” (Guzzo, 2000, p. 133). O objetivo do grupo era dar relevo aos conceitos que caracterizam os estudos de gênero, incluindo a crítica feminista aos paradigmas clássicos da ciência e o debate ético na análise de questões contemporâneas, a partir dos estudos de gênero. Contudo, no encontro dessa Associação ocorrido em Águas de Lindóia em 2000, esse grupo se dissolveu, tendo seus membros se engajado em outros GTs.

Na importante revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, que todo psicólogo ou psicóloga registrado no Conselho Federal de Psicologia recebe, dois artigos merecem destaque quanto à introdução de análises influenciadas pelo campo intelectual feminista. O primeiro é o artigo “*Afinal, por que somos tantas psicólogas?*” de Fúlvia Rosemberg, publicado em 1984 (Rosemberg, 1984), onde a autora discute as razões da psicologia ser uma profissão hegemonicamente feminina. O outro artigo é intitulado “*Gênero: o que é isso?*”, de Maria Eunice Guedes, onde a pesquisadora sintetiza as reflexões de Joan Scott e resgata as contribuições que a categoria gênero tem para a psicologia (Guedes, 1995). Ambos os artigos tiveram o papel de difundir diretamente na psicologia

brasileira argumentos de teor feminista e a importância das questões de gênero para essa ciência²⁴.

Merece destaque também a contribuição de Gláucia Diniz (1999), que através de uma conferência no I Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, ocorrido em Salvador em maio de 1999, chamou a atenção à comunidade científica desta área do conhecimento, acerca do fato da psicologia contribuir para o reforçamento dos estereótipos de gênero vigentes na sociedade. Sua crítica representa um momento importante para a psicologia brasileira por reforçar a necessidade de se incluir as questões de gênero na análise da produção do conhecimento, de modo a se superar perspectivas androcêntricas embutidas em conceitos e pressupostos dessa ciência.

Uma outra parte da produção científica da psicologia pertinente ao campo de estudos de gênero está localizada também nas publicações dessas associações ou, de maneira dispersa, nos periódicos e coletâneas feministas como a *Revista Estudos Feministas*, os *Cadernos Pagu* e os *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas. A seguir se aprofundam as características gerais da participação da psicologia no campo de estudos de gênero, destacando-se a psicologia social como contexto privilegiado nesse campo disciplinar, no que se refere à investigação das questões sobre mulher e gênero.

²⁴ A pesquisa em andamento de Andréia Araripe Lopes, aluna do mestrado em psicologia da UFSC orientada pela professora Dr^a Andréa Vieira Zanella, está investigando o compromisso social dos psicólogos evidenciado nas publicações da revista *Psicologia: Ciência e Profissão* e poderá acrescentar mais dados a respeito do lugar dos estudos de gênero nessa publicação.

4. Psicologia e o lugar dos estudos de gênero nesse campo científico

Sendo vasta a literatura sobre a história da psicologia (cf. Rubinstein, 1972; Japiassú, 1977; Schultz, 1981), dar-se-á destaque aqui a dois eixos importantes para se compreender o lugar da psicologia na contemporaneidade. O primeiro deles procura, com base na análise de Figueiredo (2002), pensar essa ciência em estreita articulação com anseios da era moderna no ocidente. Já o segundo ponto focaliza a idéia de *crise* na psicologia, analisando-a conforme momentos históricos que caracterizam a constituição desta ciência, inclusive no contexto brasileiro.

A importância destes pontos para o conjunto desta tese, reside na necessária contextualização do lugar da psicologia na contemporaneidade e de suas características históricas. O momento e a forma como se realiza a interface dos estudos de gênero com a psicologia, só podem ser analisados a partir das condições históricas que tornaram isso possível e oportuno.

A emergência do espaço *psi* no contexto da modernidade

Conforme destaca Figueiredo (1996), a gestação do espaço *psi* se deu em estreita relação com o contexto histórico e cultural da modernidade. Em sua análise, essa torrente de transformações originadas desde o renascimento, provocou a emergência de novas possibilidades para homens e mulheres. A consciência reflexiva tornou-se não só uma dimensão humana privilegiada, mas também uma experiência necessária ao indivíduo²⁵ gerado no bojo da modernidade. Cada vez mais, o indivíduo deve fazer-se dono de si, autônomo

²⁵ A noção de indivíduo aqui utilizada refere-se ao indivíduo como valor. Quando se atribui a ele a qualidade de ser irreduzível, deseja-se afirmar aqui a noção moderna do indivíduo singular, aquele cuja substância se pretende única. Vale acrescentar que Dumont (1985) nos ensina a distinguir o indivíduo enquanto “sujeito empírico” do indivíduo como um “valor” constituinte das sociedades ocidentais moderno-contemporâneas.

e capaz de reconhecer-se “*como fonte primordial de seus próprios erros e desatinos*” (*ibid*, p. 16).

Sistematizando as características desse período, com base no resgate de importantes autores, vemos que:

1) Conforme Dumont (1995), desde a era cristã tem se intensificado o compromisso do indivíduo com a esfera mundana, sendo superadas práticas de negação dessa dimensão e de renúncia ao ego. Em substituição a essas práticas de “renúncia ao eu”, comuns entre os estóicos e epicuristas, cada vez mais se generaliza no ocidente a postura de presentificar-se no mundo. Ademais, “*Desde el siglo XVIII hasta el presente, las técnicas de verbalización han sido reinsertadas en un contexto diferente por las llamadas “ciencias humanas” para ser utilizadas sin que haya renuncia ao yo, pero para constituir positivamente un nuevo yo.*” (Foucault 1990, p. 94)²⁶;

2) O processo civilizador, nos termos de Elias (1990), leva à substituição do controle externo da moral pelo estabelecimento do autocontrole como meio eficaz de regulação da vida social. Nesse período, no que se refere à relação indivíduo e sociedade, a balança “nós-eu” tende a modificar-se pela crescente ênfase na individualidade.

3) De acordo com Sennett (1988), verifica-se nesse período o declínio do compromisso do indivíduo com a esfera pública, concomitante com a emergência de um crescente envolvimento deste com assuntos de foro íntimo e privado. Como consequência, torna-se comum entre os indivíduos o desenvolvimento de uma aguda sensibilidade em relação à própria subjetividade. Conhecer a si mesmo se tornou o imperativo da modernidade, o meio por excelência de conhecer o mundo. Criam-se assim, demandas que serão atendidas pelos saberes *psi*, enquanto

²⁶ A respeito da constituição das idéias psicológicas no Brasil e a influência dos jesuítas nesse processo confira Massimi (2001).

discursos sobre tais questões, sustentados pela existência de fenômenos psicológicos que precisam do *olhar* especializado.

4) A reflexividade moderna se distingue das demais por sua relação com o discurso da “técnica” (Giddens, 1996). A modernidade, sobretudo, tornou-nos, em maior ou menor grau, intelectuais, na medida em que pautamos nossas escolhas cotidianas, grosso modo, em conhecimentos técnicos, revestindo nossa ação de discurso científico, muitas vezes, originados na ciência psicológica;

Em suma, o que se pode concluir à luz destas questões é que “(...) *ao longo dos séculos as experiências da subjetividade privatizada foram se tornando cada vez mais determinantes da consciência que os homens têm de sua própria existência*” (Figueiredo, 1996, p. 18). Essas transformações da modernidade, portanto, levaram ao desenvolvimento de novas estratégias de auto-disciplinamento nos indivíduos. Se cada um deve se constituir como ser consciente, capaz de regular sua conduta e vontade, é preciso que, da mesma forma que se criaram métodos para o controle dos fenômenos naturais, crie-se também um método capaz de livrar o sujeito das formas indesejáveis e não confiáveis de expressão subjetiva, ou seja, de singularidade, dimensão mundana e finita de existência psicológica. Em seu bojo, essa tentativa norteou o projeto epistemológico da modernidade e, de certa forma, tem repercussão na instituição do campo *psi* de conhecimentos, através de um leque de reações conceituais. Conforme destaca o autor,

Os estudos psicológicos científicos começaram e se desenvolveram sempre marcados por essa contradição: por um lado, a ciência moderna pressupõe sujeitos livres e diferenciados – senhores de fato e de direito da natureza; de outro, procura-se conhecer e dominar esta própria subjetividade, reduzir ou mesmo eliminar as diferenças individuais. (Figueiredo, 1996, p. 33).

Isso nos coloca diante de uma perspectiva crítica sobre a crise da psicologia. Nessa análise, o ponto nodal é epistemológico: o da problemática de tomar homens e mulheres concomitantemente como objetos e como sujeitos da investigação, e ter como norte a construção de saberes que abstraíam das diferenças a universalidade humana. Ora se busca a negação da subjetividade, em nome da objetividade científica, ora se dá relevo justamente

a essa característica humana, fazendo dela o eixo norteador das teorias psicológicas. Ressalta-se, deste modo, a existência de diferentes formas de assumir compromissos com o projeto epistemológico da era moderna que, por sua vez, resultam em diferentes psicologias.

Contudo, esse projeto não foi capaz de, por si só, fazer surgir a psicologia científica. Por outro lado, é também sobre essas formas subjetivas consideradas avessas ao ideal ascético do sujeito moderno que uma parte da psicologia se assentará e se consolidará, a partir do século XIX.

Salienta Figueiredo (1996), a existência de um certo descompasso entre o projeto epistemológico moderno e a emergência dos saberes *psi*. Para o autor, as diferentes formas de psicologia nascem num momento em que se instala a crise desse projeto, posta pela impossibilidade de realização plena do modelo de sujeito epistêmico, almejado para o indivíduo moderno. Assim, “(...) *a psicologia nascerá de um processo histórico-social que, simultaneamente, instituía cisões na experiência subjetiva e fracassava na manutenção destas cisões*” (*ibid.*: p. 19).

Em outra obra, Figueiredo (2002) acrescenta que a variedade de modelos teóricos que caracteriza o saber psicológico desde sua gênese, deve-se ao fato da emergência de diferentes formas de reação a esta crise do sujeito moderno, na segunda metade do século XIX. Enquanto que algumas teorias representam a tentativa de resgate e reconstrução desse modelo ascético e autônomo de sujeito, outras, como a psicanálise, fazem desta crise sua pedra angular.

Nesse sentido, a forma de se compreender a cisão da psicologia em diferentes matrizes epistemológicas pode se basear em sua contextualização no espaço social e cultural do mundo contemporâneo. O que se quer ressaltar aqui, é que cada uma das vertentes da psicologia representa um compromisso determinado com as formas de subjetivação dispostas na modernidade e que correspondem à variedade de formas de posicionamento em relação ao sujeito iluminista, construído nas sociedades modernas ocidentais, por sinal, um sujeito desgenerificado e destituído de seu pertencimento social e cultural.

Seguindo a análise de Figueiredo (1996), no conjunto dos saberes *psi*, temos basicamente três modelos axiológicos que norteiam as diferentes teorias psicológicas. Um primeiro modelo é o Liberal, cuja aliança sólida com o sujeito da modernidade leva a representar o ser humano em sua autonomia e capacidade de autocontrole. Já o segundo, denominado de Romântico pelo autor, enfatiza os valores de espontaneidade, autenticidade e singularidade, numa perspectiva de sujeito emancipado e criador. Por último, o modelo da Disciplina, ao qual pertencem os modelos teóricos interessados nas técnicas de poder sobre os indivíduos, no intuito de promover a docilização dos sujeitos através de procedimentos de controle. Assim, a variedade de teorias psicológicas é resultado da aproximação ou combinação destes modelos, ocupando seu lugar no espectro de possibilidades oferecidas aos sujeitos como modos de subjetivação. Desta forma,

(...) em cada teoria da psicologia, devemos, primeiramente, procurar as alianças e conflitos básicos entre Liberalismo, Romantismo e Disciplina; contudo, devemos, além disso, investigar como ela vislumbra e propõe o *trânsito* entre o campo das representações e das experiências em que alguém pode reconhecer o campo do vedado, resistente e obscuro a esta mesma existência. Será a solução específica que uma dada teoria psicológica consegue articular neste contexto que irá definir seu *éthos*, ou seja, a *morada que oferece ao homem neste final de século*. (Figueiredo, 1996, p. 30).

O panorama das sociedades ocidentais moderno-contemporâneas é marcado, portanto, por um ideário no qual a Psicologia é uma ciência estratégica, pelo fato de sustentar um modelo de indivíduo necessário à sua vigência. A compatibilidade entre o que os saberes *psi* vem oferecendo aos indivíduos e as formas de subjetivação atuais não pode ser vista como mero acaso, mas como um forte indício de que essa área do conhecimento tem compromissos com esse ideário, dos quais se beneficia e se alimenta.

Ora favorecendo reflexões que se voltam à emancipação dos sujeitos, ora se voltam para a opressão destes, a psicologia vive os dilemas que resultam dos compromissos que sustenta desde sua formação. Dentre esses compromissos, destaca-se aquele firmado com o individualismo moderno, na medida em que a própria noção ocidental de indivíduo é fundante dessa

ciência (Mancebo, 2002; Jacó-Vilela, 2001). Isso implica em concebermos os saberes *psi* em estreita relação com as ideologias modernas e suas formas de subjetivação, como argumenta Gilberto Velho ao dizer:

Por mais que pretenda ser ciência universal com padrões objetivos de identificação de doenças, perturbações, psicoses, neuroses, etc, esse campo do conhecimento está inevitavelmente marcado e balizado culturalmente. Suas referências, seus padrões de normalidade, sua avaliação de trajetórias e bem-estar pessoal estão inseridas em uma visão de mundo comprometida com certas idéias de eficiência e produtividade, associadas ao que se denomina *individualismo burguês*, por mais problemático que seja esse rótulo. (Velho, 1994, p. 30)

Esse argumento permite compreender o lugar da psicologia no contexto científico e analisar melhor os rumos que toma no decorrer de sua organização científica. A aliança de parte da psicologia com o feminismo foi marcada por essa identidade de ambos os contextos com o ideário moderno, aspecto importante para as análises que seguirão nessa tese. Isso também reafirma a ciência como uma subcultura dentro da cultura ocidental, conforme concebe Cardoso de Oliveira (1997). Embora a psicologia não seja a única ciência a padecer dessa influência, ela está entre as que mais assume os ideários que emergiram nesse contexto, em razão de adotar o indivíduo humano e suas relações como objeto de investigação.

(Pequena) história da (crise da) psicologia.

A referência histórica mais citada como sendo um marco da gênese da psicologia é a criação do laboratório de Wundt (1832-1920) em Leipzig na Alemanha²⁷, durante a segunda metade do século XIX. Numa proposta mentalista, pautada pelo estudo dos processos mentais através do método introspeccionista, o psicólogo alemão inaugurou a atitude científica em psicologia, representando também um marco histórico da independência da psicologia em relação às demais ciências. Wundt delimitou um objeto

²⁷ Contudo, em outros países como Estados Unidos, Inglaterra e Rússia, já havia outros focos de emergência da Psicologia como ciência através da criação de laboratórios com objetivos semelhantes aos de Wundt (Luria, 1992).

específico de investigação para psicologia, a saber, a experiência imediata do indivíduo²⁸, já incluindo o método experimental como possibilidade de produção do conhecimento nesse campo. Também Émile Durkheim (1998) contribuiu para delimitar o território da psicologia, separando-a da sociologia, com quem dividia fronteiras e objetos de investigação no final do século XIX. Atribuindo a esta última o estudo dos fatos sociais e à primeira o dos fatos individuais, o autor francês demonstra como essas duas espécies de fatos possuem diferentes substratos e são determinadas por fatores de distintas ordens.

Vale destacar a importância de Wundt para a história da psicologia social, sendo ele um dos precursores dessa área do conhecimento psicológico. Através de métodos de outros campos disciplinares, o autor alemão produziu uma série de estudos sobre a ‘psicologia dos povos’ também chamada de ‘psicologia das massas’, aplicando à compreensão da sociedade leis distintas daquelas propostas para o estudo dos processos psicológicos. Em contrapartida, sua forma de investigar esses processos internos considerava as influências sócio-culturais, embora tenha sido apenas esboçada em suas leituras sobre o funcionamento psíquico.

Interessante observar que, se de um lado, Wundt colocava seus estudos experimentais sobre os processos psicológicos na área das ciências naturais (*Naturwissenschaften*), por outro, propunha que suas obras de psicologia dos povos se enquadrassem nas ciências humanas (*Geisteswissenschaften*). Conforme Farr (1998), o autor alemão considerava que apenas uma parte da psicologia era ciência natural, sendo que o estudo de processos como a linguagem, religião, mitos e costumes poderia ser mais bem incorporado às ciências humanas. Isso gerou controvérsias no meio científico da época, inclusive entre os próprios discípulos de Wundt, que acreditavam que a psicologia era integralmente uma ciência natural. Dentre eles, destaca-se

²⁸ Figueiredo (1996) define experiência imediata como “(...) a experiência tal como o sujeito a vive antes de se pôr a pensar sobre ela, antes de comunicá-la, antes de ‘conhecê-la’. É, em outras palavras, a experiência tal como se dá”. (p. 35).

Titchener, discípulo de Wundt e divulgador de sua obra nos Estados Unidos. Com base numa leitura fisiologista dos fenômenos mentais, Titchener localizava a psicologia como ciência natural, negligenciando os interesses de seu mestre em relação à psicologia dos povos (Figueiredo, 1996). Titchener ilustra a reação da geração que sucede a Wundt, a qual leva a cabo o experimentalismo e propõe a substituição da mente pelo organismo como objeto de estudo da psicologia, encerrando-a definitivamente no ramo das ciências naturais e, inclusive, tomando a biologia como ciência chave principal desse campo disciplinar. Nesse sentido, Farr (1998) acrescenta que

A não-compreensão do componente *ciência social* da psicologia foi muito maior do que a não compreensão do componente *ciência natural*. Isso se deve talvez, ao fato de ela (a ciência social) ser mais especificamente cultural. Certamente, o *corpus* do trabalho de Wundt não foi muito bem compreendido fora de sua Alemanha natal; por exemplo, a relação entre sua ciência experimental e sua ciência social. (p. 59)

Em parte, isso é devido também ao fato de que a obra de Wundt foi difundida a partir de traduções norte-americanas que tendiam a esse viés. A emergência da ciência do comportamento nos Estados Unidos, por outro lado, representa outro momento de intensificação do cientificismo na psicologia. Nomes como Watson reforçam a idéia de que a psicologia é uma ciência natural e aumentam o peso do positivismo como filosofia principal de sua organização científica.

Por outro lado, à medida que a psicologia ganhava legitimidade científica, por ter adotado os métodos experimentais, foram aparecendo críticas aos psicólogos representantes dessa forma de produção do conhecimento. Autores como Bergson, Dilthey e Brett, de tradição mais filosófica e historicista do que cientificista, suspeitavam que a experimentação não seria capaz de abarcar a riqueza dos processos mentais e reduzia a psicologia à mera coletânea de fatos artificiais (Luria, 1992).

Essas cisões não constituem fatos isolados na história desta ciência, tendo raízes na própria gênese filosófica da reflexão sobre a especificidade da condição humana. Essa forma de cisão da psicologia remete a Descartes, como forma de reiterar a antiga dicotomia corpo e alma. Além disso, corresponde a oscilações históricas quanto ao lugar da natureza e da cultura nas explicações

sobre a gênese, estrutura e funcionamento dos comportamentos. Percorrendo as diferentes teorias psicológicas que surgiram desde o século XIX sobre o ser humano, percebe-se o trânsito entre tentativas de análise do comportamento como determinado por leis naturais e outras de análise da condição humana como distinta dos animais e impossível de ser descrita por tais leis (Figueiredo, 1996).

Tais controvérsias já se enunciavam desde a emergência do racionalismo científico no final do século XIX, como atesta Dürkheim. Em *As regras do método sociológico* o autor francês tece elogios à psicologia objetiva, que se propunha investigar o psiquismo como uma coisa, constituída pelo agrupamento de fatos psíquicos que deveriam ser objeto de estudo desta ciência (Durkheim, 1998). Levando a cabo a empresa científica, essa psicologia objetiva criou métodos para exteriorizar os fatos psíquicos, constituindo-se neles o *status* de coisas, ao invés de tomar para si o estudo dos estados mentais como substâncias, como o faziam alguns mentalistas.

Em realidade, desde essa época, a psicologia vive a intensificação de uma crise que há muito tempo a divide, entre dois modos distintos de conceber e investigar o psiquismo humano (Luria, 1987). No cerne desta divisão, segundo Vigotski (1996), está a diferença no valor atribuído aos fatores orgânicos na constituição das formas especificamente humanas de funcionamento psicológico. Se, por um lado, as tendências consideradas idealistas, próximas à fenomenologia, acreditam haver certa autonomia dos processos superiores humanos em relação à base orgânica, as materialistas enfatizam justamente os determinantes biológicos e a realidade objetiva na análise do comportamento humano.

No grupo idealista, valoriza-se tudo aquilo que é desconsiderado pela tendência materialista, enfocando-se os fatores subjetivos como pauta principal de investigação em Psicologia. A fenomenologia de Husserl e o introspeccionismo de autores como Tchelpanov são as tendências que melhor representam esse grupo, cuja característica fundamental é defender a autonomia dos processos especificamente humanos, em relação à base orgânica e ao ambiente. O psiquismo é, assim, compreendido como algo

independente e que possui uma existência relativamente autônoma da realidade físico-química.

Por outro lado, ao grupo materialista pertencem as propostas que utilizam o modelo de investigação típico das ciências naturais, valorizando os fatores orgânicos e ambientais na compreensão do comportamento humano. A reflexologia e o behaviorismo são as duas grandes tendências que representam esse grupo, sendo que todas estas enfatizam os fatores objetivos em detrimento dos fatores subjetivos, em suas teses psicológicas. Para esse grupo a Psicologia é uma ciência natural, tal como a biologia, a física, devendo esta ciência afastar-se de toda análise que parta de fenômenos não diretamente observáveis ou pouco verificáveis empiricamente.

Aparentemente arbitrária, essa divisão corresponde à análise que o psicólogo russo Lev S. Vigotski²⁹ (1996) realiza sobre o significado histórico desta crise na psicologia, cuja atualidade tem sido defendida por alguns pesquisadores (Blanck, 1987; Riviere, 1985). Para ele, o núcleo desta crise é a divisão da psicologia em duas correntes, de acordo com o ponto de vista metodológico de cada uma delas. Neste caso, o 'divisor das águas' é o método das ciências naturais, de um lado visto como o único que concederia à psicologia o caráter de ciência objetiva e aplicada e, por outro, posto de lado para preservar a relevância da subjetividade como característica distintiva da condição humana.

A constituição da psicologia como ciência e suas vicissitudes é também analisada do ponto de vista político, onde se destacam os efeitos que seu saber produz na sujeição dos indivíduos aos campos disciplinares.

Como analisa Foucault (1999), a psicologia nasceu na reflexão sobre as contradições da existência humana, debruçando-se sobre o patológico, o

²⁹ Vigotski, assim como George Mead faz parte do grupo de psicólogos que, rejeitando a oposição indivíduo e sociedade que se tornou hegemônica nas ciências sociais e humanas, particularmente, na psicologia social, vão sugerir a filosofia de Hegel como paradigma desta disciplina (Farr, 1998). Por isso, constitui-se como referência importante para a reação que determinados psicólogos latino-americanos vão realizar, em relação à psicologia social de sua época.

anormal e o desorganizado. Para tanto, o modelo positivista lhe serviu para imprimir nessa reflexão o caráter objetivo necessário à garantia de legitimidade, levando-a a posicionar-se como ciência natural. Utilizando-se dos diferentes modelos de produção do conhecimento das ciências naturais, a psicologia ganhou terreno. Todo um conjunto de teorias que se inspiram nos esquemas de análise das ciências da natureza, resultam desse momento inicial de apoio nas ciências da natureza para alavancar seu reconhecimento. Contudo, tão logo se descobriu o papel do sentido nas condutas e processos psicológicos humanos (final do séc. XIX), a psicologia distanciou-se dos limites impostos pelo positivismo, para conhecer os significados por trás daquilo que outrora analisava como fenômeno natural. A partir daí, interessa-lhe mais o significado das patologias, a lógica constituinte das condutas e a gênese dos processos psicológicos.

Os esforços mais recentes da psicologia vão nessa direção e, apesar da diversidade de sua inspiração, pode-se resumir sua significação histórica deste modo: a psicologia não mais busca provar a possibilidade por sua existência, mas fundamentá-la a partir de sua essência, e ela não mais busca suprimir, nem mesmo atenuar suas contradições, mas sim justificá-las. (Foucault, 1999, p. 137).

Os estudos de Robert Stoller, que desencadearam a emergência da categoria gênero na ciência, ao meu ver, podem ser considerados como um desdobramento desse esforço da psicologia em encontrar os significados da conduta humana. Suas investigações partiram do campo psicopatológico e permitiram conceber a identidade de gênero como uma construção que se realizada sobre o dado natural. Nesse sentido, sua contribuição também pode ser o produto dessa crise da psicologia, cuja base é a dicotomia constituinte desse campo entre natureza e cultura (cf. Nuernberg & Zanella, 2003).

O que se quer ressaltar, enfim, é o fato de que a consolidação da psicologia enquanto ciência foi e continua sendo um processo complexo e heterogêneo. Dada sua diversidade, é difícil classificar essa ciência como paradigmática, nos termos de Kuhn. O consenso conceitual e metodológico é algo bastante distante da psicologia, do mesmo modo que de outras ciências sociais e humanas. Marcada pelas condições históricas e sociais e pelas características singulares de seus protagonistas, a Psicologia desde seu início

não é uma ciência unitária, o que para os adeptos do modelo positivista de ciência, é sinal da pouca confiança que podemos ter acerca de sua cientificidade.

Breve história da psicologia social

Não há uma única forma de descrever a história da psicologia social e explicitar as maiores influências do percurso desta disciplina, desde sua gênese. Nesse sentido, ao invés de se fazer o resgate linear dessa história, como é comum por parte de outros autores (cf. Bernardes, 1998), procurei seguir a análise de Robert Farr (1998) em seu livro *As raízes da psicologia social moderna*, cuja perspectiva está perfeitamente adequada aos propósitos deste estudo. Ao realizar uma análise que relaciona determinados eventos históricos aos rumos tomados e características assumidas pela psicologia social no mundo, esse autor permite que se avance na reflexão sobre as nuances dos conflitos teóricos e epistemológicos desse campo.

De acordo com Farr, Wundt é o precursor da psicologia social, como já foi citado anteriormente, através de sua psicologia das massas. Embora Wundt seja sempre citado quanto à origem científica da psicologia, quase não há referência à extensa obra de 10 volumes que escreveu – com certo pioneirismo – sobre a psicologia dos povos. Conforme Farr, o esquecimento da psicologia social do autor alemão se deve ao repúdio positivista dirigido à Wundt por parte daqueles que discordavam quanto às suas posições conceituais sobre o lugar da psicologia nas ciências sociais (Dangizer *apud* Farr 1998), bem como às distorções que autores de língua inglesa realizaram em relação à sua obra.

Por outro lado, ao ter sido uma das mais importantes referências de sua época. Wundt influenciou renomados antropólogos como Malinowski e Boas, os quais, mesmo discordando em parte deste autor, tomaram sua *volkerpsychologie* como um marco na construção de suas teorias. Ambos freqüentaram o laboratório de Wundt em Leipzig, levando para a Inglaterra e os Estados Unidos a experiência de trabalho com o autor alemão. Do mesmo modo, George Mead, filósofo norte americano importante na corrente do interacionismo simbólico foi influenciado por Wundt, dedicando boa parte de

sua obra a superar a antítese que esse autor engendrou entre consciência individual e o mundo social. Nessa tarefa, articulando os conceitos de *self*, *mente* e *sociedade* e propondo uma análise dialética da relação indivíduo e sociedade, Mead tornou-se outra das figuras importantes na história da psicologia social moderna.

Rodrigues (1981) aponta ainda Gustav Le Bon, com sua teoria da irracionalidade das multidões e Gabriel Tarde, com sua teoria da sugestão e imitação como outros dois precursores dessa disciplina. Os processos grupais e a análise do comportamento das massas/multidões são, portanto, as temáticas-chaves desse primeiro momento da psicologia social. Nesse sentido, como pontos principais de análise, destacam-se a coesão social e os fatores de pertencimento aos grupos, que também caracterizam a perspectiva desenvolvida por Durkheim sobre o suicídio, no campo da sociologia.

Especialmente por autores simpáticos ao positivismo, como Allport, Comte é outro autor citado como um dos criadores da psicologia social, em razão de seu modelo de progresso do conhecimento científico. Para Farr (1998), isso constitui uma falácia, como parte de uma estratégia dos positivistas para colocar a psicologia social como ciência natural.

Vale também destacar a importância de Freud nessa história, a qual se torna ainda maior em função das preocupações do autor desencadeadas pela primeira guerra mundial. Freud utiliza sua teoria para melhor pensar os conflitos humanos de grande escala³⁰ e busca ampliar o âmbito de sua análise para além do indivíduo, incluindo a análise da cultura e dos fenômenos de massa em alguns de seus textos³¹ (Farr, 2000). Para ele,

(...) apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais

³⁰ Em *Além do princípio do prazer* (1920), Freud reconstrói sua teoria das pulsões, como resultado de suas reflexões teóricas sobre a primeira guerra mundial. Entretanto, conforme Farr (1998, p. 63), parte de suas elaborações sobre a dinâmica dos povos se perde em meio a equívocos de tradução que reduziram o termo alemão “*masse*” (massas) por “*group*” (grupo) em inglês (cf. Freud, 1996, p. 81, n. de rodapé).

está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é ao mesmo tempo, também psicologia social. (Freud, 1996, p. 81)

Nos anos após a primeira guerra mundial o estudo das atitudes foi central para a história da psicologia social, através da análise das relações étnicas e políticas. Alguns sociólogos, como Thomas, chegavam a definir essa disciplina como o estudo científico das atitudes sociais (Farr, 2000). A construção de escalas de atitudes como instrumentos para o diagnóstico de processos sociais, torna esta disciplina um campo de conhecimento estratégico para o controle social, sendo usada para auxiliar a prevenção, mudança e formação de atitudes. O exemplo mais comum é o uso da psicologia social para promover o convencimento dos soldados sobre seu lugar na defesa da nação e dos cidadãos sobre a necessidade da guerra.

O período entre as guerras mundiais se caracteriza também pela emergência e consolidação de duas perspectivas, a saber, a psicologia da gestalt na Alemanha e o behaviorismo nos Estados Unidos. Se na primeira se enfatiza o ator e sua percepção, na outra se destaca o observador, cujo foco se dá sobre o comportamento do sujeito observado. Conforme Farr (*ibid*), embora sejam incompatíveis em seus pressupostos, ambas as teorias são expressões do individualismo ocidental e partem de uma noção muito semelhante de indivíduo *em si*, determinado pelas circunstâncias ambientais imediatas.

Não obstante, são justamente essas perspectivas que fundamentam as formas de psicologia social que se constituem nos Estados Unidos desde esse período anterior à segunda grande guerra. Por um lado, o behaviorismo origina uma psicologia social pautada pelo estudo dos indivíduos e pela influência de outros indivíduos sobre este. Representada especialmente pelos irmãos F. H. e G. W. Allport, essa forma behaviorista de psicologia social esvazia os conceitos de sociedade e cultura e tende a valorizar mais as

³¹ Mello Neto (2000), discute a influência de outros autores nas discussões desenvolvidas por Freud sobre a psicologia social.

conseqüências do comportamento a partir do contexto. Por outro lado, a vinda de intelectuais alemães gestaltistas para os Estados Unidos³², a partir de meados das décadas de 30 e 40, origina uma nova forma de psicologia social. Fugidos da perseguição anti-semita imposta por Hitler, renomados gestaltistas austríacos e alemães se instalam em universidades norte-americanas, produzindo uma psicologia social cognitivista e experimental que se contrapõe àquela defendida pelos behavioristas pelo valor atribuído ao fenômeno da percepção como atividade mental.

Lewin, Koffka, Heider e Wertheimer são os nomes principais desse movimento que consolida o método experimental como a estratégia principal da psicologia social e torna os Estados Unidos o país sede desta disciplina. Ou seja, de acordo com Farr (1998, p. 147), *“a perspectiva da gestalt é o ingrediente específico que torna a psicologia social cognitiva, na era moderna, um fenômeno tipicamente americano”*. Tanto a forma de investigação quanto o conceito de indivíduo que subjaz a essa psicologia social permitem a Farr propor a tese da americanização e individualização desta disciplina, o que consiste em um contra-senso na perspectiva de análise do autor. Retomando a metáfora utilizada por Allport, embora a psicologia social moderna tivesse sido gerada na Europa, é em solo norte-americano que ela floresce, assumindo o individualismo preconizado pelo contexto de sua emergência.

Um dos resultados desse processo é o afastamento progressivo entre a sociologia e a psicologia, que tradicionalmente caminhavam juntas na produção do conhecimento, partilhando conceitos e influências teóricas. A ênfase, ora no indivíduo, ora no coletivo como territórios específicos da psicologia e da sociologia, respectivamente, não era uma prática comum no início do século XX, por parte de autores como Wundt, Freud, Durkheim e Mead. Na análise de Farr, isso é o resultado da americanização das ciências

³² Um outro grupo europeu importante para a psicologia social que migrou em função das perseguições de Hitler foi aquele formado por autores como Adorno, Horkheimer, Marcuse, Fromm, entre outros, que pertenciam à conhecida Escola de Frankfurt (Bernardes, 1998). O trabalho de Adorno sobre a personalidade autoritária é uma das referências principais desse grupo.

sociais, incluindo-se aí a psicologia social, o que gera duas formas de desenvolvimento dessa disciplina: uma psicológica e outra sociológica.

Ainda que se desenvolvam paralelamente, cada uma das formas de psicologia social, por sua vez, articula uma forma de relação semelhante com sua “disciplina-mãe”. Enquanto que a psicologia social da psicologia lembra aos psicólogos a necessidade de considerar o contexto situacional dos processos que analisam, a psicologia social sociológica alivia o peso dos fatores macro-institucionais e alerta para a possibilidade de autonomia dos indivíduos em suas ações. Contudo, há mais contrastes do que semelhanças entre essas duas formas de psicologia social, dado o peso da história de cada uma das disciplinas-mãe na constituição de suas perspectivas de investigação científica. Nesse sentido, propõe Farr (1998, p. 165) que,

É difícil para os psicólogos sociais da psicologia, entretanto, chegar a uma compreensão adequada dos efeitos de distorção causados pela disciplina-mãe. É prudente, portanto, observar outras formas de psicologia social que não estão sujeitas à mesma influência deturpadora. Não há necessidade de os psicólogos inventarem novas formas de psicologia social. Elas já existem – mas existem em outras disciplinas que não a psicologia.

Na Inglaterra, durante a década de 60, outro expoente da psicologia social é representado por Tajfel e sua teoria de identidade social. Com base em uma perspectiva cognitivista inspirada pela psicologia social norte-americana, Tajfel investiga temas como o preconceito e a categorização social, atribuindo aos valores um papel importante nesses processos, embora negligenciando a necessária articulação teórica entre os processos cognitivos e o contexto social, algo comum até a década de 70 nessa disciplina (Amâncio, 1998). Mesmo assim, seu modelo de identidade social, como perspectiva de análise da mudança e conflito social até hoje é uma referência importante na psicologia social.

Um outro momento importante nessa história é protagonizado pelo autor francês Serge Moscovici e a teoria das representações sociais por ele criada. A partir de algumas das contribuições de Durkheim e Lévi-Bruhl, Moscovici desenvolve uma proposta sociológica de psicologia social que se torna uma referência mundial a partir da década de 70. Crítico da própria

sociologia, Moscovici busca superar os determinismos e alerta quanto à necessidade da psicologia social pensar os conflitos sociais e teorizar sobre os processos ideológicos e comunicativos que constituem as trocas sociais. Trata-se de um dos autores muito influentes na psicologia social latino-americana, estando entre os mais citados nos programas de psicologia social (Ozella, 1996).

No Brasil, embora já existissem estudiosos de psicologia social desde a década de 30, é apenas na década de 40 que se dá seu surgimento oficial, como uma disciplina do curso de Filosofia da Universidade de São Paulo. Nas pesquisas experimentais desenvolvidas no país que representavam essa área da psicologia, a teoria de campo de Kurt Lewin e as teorias pragmáticas de grupo norte-americanas eram na época as referências principais. Mais tarde, a partir das décadas de 50 e 60, a psicologia social brasileira era caracterizada por estudos sobre dinâmica de grupo, relações humanas e estudos sobre o caráter nacional, bem como sobre questões associadas à educação popular e a conscientização da população (Molon, 2001).

O psicólogo social Dante Moreira Leite, pesquisador e professor da USP, foi uma das maiores expressões da psicologia social brasileira até a década de 70. Numa linha cognitivista, conforme os ensinamentos lewinianos e heiderianos e da psicologia da gestalt, Leite se opunha à linha de argumentação que remetia a análise de processos como o caráter nacional e as diferenças individuais para o interior dos sujeitos, compreendendo-os do ponto vista social, econômico e político³³ (Paiva, 2000).

Outro autor historicamente importante é Aroldo Rodrigues, que em 1972 publica o livro *Psicologia Social*, cujas concepções e temas evidenciam a presença do modelo positivista vigente nos Estados Unidos nesta disciplina.

³³ Resgato aqui um trecho do livro *O Caráter Nacional Brasileiro* (Leite, 1976), para exemplificar os argumentos anti-psicologistas defendidos pelo autor na análise das ideologias do caráter do brasileiro “(...) as características psicológicas não poderão ser entendidas como fonte de desenvolvimento histórico e social. Ao contrário, as condições da vida social é que determinam as características psicológicas, embora estas, depois, possam também influir na vida social” (Leite, 1976, p. 328-9)

Desenvolvendo estudos sobre temas como percepção social, atitudes, tomada de decisões e conformismo, Rodrigues é o maior representante do movimento que se restringe a replicar estudos norte-americanos no contexto brasileiro, prezando a objetividade e a neutralidade como valores cruciais da pesquisa científica.

Nessa época, o Brasil vivia a ditadura militar e a repressão política, que impedia toda movimentação ideológica contrária ao regime. Em contrapartida, uma parte dos professores e alunos dos cursos de psicologia via na produção científica uma forma de promover a superação desse momento político, a partir do desenvolvimento de ações transformadoras. A difusão da pedagogia crítica de Paulo Freire foi um dos acontecimentos históricos que influenciaram na redefinição da identidade de muitos dos pesquisadores no Brasil durante o regime militar, levando-os a construir formas de trabalho comprometidas com a mudança social (Lane, 2000; Campos, 2000; Molon, 2001).

Na USP, o grupo de psicólogos sociais no qual participaram Dante Moreira Leite, Ecléa Bosi e Sylvia Leser de Mello, desde essa época lutava pela implantação de um mestrado nessa área, projeto que encontrou grandes barreiras, sobretudo aquela imposta pela força que Aroldo Rodrigues exercia junto aos órgãos fomentadores ligados ao MEC. As diferenças teóricas e metodológicas entre Rodrigues e o grupo da USP, levaram ao primeiro a impedir a aprovação deste programa de pós-graduação, o que intensificou ainda mais as tensões existentes na psicologia social brasileira.

Concomitantemente, o grupo liderado por Silvia Lane começa junto à PUC-SP a construir uma outra forma de pensar a psicologia social, de uma maneira crítica e comprometida com a necessidade de transformação social. Opondo-se à neutralidade científica e à opacidade da psicologia social importada dos Estados Unidos, começa a ser tecida, em meados da década de 70, em São Paulo, uma psicologia social que buscava articular as teorias com problemas concretos da realidade brasileira e que se organizava em torno de categorias capazes de abarcar esse contexto de uma maneira crítica.

Na USP, também na mesma época, Sylvia Leser de Mello reflete sobre a imagem da profissão de psicólogo e a necessidade de se repensar a função da

psicologia e seu compromisso ético com a sociedade (Cf. Mello, 1975). Já Ecléa Bosi, também pesquisadora na USP, apresenta os trabalhos de Simone Weill, importante teórica crítica do mundo do trabalho e da mulher e produz uma tese exemplar da psicologia social crítica gerada no período, sobre a cidade de São Paulo a partir da memória de pessoas idosas. Por muitos anos professora de psicologia social da USP, Bosi é também autora de um dos trabalhos precursores da psicologia social crítica sobre mulher, investigando os hábitos de leitura de operárias da periferia de São Paulo e a cultura de massas a partir de uma ótica marxista (Cf. Bosi, 1998).

Vale notar que esse movimento de reconstrução da psicologia social não é exclusivo do Brasil, abrangendo o contexto latino-americano. Em El Salvador, Martin-Baró também produz uma psicologia social que procura possibilitar a liberdade social e individual, a partir da tomada de consciência dos determinismos sociais por parte do sujeito. Em sua proposta, o objeto de estudo dessa disciplina deve ser a ação dos sujeitos, enquanto pautada pelas ideologias que os constituem e os cerceiam das possibilidades de liberdade, ou seja,

A la psicología social corresponde desenmascarar los vínculos que ligan a los actores sociales con los intereses de clase, poner de manifiesto las mediaciones a través de las cuales las necesidades de una clase social concreta se vuelven imperativos interiorizados por las personas, desarticular el entramado de fuerzas objetivadas en un orden social que manipula a los sujetos mediante mecanismos de falsa conciencia. (Martin-Baró, 1985, p.48)

Cumprе destacar que o materialismo histórico é a referência teórica principal desse movimento que propõe outros rumos para a psicologia social latino-americana. Tanto Lane (1984) quanto Martin-Baró (*ibid*) vão propor esse modelo teórico como forma de superação dos reducionismos que o modelo positivista de psicologia social gerou durante as décadas de 50 a 70. Ozella (1996), comparando dados de sua pesquisa sobre as características dos cursos e programas de psicologia social no Brasil, descreve como o materialismo histórico ocupou o lugar do cognitivismo como referencial principal da psicologia social brasileira, a partir do início da década de 80.

Além disso, há que se citar autores como Leontiev, Vygotski, Sève, Mead, Goffman, Moscovici, Guatari, Politzer, entre outros, que foram os fundamentos da revisão crítica protagonizada por Silvia Lane, que rediscute as categorias clássicas da psicologia social (percepção, atitudes, motivação social, etc) e ainda acrescenta outras, como a consciência e a identidade, enquanto novas categorias-chave dessa disciplina. Do mesmo modo, influenciaram a constituição desse movimento o livro “A construção social da realidade” de Berger & Luckmann (1985) e a fenomenologia de Alfred Schutz (Jurberg, 2000).

A criação da Associação Brasileira de Psicologia Social em 1980, representa – no Brasil - o marco histórico principal dessa psicologia social crítica. Seu surgimento é uma reação à psicologia social positivista representada pelos membros da Associação Latino Americana de Psicologia Social, criada na década de 60 por psicólogos experimentais como Aroldo Rodrigues (Bernardes, 1998) e à Sociedade Brasileira de Psicologia, tradicionalmente oposta, na época, ao tipo de pesquisas desenvolvidas pelos psicólogos sociais críticos. A partir dos Encontros nacionais e regionais desta Associação, a psicologia social brasileira redefiniu seus rumos, constituindo-se não apenas como uma disciplina engajada com os problemas sociais, mas também teoricamente consistente em seus esforços intelectuais, registrados nos diversos livros publicados e organizados pela ABRAPSO e na Revista *Psicologia e Sociedade*, seu periódico científico oficial (cf. Freitas, 2000).

A origem da ABRAPSO está ligada, portanto, à crítica de psicólogos sociais ao modelo de ciência mais conservador e positivista que transitava no campo em meados da década de 70. Havia na época também uma crítica às instituições latino-americanas que representavam a psicologia social, como a Associação Latino-Americana de Psicologia Social (ALAPSO), cuja perspectiva predominante era positivista. Nesse sentido, a ABRAPSO é criada como reação a um modelo de ciência distanciado da necessidade de se pensar a realidade brasileira (Bernardes, 1998).

A ABRAPSO é também protagonista de um movimento internacional de revisão da psicologia social latino-americana ocorrido em 1997 em Belo

Horizonte/MG. Através do Colóquio Internacional “Paradigmas em Psicologia Social para América Latina”, esta Associação reuniu importantes pesquisadores em psicologia social do Brasil, França Venezuela e Inglaterra, para discutir as características e perspectivas assumidas por essa disciplina no contexto latino-americano. Os resultados das discussões estão registrados no livro *Paradigmas em Psicologia Social* (Campos & Guareschi, 2000), onde Salvador Sandoval (2000, p. 107), escreve que

(...) a nova psicologia social latino-americana pode ser encarada como uma ciência social progressista na medida dos avanços de seu próprio desenvolvimento paradigmático e do seu foco sobre a realidade social, em lugar de seguir enquadrando suas premissas àquela realidade (como nos casos da sociologia e da ciência política), ou de enquadrar a realidade às suas próprias premissas (como no caso da ciência econômica).

Em outros textos desse livro fica evidente a preocupação em se pensar a identidade da psicologia social latino americana, a qual se discute estar pautada pela pluralidade de referenciais teórico-metodológicos, na promoção do respeito aos direitos humanos junto às minorias e pela articulação estreita com problemas sociais da contemporaneidade (Campos, 2000). Contudo, essa mesma característica pode estar gerando certa fragmentação na disciplina, como aponta Freitas (2000), alertando-nos para que essa não gere práticas igualmente fragmentadas.

Investigando a formação em psicologia social que os cursos de psicologia no Brasil desenvolvem, Ozella (1996, p. 130) demonstra a propensão recente dos professores desta disciplina em “*transmitir uma nova concepção de psicologia social e estimular a visão e atuação crítica e reflexiva*”, mais do que transmitir fundamentos e conceitos pertinentes a esse campo disciplinar. Para o autor, isso não significa, porém, que estes profissionais não considerem importante a fundamentação e conceituação, mas que priorizam a necessidade de inovar a disciplina.

Interdisciplinaridade da psicologia social brasileira

Desde sua origem, a psicologia social tomava como objeto de investigação a relação do indivíduo com a sociedade/cultura. No modelo da

ciência tradicional, cada par dessa relação pertence a ciências distintas, a saber, a psicologia e a sociologia, colocando-se a psicologia social na fronteira entre os dois campos do conhecimento. Distinções rígidas quanto a especificidade do objeto de estudo destas ciências, no entanto, não faziam sentido no início do século XX, especialmente para autores como Wundt e Freud, que desenvolviam suas pesquisas sem a preocupação com a divisão disciplinar do trabalho científico que se consolidou com o modelo moderno de universidade (Farr, 2000). Era comum, por exemplo, que sociólogos e psicólogos partilhassem de noções teóricas comuns, como a de atitudes, e trabalhassem em colaboração em programas de doutorado em psicologia social (*idem*, 1998).

A individualização da psicologia social, e a criação de duas formas de psicologia social – uma psicológica e outra sociológica – como resultado de processos históricos anteriormente referidos, constituiu-se como um retrocesso na perspectiva de trabalho interdisciplinar que essa disciplina exige e que era uma prática até a metade do século passado. Ao invés de se construir a colaboração entre a sociologia e a psicologia, criou-se a rivalidade e o isolamento uma da outra, resultando em noções dicotômicas de indivíduo e sociedade, tanto nas teorias psicológicas e quanto nas sociológicas (Jurberg, 2000).

Nas duas últimas décadas, a dicotomia indivíduo-sociedade tem sido criticada por eminentes psicólogos sociais europeus, como Moscovici. A psicologia social crítica brasileira, também fazendo essa crítica, gerou-se no esforço de superação dessa dicotomia, usando das noções dialético-materialistas para sustentar pressupostos onde não se distinguem os planos individual e social³⁴. Nesse sentido, busca tirar a psicologia de seu isolamento e engendrar interfaces com as demais ciências sociais, pensando os sujeitos humanos como produtos e produtores no/do universo social e cultural.

³⁴ O livro “Psicologia social: o homem em movimento” (Lane & Codo, 1984), publicado pela primeira vez em 1983 é um marco importante desse processo.

A interdisciplinaridade é uma atitude científica assumida pelos representantes dessa abordagem crítica na psicologia social, como a que melhor compatibiliza com os pressupostos que sustentam suas concepções. Como afirma Sawaia (1997), a *práxis*, necessária ao psicólogo social, implica sua abertura às demais disciplinas em sua contribuição para o estudo de categorias desta disciplina, como a de identidade, por exemplo. Segundo Ozella (1996), a preocupação com o estabelecimento de relações do conhecimento da psicologia social com outras áreas é uma das características dos professores de psicologia social no Brasil, no desenvolvimento de seus programas de ensino.

Uma vez que esse modelo crítico de psicologia social se propôs a pensar problemas sociais concretos e articular-se com as demandas enunciadas pelos movimentos sociais, tornou indispensável a atitude interdisciplinar de produção do conhecimento. Para uma psicologia social que se declara aberta à pluralidade teórica³⁵ e sensível às questões do mundo contemporâneo, a interdisciplinaridade é consequência imediata. Nesse sentido, o necessário diálogo e articulação com todas as ciências sociais e humanas, especialmente a antropologia social, a sociologia e a história, além do campo das artes e literatura, torna-se chave na construção do conhecimento. Isso fica mais evidente ainda quando um campo tradicionalmente interdisciplinar³⁶ como o dos estudos de gênero se une à psicologia social. É possível dizer, inclusive, que esse campo foi um dos que intensificou a interdisciplinaridade na psicologia social, pelos desafios que trouxe a essa disciplina e pelos referenciais teóricos e metodológicos que apresentou àqueles que fazem uso da categoria gênero em suas pesquisas.

³⁵ Um signo desta pluralidade está na capa dos primeiros números na Revista *Psicologia e Sociedade*, da ABRAPSO, onde o símbolo da psicologia tem a seu lado a letra “S” (**Ψs**), demarcando a idéia de que não há uma psicologia, mas psicologias distintas em seus referenciais teórico-metodológicos.

³⁶ Embora atestem Costa *et al* (1985), que a interdisciplinaridade tenha constituído em um obstáculo para o aprofundamento teórico nas pesquisas feministas desde a década de 70, em razão de ter sido proposta sem o necessário esforço nas definições utilizadas e sem um projeto efetivo de articulação das diferentes disciplinas.

A psicologia no Brasil

A origem da psicologia científica no Brasil remonta a meados do século XIX, através de teses de conclusão de curso em faculdades de medicina, nas quais se evidenciava a preocupação com temas relacionados à condição psicológica humana (Yazlle, 1990). Lourenço Filho (*apud* Yazlle, *idem*), referência importante na análise da história da psicologia no Brasil, investigando o teor desses primeiros trabalhos, identifica a alternância de metodologias experimentais com discussões de caráter filosófico, evidenciando, desde então, a heterogeneidade desta ciência, resultado de seus compromissos históricos, tanto com o modelo positivista, quanto com a forma de produção de conhecimento pautada pela reflexão filosófica e/ou fenomenológica.

Os primeiros laboratórios brasileiros de psicologia, surgidos no início do século XX, voltavam-se para a análise de questões educacionais, tais como o Laboratório de Psicologia Pedagógica e o Laboratório de Psicologia Experimental, ambos localizados no Rio de Janeiro. Posteriormente, outros centros de estudo da psicologia foram sendo criados em São Paulo e Pernambuco, e neles se debatiam as idéias psicológicas européias e norte-americanas que eram defendidas por seus fundadores. Nessa época, obteve também destaque o trabalho de Gustavo Riedel, que fundou em 1923 o Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. Seu trabalho, embora sofresse a resistência da classe médica, representou o avanço na pesquisa em psicologia naquele momento (Russo, 2002).

De acordo com Yazlle (1990), o modelo científico das ciências naturais e o olhar clínico/biologicista são as diretrizes que preponderam na criação destes laboratórios de psicologia, o que se deve à influência que a medicina exerceu nos primórdios da organização deste campo disciplinar. O distanciamento em relação à medicina, na produção de um campo específico de atuação da psicologia, deve-se em parte ao psiquiatra cubano Emílio Mira y Lopes que, morando no Brasil, tornou-se responsável por estabelecer práticas de

intervenção psicotécnicas, cruciais para a posterior legitimação da psicologia como profissão (Russo, 2002).

A partir de 1932, disciplinas de psicologia passam a ser oferecidas junto ao curso de filosofia da USP, criadas por Annita Cabral e Lourenço Filho, pessoas que buscam articular preocupações científicas com teorias progressistas de cunho filosófico. Mais de duas décadas depois, em 1953, é criado o primeiro curso de psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e poucos anos depois, em 1958, é criado outro curso, agora na Universidade de São Paulo (USP). Ainda assim, apenas em 1962 é promulgada a lei que institui a profissão de psicólogo, pelo então presidente João Goulart (Russo, 2002).

Durante as primeiras décadas do surgimento da psicologia no Brasil, diferentes abordagens tornaram-se predominantes. Se nas décadas de 30 a 50 as teorias lewinianas disputavam espaço com os grupos voltados ao desenvolvimento de procedimentos psicotécnicos, a partir da década de 60 o behaviorismo e a psicologia experimental começaram a exercer a dianteira entre as tendências teórico-metodológicas dessa área do conhecimento. Ao mesmo tempo, a psicanálise – já conhecida no Brasil desde a década de 30 - começa a se expandir, incorporando-se também aos currículos dos novos cursos que estavam em processo de implantação por todo país a partir da década de 70. Por conseguinte,

Na esteira da expansão psicanalítica – expansão enquanto terapia, profissão e modo de compreensão do ser humano -, a psicologia se psicanalisava cada vez mais, e rapidamente se distanciou de suas origens ‘psicotécnicas’, aproximando-se do atendimento clínico ou terapêutico como atividade preferencial. (Russo, 2002, p. 44)

Com o fortalecimento de ideologias individualistas no imaginário nacional, destacadamente nos contextos de camadas médias urbanas intelectualizadas, os saberes *psi* começaram a ser mais valorizados, crescendo a busca por profissionais da psicologia. Durante a década de 70, a psicologia começa a reconhecer também sua pluralidade teórica, marcada pela tensa convivência de referenciais psicotécnicos e psicanalíticos, bem como pela

emergência de referenciais ligados ao movimento da antipsiquiatria e pelas teorias do filósofo Michel Foucault.

Em realidade, os cursos de psicologia brasileiros também se constituíram a partir da influência das pessoas responsáveis pela sua implantação e consolidação, em geral, nomes importantes da psicologia norte-americana e francesa. O grande espaço, por exemplo, que as teorias behavioristas gozam no curso de psicologia da UnB (Universidade de Brasília), bem como as teorias estruturalistas de grupo e da psicologia social no de psicologia da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e na USP (Universidade de São Paulo), onde também a psicologia experimental tem uma história semelhante, pode ser compreendido a partir dessa rede de influências presentes na expansão do ensino universitário em psicologia no Brasil (cf. Machado, 2001).

Vale notar que muitas mulheres se destacaram no processo de consolidação da psicologia brasileira. Dentre as mais conhecidas, além de Annita Cabral, temos Helena Antipoff (1892-1974) que foi outra profissional que contribuiu para o amadurecimento científico e prático da psicologia no país (Campos, 2003) e Carolina Bori (1924-2004), expoente do esforço para que a psicologia se difundisse e se desenvolvesse melhor metodologicamente. Esta última, não só se destacou no contexto do ensino superior e da produção científica, mas também ocupou a presidência da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) entre os anos de 1986 e 1989, posteriormente sendo aclamada presidente de honra dessa importante organização científica (Plonski & Saidel, 2001).

Psicologia: formação e profissão

Dividida entre ser ciência e profissão, a psicologia é um dos cursos universitários de grande presença nas universidades. Raras são as instituições acadêmicas que não possuem esse curso, dada sua grande procura pelos jovens no momento do vestibular. Atualmente no Brasil são quase 180 cursos de graduação e 44 programas de pós-graduação (mestrado e/ou doutorado) em psicologia, sobretudo concentrados na região sudeste e sul.

Para Rosemberg (1984), o processo histórico de formação universitária em psicologia reúne as características da expansão do ensino superior brasileiro na década de 70, que associa o crescimento do número de instituições privadas com o aumento da presença feminina nesse nível de escolarização.

Ademais, a psicologia é uma profissão considerada feminina, como demonstram Castro e Yamamoto (1998), estando entre as quatro carreiras mais buscadas pelas mulheres. As razões culturais que constituem esse fato, passam pela associação da área com práticas consideradas femininas como o cuidado e a educação, resultando na média de 8 a 9 mulheres em cada 10 profissionais da psicologia no Brasil. Segundo Rosemberg (*idem*):

(...) pode-se pensar que as mulheres continuam a 'escolher' o curso de psicologia (como outras carreiras ditas femininas) pela eficiência do processo de socialização no reforçamento de modelos de papéis sexuais dicotomizados; pelo serviço que essa formação vem prestando à manutenção de uma estrutura de empregos segregacionista; e pelos benefícios imediatos que traz a uma população de mulheres necessitando ainda conciliar sua dupla perspectiva de vida e que no concreto de seu cotidiano implicará ou uma opção afetivamente frustradora ou a dupla jornada de trabalho. (p. 9).

Em geral, o curso se distribui em 4 anos de disciplinas formativas, de cunho teórico, podendo algumas delas envolver práticas de aplicação dos conhecimentos debatidos através de vivências, testagem psicológica ou exercícios de observação sistemática. Ao final do curso, no quinto ano, o aluno realiza estágios curriculares que se dividem em diferentes áreas de atuação do psicólogo, a saber, clínica, organizacional, escolar/educacional, hospitalar, social-comunitária e institucional. A forma de trabalho a ser desenvolvida em cada uma destas áreas vai depender da abordagem teórica que fundamenta o trabalho, podendo se dar através da constituição de grupos ou de intervenções individuais.

A psicologia clínica, ao meu ver, é a área de atuação mais conhecida do senso comum, caracterizada por atendimentos psicanalíticos, psicoterápicos breves ou de longa duração ou ainda por intervenções grupais. Seu foco principal se dá sobre questões de foro íntimo que são geradoras de angústia,

para as quais o profissional, de acordo com seu referencial teórico, conduz a relação na tentativa de superação e/ou alívio da situação subjetiva conflitante. A intervenção psicanalítica é a que foge mais a esse propósito, embora parta também da situação subjetiva angustiante. A ênfase nas dimensões simbólicas e inconscientes do sujeito, distingue-a das demais abordagens.

Já a psicologia organizacional e/ou do trabalho, constitui para mim uma área onde a atuação evita o olhar clínico-individual em nome de uma intervenção que vise a eficiência e a qualidade dos processos produtivos gerados pela força humana de trabalho. Atividades de recrutamento, seleção e treinamento, bem como de análise do clima e cultura organizacional constituem as formas mais comuns de atuação do psicólogo no contexto das relações de trabalho, além daquelas voltadas à promoção da saúde do trabalhador.

Segundo o que conheço como nativo desse campo, a área escolar é uma das menos ocupadas pelos psicólogos e psicólogas, sendo caracterizada por atividades junto a sujeitos envolvidos em atividades formativas, em geral, na escola. De uma atuação de cunho mais individualista, centrada na análise e tratamento de problemas de aprendizagem, os psicólogos escolares têm transitado para uma forma de intervenção que considera as relações sociais mais amplas, visando superar, entre outras questões, a produção social do fracasso escolar.

A psicologia social-comunitária vem ocupando um lugar privilegiado na formação dos psicólogos no Brasil, em razão das características históricas da psicologia brasileira (Bomfim *et al*, 1992). Seja através de atividades de grupo junto aos centros comunitários, seja junto a instituições sociais, os psicólogos comunitários atuam no sentido de promover a capacidade organizativa e cooperativa das comunidades, tendo em geral a garantia dos direitos da cidadania como pauta das reflexões geradas em sua intervenção.

Áreas como a psicologia hospitalar, estão sendo cada vez mais valorizadas, também em função do esgotamento do mercado de trabalho nas demais áreas. Na maior parte das áreas emergentes o que se diferencia é o foco de atuação do psicólogo, por vezes, aproximando-se das formas de

intervenção de outras profissões ou re-significando os instrumentos comumente utilizados para atender às demandas psicossociais identificadas. Por outro lado, tais distinções entre as diferentes áreas da psicologia são, se consideradas a fundo, artificiais. São delimitações propostas apenas para pensar a própria formação e profissão, pouco servindo na prática para pensar a especificidade de cada contexto de atuação.

Cumprido mencionar ainda que a psicologia social brasileira reconheceu como sua prática legítima de atuação o campo das “práticas psicossociais com mulheres” em um livro do Conselho Federal da Psicologia de 1992 (Bomfim *et al.*, 1992). Neste artigo, os estudos de gênero são descritos como uma área emergente importante, sendo citados uma série de artigos produzidos nessa área, dentre os quais a maioria é de autoria das entrevistadas dessa tese.

Gênero e psicologia social

Como foi visto anteriormente, nos anos 70 a psicologia social vivia um momento de reestruturação conceitual, na busca de incorporar melhor as variáveis associadas aos contextos, em seus estudos empíricos. Até então, os estudos sobre estereótipos e preconceitos negligenciavam os fatores contextuais, priorizando aqueles relacionados aos indivíduos. A superação do modelo psicologizante, na construção de um modelo mais efetivo de análise social para esta disciplina, por outro lado, ocorreu num momento de grande difusão das lutas feministas, o que aumentou a incidência dos estudos sobre estereótipos e preconceitos sexuais, especialmente junto à psicologia social norte-americana (Amâncio, 1998).

A partir do final da década de 70, as questões de gênero começam a deixar de ser vistas do ponto de vista biológico, prevalecendo o pressuposto da socialização como o princípio explicativo, através dos conceitos de imitação e modelagem. Do mesmo modo, a masculinidade e a feminilidade passam a ser tomadas como conjunto de características que se constituem no desenvolvimento cognitivo e emocional dos indivíduos, embora ainda sejam vistos como diferenças dicotômicas. Nesse sentido, se por um lado se avançava no pressuposto da gênese desses atributos, agora não mais buscados no

organismo, mas nas aprendizagens sociais, por outro, permanecia um conceito de gênero como atributo interno aos sujeitos (Nogueira, 2001). Em síntese,

No plano teórico, o predomínio das explicações intrapsíquicas, como as que recorreriam ao modelo das atitudes para explicar os estereótipos, ou aos esquemas e scripts, como nos modelos da androginia e cognitivistas dos anos 80, continuou a remeter para o indivíduo, ou para o interior dos grupos de sexo, acentuando a polarização das diferenças, confusão de sexo e gênero e a bipolaridade das categorias de sexo. (Amâncio, 2001, p. 14).

Assim, até meados das décadas de 80 e 90, o que caracteriza esta parte da história da psicologia social na Europa e nos Estados Unidos, é a ausência da dimensão ideológica e conceitual na maior parte das análises das relações de gênero. Os poucos estudos que mencionavam gênero, reduziam essa categoria à mera variável experimental. Embora o feminismo militante tenha deixado sua marca, na demanda da análise dos conflitos sociais de gênero, a virada epistemológica feminista tardou em mudar os rumos da psicologia social. O que se apresenta nos estudos de gênero da psicologia social nessa época é representado por três perspectivas de análise resumidas a seguir, de acordo com o que propõe Amâncio (1993):

- 1) A psicologia social norte-americana, que enfatiza a aprendizagem dos papéis sexuais como diretriz explicativa dos comportamentos de homens e mulheres e das convicções associadas ao masculino e feminino, pautada ora por uma abordagem sócio-behaviorista ora por referenciais cognitivo-interacionista;
- 2) A psicologia social européia que toma o modelo de Tajfel como referencial principal, enfocando a relação da identidade social³⁷ com a pertença a determinados grupos, mas articulando essas questões com os pressupostos feministas sobre os conflitos de poder entre homens e mulheres.

³⁷ No Brasil Marise Jurberg (UGF) é uma da que utiliza a contribuição de Tajfel para compreender fenômenos associados às relações de gênero (cf. Jurberg, 1992).

3) E a psicologia social europeia que discute os significados atribuídos às categorias sociais, vendo a desigualdade de gênero como resultado da assimetria que caracteriza essa produção simbólica, onde o homem é universal e dominante e a mulher é definida pela sua especificidade.

Além dessas três perspectivas e bastante próxima da terceira delas destacou-se a partir da década de 90 o grupo de psicólogas sociais que fazem uso da teoria das representações sociais de Moscovici para pensar as questões feministas e de gênero. A análise das representações sociais associadas à categoria gênero permitiu compreender ainda mais a assimetria simbólica que constitui as relações sociais, as quais privilegiam os homens em detrimento das mulheres, como demonstrou Amâncio (1998; 2001).

Mais recentemente, o necessário deslocamento de foco dos indivíduos para os processos, também tem sido feito a partir do feminismo pós-modernista, que tem difundido a corrente construcionista na psicologia social. A crítica ao modelo científico tradicional, e à racionalidade universalista moderna, chegaram à psicologia social europeia e norte-americana, inaugurando uma perspectiva que se opõe aos essencialismos e compreende o masculino e feminino como construções sociais (Nogueira, 2001). Para Unger (1993),

Talvez a crítica mais importante do ponto de vista 'construcionista' seja a de que o foco individualista na medição dos traços pode induzir à falta de preocupação em relação à responsabilidade da sociedade quanto à distribuição diferencial de vários traços em mulheres e homens. Essa questão é particularmente importante porque os traços – mesmo quando colocados por feministas – não estão isentos de valor. (Unger, 1993, p. 153).

No contexto da psicologia social, certamente o construcionismo é uma referência importante como fundamento básico para pensar os fenômenos pertinentes a esse campo e o papel das relações de gênero nesses processos. Conceitos centrais para a psicologia social têm sido renovados a partir dessa perspectiva, agregando as contribuições das teorias feministas e valorizando os aspectos referentes ao gênero na constituição dos sujeitos.

Cumpra esclarecer também que os estudos feministas e de gênero anglo-saxônicos chegam à psicologia social num momento de crise dessa disciplina, quando tensões epistemológicas se intensificam e geram a institucionalização de correntes e grupos alternativos às perspectivas tradicionais. Essas perspectivas construcionistas acabam sendo identificadas enquanto aliadas para pensar a pesquisa sobre mulher e gênero como parte das transformações conceituais tecidas a partir do final da década de 70. Ou seja,

Na psicologia, esse desafio do conhecimento, como algo socialmente construído, consubstancia-se na perspectiva do construcionismo social, na perspectiva da análise do discurso, ou da psicologia crítica, perspectivas que partilham entre si premissas semelhantes e se inserem num mesmo posicionamento epistemológico. (Nogueira, 2001, p.145).

Tais premissas, em última análise, têm por base a crítica a noções que reduziam as diferenças sexuais aos fatores biológicos, comum ao feminismo da segunda onda. Essa crítica aos reducionismos biológicos (Nicholson, 2000), pode explicar a grande difusão dos pressupostos construcionistas nos estudos de gênero desenvolvidos na psicologia social, onde também é forte a busca pela desnaturalização dos processos sociais.

No Brasil, um dos primeiros estudos que superavam o reducionismo biológico na análise das diferenças sexuais no contexto da psicologia, aparecem em 1966 no livro *Psicologia Diferencial* de Dante Moreira Leite³⁸, psicólogo social da USP falecido em 1976. Conforme Graciano (1976), esse pesquisador era atento à força dos processos ideológicos que influenciam a percepção social, favorecendo a formação dos preconceitos. Esse tipo de análise aparece em sua obra também em relação às diferenças sexuais, onde o fator socialização é explorado na análise dos valores e atitudes contrastantes entre homens e mulheres. Tal argumento representou uma alternativa à

³⁸ Dante Moreira Leite, segundo Schmidt & Stockler (2002), era avesso a todo tipo de psicologismo e desenvolveu pesquisas de cunho interdisciplinar no campo da psicologia social, articulando saberes da psicologia, antropologia, história, literatura e sociologia.

correntes que tendiam a ver as diferenças sexuais como naturais, trazendo pioneiramente para a psicologia social, o debate sobre essas questões.

As primeiras publicações brasileiras que discutiam as questões feministas enfocando ou resgatando a psicologia social, estão no histórico número 15 dos *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas, sendo de autoria de pesquisadoras dessa instituição. Era o Ano Internacional da Mulher, proposto pela ONU, desencadeando uma série de eventos para discutir a condição da mulher. As pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas concentravam, nesse momento, o que de mais avançado se tinha em termos de reflexão científica feminista. Nesse número dos *Cadernos de Pesquisa* temos três artigos que constituem um marco importante para a incorporação das questões feministas na psicologia:

- 1) O artigo de Carmem Barroso, intitulado “*Estereótipos sexuais: possíveis contribuições da psicologia para sua mudança*” (Barroso, 1975), onde discute a necessidade da psicologia investigar os estereótipos relacionados aos papéis sexuais e os resultados destrutivos da desigualdade entre os sexos. Nesse artigo, Carmen Barroso lança mão de conceitos caros à psicologia social da época, como percepção, atitudes e estereótipos, comentando sobre a insuficiência da literatura psicológica sobre o assunto.
- 2) O artigo “*Contribuições da psicologia contemporânea para compreensão do papel da mulher*”, de autoria de Marília Graciano (Graciano, 1975) onde a pesquisadora faz críticas ao modo reducionista como a psicologia interpreta o comportamento feminino, contribuindo ideologicamente para manter o conformismo social da mulher. Por outro lado, reconhece que o estudo da situação social da mulher anuncia novas mudanças de análise desta ciência sobre a mulher, sendo a psicologia social um campo fértil para esse tipo de investigação. Suas pesquisas posteriores, desenvolvidas no período em que trabalhou na FCC (1974-1979), inclusive, abrangeram temas relacionados aos estereótipos sexuais,

relacionando com o processo de socialização da criança (cf. Graciano *et al*, 1977; Graciano, 1978).

- 3) O artigo de Fúlvia Rosemberg, chamado “*A mulher na literatura infanto-juvenil*” (Rosemberg, 1975), que realiza uma revisão de importantes pesquisas demonstrando que os papéis sexuais são representados de maneira estereotipada nesse tipo de literatura, onde a mulher ocupa uma posição inferior.

Nos artigos acima, fica evidente a tentativa de lançar mão dos conceitos da psicologia social clássica como estereótipos e preconceitos, para compreender a condição feminina, algo comum na psicologia da época (Amâncio, 2001). A insatisfação com a psicologia, por outro lado, parece ser comum entre as autoras que ao mesmo tempo em que buscam extrair dessa área saberes que permitam desenvolver seus argumentos feministas, identificam nela a compatibilidade com a mesma ideologia que criticam.

Mais recentemente, no contexto acadêmico da psicologia social brasileira, foi especialmente a partir de pessoas engajadas na superação do modelo positivista deste campo que as questões de gênero começaram a se constituir em uma preocupação de maior espaço. Ainda que o pioneirismo seja mérito das pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, a consolidação dos estudos de gênero no campo da psicologia se deve a um outro grupo.

Embora sem uma relação direta com os estudos feministas, os trabalhos de Sylvia Leser de Mello (1988) e Ecléa Bosi (1983), pesquisadoras da USP, representam um momento importante no qual a condição da mulher passa a ser problematizada na psicologia social, já na década de 80. Seus trabalhos foram uns dos primeiros a discutir as formas de opressão social exercidas sobre a mulher, abrindo espaço para estas questões no contexto da psicologia. Ademais, Leser de Mello também foi co-autora e orientadora de trabalhos precursores na psicologia social brasileira sobre a questão da homossexualidade, articulando com a análise das normas sociais (cf. Mello & Sell, 1987; Sell, 1987).

Mais especificamente, as questões feministas sobre mulher e de gênero tem sido incorporadas com maior visibilidade há mais de 20 anos,

especialmente por pesquisadoras vinculadas à ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social -, instituição da área pioneira na criação de grupos de trabalho sobre gênero em seus eventos científicos (Zanella *et al*, 1997). Conforme será demonstrado em todo esse trabalho, embora essas questões fossem uma preocupação mais antiga nas ciências sociais, foi através da psicologia social, sobretudo por meio de pesquisadoras interessadas em um modelo crítico e comprometido³⁹ de pesquisa, que o gênero começou a se legitimar enquanto uma categoria de análise importante no contexto da produção científica no campo da psicologia.

Há que se destacar a intensa participação do grupo de psicólogas sociais paulistas, mineiras e cariocas no início da incorporação das questões feministas e de gênero na psicologia social brasileira. É possível ainda fazer um paralelo com a análise de Costa & Bruschini (1992) sobre o papel da Revista *Cadernos de Pesquisa* da FCC quanto à divulgação e consolidação dos estudos de gênero no Brasil. Sem dúvida, a Revista *Psicologia e Sociedade* da ABRAPSO é também central na história de consolidação dos estudos de gênero na psicologia social brasileira, como atestam os artigos acima descritos. Tendo sido publicada regularmente de 1986 a 1992, em 10 números, essa revista teve sua periodicidade interrompida de 93 a 96, posteriormente retomando suas atividades.

Em 1988, no mês de setembro, é publicado outro número da Revista *Psicologia e Sociedade*, cuja sessão “Psicologia e movimentos sociais” contemplava discussões que podem ser enquadradas dentro dos estudos feministas e/ou da mulher. Resumidamente, destacam-se

- 1) O relato de experiência de Karin Smigay (1988) sobre o trabalho de criação de grupos de reflexão/cooperação com mulheres vítimas de violência junto à UFMG.

³⁹ No contexto acadêmico brasileiro, essa categoria “crítico e comprometido” sugere que determinado modelo de pesquisa e de atuação considera as necessidades sociais das camadas populares, incorporando-as como foco de suas preocupações científicas ou de intervenção psicológica. Tal modelo surge basicamente no final da década de 70, a partir da abertura política vivida no campo da psicologia no período.

- 2) O artigo de Maria Ignês Moreira (1988) analisando as queixas/cenas de sedução apresentadas na Delegacia da Mulher, apresentado no III Encontro Mineiro de Psicologia Social, no Seminário 500 anos de feminismo (1988).
- 3) O ensaio de Cláudia Nogueira (1988), aluna do Curso de Psicologia da UFMG, refletindo sobre os dilemas vividos pela mulher contemporânea, em função das transformações sociais ocorridas no século XX.
- 4) O artigo de Elisabeth Bomfim (1988) sobre a participação de intelectuais nos movimentos sociais, dentre eles os feministas. Discute Bomfim o papel da psicologia nesses movimentos sociais, no sentido de promover uma “*escuta psicossocial que não pode desconsiderar as questões político-econômicas e ecológicas*” (p. 146).

Ainda em 1988 foram apresentados trabalhos pautados por temáticas feministas e de gênero, sendo a temática da violência contra a mulher o foco principal investigado. A Revista *Psicologia e Sociedade*, nos meses seguintes, publica artigo de Karin Smigay que apresenta seu grupo como

(...) investigadores rebeldes com relação à concepção de separação, pretensa isenção, entre ciência e prática. Pensamos ciência a serviço das mudanças sociais, emprestando seus conhecimentos no desvendar de uma ideologia cultural que submete um dos gêneros humanos à posição de submissão. (Smigay, 1988/9, p. 130).

Durante a década de 90, os estudos de gênero continuaram a ocupar um lugar destacado nos eventos e publicações da ABRAPSO. Neles o que se observa é o progressivo aumento do número de temas associados ao gênero, resultado da maior divulgação dos estudos de gênero no meio acadêmico da psicologia social brasileira. Nos números seguintes da Revista *Psicologia e Sociedade*, no entanto, poucos artigos sobre gênero foram publicados. Os únicos foram o artigo de Neuza Guareschi (1996), sobre paternidade, o artigo de Karim Smigay (1999) sobre o estupro como estratégia das guerras balcânicas e o artigo de Conceição Nogueira e Sonia Neves (Nogueira & Neves, 2003) sobre aplicações da psicologia feminista à psicoterapia.

Do mesmo modo, os livros e coleções didáticas produzidos pela ABRAPSO sempre reservam espaço para os estudos de gênero. Dentre eles, podemos citar,

- 1) O livro de Zanella e colaboradoras (1997), chamado *Psicologia e Práticas Sociais*, que possui seis artigos sobre relações de gênero, envolvendo análises sobre o masculinismo da psicologia, a socialização do gênero feminino, o aborto, a homossexualidade e a relação gênero e gerações.
- 2) O livro de Elisabeth Bomfim (1997), chamado *Horizontes Psicossociais*, com quatro artigos que discutem temas associados ao gênero e o feminismo.
- 3) O livro-texto, voltado para alunos de graduação, *Psicologia Social Contemporânea*, organizado por Strey et al (1998), que possui um artigo sobre gênero, escrito por Marlene Neves Strey (1998).
- 4) O livro de Silveira *et al* (1999), *Cidadania e participação social*, que possui quatro artigos que discutem questões associadas à identidade e gênero.

Nessa história de publicações importantes para os estudos de gênero no Brasil ainda poderiam estar citados aqui outras obras de autoria das pesquisadoras entrevistadas nessa tese, as quais serão oportunamente citadas e referenciadas. Os capítulos que seguem darão maior destaque a toda essa produção científica e à suas autoras. Com o detalhamento dos trabalhos publicados nas mais importantes instituições acadêmicas da psicologia brasileira e com a caracterização da trajetória pessoal, institucional, profissional e conceitual de 16 autoras destes estudos, espera-se construir um panorama geral da incorporação dos estudos de gênero na psicologia brasileira.

5. A incorporação dos estudos sobre mulher e gênero em eventos científicos da psicologia brasileira

Enquanto uma atividade coletiva, a produção do conhecimento exige espaços para a divulgação do saber, tanto para promover sua difusão quanto para lhe conferir validade na comunidade acadêmica. Dialogar é preciso quando se faz ciência, portanto, o pesquisador ou pesquisadora da academia não pode se furtar de frequentar eventos científicos, de modo a agregar à sua produção e a si próprio o capital simbólico que atesta competência (Bourdieu, 1983, 2004).

Com base nisso, investiguei os eventos de associações científicas em psicologia do Brasil, acompanhando o processo de inserção dos estudos sobre mulher e gênero em diferentes áreas da psicologia, destacando também a produção das pesquisadoras entrevistadas nos encontros científicos destas associações.

Nesse sentido, escolhi para análise as três mais importantes associações científicas em psicologia do Brasil: a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e a Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP). Enfoquei essas três associações, debruçando-me sobre suas respectivas publicações (anais, cadernos de resumo, CD-Rom etc), no intuito de dar relevo aos momentos onde as questões sobre mulher e gênero são enfocadas.

Cumprе esclarecer, contudo, que não foi em um evento específico de psicologia que esta disciplina foi representada pela primeira vez no debate sobre mulher e gênero. Em realidade, um dos primeiros registros da participação de uma psicóloga num evento científico discutindo sobre mulher e psicologia, foi a comunicação “Contribuições da psicologia contemporânea para a compreensão do papel da mulher”, proferida em julho de 1975 por Antonieta Marília de Oswald de Andrade, filha do escritor modernista Oswald de Andrade, nos últimos anos atuando como pesquisadora sobre dança, corpo

e arte na UNICAMP. Foi num simpósio sobre “Contribuições das ciências humanas para compreensão da situação das mulheres”, durante a XXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ocorrida em Belo Horizonte em pleno clima de repressão militar imposta pela ditadura, que esta pesquisadora, naquele momento trabalhando no Departamento de Pesquisas Educacionais da FCC, proferiu sua fala sobre as possibilidades e limites da psicologia para o diálogo com os estudos sobre mulher, juntamente com outras pesquisadoras da mesma instituição (Fúlvia Rosemberg e Carmém Barroso)(Graciano, 1975). Tratava-se de um evento que vinha no embalo das comemorações do Ano Internacional da Mulher da ONU, momento importante para o feminismo brasileiro (Pinto, 2003). Realizado num período em que os encontros da SBPC representavam um contexto de oposição ao regime militar, essas três pesquisadoras da FCC que participaram deste simpósio enfrentaram não só a pressão devida ao tenso momento político do Brasil, mas também o preconceito vivido na época por aquelas que levantavam bandeiras feministas.

Desta comunicação, Marília de Andrade (na época, Marília Graciano), extraiu um artigo homônimo publicado nos Cadernos de Pesquisa da FCC no mesmo ano, onde critica o menosprezo da psicologia em relação ao estudo das diferenças sexuais e sua tentativa de naturalizar as características psicológicas consideradas femininas. Seus argumentos apontam o problema da psicologia em ignorar a condição concreta das mulheres e desenvolver teses psicologizantes sobre os conflitos comuns à mulher contemporânea. Em contrapartida, aponta a psicologia social como um campo frutífero para o avanço dos estudos psicológicos sobre a mulher, especialmente por seu potencial para a investigação sobre a socialização dos papéis sexuais e para a análise do comportamento dos grupos desprivilegiados. Para ela, é no campo da psicologia social que há

(...) uma preocupação em levar em conta os determinantes sociais da situação da mulher na explicação de suas atitudes e comportamentos. A noção de traços naturais está aos poucos sendo substituída pela hipótese de ‘valores e atitudes socialmente condicionados’. A denúncia crescente da situação inferiorizada da mulher em área de realização acadêmica e profissional determinou a busca das causas dessa

situação, entre as quais está, certamente, o medo do sucesso descrito por Horner. Além disso, há uma tendência à utilização dos conhecimentos da psicologia (sobre processo de socialização e conflitos intergrupais, por exemplo) para melhor compreensão da submissão feminina. Ao que parece, portanto, estamos no caminho certo, embora haja ainda muito por fazer. (Graciano, 1975, p. 150).

Para chegar a essa conclusão, Marília de Andrade analisou basicamente publicações da psicologia social norte-americana, onde encontrou trabalhos que lhe inspiraram essa visão sobre o que se descortinava no panorama científico da psicologia, de interesse para os estudos sobre mulher.

No mesmo evento, Fúlvia Rosemberg apresentou uma comunicação intitulada “Escola e as diferenças sexuais” (Rosemberg, 1975), onde analisou as diferenças de escolaridade entre os sexos, publicada no número 15 dos Cadernos de Pesquisa da FCC. Trata-se de um trabalho que marca a introdução da autora num tema que caracteriza sua trajetória de pesquisa, pautada pela análise feminista das condições de escolarização da mulher.

Esses dois trabalhos, além daquele já citado de Carmen Barroso (Barroso, 1975), podem ser considerados alguns dos primeiros a representarem a psicologia no debate acadêmico feminista em eventos científicos, abrindo novos espaços para a pesquisa sobre a condição da mulher junto à comunidade científica brasileira. Nesse sentido, novamente foi a Fundação Carlos Chagas a instituição deflagradora, através de suas pesquisadoras, da inserção dos estudos sobre mulher e gênero, no caso, em eventos científicos. Se considerarmos esse um dos primeiros eventos em que a pesquisa sobre mulher foi divulgada (Heilborn & Sorj, 1995), podemos dizer que a psicologia esteve desde o início representada, especialmente, no trabalho de Marília de Andrade de 1975.

Ressalto a importância desse evento da SBPC como um dos marcos da história do feminismo acadêmico, também pelo fato deste ter sido o primeiro dos 10 anos de participação das feministas junto às reuniões anuais desta sociedade científica. A legitimidade científica destes encontros e sua relativa autonomia em relação ao regime militar vigente na época, permitiram que a pesquisa científica sobre mulher no Brasil fosse divulgada e suas protagonistas ganhassem maior reconhecimento na academia (Pinto, 2003).

Quanto aos eventos específicos da área de psicologia, como aqueles enfocados aqui, é preciso notar que as entrevistadas nem sempre são assíduas participantes. Algumas, como a própria Fúlvia Rosemberg, raramente freqüentam esses encontros, preferindo aqueles das ciências sociais e da educação. O foco pretendido nessa seção, contudo, não se destina a analisar todos os eventos dos quais as pesquisadoras entrevistadas participaram, levando seus estudos. Em realidade, desejo dar visibilidade para a produção sobre gênero e mulher em eventos científicos da psicologia, dando ênfase aos temas, articulações e, é claro, às pessoas que os protagonizaram, que não se restringem às entrevistadas nessa tese, embora sejam elas importantes personagens desse processo. Com isso, pretende-se verificar de que forma os estudos sobre mulher e gênero chegaram ao campo da divulgação do conhecimento em psicologia, identificando especificidades do trânsito destes estudos junto aos encontros e reuniões científicas da disciplina.

SBP

A Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP) é uma das mais importantes associações científicas de psicologia do Brasil, tendo realizado, desde sua criação em 1971, mais de 30 encontros, em sua maioria na cidade de Ribeirão Preto/SP. Todo ano essa Associação realiza, no mês de outubro, um encontro de abrangência nacional, voltado à divulgação do conhecimento e à promoção do diálogo entre pesquisadores, inclusive, de outros países.

As temáticas da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem são as mais freqüentes entre suas conferências, mesas redondas e comunicações coordenadas, embora outros temas emergentes também sejam contemplados. Historicamente, a SBP se caracteriza por prezar o rigor metodológico na seleção dos trabalhos a serem apresentados em seus encontros, valorizando trabalhos com procedimentos e resultados objetivos e que dialoguem prioritariamente com os campos mais tradicionais da psicologia.

Ao contrário do que ocorreu no caso da ABRAPSO, os estudos sobre mulher e gênero foram se inserindo na SPB de maneira mais sutil. Foi a partir do início da década de 90 que pesquisas sobre mulher e gênero começaram a

ser apresentadas nos eventos da SBP, embora em anos anteriores já tenham sido apresentados nos eventos da SBP trabalhos que tangenciam estas questões. Dentre eles, podemos citar a pesquisa de Maria Inês Baccarin/UFPb (1985) sobre trabalho feminino e auto-estima, o trabalho de Maria das Graças Freitas/UFU (1987) sobre meninas em uma instituição da FEBEM, bem como os trabalhos de Vera Paiva/USP (1987) sobre identidade feminina e a crise do patriarcado e a pesquisa de Tereza Sell/UFSC (1987) sobre identidade homossexual e normas sociais.

Nas reuniões da SBP ocorridas entre 1989 e 1991 foram apresentadas também pesquisas que tematizavam questões de gênero já usando esse termo, como o de Maria Alice D'Amorin/UnB (1989), sobre papéis de gênero e sexualidade, o de Silvia Koller e outros/UFRGS (1989, 1991) comparando o processo de identidade de gênero entre sujeitos homossexuais e heterossexuais e ainda a pesquisa de Eliane Carneiro/UFRJ (1989) sobre formas de conceituação de masculinidade e feminilidade entre diferentes faixas etárias. No entanto, tais pesquisas se distanciam sobremaneira do enfoque dos estudos feministas e de gênero aqui analisados, inserindo suas discussões no âmbito do processo de desenvolvimento da personalidade.

Mais próximos aos estudos feministas e de gênero produzidos na época, estão os seguintes trabalhos, apresentados durante a XXI Reunião Anual de Psicologia, ocorrida em 1991, onde participam duas das entrevistadas desta tese:

- 1) O trabalho de Neuza Guareschi (1991), sobre as representações sociais de poder e autoridade a partir das diferenças de gênero;
- 2) A pesquisa de Maria Juracy Filgueiras Toneli (Siqueira *et al*, 1991) a respeito dos processos de gênero e as formas de conjugalidade no contexto de casais que trabalham como docentes do ensino superior;
- 3) O estudo de Marise Jurberg/UERJ (1991), investigando a relação entre os estereótipos sociais sobre mulheres integrantes do movimento feminista e a identidade social de mulheres, a partir das contribuições de autores da psicologia social.

O impacto destes estudos, contudo, foi limitado pelo fato de fazerem parte de sessões coordenadas, onde o público é menor. Em realidade, o primeiro evento com maior expressão em que os estudos de gênero obtiveram espaço junto a um encontro da Sociedade Brasileira de Psicologia foi em 1992, na XXII Reunião Anual de Psicologia. Na ocasião, foi apresentada a mesa redonda “A psicologia faz gênero?”, onde participaram duas das entrevistadas neste trabalho, conforme segue:

- 5) Nara Bernardes (1992) apresentando os resultados de sua tese de doutorado, sobre as relações de gênero na escola;
- 6) Ângela Arruda (1992) fazendo um panorama sobre gênero e subjetividade na psicologia social, onde reclama certa timidez na psicologia em investigar os vieses de gênero da construção da subjetividade, dizendo

Ainda estão por resgatar aspectos básicos da subjetividade da mulher e do homem que se mostram repartidos diferentemente entre os sexos e que são encarados de forma viesada devido às relações de gênero. (Arruda, 1992, p. 451);
- 7) Sônia Roedel (1992), apresentando sua pesquisa sobre as representações sociais de mulheres sobre a contracepção e as práticas contraceptivas, utilizando o texto de Joan Scott (1990);
- 8) Maria Lúcia T. Nunes (1992), discutindo gênero e o desenvolvimento da mulher, apontando novos rumos para a compreensão do feminino na psicanálise.

Durante esse evento também foram apresentadas outras comunicações científicas que discutiam questões próximas aos estudos de gênero, como o trabalho de Maria Cristina Ferreira, sobre estereótipos de gênero e as contribuições das teorias da cognição social (Ferreira, 1992), o trabalho de Antunes *et al* (1992) sobre sexualidade, AIDS e normas de gênero entre adolescentes, e a pesquisa de Castilho (1992), a respeito das representações sociais de gênero no universo das relações de trabalho.

Após esse último evento, só quatro anos mais tarde, durante a XXVI Reunião Anual de Psicologia, em 1996, também em Ribeirão Preto, realizou-se

um outro evento de significativa importância junto à SBP a respeito de gênero. Tratava-se do simpósio “A pesquisa brasileira sobre gênero: perspectivas teóricas e metodológicas”, com a participação de duas entrevistadas, Ângela Arruda e Sylvia Leser, e de mais duas pesquisadoras, Sueli Rolnik (PUC-SP) e Terezinha de Camargo Viana (UnB). Também se destacou nesse evento, a mesa redonda proposta por Gláucia Diniz (UnB), articulando família, desenvolvimento e gênero, apresentando debates que visavam compreender aspectos de gênero constituintes das relações familiares⁴⁰.

No ano seguinte foi a vez de Rosa Maria Macedo (PUC-SP), Albertina Martinez (UnB), Lisa Barhan (UFScar) e Gláucia Diniz (UnB) realizarem o simpósio “Psicologia e Gênero”, na XXVII Reunião Anual de Psicologia. O enfoque dado a esse evento, contudo, dizia respeito mais ao campo da terapia familiar como contexto de aplicação das questões de gênero.

Embora algumas comunicações científicas apresentadas durante as reuniões de 1998 e 1999 utilizassem o termo gênero, só posteriormente, em 2000, na XXX Reunião Anual de Psicologia, realizada na capital federal, aconteceram eventos de maior abrangência pautados pelas questões de gênero. Nesta ocasião, uma das entrevistadas, Maria Lúcia Rocha-Coutinho, juntamente com suas colegas da UFRJ, Maria Cristina Ferreira e Miriam Preuss, apresentaram o simpósio “Relações sociais de gênero: possibilidades e perspectivas de análise psicossocial”.

Nesse simpósio, Maria Lúcia Rocha-Coutinho (2000b) apresentou os resultados de sua pesquisa sobre mulheres brasileiras de camadas médias, enfocando suas relações com o trabalho e a família. Já Maria Cristina Ferreira (2000b), discutiu a natureza e dinamismo das representações mentais sobre os papéis de gênero, problematizando as atitudes vinculadas aos estereótipos de masculino e feminino. Por último, Miriam Preuss (2000) analisou as diferenças

⁴⁰ Não pude aprofundar informações sobre esses trabalhos pela impossibilidade de acesso ao caderno de resumos desse evento.

entre homens e mulheres adultas, em relação ao comportamento de risco no trânsito.

Nesse mesmo encontro científico, ocorreu uma mesa redonda, chamada “O papel da mulher em diferentes contextos culturais e momentos históricos”, com a participação de Reeta Snowat (*Universty Bomaby/Índia*), Zélia Maria Biasoli-Alves (USP), Gláucia Diniz (UnB) e Maria Auxiliadora Dessen (UnB). Todas discutiram os desafios e transformações dos papéis sociais atribuídos e desempenhados pelas mulheres no contexto do trabalho e da família, também debatendo as mudanças geracionais e de gênero imbricadas nesse processo.

Em 2001, durante a XXXI Reunião Anual de Psicologia, ocorrida no Rio de Janeiro, houve uma maior diversidade de eventos contemplando questões de gênero, tais como cursos, simpósios e mesas redondas, além de diversas comunicações científicas. Nesse encontro científico, destacaram-se pela sua importância:

- 1) O curso “Adolescência e gênero”, ministrado por Maria Juracy Filgueiras Toneli (Toneli-Siqueira, 2001), discutindo a construção social da adolescência a partir das categorias de gênero, classe social e etnia.
- 2) O curso de Júlia Bucher e Gláucia Diniz (Bucher & Diniz, 2001), discutindo gênero e sexualidade, visando analisar fatores estressores, discutir os danos e apontar desafios para se lidar com a saúde da mulher no mundo contemporâneo.
- 3) A mesa redonda “A psicologia atravessando fronteiras: interdisciplinaridade da teoria das representações sociais, saúde, educação e gênero”, com Ângela Arruda (2001) apresentando um trabalho onde articulava a teoria das representações sociais e a teoria feminista.
- 4) A mesa redonda sobre história da psicologia, onde Ana Maria Jacó-Vilela/UERJ discutiu sobre gênero e educação (Jacó-Vilela, 2001), através do estudo das teses da faculdade de medicina do Rio de

Janeiro, apontando os discursos de gênero nos trabalhos de conclusão de curso desta faculdade.

- 5) E a sessão coordenada “Gênero como categoria de análise psicossocial: convergências e perspectivas futuras”, com a apresentação dos trabalhos de Marcos Aguiar de Souza/UFRJ (2001), Maria Lúcia Rocha-Coutinho (2001), Maria Isabel Guerra com Maria Cristina Ferreira (2001), Stela Sanábio com Maria Cristina Ferreira (2001), Eveline Maria Assmar com Sandra Costa Rodrigues (2001), Simone Cagnin/UERJ (2001) e Tânia Mourão/ENA-DF (2001).

Já nas reuniões anuais da SBP de 2002, 2003 e 2004 ocorridas, respectivamente, em Florianópolis, Belo Horizonte e Ribeirão Preto, embora algumas sessões coordenadas, pôsteres e cursos contemplassem questões próximas aos estudos sobre mulher e gênero, não houve nenhum evento de maior importância que merecesse destaque aqui. Ainda que tenham ocorrido em cidades onde há pesquisadoras importantes dos estudos de gênero, não parecem ser os encontros da Sociedade Brasileira de Psicologia o contexto privilegiado por elas para apresentarem seus estudos.

É interessante observar também que a participação das entrevistadas nesta tese nos eventos da SBP é bem discreta. Apenas Maria Lúcia Rocha-Coutinho, Ângela Arruda, Maria Juracy Filgueiras Toneli e, muito eventualmente, Maria Lúcia Miranda Afonso, Vera Paiva, Sylvia Leser e Nara Bernardes, chegam a participar das reuniões anuais acima referidas.

Por outro lado, outras pesquisadoras como Maria Cristina Ferreira, Terezinha Viana, Miriam Preuss e Gláucia Diniz despontam como nomes freqüentemente relacionados aos estudos acima referidos, apresentando um tipo de produção sobre mulher e gênero bem distinta daquela da maior parte das entrevistadas aqui. Sua interlocução é muito maior com a psicologia social das diferenças sexuais, proposta por autores anglo-americanos (cf. Koller & Magalhães, 1994; Amâncio, 2001), que não se articulam com o campo intelectual feminista.

ABRAPSO

A questão da mulher na sociedade brasileira já em 1979 era foco de um dos grupos de trabalho desenvolvidos no “I Encontro Brasileiro de Psicologia Social” (PUC-SP) (Molon, 2001). Dada a importância desse evento para a origem da ABRAPSO e para a psicologia social no Brasil, pode-se dizer que as categorias ‘mulher’ e ‘gênero’ foram também temas geradores de uma nova forma de pensar esse campo científico, como um campo articulado com as questões sociais emergentes no mundo contemporâneo.

A categoria gênero começa a aparecer efetivamente na psicologia social por volta da segunda metade da década de 80, através de mesas redondas dos eventos promovidos por essa Associação, como o II Encontro Nacional de Psicologia Social e II Encontro Mineiro de Psicologia Social⁴¹, ocorridos em novembro de 1986. Um dos primeiros trabalhos que poderia se enquadrar dentro dos estudos de mulheres e de gênero na psicologia social foi o de Karim Ellen von Smigay (1987), chamado “*Delegacias de Mulheres*”, publicado no terceiro número da Revista *Psicologia e Sociedade*, periódico científico oficial da ABRAPSO, criado em 1986. Tendo sido apresentado no Encontro de 1986, Smigay discute nesse texto o significado das delegacias de mulher no contexto do feminismo e critica as práticas sexistas de autoridades jurídicas.

Já no III Encontro Mineiro de Psicologia Social, em um simpósio comemorativo dos 500 anos de feminismo, pesquisadoras reivindicavam uma psicologia social que considerasse as questões das mulheres e de gênero. Recortando alguns trechos da publicação resultante desse evento⁴² (*Psicologia e Sociedade*, n. 4, 1988), podemos ter idéia dos debates que tramitavam na psicologia social na época sobre o tema:

⁴¹ Embora não esteja analisando encontros regionais e considere a relativa independência entre as representações nacionais e regionais, o pioneirismo dos trabalhos do grupo mineiro de psicologia social da ABRAPSO tornou necessário dar esse destaque, de modo a favorecer a compreensão da historicidade do campo analisado.

⁴² Trata-se de uma prática dessa Revista, especialmente em seus primeiros números, a publicação das mesas redondas e comunicações apresentadas nos eventos nacionais e regionais promovidos pela ABRAPSO.

“A Psicologia Social dita científica é uma psicologia do ser masculino (...)” (Marília Machado, 1988, p. 143)

“A psicologia social precisa estudar a formação dos sujeitos dentro de tais relações. Masculino e feminino lhe concernem não como comportamentos aprendidos, mas como peças fundamentais de uma sociedade que é impelida ao movimento” (Lúcia Afonso, 1988, p. 150).

Verifica-se, portanto, que é alvo de críticas por parte das participantes desse evento o universalismo, o masculinismo e o positivismo da psicologia, para a qual estas pesquisadoras buscavam propor novos rumos. Ao trazerem para a psicologia social brasileira as críticas feministas sobre a ciência, estas faziam eco aos esforços feministas para a transformação social. Além disso, os demais artigos dessa publicação traziam também outras temáticas pertinentes ao movimento feminista, como a violência contra a mulher e a conjugalidade.

Em 1989, durante o V Encontro Nacional de Psicologia Social em João Pessoa, através de uma mesa redonda sobre “psicossociologia dos papéis sexuais”, foram apresentados outros trabalhos que versavam sobre a categoria gênero. Dentre eles destaque:

- 1) O trabalho de Karim von Smigay (1989/90), sobre a questão da paternidade e o aborto numa análise feminista;
- 2) O texto de Maria Lúcia Rocha-Coutinho (1989/90), sobre a identidade feminina como construção discursiva;
- 3) E o relato de pesquisa sobre meninas de rua de Elisabeth Bomfim, Márcia M. Watanabe e Marilene C. Nascimento (UFMG) (1989/90).

No mesmo número da Revista *Psicologia e Sociedade* onde esses artigos foram publicados (nº 8 de 1989/90), Elisabeth Bomfim (UFMG), teceu comentários sobre a produção da ABRAPSO desde 1985, destacando a temática de análise dos movimentos sociais feministas como uma das mais presentes nos Encontros dessa Associação. De acordo com seus dados, dos 23 artigos sobre movimentos sociais, 17 traziam questões da mulher, sendo boa parte deles constituídos de análises de depoimentos e de registros de campo, além de elaborações teóricas desenvolvidas por psicólogas sociais como as aqui

citadas, a partir das contribuições de Michel Foucault, Branca Moreira Alves, Jurandir Freire Costa e Elisabeth Badinter (cf. Bomfim, 1989/90).

O VI Encontro Mineiro de Psicologia Social em 1990, organizado pelos representantes do grupo mineiro da ABRAPSO, onde ocorreu uma mesa redonda chamada “Relações de Gênero e Afetividade”, tem seus anais publicados através do número 9 da Revista *Psicologia e Sociedade*. Nessa revista temos três artigos representantes dos debates de gênero na psicologia social daquele ano:

- 2) O artigo de Ângela Arruda (1990/1), que analisa o processo das mulheres ao enfrentarem o universo público na luta por melhores condições de assistência à saúde. A categoria da consciência se destaca em sua análise, bem como a estratégia de grupos de reflexão como proposta de intervenção, no sentido de promover o pensamento sobre a condição feminina.
- 3) O de Karim Smigay (1990/1) sobre a paternidade no imaginário masculino, marcado pela articulação da paternidade com o processo de construção de gênero. Nesse artigo, é forte a influência da antropologia, tendo a autora resgatado estudos etnográficos para fomentar suas discussões.
- 4) O ensaio de Sonia Roedel (1990/1), que discute a influência da categoria gênero na construção das representações sociais, como parte de sua dissertação de mestrado sobre as representações sobre a contracepção entre homens e mulheres. Roedel conclui seu artigo dizendo que “(...) *a partir de lugares sociais diferentes determinados pela inserção de gênero, cada um representa diferentemente a reprodução e a contracepção, e destas representações decorrem práticas correspondentes*” (p. 99).

Em 1992, no VI Encontro Nacional da ABRAPSO no Rio de Janeiro, algumas das entrevistadas apresentaram uma mesa redonda sobre gênero e subjetividade. Na ocasião, estas levaram à frente os debates até então presentes nos encontros dessa instituição, desenvolvendo reflexões teóricas sobre as

possibilidades da psicologia social nos estudos de gênero. Dentre elas, para o contexto da questão de pesquisa aqui discutida, destaco:

- 1) Ângela Arruda (1992b), que não só faz uma análise da incorporação da categoria gênero pela psicologia, mas também reclama a necessidade da psicologia avançar na análise da categoria gênero como um componente constitutivo da subjetividade;
- 2) Karin von Smigay (1992) que analisa novamente a questão da paternidade numa ótica feminista e de gênero;
- 3) Marise Bezerra Jurberg (1992), que aponta a importância do modelo de identidade social para as análises sociais de gênero, no sentido de superar os estudos sobre papéis sexuais.
- 4) Nara Bernardes (1993) que discute aspectos de teorias e pesquisas empíricas concernentes aos temas dependência, independência, autonomia e identidade de gênero, analisando seus pressupostos, implicações, vieses e lacunas no que diz respeito à compreensão da subjetividade de homens e mulheres.

Em seu artigo, Arruda (1992) sintetizou o momento da incorporação da categoria gênero pela psicologia social crítica brasileira naqueles últimos anos:

Estávamos, pois, 'fazendo gênero', não só no ambiente acadêmico, para onde trazemos preocupações, mas em todos os espaços de nossa vida. Acreditamos que essas inquietações se somam a todas as que fazem o fermento de uma vertente irrequieta ou rebelde da Psicologia Social Brasileira, que vem tentando se expressar e tem, em alguns encontros, a chance valiosa de troca entre colegas da área e de outras áreas (p. 76).

Em 1993, na cidade de Itajaí/SC, realizou-se o VII Encontro Nacional da ABRAPSO, evento no qual as questões de gênero obtiveram um espaço destacado através do grupo de trabalho "As problematizações das diferenças: gênero e etnias", coordenado por Ângela Arruda. Foram 11 trabalhos apresentados discutindo tais questões a partir das mais distintas abordagens, sendo mais evidente nesse momento a tendência de articulação de gênero com outras categorias sociais como classe e etnia. De modo resumido, descrevo abaixo alguns destes:

- 1) O trabalho “A problematização das diferenças em psicologia social – do paradigma à contextualização”, de Marise B. Jurberg (UERJ), onde a autora critica o modo tradicional da psicologia social compreender as diferenças, ou seja, de modo psicologizante e descontextualizado;
- 2) O estudo de Laura Helena Chaves Nunes Vieira (PUC-RS), que analisou os elementos sócio-psicológicos que influenciam na vivência e construção do papel feminino em relação à sua sexualidade;
- 3) A investigação de Heloísa Alencar (EICOS-UFRJ), voltada à análise psicossociológica da dinâmica subjetiva de um determinado grupo de mulheres, quanto às suas vivências amorosas no relacionamento com parceiros do sexo masculino;
- 4) Os trabalhos de Nara Bernardes e equipe de pesquisa da PUC-RS, os quais discutindo fenômenos relacionados à área de educação e à sexualidade, fundamentavam-se na articulação das categorias gênero, classe e etnia.
- 5) A pesquisa do grupo ligado ao NEPAIDS da USP, coordenado por Vera Paiva, intitulado “Sexualidade, normas de gênero e AIDS entre adolescentes”. Neste os/as autores/as discutem como as normas sociais ligadas à masculinidade e feminilidade acabam por contribuir para o estabelecimento da epidemia da AIDS;
- 6) O ensaio de Maria Lúcia Rocha-Coutinho, versando sobre a relação mulher e cidadania no Brasil, argumentando que a despeito da difusão da ideologia igualitarista em nosso país, as mulheres continuam sendo vítimas de discriminação social e cultural.;
- 7) O trabalho de Patrícia K. Grossi, da PUC-RS, discutindo o problema da violência contra a mulher sob a ótica das relações de gênero, resgatando o discurso de mulheres que sofreram

violência física, sexual e/ou emocional pelo namorado, marido ou companheiro;

- 8) O trabalho de Maria Eunice Guedes e equipe do departamento de psicologia da UFPA, analisando práticas identificatórias entre mulheres e homens de contextos rurais, com base numa perspectiva de gênero.

No IX Encontro Nacional de Psicologia Social⁴³, ocorrido em Belo Horizonte em 1997, também foram apresentadas diversas comunicações pautadas pelo uso da categoria gênero, em estudos sobre violência, conjugalidade, paternidade, masculinidade, subjetividade, educação, saúde reprodutiva, trabalho e homoerotismo. Dentre elas, com a participação das entrevistadas, destaco:

- 1) A conferência proferida por Maria Lúcia Miranda Afonso intitulada “A polêmica sobre adolescência e sexualidade”, com base em seu trabalho de tese;
- 2) A comunicação “Gênero e psicologia social na Amazônia”, de autoria de Maria Eunice Guedes e outras, onde apontam que

Nos últimos dez anos vêm se realizando uma reflexão no interior das diversas ciências sobre a categoria gênero. A psicologia não fugiu a essa movimentação no campo da reflexão científica embora que atrelada à discussão no interior de disciplinas como a história, ciências sociais, etc. Construir esse conceito (gênero) na psicologia social tem sido uma ação de diversas pesquisadoras, docentes e discentes. Na Amazônia, é recente essa mobilização de refletir, no interior da psicologia social, sobre questões referentes ao estudo das problemáticas da vivência da condição feminina e a intervenção acadêmica (...) (Guedes, Malheiros, Muniz e Rodrigues, 1997, p. 58-9).

- 3) A mesa redonda “Subjetividades masculinas”, com a participação de Karin Smigay e Maria Juracy Filgueiras Toneli (1997).

⁴³ Não foi possível o acesso aos anais do VIII Encontro Nacional da ABRAPSO ocorrido em 95 em Fortaleza/CE.

- 4) A mesa redonda “Gravidez na adolescência nas classes populares”, com participação de Maria Ignez Moreira.

Esse processo se repete dois anos depois no X Encontro Nacional da ABRAPSO em São Paulo, onde uma série de trabalhos articulados com os estudos de gênero foram apresentados. No caderno de resumos organizado por Sawaia e colaboradores (1999), encontrei diversos trabalhos relacionando gênero à identidade, ao envelhecimento, ao meio ambiente, ao trabalho, à violência, ao xenofobismo, à sexualidade, à literatura infanto-juvenil e à dominação. Em relação ao encontro anterior, é visível o aumento do número de trabalhos, além da inclusão de novas temáticas, como a questão ambiental.

Nesse evento, destaco abaixo as mais importantes participações das entrevistadas para essa tese:

- 1) Marlene Strey (1999), participando de uma mesa redonda sobre o envelhecimento, onde aponta os processos de gênero que atravessam essa questão.
- 2) O simpósio sobre “Políticas sociais e psicologia social: que relações? Quais implicações”, proposto por Fúlvia Rosemberg (1999), onde analisa os conflitos transversais de gênero, etnia e geração e sua articulação com a questão das políticas públicas.
- 3) Karin Smigay (1999), discutindo a questão do estupro como estratégia de guerra em mesa redonda sobre “Psicologia social da violência coletiva”.

No XI Encontro Nacional da ABRAPSO, ocorrido em 2001 em Florianópolis, os estudos de gênero também tiveram destaque nas atividades científicas. Foram diversas mesas redondas e comunicações científicas sobre gênero e gerações (adolescência), saúde reprodutiva, gênero e representações sociais, gênero e trabalho, masculinidade, família, violência, identidade, questões de gênero na contemporaneidade, movimentos sociais feministas, homoerotismo, subjetividade, homofobia e sexismo. Foram cerca de 40 trabalhos, caracterizando um dos mais ricos encontros, em termos de produção da categoria gênero na psicologia social brasileira.

Dentre as participações mais importantes das entrevistadas no evento, tivemos:

- 1) A mesa redonda sobre adolescência e gênero, onde Maria Lúcia Miranda Afonso (2001) apresentou um trabalho sobre as representações sociais que adolescentes possuem sobre reprodução, demonstrando que estes se vêem às voltas com dilemas relativos às relações de gênero, poder e sexualidade;
- 2) Participação de Maria Juracy Filgueiras Toneli na sessão intitulada “Trabalhando com homens jovens”, onde discutiu aspectos referentes à gênero e masculinidade.
- 3) Maria Lúcia Rocha-Coutinho apresentando suas pesquisa sobre mulheres executivas brasileiras, no grupo de trabalho “Gênero e trabalho”.
- 4) Karin Smigay, participando das mesas-redondas “Estudos sobre homofobia e sexismo no Brasil” e “Psicologia social e transformações sócio-culturais”.

Já o último Encontro Nacional da ABRAPSO, ocorrido em outubro de 2003 em Porto Alegre, representou um dos encontros em que as teorias feministas e estudos de gênero mais obtiveram espaço e interlocução. A presidência do encontro, inclusive, foi de uma das entrevistadas, Neuza Guareschi, que também era presidente nacional da ABRAPSO na época. Desde a conferência inicial do encontro, com Lupicínio Iñgues (UAB-Espanha), citando a capacidade crítica de teóricas feministas como Judit Butler, até uma das conferências finais, com Conceição Nogueira (Universidade do Minho/Portugal) falando especificamente sobre as teorias de gênero, evidenciou-se o compromisso que esta associação científica possui com esse campo. Também ficou claro que o campo das teorias feminista e de gênero já está em franco processo de incorporação por parte da nova geração de pesquisadoras e pesquisadores em psicologia social, sobretudo se analisamos as comunicações científicas junto aos grupos de trabalho do evento.

No que se refere à participação das entrevistadas, é interessante destacar:

- 1) A participação de Maria Ignez Moreira em uma mesa redonda sobre Trabalho infanto-juvenil e questões de gênero;
- 2) A participação de Maria Eunice Guedes em uma mesa redonda cuja proposta era a discussão sobre gênero e as contribuições de Scott e de Thompson.
- 3) O debate de Maria Juracy Filgueiras Toneli sobre a Conferência de Conceição Nogueira intitulada “Ter’ ou ‘fazer’ o gênero: o dilema das opções epistemológicas em psicologia social”, onde problematizou o qualificativo ‘feminista’, considerando o fato de que a contribuição dos estudos de gênero vai além do contexto feminista.

Pode-se dizer, portanto, que a categoria gênero é amplamente utilizada pela psicologia social brasileira, desde a virada epistemológica protagonizada pelos membros da ABRAPSO, acompanhando os avanços analíticos que os estudos de gênero sofreram desde os chamados estudos de mulher. A estreita relação com as demandas feministas e o esforço em contribuir para a redefinição da psicologia social e promover a maior articulação da psicologia com a realidade social, consistem nas marcas da produção científica acima citada.

Não há, porém, como reduzir a participação das entrevistadas nos eventos da ABRAPSO àquilo que produzem em diálogo com os estudos feministas e de gênero. Em realidade, embora apresentem trabalhos pertinentes a esse campo, também levam a simpósios, comunicações científicas e conferências, outros estudos que não necessariamente dialogam diretamente com os estudos de gênero ou desenvolvem este tipo de questões. Cito, como exemplo, as pesquisas de Maria Lúcia Miranda Afonso sobre o processo grupal, os estudos sobre a intervenção psicossocial de Marília Machado e as reflexões de Tânia Galli Fonseca sobre instituição e subjetivação. Embora a categoria gênero possa eventualmente atravessar esses estudos, não se pode dizer que é uma temática central destes.

ANPEPP

A ANPEPP, congênere da ANPOCS, é a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, voltada a promover o intercâmbio e a cooperação entre centros de pesquisa e seus pesquisadores. A cada dois anos, seus membros se reúnem em simpósios organizados em torno de grupos temáticos, visando aprofundar questões científicas através da discussão de textos e resultados de pesquisa por eles produzidos e apresentados como *workings papers*.

Trata-se de uma associação científica criada na década de 80, tendo realizado seu primeiro encontro em 1988, em Caruaru/PE. Para participar de seus Simpósios, é preciso estar vinculado a algum programa de pós-graduação reconhecido pela CAPES, sendo que a proposta é a criação de redes de pesquisadores através de projetos integrados e que envolvam diferentes centros de pesquisa no contexto da pós-graduação.

Em 1992, no IV Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP em Brasília/DF foi criado um grupo de trabalho chamado “Psicologia e relações de gênero”, coordenado por Maria Inácia D’Ávilla Neto, da UFRJ. Além dela, participaram deste grupo: Circe Vital Brazil (UERJ), Terezinha Camargo Viana (UnB), Luíza Beth Alonso (USP), Rosa Maria Nader (UFF) e duas das entrevistadas, Maria Lúcia Miranda Afonso (UFMG) e Nara Bernardes (PUC-RS).

As temáticas por elas discutidas⁴⁴ levantaram questões como a do relacionamento amoroso, afetivo e erótico, literatura e mulheres, meio ambiente e o ensino dos estudos sobre mulher e gênero em cursos de graduação. Como conclusão dos debates travados durante o encontro, registrou Maria Inácia D’Ávilla Neto:

O que verificamos é que a temática, muito além do que se propunha nos anos 70, propõe hoje, senão novos problemas, pelo menos, dimensões bastante atuais. A

⁴⁴ Os Anais do IV Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico não disponibilizaram os resumos dos trabalhos nesse ano, apenas um panorama geral proposto pela coordenação de cada grupo de trabalho.

construção de identidade, a subjetividade não são unicamente as questões de “psicologia e gênero”. A compreensão psicossociológica dos mecanismos de poder e opressão envolvendo homens e mulheres, a crítica aos paradigmas científicos vigentes, o (re)nascimento de uma psiquê ecológica no mundo moderno, trouxeram para o tema inserções bastante atuais: é o caso da discussão de ‘gênero, meio ambiente e desenvolvimento’, ou mesmo da também discutida emergência do eco-feminismo e suas vertentes, que vão do feminismo liberal ao feminismo radical, ou socialista (...). (D’Ávilla Neto, 1992, p. 156-7)

Esse evento, portanto, representou o reconhecimento dos estudos de gênero no campo da pós-graduação em psicologia como uma temática cientificamente pertinente e de abordagem interdisciplinar de investigação. Do mesmo modo, foi um momento importante para o questionamento dos paradigmas científicos tradicionais à luz dos estudos sobre mulher e gênero, sendo outra das questões que marcaram os trabalhos das participantes. Analisando esse registro de D’Ávilla Neto, também é possível identificar o esforço de ampliação das temáticas de gênero investigadas na psicologia, para além das questões sobre identidade e subjetividade, que estiveram entre as principais enfocadas desde os primeiros estudos aqui citados.

Em 1994, esse grupo se reúne novamente em Caxambu, Minas Gerais, dessa vez, sem a presença de Circe Vital Brazil e Luíza Alonso. Em contrapartida, outras duas pesquisadoras se agregam ao grupo: Maria Cristina Ferreira (UGF) e outra das entrevistadas, Maria Lúcia Rocha Coutinho. Os seguintes trabalhos são apresentados nesse grupo:

- 1) A pesquisa de Maria Cristina Ferreira (1994), que foge bastante ao que é comum aos estudos de gênero, ao desenvolver a correlação entre variáveis psicológicas (instrumentalidade e expressividade) com base nos resultados da aplicação de um questionário (Questionário de atributos pessoais-PAQ).
- 2) O trabalho de Maria Lúcia Miranda Afonso, resultado de sua pesquisa apoiada pela FCC, sobre gênero e processo de socialização em creches. Para esse simpósio, a entrevistada preparou um resumo onde descreve a feminização do universo da educação infantil e a contradição do contexto das creches, por constituir-se ao mesmo

tempo como extensão do papel feminino da maternagem e permitir a expansão desse lugar social.

- 3) A discussão de Maria Lúcia Rocha Coutinho (1994), sobre a interdisciplinaridade dos estudos de gênero. Em seu trabalho, a entrevistada discute brevemente as influências estrangeiras nos estudos de gênero nacionais e o atraso conceitual destes estudos em relação à produção europeia e norte-americana. Suas conclusões apontam para a necessidade de um maior aprofundamento sobre o conceito de gênero e de uma maior abertura quanto às questões teóricas e metodológicas.
- 4) Nara Bernardes (1994), em seu trabalho, desenvolveu a temática da construção da subjetividade em crianças e adolescentes negros e não negros de classes populares. Com base nas categorias de gênero, classe social, raça e idade, busca compreender as imagens de masculino e feminino nesse contexto, apontando as ambigüidades, variações e uniformidades das significações produzidas pelas crianças e adolescentes.
- 5) Já Rosa Maria Nader (1994), investigou a relação mulher e trabalho com base na categoria gênero, analisando falas de mulheres que vivenciam a menopausa. Seu objetivo foi verificar entre essas mulheres, quais as relações e transversalizações percebidas entre subjetividade, sexualidade, procriação e trabalho profissional.
- 6) Por último, o trabalho de Terezinha de Camargo Viana (1994), discutindo subjetividade e relações de gênero no discurso social do século XIX, tendo por base os escritos de Balzac.

No mesmo simpósio foi criado um outro grupo de trabalho com temática pertencente ao campo dos estudos de gênero, chamado “Mulher, feminino e sexualidade feminina”. Com participação de Cláudia Amorin Garcia (PUC-RJ), Júnia de Vilhena (PUC-RJ), Reolina Cardoso (PUC-RS) e de uma das entrevistadas, Sandra Azeredo. Este grupo apresentou os seguintes trabalhos:

- 1) A pesquisa de Cláudia Amorin Garcia (1994), analisando, com base na psicanálise, as relações entre histeria e mulher na sociedade ocidental. A interface com o gênero se dá através da incorporação das contribuições de Emilce Bleichmar, que faz uma releitura da histeria.
- 2) O trabalho de Júnia de Vilhena, intitulado “Mulher e violência na prática clínica” (Vilhena, 1994), investigando as formas de violência que permeiam esta prática, especialmente junto às populações de baixa renda.
- 3) Já o trabalho de Reolina Cardoso (1994), investigou a relação da mulher com seu corpo, articulando as dimensões sociais e individuais, no contexto da sociedade ocidental. Suas análises apontaram para a ausência desta relação ou a presença de insatisfação das mulheres investigadas com seu próprio corpo, que atribuiu aos processos sociais que impõem à mulher a desapropriação e alienação de si.
- 4) A única participante desse grupo que foi entrevistada, Sandra Azeredo (1994), discutiu as características socialmente consideradas na definição da identidade feminina, evidenciando os processos ideológicos que subjazem nessas construções. Nesse texto, Sandra articulou psicologia social e teoria feminista, resgatando seu trabalho de pesquisa com prostitutas em Belo Horizonte.

A existência desses dois grupos demonstra a expansão dos estudos de gênero na psicologia desde o início da década de 90. Trata-se de um processo que não é exclusivo da psicologia e que foi facilitado justamente pela divulgação da categoria gênero nesse campo, permitindo a superação das resistências que a categoria “mulher”, historicamente vinculada ao movimento político feminista, sofria na academia.

Esses dois grupos voltaram a se reunir em 1996, em Petrópolis/RJ, no VI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico. No grupo Psicologia e Relações de Gênero, ausentaram-se Maria Lúcia Miranda Afonso e Rosa Maria Nader e, por outro lado, agregaram-se Miriam Raja Gabaglia Preuss (UFRJ). Já no grupo

Mulher, Feminino e Sexualidade feminina, Neide Pereira Nóbrega (UFRJ), Tereza Cristina Carreiro (UFF) e Lúcia Rabello de Castro (UFRJ) foram incorporadas ao GT, faltando nesse encontro as pesquisadoras Reolina Cardoso e Júnia de Vilhena.

No relato do grupo Psicologia e relações de gênero (D'Ávilla Neto *et al*, 1996), as pesquisadoras descreveram as atividades desenvolvidas durante o Simpósio, as quais se centraram sobretudo no planejamento da participação do grupo em eventos científicos e na realização de publicações conjuntas. Nesse relato, foram apresentadas diversas questões feministas, dentre as quais se destacaram a preocupação das pesquisadoras com o lugar que os estudos sobre mulheres ocupam na academia, a questão da posição social da mulher frente às políticas de desenvolvimento internacionais e a polêmica sobre a admissão de uma cultura de mulheres. Já no grupo Mulher, Feminino e Sexualidade feminina os esforços se centraram na discussão dos trabalhos de pesquisa por elas desenvolvidos para o simpósio.

Ainda em 1996 foi lançado um número das Coletâneas da ANPEPP, intitulado 'Relação Amorosa, Casamento, Separação e Terapia de Casal', onde há artigos que utilizam o termo gênero, como o de Gláucia Diniz (1996). Porém, tais artigos, ao problematizarem as transformações nos papéis de homens e mulheres no contexto da conjugalidade, dialogam mais especificamente com o campo dos estudos sobre família e psicoterapia familiar.

No ano seguinte, em 1997, os dois grupos acima referidos se reúnem para publicar juntos a Coletânea "Mulher Cultura e Subjetividade" (D'Ávilla & Garcia, 1997), que reúne os textos apresentados durante esse último Simpósio da ANPEPP. Dentre eles temos:

- 1) O texto de Maria Inácia D'Ávilla (1997), que dá relevo às formas ideológicas de opressão da mulher que se inscrevem em seu corpo, analisando a linguagem não-verbal utilizada por mulheres que participaram de uma de suas pesquisas anteriores.
- 2) As reflexões de Maria Lúcia Rocha-Coutinho (1997), criticando as análises que reduzem a mulher à vítima das circunstâncias sociais e

apontando para as formas de controle exercidas pelas mulheres da geração pós-guerra no contexto da família.

- 3) A pesquisa de Maria Cristina Ferreira (1997), verificando a relação entre identidade de gênero e as formas de controle exercidas pelos sujeitos, a partir de uma pesquisa com universitários onde utiliza questionários e escalas de masculinidade e feminilidade.
- 4) O artigo de Miriam Raja Gabaglia Preuss (1997), sobre as relações entre patroas e empregadas, a partir das categorias de gênero e classe, analisando os jogos de poder que constituem as trocas entre esses segmentos sociais.
- 5) A pesquisa de Nara Bernardes, com parceria com Helena Scarparo (Bernardes e Scarparo, 1997), onde refletem sobre as continuidades e descontinuidades em projetos de vida de mulheres, filhas e filhos adolescentes, dando especial relevo às questões do trabalho e da família.
- 6) O trabalho de Terezinha Viana (1997) novamente discutindo subjetividade e relações de gênero no discurso social do século XIX, tendo por base os escritos de Balzac.
- 7) A pesquisa de Cláudia Amorin Garcia, que parte do referencial psicanalítico para compreender a questão da sublimação e do recalque na mulher contemporânea.
- 8) O trabalho de Lúcia Rabello de Castro, introduzindo o gênero como categoria para a análise da cultura do consumo.
- 9) O trabalho de Neide Pereira Nóbrega investigando o lugar da parentalidade na perspectiva de sujeitos adolescentes, analisando os valores que constituem suas referências de maternidade e paternidade.
- 10) A pesquisa de Sandra Azeredo sobre a articulação entre feminismo e prostituição, onde reflete também sobre seu lugar simbólico de pesquisadora feminista buscando compreender os modos de vida de prostitutas;

- 11) O estudo de Tereza Cristina Carreteiro, sobre os processos psicossociológicos da história pessoal e institucional, de uma mulher francesa de 36 anos oriunda das classes populares.

São, portanto, 11 artigos com uma vasta gama de temáticas e referências teóricas, desde as tendências próximas à psicologia social clássica, como é o caso de Maria Cristina Ferreira, até o estudo de Sandra Azeredo, mais próximo às formas de organização do conhecimento de base feminista.

No ano seguinte à publicação desta coletânea, foi realizado o VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, desta vez em Gramado, no Rio Grande do Sul. No grupo Psicologia e Relações de Gênero, Maria Lúcia Miranda Afonso volta a participar, também agregando-se outra das entrevistadas, Marlene Strey. Já no grupo Mulher, feminino e sexualidade feminina, Sandra Azeredo e Cláudia Amorim se ausentam, Júnia de Vilhena retoma sua participação e se incorpora ao GT um homem, José Newton de Garcia Araújo (UFMG). Em razão da ausência de Cláudia Amorim nesse grupo, assume a coordenação do GT, Lúcia Rabello de Castro.

No Grupo Psicologia e Relações de Gênero, são apresentados:

- 1) O trabalho de Maria Cristina Ferreira (1998), sobre identidade de gênero e atitudes sobre a mulher, onde discute a forma como as mudanças nos papéis de gênero atuam nas dimensões pessoais e psicossociais dos sujeitos.
- 2) A pesquisa de Maria Lúcia Rocha-Coutinho (1998) que se constitui num desdobramento de suas pesquisas anteriores sobre mulher, família e trabalho. Com base na análise do discurso de mulheres brasileiras de duas gerações, examina formas de controle e manipulação utilizadas por elas como mecanismos para influenciar os demais membros familiares.
- 3) O estudo de Marlene Strey (1998), sobre as questões de gênero na construção do projeto profissional de estudantes de segundo grau.
- 4) O trabalho de Maria Inácia D'Ávilla (1998), refletindo sobre as questões ideológicas que envolvem a mulher face às políticas de

desenvolvimento, do ponto de vista econômico, social e cultural, onde analisa as diferentes perspectivas de ecofeminismo.

- 5) A pesquisa de Miriam Raja Gabaglia Preuss (1998), analisando as relações de gênero no contexto da família urbana contemporânea, onde discute as definições de papéis na família e a distribuição de atribuições e tarefas.
- 6) O trabalho de Terezinha de Camargo Viana (1998), que discute os modos de subjetivação que se constituíram e que vêm se desenvolvendo na era moderna, produzindo determinadas formas de feminilidade.
- 7) E o estudo de Nara Bernardes, em parceria com Andréa Cechin (PUC-RS), onde investiga o cotidiano de uma escola infantil, visando compreender as relações entre as vivências e significações de crianças e a construção do gênero, considerando as trocas sociais entre adulto/criança e criança/criança.

Por sua vez, no grupo Mulher, feminino e sexualidade feminina, discutiram-se os seguintes estudos:

- 1) O trabalho de Tereza Cristina Carreiro (1998), analisando as representações do feminino entre os segmentos populares, com base no referencial psicanalítico, onde verifica que o exercício da feminilidade para muitas meninas adolescentes, através da gravidez, constitui-se como o usufruto de um capital positivo.
- 2) A pesquisa de José Newton Garcia de Araújo (1998), que busca compreender os fatores que atuam no aparecimento de lesões por esforços repetitivos entre as mulheres, destacando processos sociais e culturais, como as formas de discriminação social e subjugo sofridas por mulheres no contexto do trabalho.
- 3) O estudo de Júnia de Vilhena (1998), que investiga as diferentes representações do estupro na história, também desenvolvendo um trabalho de campo junto a meninas violentadas, onde discute a alta frequência de pactos de silêncio por parte das vítimas.

- 4) O trabalho de Lúcia Rabello de Castro (1998), estudando os modos de subjetivação de adolescentes na espacialidade urbana contemporânea, onde verifica diferenças de gênero na construção subjetiva do espaço entre adolescentes do sexo masculino e feminino.
- 5) A pesquisa de Neide Pereira Nóbrega, investigando a relação entre maternidade e AIDS, verificando como o fato de ser ou não mãe atua nas formas de enfrentamento da doença e nas atitudes frente ao tratamento.

Nesse mesmo evento, embora não participando destes dois grupos, mas no GT “Comunidade, Meio Ambiente e Qualidade de vida”, a pesquisadora Naumi Vasconcelos (1998) da UFRJ apresenta o trabalho ‘Sexo e gênero em estudos comunitários’. Neste estudo, a pesquisadora lança o debate sobre a importância da categoria gênero para o campo da psicologia comunitária, também salientando a importância dos estudos sobre a sexualidade que partam de uma discussão filosófica crítica. Do mesmo modo, Maria Juracy Filgueiras Toneli (1998), que participa nesse Simpósio através do GT Subjetividade, Conhecimento e Práticas Sociais, apresenta um artigo onde realiza uma análise feminista sobre os processos sócio-culturais que incidem no corpo feminino no contexto da modernidade.

No ano de 2000, na cidade de Serra Negra em São Paulo, realiza-se o VIII Seminário Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico no qual, dos dois grupos até agora enfocados, apenas o GT Psicologia e Relações de Gênero se reúne. Nesse GT participam, Simone Ouvinha Peres (UFRJ) e Cecília de Mello e Souza (UFRJ), além daquelas sempre presentes. Com a ausência de Maria Inácia D’Ávilla Neto, a coordenação do grupo foi realizada por Maria Cristina Ferreira. A proposta dessa reunião do grupo, conforme descrito nos Anais do evento, foi enfatizar as questões éticas e epistemológicas dos estudos sobre mulher e gênero, de acordo com os seguintes parâmetros:

De um lado, temos a elaboração da chamada crítica feminista à produção da ciência, entendida como uma crítica aos paradigmas clássicos que opõem natureza e cultura, a primeira associada à mulher, a segunda ao homem. De outro, essa mesma

discussão nos leva a introduzir questões muito atuais, como 'o fim do patriarcado', a emergência das 'famílias monoparentais', e 'famílias de parselhas do mesmo sexo', os 'novos padrões de sexualidade e da família', 'a produção dos cyborgs e/ou híbridos', a 'engenharia genética'. Desses temas contemporâneos refletem-se com indagações éticas e epistemológicas que trazem uma ótica inovadora à reivindicação dos direitos das mulheres /pelas mulheres. (Ferreira, 2000, p. 133)

Com base nessa citação, é possível verificar o processo de ampliação das temáticas enfocadas por esse grupo, conforme anunciava Maria Ignácia D'Ávilla em 1992 (D'Ávilla Neto, 1992). Nessa apresentação dos debates que pautaram o GT, observa-se também a influência do diálogo com os estudos feministas, especialmente os estudos de origem norte-americana, como o de Donna Haraway, explícito no termo 'cyborgs'. Do mesmo modo, algumas das preocupações que expressam as participantes refletem as transformações do próprio campo intelectual feminista, às quais elas parecem estar atentas em seus estudos. Nas propostas dos trabalhos apresentados, pode-se ter uma idéia dessa influência. Como segue, as pesquisadoras desse GT debateram:

- 1) O estudo de Cecília de Mello e Souza (2000), articulando gênero, sexualidade e direitos, examinando como a noção de direitos é construída e expressa pelas camadas populares no campo das relações de gênero, também dialogando com a produção feminista relacionada às conferências internacionais de saúde e aos estudos sobre saúde reprodutiva.
- 2) O trabalho de Simone Ouvinha Peres (2000), que investiga a gravidez na adolescência e suas conseqüências para as trajetórias biográficas e sociais de jovens.
- 3) A pesquisa de Maria Lúcia Miranda Afonso (2000), resultado de sua tese de doutorado, demonstrando como o discurso supostamente bem informado dos adolescentes reflete ideologias modernas, que nem sempre levam ao 'planejamento racional' (aspas da autora) da vida sexual e reprodutiva.
- 4) O estudo de Maria Cristina Ferreira (2000b), sobre os estereótipos de gênero, onde conclui a estreita relação destes estereótipos com a

divisão de papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher, considerando-os dinamicamente relacionados.

- 5) O trabalho de Terezinha de Camargo Viana (2000) que, discutindo sobre subjetivação e gênero, analisa o saber e o viver renascentista, e cuja conclusão aponta para o fato de que as formas estéticas e teórico-filosóficas da modernidade refletem os modelos de sujeito deste período.
- 6) O estudo de Miriam Raja Gabaglia Preuss (2000b), sobre o comportamento no trânsito, analisando comparativamente como homens e mulheres avaliam seus riscos nesse contexto.

Esta foi a última vez que um grupo voltado à discutir questões sobre mulher e gênero foi proposto nos simpósios da ANPEPP. As propostas de estudos integrados que pretendiam desenvolver, acabaram não se efetivando e as pesquisadoras acabaram entrando em outros GT's no IX e X simpósios dessa associação científica. Uma das entrevistadas me confidenciou que sua saída de um desses grupos foi motivada pelo desconforto pessoal de estar 'num gueto', o que não desejava para sua produção acadêmica nem para o campo de estudos de gênero nesse contexto. Não há, contudo, como dizer que isso possa ser generalizado para as demais participantes, pelo fato do trânsito entre diferentes grupos não ser considerado raro entre os membros da ANPEPP.

A despeito do fato desses grupos terem se diluído, cumpre ressaltar que cumpriram um importante papel de divulgação dos estudos sobre mulher e gênero junto à psicologia brasileira, favorecendo a incorporação destas temáticas, tanto no contexto da pós-graduação, quanto na graduação. A relevância dessa instituição para o meio científico da psicologia também favoreceu que as questões sobre mulher e gênero ganhassem estatuto científico, atuando de modo significativo na consolidação desse campo.

Vale comentar também que parte das pesquisadoras entrevistadas nesse estudo participaram de outros GT's diferentes dos dois aqui trabalhados, como é o caso de Marília da Mata Machado e Sylvia Leser no GT Perspectivas da Abordagem Psicossociológica (IV Simpósio, de 1992), Ângela Arruda e Sandra

Azeredo no GT Representações Sociais e Produção de Sentido (VII Simpósio, de 1998), Sylvia Leser no GT Metodologias e Interdisciplinaridade no Estudo da Família (VII Simpósio, de 1998), Ângela Arruda no GT Representações Sociais: Questões Teóricas e Metodológicas (VIII a X Simpósios, de 2000 a 2004), Tânia Galli Fonseca e Maria Juracy Filgueiras Toneli no GT Subjetividade, Conhecimento e Práticas Sociais (VII a X Simpósios, de 1998 a 2004), Maria Lúcia Rocha-Coutinho no GT Casal e Família: Estudos Psicossociais e Psicoterapia (IX Simpósio, de 2002 e X Simpósio, de 2004), Sandra Azeredo no GT Cotidiano e Práticas Sociais (VIII e IX Simpósio em 2000 e 2002), Karin Smigay no GT Comportamento Político (IX Simpósio, de 2002), Neuza Guareschi no GT Cotidiano e Práticas Sociais (X Simpósio, 2004) e Maria Ignês Moreira no GT Desenvolvimento Humano em Situação de Risco Social e Pessoal (X Simpósio, 2004).

Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia

Um outro evento que merece destaque aqui, além dos já referidos, apesar de não estar relacionado diretamente a uma associação brasileira de psicologia, é o XXVI *Congreso Interamericano de Psicología*, organizado pela Sociedade Interamericana de Psicologia, ocorrido em 1997, em São Paulo. Em se tratando de um evento internacional, de abrangência latina e norte-americana, sua realização no Brasil significou uma importante ocasião para a divulgação do conhecimento para pesquisadores e pesquisadoras brasileiras.

Nesse Congresso, houve relevantes eventos para o campo dos estudos sobre mulher e gênero. Dentre eles, destaca-se a mesa redonda ‘Gênero: problemas de uma construção teórica, desafios para o próximo milênio’, coordenada por Karin Smigay. Na ocasião, a respeito da categoria gênero, Karin Smigay argumentou que:

A despeito de alguns trabalhos recentes, esta categoria não tem sido incorporada em sua produção tal como vem acontecendo em outras disciplinas vinculadas às chamadas ciências sociais. (Smigay, 1997, p. 35)

Abrindo essa mesa redonda com tal argumento, a entrevistada passou a palavra para as demais participantes, que apresentaram os seguintes trabalhos:

- 1) O estudo de Ângela Arruda (1997), a partir de sua tese, retomando o debate sobre as diferenças no debate entre ecologistas e ecofeministas.
- 2) A pesquisa da venezuelana Maria Banchs/UCV (1997), sobre a representação da categoria gênero entre mulheres que participam de uma ONG feminista.
- 3) A investigação de Sônia Roedel/UFGM (1997), apontando limites e possibilidades da categoria gênero nas reflexões sobre sexualidade humana.
- 4) O estudo de Karin Smigay (1997b), onde reclama certo reducionismo de algumas pesquisas sobre violência de gênero, por não incorporarem em suas análises a questão do poder, dos vínculos afetivos, da alteridade, da cidadania e da modernidade.

Além deste evento, também constituíram momentos importantes desse Congresso a mesa redonda coordenada por Maria Inácia D'Ávila Neto da UFRJ (D'Avilla Neto, 1997b), onde foram discutidas, juntamente com Maria Cristina Ferreira, Miriam Preuss, Maria Lúcia Rocha-Coutinho e Nara Bernardes as contribuições dos estudos de gênero e da psicossociologia para pensar a pauperização das mulheres e as desigualdades entre homens e mulheres na educação e no trabalho; e a participação de Tânia Galli Fonseca numa mesa redonda sobre Subjetividade e Trabalho, com o estudo "Trabalho e gênero: uma necessária articulação" (Galli, 1997).

Embora a Sociedade Interamericana de Psicologia seja uma das mais importantes para o contexto da psicologia latino-americana, este é o único evento desta associação científica a ser analisado aqui. O fato de ter agregado as pesquisadoras e pesquisadores das três associações enfocadas e ter obtido grande repercussão junto à psicologia brasileira, por sido realizado em nosso país, justificam essa escolha.

Alguns pontos para análise

A descrição acima realizada, da inserção dos estudos sobre mulher e gênero nos principais eventos da psicologia brasileira, permite algumas análises, coerentes com os propósitos dessa tese.

Em primeiro lugar, verifica-se a relativa lentidão nesse processo de incorporação dos estudos de gênero, quando o comparamos com outras ciências sociais. Isso é inclusive, tema de alguns dos trabalhos anteriormente referidos, como o de Karin Smigay (1997) e o de Rocha-Coutinho (1994), apontando a demora da psicologia, no âmbito acadêmico, em contemplar em suas investigações as questões de gênero.

Nesse sentido, nos eventos das três associações, o início da década de 90, principalmente o ano de 1992, marca a entrada efetiva da psicologia no debate sobre gênero. Embora nesses eventos já existisse, anteriormente, comunicações científicas e simpósios que discutiam a condição da mulher e a questão de gênero, não há dúvida que 1992 foi o ano chave da explosão do campo intelectual feminista junto aos eventos científicos da psicologia.

As formas de incorporação dos estudos de gênero são, contudo, muito diversas e contraditórias. Há estudos que apenas utilizam o termo 'gênero', como mera substituição de 'sexo' ou como simples variável, sem incorporar a perspectiva de análise das relações de poder e o ensejo de transformação que subjaz ao campo intelectual feminista, que propõe o uso do gênero como categoria de análise das relações sociais. Por outro lado, há pesquisadoras ou grupos de pesquisadoras que apontam justamente para a capacidade analítica da categoria gênero em relação a processos caros à psicologia, como a questão da subjetividade, contemplando em suas discussões essa dimensão política do campo de estudos de gênero.

É bem largo, portanto, o espectro de fundamentos teóricos utilizados nesses estudos, evidenciando uma falta de unidade teórica no campo de estudos de gênero na psicologia. Partindo da psicanálise até a fenomenologia e o marxismo, e da psicologia social clássica anglo-americana até a psicologia social crítica latino-americana, cada pesquisadora ou pesquisador articula seu referencial básico de pesquisa na psicologia com as questões de gênero,

algumas vezes negligenciando os avanços epistemológicos que acompanham a proposição desta categoria no campo intelectual feminista.

Há, por exemplo, pesquisadoras como Maria Cristina Ferreira (Departamento de Psicologia/UGF), que mesmo enquadrando seus estudos na psicologia social, partem de uma abordagem cognitivista em estudos experimentais que versam sobre gênero, sem dialogar com o campo intelectual feminista.. Sua utilização do termo gênero acompanha a tradição americana de psicologia social e não contempla a investigação das questões ideológicas e de poder implicadas no uso da categoria gênero. Isso constitui, no entanto, uma exceção nesse universo, hegemonicamente organizado na articulação do campo intelectual feminista com a psicologia social crítica, de abordagem interdisciplinar.

Evidentemente, a inexistência de uma unidade teórico-metodológica também é uma característica do campo interdisciplinar de estudos de gênero e das próprias ciências humanas. O que desejo salientar é que, na psicologia, isso se comporta de acordo com a diversidade conceitual e metodológica que lhe é inerente e que o diálogo com o campo interdisciplinar de estudos de gênero e com as teorias feministas, não é uma regra entre os que se inserem nesse tipo de questões. Isso parece refletir o fato apontado por Zanotta-Machado (1997) sobre a convivência, no campo intelectual feminista, de abordagens bastante distintas entre si, que se expressa no fato de pesquisadoras com distintas propostas teórico-metodológicas compartilharem suas reflexões sobre gênero nos grupos da ANPEPP.

Igualmente variadas também são as temáticas investigadas, desde reflexões teóricas sobre a importância do gênero para a psicologia, até a investigação de temáticas como subjetividade, identidade, trabalho, violência, conjugalidade, desenvolvimento social, educação, sexualidade e família. Ademais, a articulação de gênero com questões de geração, classe e etnia é outro aspecto interessante de uma parte do conjunto dos trabalhos citados.

Comparando as três associações o que se verifica é que na ABRAPSO, por sua maior aproximação com os movimentos sociais feministas e pela sua pertença ao campo da psicologia social, o debate sobre gênero se realizou

com maior ênfase nos aspectos políticos, enquanto que na ANPEPP e na SBP, essa dimensão parece ter sido suplantada por estudos com preocupações mais científicas do que políticas. No entanto, nessas duas últimas associações científicas, houve momentos em que os debates remetiam aos interesses teóricos feministas, especialmente em relação às participações de Maria Inácia D'Ávilla, Sandra Azeredo e Maria Lúcia Miranda Afonso na ANPEPP e Ângela Arruda e Nara Bernardes na SBP.

Esse panorama dos estudos de gênero nos eventos da psicologia permite ainda destacar alguns dos grupos responsáveis por todo esse processo. Em primeiro lugar, o grupo formado por Nara Bernardes, Ângela Arruda, Karin Smigay, Marise Jurberg e Sônia Roedel que em diferentes momentos, desenvolveu eventos importantes nos encontros destas associações científicas, dando visibilidade para as questões de gênero. Um outro grupo é composto por pesquisadoras vinculadas à UFRJ, como Maria Lúcia Rocha-Coutinho, Maria Cristina Ferreira e Miriam Raja Gabagli Preuss, apresentando tanto na ANPEPP quanto na SPB, pesquisas onde as questões de gênero são investigadas em diferentes contextos. Não há, contudo, fronteiras rígidas no trânsito destas acadêmicas junto a esses eventos, na medida em que pesquisadoras como Nara Bernardes, Maria Lúcia Rocha-Continho e Ângela Arruda marcaram sua presença nos encontros e reuniões científicas de todas essas associações, trazendo ao debate a importância do campo dos estudos de gênero para a psicologia.

Ressalto que é a psicologia social a área que tem dado acolhida à inserção dos estudos aqui arrolados. Tanto como descritor freqüente das mesas redondas, simpósios e comunicações coordenadas nos eventos da SBP, quanto pelo espaço que este tipo de estudos tem na ABRAPSO, a psicologia social foi o campo em que os estudos de gênero foram melhor abrigados pela psicologia, sendo também o *locus* onde mais se expandem e assumem legitimidade acadêmica. Dentre as três associações, a ABRAPSO é a única citada da psicologia, na revisão histórica que Albertina Costa, uma das referências mais importantes do campo feminista, realiza sobre os estudos da mulher e de gênero no Brasil, o que reafirma essa análise (Cf. Costa, 1994). De

fato, é nessa associação científica em que por mais tempo os estudos de gênero foram contemplados nos eventos e onde obtiveram maior longevidade até o momento.

Todavia, mesmo que de modo reduzido, existem também pessoas que investigam questões relacionadas aos estudos de gênero fora da psicologia social. Na área da psicologia do desenvolvimento, um caso exemplar é o da importante pesquisadora brasileira Silvia Koller (Departamento de Psicologia/UFRGS) (cf. Koller, 1990, Koller *et al*, 1989; 1991), cujas pesquisas versam sobre gênero, desenvolvimento social e personalidade. Embora utilize o termo gênero, também nesse caso é inexistente o diálogo com os estudos de gênero ou com as teorias feministas. Seus estudos articulam-se mais, do mesmo modo que as pesquisas de Maria Cristina Ferreira acima citada, com a psicologia das diferenças sexuais proposta pela psicologia social norte-americana e inglesa.

Já na área da psicoterapia e terapia familiar, destaca-se a produção de Gláucia Diniz (cf. Diniz, 1996, 1997, 2001), que analisa questões de gênero no contexto da conjugalidade e da família. Sua produção tem levado ao campo da psicologia clínica a importância da categoria gênero para investigar a interação entre trabalho, família e gênero, bem como para a análise sobre o universo do casamento e da família. Algumas de suas pesquisas fazem referência à psicologia feminista anglo-americana, com base na qual faz críticas à insuficiente análise de questões de gênero na prática clínica da psicologia (Diniz, 1999). Um fato que favorece isso é a grande tradição dessa psicologia feminista em questões pertinentes à sua área de trabalho.

Trata-se, portanto, de um campo plural, sobretudo no que diz respeito aos seus fundamentos teórico-metodológicos às temáticas enfocadas. Considerando o fato de que, mesmo sendo de uma mesma geração, trabalhando na mesma instituição e vivendo n mesmo contexto, essas pesquisadoras desenvolvem estudos bem distintos em termos teóricos e temáticos, acredito que as raízes dessa diversidade podem ser evidenciadas a partir da análise de suas trajetórias pessoais e profissionais. Para tanto, dedico o próximo capítulo à investigação desse aspecto, com base nos depoimentos

de 16 pesquisadoras que participaram do processo de incorporação das questões do campo intelectual feminista à psicologia brasileira.

6. Trajetórias pessoais e profissionais de protagonistas da incorporação dos estudos de gênero na psicologia

O trabalho que resultou na incorporação dos estudos de gênero na psicologia é atribuído a pelo menos três gerações de psicólogas e/ou pesquisadoras vinculadas a cursos de graduação em psicologia, das quais aqui ganham enfoque a primeira e, mais especificamente, a segunda geração. São mulheres feministas, militantes ou não, cujo trabalho resultou na incorporação dos estudos de gênero na psicologia brasileira, especialmente na psicologia social.

Na primeira geração estão aquelas mulheres, em geral, militantes feministas, que publicaram nas décadas de 70 e 80 os primeiros estudos que, embora não utilizassem ainda a categoria gênero, já traziam problemas que seriam posteriormente foco dos estudos de gênero e das teorias feministas. A importância destas pessoas reside também no fato de terem aberto espaço para as questões de gênero em agências de pesquisa e nas universidades, orientando os primeiros estudos com essa categoria na psicologia, bem como promovendo e incentivando a capacidade da geração posterior, de questionar as relações de dominação no contexto da família e do trabalho. Pesquisadoras com Fúlvia Rosemberg, Nara Bernardes, Sandra Azeredo, Maria Lúcia Afonso, Maria Novais Mata Machado e Sylvia Leser de Mello são representantes dessa geração, cuja marca inicial de trabalho foi a denúncia feminista e a luta pelo reconhecimento da reflexão intelectual de gênero.

Já a segunda geração é representada por mulheres que produzem estudos que alimentaram, nos últimos quinze, anos os debates feministas e a emergência do campo de estudos de gênero no meio acadêmico da psicologia. Algumas delas, embora não possuam um histórico de militância nos movimentos feministas, buscam em sua própria vivência pessoal de dominação de gênero, a fonte geradora de questões teóricas. Sua formação enquanto pesquisadoras foi feita, por vezes, em outro campo disciplinar, na busca de interlocutores e teorias sensíveis a temas da contemporaneidade e do

cotidiano, como aqueles trazidos pelo movimento feminista. Dentre as representantes dessa geração entrevistadas nesse trabalho, temos Marlene Strey, Neuza Guareschi, Maria Ignez Moreira, Maria Juracy Filgueiras Toneli, Ângela Arruda, Vera Paiva, Maria Eunice Guedes, Karin Smigay, Maria Lúcia Rocha-Coutinho e Tânia Galli Fonseca.

Trata-se de uma geração de mulheres acadêmicas que, cada uma à sua forma, descobre a categoria gênero e a adota em reflexões que já vinham desenvolvendo. Nesse sentido, talvez um demarcador histórico importante seja a publicação no Brasil do texto de Joan Scott, em suas diferentes versões, entre 1988 e 1990, pelo papel que cumpriu em apontar a capacidade analítica da categoria gênero para as ciências sociais, influenciando estas e muitas outras pesquisadoras do campo intelectual feminista. Outro marco é o ano de 1992, quando os estudos de gênero na psicologia começam a ser difundidos com grande intensidade, de acordo com o que já analisei anteriormente.

Por fim, à terceira geração, que não foi analisada nesta tese, pertencem jovens pesquisadoras e pesquisadores que usufruem da atual consolidação do campo de estudos de gênero e cuja particularidade está mais no tipo de questão proposta do que na abordagem teórica adotada. Em face de seu restrito capital simbólico, os membros dessa geração nem sempre podem garantir a visibilidade de sua contribuição e inovação. Desta fração do campo fazem parte, inclusive, homens como Jorge Lyra⁴⁵, Benedito Medrado, junto com pesquisadoras como Sandra Garcia, Margareth Arilha, entre outras que, assumidamente feministas, adotam gênero como categoria de análise principal, sendo fortemente influenciados/as pelas pesquisadoras da primeira e segunda gerações. São pesquisadoras e pesquisadores que refletem um momento em que o trabalho é menos de denúncia e de luta pelo reconhecimento no campo acadêmico, e mais de continuidade da interlocução crítica com outros campos

⁴⁵ Em minha pesquisa de campo, entrevistei Jorge Lyra, que trabalha na ONG PAPAÍ, cujos trabalhos são bastante reconhecidos no campo da saúde e direitos reprodutivos. Contudo, a opção por esse recorte geracional levou-me a não incorporá-lo no conjunto das entrevistas analisadas, que ficou restrito às informantes das duas primeiras gerações.

disciplinares (Zanotta-Machado, 1997). Seus trabalhos iniciam por volta da segunda metade da década de 90, quando também buscam aprofundar seus estudos através de programas de pós-graduação em grandes universidades brasileiras.

Nesse sentido, o demarcador geracional destes três grupos está, sobretudo no papel desempenhado no ingresso e incorporação dos estudos de gênero na psicologia que, em síntese, é de pioneirismo na primeira, consolidação na segunda e expansão na última, considerando-se que para cada uma das entrevistadas essas funções podem se sobrepor umas às outras. O fator idade, por consequência, não é o que constitui a referência para a classificação das informantes entre as três gerações, embora possa ser um dos dados significativos para a localização destas no contexto histórico e social de vida (Sirinelli, 2002). A diferença de idade entre aqueles da primeira geração e da segunda é, em média, de 15 anos, chegando a 25 anos em relação a terceira geração. Assim, não há como desconsiderar a importância dessa diferenças como elementos para a análise dos dados.

O que apresento a seguir é um panorama descritivo do perfil das entrevistadas a partir de vários aspectos, a saber, gênero, classe social, geração, a relação com o movimento feminista, a trajetória acadêmica e algumas das referências conceituais por elas utilizadas em seus estudos. Com base nesses três aspectos, espero compor um quadro que, não perdendo a diversidade das características da biografia cada uma das informantes (Velho, 1986), possa agregá-las através de um conjunto de elementos comuns, sem perder a dimensão singular de cada trajetória e projeto desenvolvidos nas biografias acadêmicas analisadas (Born, 2001).

Contexto de classe e família

Embora algumas das acadêmicas entrevistadas tenham feito menção à sua origem familiar humilde, fica evidente que as informantes são mulheres de camadas médias, morando em grandes metrópoles, com condição sócio-econômica relativamente estável e em fase avançada da carreira profissional, em sua maioria ocupando a categoria professora 'adjunto', 'associada' ou

'titular' das maiores universidades brasileiras⁴⁶. Em visita à casa de algumas delas, observei também que as entrevistadas possuem residência em bairros típicos de camadas médias e possuem condições de vida comuns a membros desses estratos sociais.

Mais do que destacar o nível econômico, a questão da educação e o tipo de ocupação, desejo abordar o fato sociológico que em geral acompanha essas condições, apontando o compromisso ideológico que as entrevistadas possuem com alguns aspectos do ideário comum a esse setor da população brasileira, ainda que se posicionem criticamente diante deste. Ao localizar as informantes no segmento das camadas médias, busco, assim, compreender seus posicionamentos políticos e conceituais como sendo também influenciados pelo pensamento individualista-moderno que constitui esse *ethos*, embora de maneiras diversas. Velho (1994) comenta sobre a complexidade de se definir esse estrato social, tendo em vista apenas critérios econômicos, educacionais e ocupacionais.

Com base nesse autor adoto o ponto de vista de que as camadas médias são antes um grupo social que compartilha de determinada visão de mundo do que um grupo que tem em comum certo poder econômico ou nível de escolaridade. No caso das entrevistadas, é possível dizer que se situam hoje no setor desse grupo social que Velho (1986) chama de *classes médias intelectualizadas*, onde as ideologias modernizantes usufruem de um espaço maior e se relacionam com outras referências intelectuais, como a psicanálise. Vale ressaltar, contudo, que elas se posicionam de modo bastante singular em relação a esse ideário, devido ao fato privilegiado de sua inserção acadêmica, que possibilita e exige reflexões críticas a respeito desse contexto ideológico.

As informantes em geral nasceram por volta da metade do século XX e foram criadas num contexto em que boa parte das famílias vivia o início da modernização que caracteriza a sociedade brasileira a partir da década de 50.

⁴⁶ Existem diferenças entre as carreiras docentes nas IES públicas e privadas. Nas públicas predomina a progressão de auxiliar, assistente, adjunto até titular, enquanto que nas privadas como as PUC's, é comum a carreira seguir de auxiliar, para associado até titular ou catedrático, numa lógica semelhante.

Conforme Figueira⁴⁷ (1987; 1992), a partir da segunda metade do século XX, essas famílias viveram a sobreposição de dois mapas de orientação, na medida em que o ideal hierárquico de família passa a conviver com o modelo igualitário, onde as referências tradicionais de gênero e geração passam a ser relativizadas, conforme novos padrões individualistas-modernos. Isso significa que os indivíduos, incorporando esses ideais modernizadores, junto com as formas de identidade definidas por sua posição geracional e de gênero, passam a assumir também identificações referenciadas na percepção de sua individualidade. Como consequência, engendram-se formas de resistência a englobamentos sociais, em nome de uma ética pautada por maiores formas de autonomia do sujeito.

Figueira (1987) descreve diferentes formas de modernização, opondo a ‘modernização reativa’ com a ‘verdadeira modernização’. Enquanto que a primeira é mera oposição à moral arcaica, reinventando novos imperativos morais por inversão da regra original, a segunda implica transferir para o indivíduo o governo da regra, podendo este decidir o melhor caminho para si. Conforme o autor, a passagem para essa segunda forma de modernização, foi fundamental para a consolidação da família igualitária, supondo esta, portanto, uma nova forma de individuação.

Por outro lado, como afirma Saffioti (1992) a vivência da condição de classe se dá atravessada pelo gênero, levando homens e mulheres a perceberem de forma diferenciada seus ambientes, suas vidas e a si próprios. As relações de poder e as formas de divisão sexual do trabalho, são fatores que atuam criando as diferenças nas vivências de classe social entre o universo masculino e feminino, na medida em que implicam em jogos de dominação/submissão onde homens e mulheres ocupam, em geral, posições simbólicas distintas.

⁴⁷ Sérvulo Figueira analisa as novas formações das famílias de camadas médias brasileiras a partir das contribuições de Luis Dumont. Esse autor francês é das referências principais na antropologia quando se pretende analisar as questões associadas ao individualismo moderno. São famosos seus trabalhos etnográficos na Índia, cujas

Há que se evidenciar também a relação da origem do feminismo brasileiro com a progressiva difusão da ideologia igualitária-individualista no contexto familiar, especialmente entre as camadas médias. Concordando com Franchetto *et al* (1981), o feminismo pode ser considerado um desdobramento dessa ideologia individualista, gerando a relativização dos papéis tradicionais no seio familiar e um processo de autonomização da sexualidade. Entretanto,

(...) ao apoiar-se nessa lógica reivindicativa e igualitária, o feminismo ao mesmo tempo denuncia a precariedade do igualitarismo. Ou seja, afirmando a mulher como indivíduo, e portanto, o indivíduo como valor, o feminismo torna-se capaz de revelar a presença e operância de uma série de relações hierarquizadas na sociedade moderna, e ganha nesse movimento uma força e poder de transformação efetivos. (Franchetto, Cavalcanti & Heilborn, 1981, p. 40).

Deste modo, ao afirmar essa relação do feminismo com o individualismo, não pretendo ignorar a originalidade do primeiro como um movimento social. Justamente por eleger como foco de luta as relações sociais privadas e por valorizar a experiência individual, politizando essas esferas, o feminismo promoveu importantes transformações sociais, especialmente no que tange às desigualdades de gênero. Ademais, como nos alerta Joan Scott (2002), se por um lado o feminismo é produto dos discursos do individualismo liberal, por outro, expressa suas contradições internas, através dos jogos, ao mesmo tempo políticos e semânticos, da noção de indivíduo concomitantemente universal e singular.

As feministas, sua mães e avós⁴⁸

Há que se destacar também que as mudanças das trocas sociais no universo familiar e a gestação dessa nova forma de individuação foram amplamente influenciadas pelos movimentos sociais, especialmente pelos movimentos feministas já (re)nascentes na década de 60. A repercussão das

análises suscitam uma série de questões a respeito de hierarquia, democracia e os princípios igualitários das sociedades ocidentais complexas.

⁴⁸ Esse subtítulo é uma paráfrase do texto de Marília da Mata Machado (2002).

reivindicações feministas ganha eco na voz de mulheres que, experienciando a dominação cotidiana em seus papéis de filhas, irmãs, mães e avós, vislumbram a possibilidade de mudança, muitas vezes delegadas por elas às novas gerações.

É o que as informantes expressam através de seus depoimentos e textos, apontando o papel que suas avós e mães tiveram nesse processo de apropriação de uma forma diferente de ser mulher no mundo. Como expôs uma das informantes:

Nara Bernardes: A finalidade básica da vida das mulheres era o casamento. Então, desde pequena, começavam a fazer enxoval no momento que a menina nascia. E minha mãe, que tinha tido uma outra experiência de vida, porque tinha trabalhado em uma casa comercial de parentes, quando adolescente, ela via de outra forma. Nós somos seis filhas mulheres. Ela sempre insistia e nos estimulou para que nós estudássemos, nos profissionalizássemos e só depois se deveria pensar se queria casar ou não. Isso foi uma diferença muito grande em relação às minhas amigas, com quem convivia. E acho que isso foi uma marca muito importante. Todas nós estudamos, nos formamos na universidade, tivemos uma profissão. E todas nós nos casamos mais tarde do que o convencional.

Em sua tese de doutorado, defendida em 1989, Nara também presta uma homenagem aos pais, nas páginas de agradecimentos: “A Cleude, minha mãe, que na vivência da opressão, anteviu caminhos possíveis de libertação” e “Ao Protázio, meu pai, que soube abrir mão de prerrogativas patriarcais e não impediu a caminhada da filha mulher”.

É o mesmo caso de Karin Smigay, em relação à mãe:

À minha mãe, que me ensinou, ainda na adolescência, o pensar sobre a condição de subalternidade das mulheres e me incentivou a buscar um teto todo meu, à moda de uma Virgínia Woolf; hoje, mesmo sem mais poder acompanhar exatamente o que me inquieta, sabe perceber que algo de importante existe na minha vida, e se alegra por isso. (Smigay, 2000, p. i)

Outra das entrevistadas, Marília da Mata Machado, chega a escrever um texto sobre esse processo, ao qual intitulou de *A feminista, sua mãe, seus filhos e netos*, onde conta, de uma maneira auto-biográfica (mas na terceira pessoa) como as diferentes gerações de sua família re-significaram as transformações

das últimas décadas nas relações de gênero (Cf. Machado, 2002). Num trecho deste texto, comentando sobre as formas de socialização da família, descreve, apontando a mediação exercida pela mãe:

Por essa e por outras, a precursora sugeria às filhas que estudassem, que não dependessem do marido, que não fossem esposas de tempo integral, que adiassem o casamento até terem um futuro profissional garantido. Em Minas Gerais, eram as avós que sopravam no ouvido das netas: “Vê se não têm tantos filhos, como eu, como sua mãe”. (Machado, 2002, p. 106).

Na entrevista, Marília retoma essa questão:

Marília Machado: Minha mãe teve sete filhas e parou de trabalhar quando eu nasci. Eu sou a segunda. Mas ela deixou bem claro para gente que tinha que trabalhar. A hora era essa. E consegui cinco mulheres, que trabalham, que são auto-suficientes, pelo menos no ponto de vista financeiro.

Foi feita a referência, em cinco entrevistas, ao papel desempenhado pelas mães e avós na construção de projetos pessoais diferentes daqueles vividos pelas mulheres das gerações anteriores. Seja como identificação com as posições críticas das mães e avós (e mesmo irmãs mais velhas), seja como oposição ao modo de vida proposto na forma de socialização vivenciada, pelo menos parte das pesquisadoras entrevistadas teve na família o embrião de sua postura feminista de mundo. Há, portanto, indícios de que a oposição aos englobamentos sociais e às assimetrias hierárquicas de gênero, comuns às entrevistadas, foi influenciada por seus vínculos familiares, destacando-se nessa esfera o papel de suas mães no processo. As posturas feministas das mães, projetadas em suas filhas e a convivência com muitas irmãs, parecem elementos significativos de um processo pautado pela solidariedade feminina que resulta nas primeiras reflexões feministas.

Além das influências parentais, uma série de outros fatores favoreceram as primeiras reflexões feministas das entrevistadas. Segundo uma das entrevistas⁴⁹, o início de suas reflexões feministas aconteceu ao pesquisar

⁴⁹ Em se tratando de questões pessoais, preferi não expor os depoimentos que ilustram esse aspecto.

aspectos de classe em seu objeto de estudo, levando-a à maior consciência das relações de poder em seu universo conjugal. Duas outras entrevistadas mencionaram que começaram a ficar atentas às questões de gênero, à medida que vivenciavam relações discriminatórias no mundo do trabalho e da família. Uma das pesquisadoras colocou ainda que a experiência da maternidade foi desencadeadora de uma série de reflexões sobre a relação gênero e trabalho, levando-a a dedicar sua tese de doutorado ao tema.

Certamente, a ida para a universidade e a escolha da carreira de docente também são conseqüência desta posição pessoal crítica e do desejo de conquista da autonomia. Por outro lado, tratava-se de uma das poucas carreiras em que se tolerava socialmente a presença de mulheres. Conforme Trigo (1994), em geral as primeiras mulheres que ingressaram na carreira universitária eram solteiras e já trabalhavam anteriormente nos níveis inferiores de ensino. Sem a obrigação de desempenhar em tempo integral as atividades domésticas, puderam exercer o cargo de professoras universitárias, lutando contra as barreiras de gênero da carreira docente. A entrada destas mulheres no ensino superior, portanto, é um desdobramento da abertura da participação no mercado de trabalho como educadora e da luta feminina pela ascensão profissional, resultando no desenvolvimento de um novo campo de trabalho para as novas gerações de mulheres, a partir da década de 60.

Diferente de uma parte significativa de sua geração e classe social, as entrevistadas ocuparam esse campo e buscaram a universidade como via de profissionalização. Embora não tenham sido as pioneiras⁵⁰ no ingresso na universidade e na escolha da profissão de professoras de nível superior, vivendo uma época de expressivo crescimento do número de mulheres universitárias, ainda experenciam muitas das barreiras culturais comuns a um universo historicamente masculino.

⁵⁰ Conforme Trigo (1994), o marco principal para a entrada das mulheres na universidade foi a criação na USP da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1934, promovendo uma maior abertura ao ingresso de mulheres no contexto do ensino superior.

Analisando a dimensão androcêntrica das instituições universitárias, Yannoulas *et al* (2000), destacam que

Como instituição que faz parte do sistema educativo, a universidade é um espaço socialmente diferenciador enquanto mecanismo de inclusão/exclusão (ter um título universitário não é o mesmo que não tê-lo), como também (e cada vez mais a partir da instauração dos atuais processos de avaliação universitária), por meio de mecanismos internos que classificam, ordenam e hierarquizam os corpos docente e discente, as disciplinas científicas, as instituições de nível superior, etc. Ao incorporar grupos sociais historicamente excluídos pelos processos articulados de massificação e feminilização dos estudos superiores, a universidade manteve e talvez aprofundou as desigualdades, por meio de sua organização, localização, currículos, regulamentos, sistemas de avaliação, categorizações, entre outros aspectos. (Yannoulas, Vallejos & Lenarduzzi, 2000, p. 440)

Ao contrário do que se espera, as universidades não são espaços isentos das formas de discriminação pautadas pelas relações de gênero. Sua organização hierárquica e sua lógica meritocrática produz formas de dominação que exigem das mulheres o enfrentamento constante, o que pode ter se constituído como um fator importante na definição das trajetórias acadêmicas das entrevistadas

A experiência de gênero, compreendida como um produto das circunstâncias concretas de vida de homens e mulheres, onde se apropriam das condições de existência possíveis em seu contexto sócio-histórico, opera como o substrato sobre o qual as formas de resistência são construídas pelos sujeitos. Trata-se de um aspecto central, pois, nas duas primeiras gerações aqui classificadas, encontramos mulheres que em dado momento identificam-se como parte de um grupo em condições comuns de subordinação enquanto mulheres. Se por um lado, não haveria feminismo se suas protagonistas não sustentassem um elo comum para justificar seu engajamento político na luta pelo direito à igualdade, por outro, tornou-se premente ao movimento afirmar a diferença sexual como dimensão política a ser contemplada nas esferas sociais. É nesse jogo complexo entre igualdade e diferença que o feminismo se constitui, pautado por esse paradoxo interno que resulta de seu compromisso, ora negado ora afirmado, com as noções modernas de indivíduo singular (Nicholson, 2000; Scott, 2002).

Conforme Scott (1999), ao invés de considerarmos a experiência como algo inerente, devemos buscar explicá-la e historicizá-la, de modo a dar evidência às identidades que produz. Nesse caso, o que se revela em alguns depoimentos das entrevistadas é o fato da experiência gerar também a percepção unificadora de ser, naquele momento, mulher exposta à dominação, tal como outras mulheres. Contudo, seguindo os apontamentos de Scott, o que temos é que essa experiência inexistente fora dos discursos e práticas em que os sujeitos estão envolvidos e que justamente produzem a experiência, muitas vezes até ocultando a percepção das outras diferenças e identidades.

Bairros (1995) aponta a importância da categoria experiência, por valorizar o aspecto subjetivo das relações de opressão, mas alerta para o risco da generalização que ela produz. Na realidade, “*a experiência de ser mulher se dá de formas social e historicamente determinadas*” (ibid, 1995, p. 461). A experiência de que se fala aqui é aquela de mulheres de camadas médias, brancas, que vivem a opressão de gênero como outras mulheres, mas de uma maneira constituída por sua posição social. Dito isso, é possível aventar também a hipótese de que o contexto histórico em que viviam as entrevistadas pode ter favorecido essa experiência unificadora enquanto mulheres, na medida em que o momento em que tomavam consciência destas questões coincidia com a emergência e expansão do feminismo igualitarista, ou seja, a década de 70.

O período da graduação

Se a condição de classe pode ter favorecido a entrada no ensino superior, as diferenças de gênero podem ter limitado as escolhas quanto à faculdade a ser cursada (Blay & Conceição, 1991). A opção pela psicologia, vista socialmente como uma profissão feminina, pode ter sido influenciada pelas circunstâncias históricas que obrigam a mulher a seguir uma formação que se aproxime dos papéis considerados femininos (Castro & Yamamoto, 1998) e também pelas exigências relacionadas à sobrevivência, que levam as mulheres a compatibilizar suas escolhas profissionais com os demais papéis assumidos na vida privada (Rosemberg, 1984). Mesmo a carreira docente, assumida por

elas posteriormente pode ter sido influenciada pelas condições de possibilidade oferecidas às mulheres para o ingresso no mercado de trabalho.

Uma das entrevistadas chega a escrever um texto sobre esse processo (Rosemberg, *ibid*) onde descreve sua própria escolha pela graduação em psicologia, como atravessada por questões de gênero. Outras das informantes, explicaram sua escolha pela profissão como um caminho de formar-se para atuar ‘no social’ e apenas uma delas afirma ter escolhido a psicologia para trabalhar em empresas. Já quanto à área de atuação escolhida, aponto que, ainda que em seu início algumas delas tenham trabalhado como psicólogas organizacionais ou clínicas, todas trabalham hoje com psicologia social, disciplina que no Brasil historicamente mostra-se aberta às questões vinculadas aos movimentos sociais e aos estudos de gênero. Aliás, três delas iniciam sua carreira já na graduação (Maria Lúcia Miranda Afonso, Maria Ignez Moreira e Maria Eunice Guedes), como monitoras da disciplina de Psicologia Social.

Na tabela abaixo é possível acompanhar os períodos em que as entrevistadas realizaram seu curso de graduação em psicologia e em filosofia, no caso de Sylvia Leser de Mello⁵¹. Nara Bernardes, Marília da Mata Machado, Tânia Galli Fonseca, Sandra Azeredo e Sylvia Leser foram as primeiras a se formar, sendo esta última em 1961. Sete delas se graduam entre o final da década de 60 e o início da próxima década e, uma terceira parte, composta pelas oito mais jovens do grupo, forma-se entre 1970 e 1981.

Tabela 1: Distribuição das entrevistadas quanto a cursos de Graduação e Especialização e seus respectivos períodos e instituições.

Entrevistada	Graduação/ Universidade	Período	Especializaçã o Instituição	Ano
<i>Ângela Arruda</i>	Psicologia/UFRJ	1966 - 1969	-	-

⁵¹ Embora Sylvia Leser de Mello seja filósofa por formação, sua produção é reconhecida na psicologia, área em que atua tanto na docência, quanto na pesquisa. Sua especialização na França é também na área da psicologia. Inclusive, muitas pessoas formadas na época em pedagogia e filosofia puderam reivindicar o grau de psicólogos sem ter o curso de graduação em psicologia.

Fúlvia Rosemberg	Psicologia/USP	1961 - 1965		
Maria Juracy F. Toneli	Psicologia/UFMG	1975 - 1979	Psicoterapia Psicodramática/ FEBRAP	1988
Maria Lúcia M. Afonso	Psicologia/UFMG	1972 - 1976	-	-
Karin Smigay	Psicologia/UFMG		-	-
Maria L. R. Coutinho	Psicologia/PUC-RJ	1968 - 1976	-	-
Marlene Strey	Psicologia/PUC-RS	1973 - 1977	Ciências da Educação/PUC-RS	1981
Maria Ignez Moreira	Psicologia/UFMG	1977 - 1981	Saúde Mental/ESMIG	1987
Marília da M. Machado	Psicologia/UFMG	1964 - 1968		
Neuza Guareschi	Psicologia/PUC-RS	1975 - 1979	Psicologia do Trabalho e Organizacional	1982
Nara Bernardes	Psicologia/PUC-SP	1963 - 1968	Epistemologia das Ciências Humanas/UFRGS	1980
Sandra Azeredo	Psicologia/UFMG	1965 - 1969	-	-
Sylvia Leser	Filosofia/USP	1956 - 1961	Psychologie/ EHESS- França	1964
Tânia Galli Fonseca	Psicologia/PUC-RS	1966 - 1970	-	-
Maria Eunice Guedes	Psicologia/PUC-MG	1975 - 1979	Política e Trabalho/UFPB	1986
Vera Paiva	Psicologia/USP	1973 - 1977	-	-

Fonte: Análise dos Currículos Lattes das Entrevistadas, via site do CNPq – www.cnpq.br acesso em dez-2003.

Todas se formam em grandes universidades brasileiras, as quais foram instituições pioneiras no oferecimento de cursos de graduação em psicologia. Algumas das informantes, inclusive, fazem parte das primeiras turmas de psicologia das universidades em que estudam, como foi o caso de Nara Bernardes na PUC, Marília da Mata Machado na UFMG e Fúlvia Rosemberg na USP, que comenta sobre esse fato:

Fúlvia Rosemberg: Fui aluna de um curso de psicologia em constituição, portanto, estimulante e aberto⁵².

A psicologia foi reconhecida como profissão em 1962, e até o final da década de 70 muitos cursos ainda viviam tentativas de organização curricular.

⁵² Trecho do documento “Memorial de Fúlvia Rosemberg para o Concurso de Professor Associado da Faculdade de Psicologia da PUC-SP”, cedido pela própria e não publicado.

Conforme descreve Leser de Mello (1975), sobre circunstâncias de formação em psicologia em São Paulo até a década de 70, muitos cursos viviam a cisão entre ciência e técnica, como se as formas de aplicação nada tivessem a ver com os fundamentos teórico-epistemológicos estudados. A própria atividade de pesquisa era reduzida, em função dos cursos absorverem integralmente seus docentes em atividades pedagógicas.

Sylvia Leser e Fúlvia Rosemberg, são as que fazem seu curso (ou parte dele) antes do golpe militar de 1964. Nesse período, no início da década de 60, havia um clima otimista no Brasil, fomentado pela expansão industrial que o país vivia, especialmente no Estado de São Paulo, onde estudavam essas duas entrevistadas. Era franca a modernização do país, em razão da política impressa por Juscelino Kubitschek de 1956 a 1961. As Universidades floresciam e o clima intelectual era rico e favorecia a crítica ao estado das coisas⁵³.

Boa parte do corpo docente das universidades brasileiras na época era formada por professores vindos de outros países, alguns de renome internacional. Contudo, enquanto que no curso de psicologia da Universidade de Brasília o corpo docente era formado em sua maioria por professores norte-americanos de tradição positivista, em geral, pesquisadores behavioristas, já na Universidade de São Paulo, era da Europa que vinham muitos dos docentes, trazendo referenciais de base mais fenomenológica, embora também a pesquisa experimental tenha se desenvolvido fortemente no Instituto de Psicologia dessa universidade.

A maioria das entrevistadas, contudo, realiza sua graduação durante o período da ditadura militar. Essas realizam seu curso em um período de muita turbulência política, censura e repressão, em função do regime militar que comandava o país na época. Nessa época, alguns movimentos de resistência já

⁵³ Na USP, por exemplo, surgia a escola sociológica encabeçada por Florestan Fernandes, pautada pelo esforço de compreensão das formas de exclusão étnica e social, favorecendo a perspectiva dos dominados. Talvez não seja por acaso que a antropóloga Ruth Cardoso, sua assistente nos anos 50 e a socióloga Helieth Saffioti, orientanda de tese defendida em 1967 sobre a condição da mulher trabalhadora, tenham sido das primeiras a desenvolverem estudos voltados a dar relevo à perspectiva das mulheres, no que tange aos problemas sociais e às formas de dominação de gênero.

começam a se organizar, muitos com o envolvimento de estudantes universitários. Já na graduação, por exemplo, algumas das entrevistadas eram militantes de movimentos de esquerda, como foi o caso de Vera Paiva⁵⁴ e Nara Bernardes no movimento estudantil, Fúlvia Rosemberg na militância comunista, Maria Juracy Filgueiras Toneli nos movimentos de comunidades de base e Maria Eunice Guedes no movimento de mulheres operárias.

Por outro lado, o movimento feminista brasileiro, surgido na década de 70, articulava-se com outros movimentos populares e com o partido comunista, o que pode ter aproximado essas mulheres que militavam em outros grupos de resistência política (Soares, 1994; Corrêa, 2001; Sorj, 2004). Como discute Sarti (2001), o feminismo brasileiro é um feminismo de esquerda, possuindo estreita relação com organizações marxistas, que viviam na clandestinidade na época e que lutavam pela liberdade e democracia.

Durante esse período, a psicologia brasileira vivia sua cisão histórica entre tendências mais objetivistas de um lado e subjetivistas de outro. Na década de 70 houve uma grande expansão da fenomenologia e da psicanálise nos cursos, ao mesmo tempo em que a psicologia usufruía dos primeiros anos de reconhecimento como profissão, conquista atribuída à consolidação das práticas psicotécnicas como demarcadores principais da atuação do psicólogo (Russo, 2002). Uma das entrevistadas refere-se a esse momento:

Maria Juracy Filgueiras Toneli: Na psicologia da UFMG, naquela época, havia uma disputa de territórios entre a tradição behaviorista e a psicanálise, sendo que a hegemonia era do behaviorismo, sendo que no ano que eu entrei houve uma mudança curricular grande e eles conseguiram colocar a psicanálise. Eu nunca fui simpatizante de nenhuma destas tradições e eu me sentia muito um peixe fora d'água, embora no final de minha graduação tenha pensado em fazer a prova para o Círculo Psicanalítico em Minas. Na verdade, eu brinco que eu me formei testóloga, porque eu acabei direcionando minha graduação muito para aspectos técnicos da profissão.

⁵⁴ Vale lembrar que Vera Paiva é filha do deputado Rubens Paiva que foi torturado e morto pelos militares durante a ditadura, como retaliação do regime por seu envolvimento com a militância de esquerda.

Os registros sobre a formação do psicólogo na UFMG confirmam a hegemonia de abordagens mais positivistas no curso no qual, aliás, uma parte significativa das entrevistadas se formou. Em um texto chamado *Notas sobre 'A formação do psicólogo na Universidade Federal de Minas Gerais'* de Agnella Giusta, Regina Campos e de uma das informantes, Marília da Mata Machado, são descritas as transformações que esse curso viveu a partir de reformas curriculares, as quais foram marcadas por tensões epistemológicas e políticas (Giusta, Machado & Campos, 1986)⁵⁵. Conforme as autoras, só a partir de 1974, através da luta de alguns professores mais críticos e dos estudantes atuantes na reforma curricular, novas abordagens e perspectivas mais críticas começaram a ter um maior espaço entre as disciplinas do curso. O mesmo parece ter caracterizado a formação proporcionada pelos primeiros anos do curso de psicologia na PUC-SP, como lembra Nara Bernardes:

Nara Bernardes: Eu fiz o curso de psicologia na PUC de São Paulo e também tinha revoltas, desconfortos e indignações com o que teorias e pesquisas diziam.

As alternativas às formas tradicionais de conceber a psicologia eram escassas durante a década de 70. No entanto, perspectivas mais críticas começaram a ser criadas, tais como aquelas influenciadas por correntes psicanalíticas vindas de fora. Nesse momento de efervescência política, muitos intelectuais de esquerda estrangeiros se instalaram no Brasil, fugindo da perseguição política em seus países de origem. Entre eles, destaca-se a presença de psicanalistas argentinos que buscaram acolhida nas universidades brasileiras, onde injetaram toda sua capacidade de crítica política, a qual incluía uma forma de conceber a psicanálise para além do contexto clínico privado (Russo, 2002). Maria Eunice Guedes faz referência à importância disso para sua formação:

Maria Eunice Guedes: Eu via uma predominância muito grande da área da comportamental. Tinha uma visão de psicanálise, duas disciplinas de psicologia social. Eu ainda fui formada dentro de uma área tradicional. E a gente reagia, na medida em que

⁵⁵ Agradeço à Marília Mata Machado por ter me cedido essa fonte, além de outros textos importantes para

a gente não via uma conjuntura que possibilitasse aos estudantes se contraporem a isso. A gente não tinha instrumental, referencial. Como foi meu instrumental na época? Foi a psicologia social, com os dois professores que trabalhavam com social que foi a Marisa, o [Gregório] Baremlitt e o pessoal que trabalhava na institucional. Foram esses dois grupos que deram a formação de grande parte das pessoas. Então a psicologia da época era a tradicional, como acho que ainda é hoje, mas tem essas coisas que fugiam. O pessoal da Argentina contribuiu muito.

Conforme discutem Rodrigues, Fernandes & Duarte (2001), houve diferentes gerações de argentinos psicanalistas vindos ao Brasil, das quais a segunda, composta por nomes como Gregório Baremlitt, que se tornaram referências para alguns opositores das instituições psicanalíticas oficiais e para aqueles interessados no campo da análise institucional. Com uma vinculação política claramente oposta ao governo brasileiro da época, trouxeram para a formação em psicologia instrumentos de ação pautados pela articulação entre marxismo e psicanálise, os quais não estavam sendo contemplados na maioria dos cursos de graduação do Brasil.

Outras alternativas despontavam a partir da filosofia, com Michel Foucault, que esteve no Brasil durante a década de 70, deixando marcas na formação de muitos estudantes da época, especialmente aqueles da PUC e da USP. Uma das entrevistadas refere-se a esse momento:

Vera Paiva: Eu sou da geração que leu avidamente a antipsiquiatria, o Foucault. O Foucault esteve aqui na USP dando aula para a gente, até para o Centro Acadêmico, porque ele rompeu com a USP nos anos 70. Ele estava dando aula e rompeu depois da morte do Herzog. Eu era militante dos direitos humanos, tinha toda uma história com o movimento, era muito politizada. (...) Para mim era muito claro o peso do contexto sócio-econômico na história, na vida e na subjetividade das pessoas, na minha vida, etc. Eu fui marcada na minha formação pela coisa da antipsiquiatria de um lado, pelo Foucault de outro, pela noção da história marcando a construção da subjetividade, pelo Berger e Luckmann, pelo interacionismo, pela antropologia.

Conforme se verifica nesse depoimento, além de Michel Foucault, outras abordagens de origem filosófica próxima à fenomenologia também representavam alternativas às teorias positivistas. O conhecido livro *A construção social da realidade*, de Peter Berger e Thomas Luckmann (Berger & Luckmann, 1985), bastante fundamentado na filosofia fenomenológica de Shultz, representou um marco importante para a difusão de pressupostos teóricos que valorizavam a importância da vida social na construção do psiquismo e da subjetividade. Já era também razoavelmente conhecida na época, a filosofia existencialista de Jean Paul Sartre, que influenciou maciçamente essa geração de estudantes.

De tudo isso, o que se quer ressaltar é que, em geral, as entrevistadas fizeram parte de uma geração de estudantes de psicologia que dispunham de algumas alternativas teórico-metodológicas frente às abordagens mais positivistas. Sua insatisfação com a psicologia se somou ao descontentamento com a situação do país e com as formas de dominação vividas. Não podemos esquecer também que uma parte delas viveu maio de 68 e suas repercussões globais. Algumas das entrevistadas, inclusive, participaram deste movimento quando moravam na França:

Fúlvia Rosemberg: E eu vivi maio de 68 na França. Foi a grande eclosão da liberdade, liberdade de pensamento, de reflexão, etc. E daí eu continuei trilhando esse caminho.

A mesma entrevistada, em outro trecho de sua fala, referindo-se ao momento de sua graduação, acrescenta.

Fúlvia Rosemberg: Eu fiz psicologia de 61 a 65 e o que se tinha era a tradução da Simone de Beauvoir e tinha a psicologia diferencial dos sexos. E teve, acho que uma geração que... na Maria Antônia, que a gente... Sei lá... Estava tudo com um grande espírito de liberdade.

Simone de Beauvoir

Do último trecho de entrevista citado, interessa destacar outro dos ícones da época, que certamente, não foi apenas uma referência teórica ou literária, mas também representou um modelo de identificação muito forte para uma parte das entrevistadas, a saber, a filósofa francesa Simone de Beauvoir.

A presença de Simone de Beauvoir na formação intelectual de algumas das informantes é clara, como pode ser verificado no depoimento abaixo:

Nara Bernardes: E também fui me interessando por leituras, como por exemplo, quando adolescente, eu li o livro da Simone de Beauvoir, O segundo sexo. Na época eu não compreendia algumas coisas mais achei assim, foi uma leitura bem interessante que me mostrou várias perspectivas e também me ajudou a entender um pouco porque eu tinha aquelas indignações em relação à maneira que os homens e as mulheres se relacionavam. E aí então, juntando essa minha constituição pessoal com o contato que eu tive na vida profissional, que eu já era formada naquela ocasião, na década de 70, isso tudo fez com que eu começasse a pensar de forma mais sistematizada essas questões de gênero.

Cumpramos ressaltar a importância da obra *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicada em 1949⁵⁶. Trata-se de um dos marcos do feminismo, enunciando a reflexão dos determinantes sociais e culturais da condição da mulher, bem como trazendo ao debate, pela voz de uma mulher, temas reservados à esfera privada, como a sexualidade e as formas de dominação/submissão que subjazem nas relações entre homens e mulheres (Chaperon, 1999).

Para Saffioti (1999, p. 163),

O segundo sexo influenciou sobremaneira o pensamento feminista e tem contribuído para transformar não somente a visão de milhares de mulheres sobre a vida em sociedade, como também suas condutas. Desta sorte, des-re-construiu – e continua a fazê-lo em áreas do planeta onde penetrou recentemente – o feminino e, por via de consequência, o masculino. E... tudo começou com O segundo sexo. Hoje estamos no gênero, terreno no qual ‘on ne naît pas femme, on lè devient’.

Idéias feministas como “*o pessoal é político*” e a já bem conhecida tese de que “*não se nasce mulher, torna-se mulher*” são originais de Simone de Beauvoir e constituem a gênese da reflexão intelectual feminista que marcou o

⁵⁶ Para aprofundar o estudo desse impacto ver o número 12 do periódico *Cadernos Pagu*, onde Mariza Corrêa organizou um dossiê chamado “Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX”. Inclusive, uma das entrevistadas, Sandra Azeredo, possui um artigo nesse dossiê (cf. Azeredo, 1999).

século XX (Heilborn, 1999). Inspirada pelo espírito libertador do existencialismo, do qual foi também defensora junto com seu companheiro Jean Paul Sartre, bem como pela leitura da psicanálise pós-freudiana, Beauvoir foi capaz de compor argumentos que já antecipavam muito do que se discute hoje nos estudos de gênero.

Boa parte das entrevistadas citou Beauvoir, seja como um modelo de identificação em sua juventude, seja através da importância dos livros da autora para suas primeiras pesquisas. Dentre seus livros, os romances também foram uma influência na trajetória das entrevistadas:

Marília da Mata Machado: (...) A história passa por aí. Agora, a minha proposta específica passa por... Teria que ir mais longe... Até o útero materno... [risos], os passeios que eu mencionei com Sandra [Azeredo], quando a gente tentava estudar meio imitando Simone de Beauvoir, as jovens universitárias (...). Essa brincadeira da Sandra e eu, com Simone de Beauvoir, antecede a ida aos Estados Unidos. É do tempo da graduação. É nessa hora. A gente lia Simone de Beauvoir sem parar. Não era o Segundo Sexo. Eram os romances dela.

Considerando que os romances de Beauvoir também trazem, em suas personagens, mulheres que refletem sobre sua condição e destino (Galvão, 1999), acredita-se que diferentes formas de identificação foram despertadas na leitura de Simone de Beauvoir. Sugere-se, portanto, a existência de formas de identificação tanto com as personagens dos romances quanto com a autora de *O segundo sexo*, conforme atestam os depoimentos acima.

Contudo, das três gerações que foram descritas no início desse capítulo, é a primeira que enfatiza a centralidade da obra de Simone de Beauvoir em suas reflexões. São aquelas que foram estudantes universitárias na década de 60 as que mais intensamente viveram essa influência, o que não quer dizer que nas demais, a autora francesa não tenha inspirado reflexões feministas. No entanto, foi nas décadas de 50 e 60 que Simone de Beauvoir começou a ficar mais conhecida pelas mulheres de camadas médias urbanas brasileiras.

Em 1960, inclusive, como resultado do grande interesse pelo existencialismo, Simone de Beauvoir e Jean P. Sartre visitaram o Brasil, evento amplamente divulgado pela imprensa. Visitando universidades, palestrando,

dando entrevistas e posando para fotografias junto com escritores como Jorge Amado, o casal foi alvo de polêmicas que marcaram o imaginário das pessoas que acompanharam essa visita, o que resultou no aumento do interesse geral pelas obras do casal.

Vale lembrar também que Simone de Beauvoir era uma mulher acadêmica: professora e escritora. Embora ofuscada pela presença de Sartre, Beauvoir era reconhecidamente uma mulher com grande autonomia intelectual, que construiu uma trajetória de vida distinta da maioria das mulheres de sua geração. Seu modo de conjugalidade, sua aversão à maternidade e sua oposição ao modelo burguês de família, deram-lhe mais espaço para dedicar-se ao trabalho intelectual (Moraes, 1999). Esse talvez possa ter sido outro ingrediente na complexa rede de identificações que aproximam as entrevistadas do feminismo e as conduzem para trajetórias de vida diferentes da maioria das mulheres de sua geração.

Cumprido destacar que além de Simone de Beauvoir, Simone Weil e Hanna Arendt⁵⁷ também foram citadas como pensadoras que influenciaram as trajetórias intelectuais e pessoais de duas das entrevistadas (Sandra Azeredo e Sylvia Leser de Mello). O comprometimento político com as lutas contra as desigualdades sociais e o teor crítico de suas produções filosóficas são os pontos em comum destas três importantes autoras. Nesse sentido, a identificação com as pessoas e com as obras destas mulheres pode ter sido um aspecto significativo da construção dos caminhos traçados pelas informantes em suas carreiras acadêmicas e políticas.

Primeiros contatos com o feminismo

Conforme Costa e colaboradoras (1985), um outro fato que promoveu a adesão de uma geração de pesquisadoras aos estudos de mulher e de gênero foi a experiência de contato com o feminismo em outros países durante as

⁵⁷ Não por acaso, também são autoras que em algum momento discutem sobre a condição social da mulher ou sobre questões próximas aos estudos de gênero como é o caso de Hanna Arendt (1971) e Simone Weil (cf. Bosi, 1983).

décadas de 60 e 70. Foi o caso de parte das duas primeiras gerações acima descritas, formadas por mulheres que viveram a efervescência do feminismo na França, como Ângela Arruda e Fúlvia Rosemberg, e nos Estados Unidos, como Sandra Azeredo e Marília da Mata Machado, ou que mesmo no Brasil sofreram o impacto dos movimentos feministas na década de 70, como as demais entrevistadas.

Das 16 entrevistadas, oito participam diretamente de movimentos feministas (Maria Lúcia Miranda Afonso, Sandra Azeredo, Fúlvia Rosemberg, Nara Bernardes, Maria Eunice Guedes, Karim Smigay, Maria Ignez Moreira e Ângela Arruda), seja junto à militância que desenvolveu enfrentamentos diretos com os órgãos governamentais nas mobilizações de rua, seja participando dos grupos de reflexão de mulheres nas décadas de 70 e 80. Outras entrevistadas, como Vera Paiva, participaram de movimentos de direitos humanos e outras, como Maria Juracy Filgueiras Toneli, participaram de movimentos sociais com as comunidades de base.

Maria Lúcia Miranda Afonso participou também em Belo Horizonte do Movimento de Mulheres pela Anistia, o qual se confundia com os movimentos feministas mineiros na década de 70 e que, através de um dos primeiros jornais feministas brasileiros, o *Brasil Mulher*, tornava pública sua luta (Leite, 2002). Esta pesquisadora, juntamente com Fúlvia Rosemberg, chegou a participar do movimento de luta pró-creches, de abrangência nacional, ocorrido durante o final da década de 80 e que visava afirmar o direito à creche como instituição educativa necessária à autonomização das mães trabalhadoras. Karim Smigay e Maria Ignez Moreira participaram do SOS mulher e da implantação das primeiras delegacias da mulher de Minas Gerais, como também do CDM (Centro de Direitos e Defesa da Mulher), criado em 80. Seguindo a história do feminismo no Brasil, estas entrevistadas começam a atuar nas ONG's feministas, cujo surgimento é uma das características principais do movimento feminista nas décadas de 80 e 90.

Ângela Arruda morou na França na década de 70 e participou do *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, que se constituía num grupo de mulheres exiladas que se reunia em torno da reflexão sobre a condição

feminina. Participou também, tanto na França quanto no Brasil, de grupos de reflexão feministas, bem como da militância feminista de choque nos anos de maior movimentação política do feminismo.

Maria Eunice Guedes participou, tanto de movimento de mulheres trabalhadoras metalúrgicas em Minas Gerais no final dos anos 70 e anos 80, quanto de movimento de mulheres trabalhadoras rurais na Paraíba, bem como atuou em outros grupos e ONG's feministas no Pará, assessorando as Conferências de Saúde da Mulher, nacionais e internacionais.

Fúlvia Rosemberg foi uma das responsáveis pelo jornal *Mulherio*, uma das mais importantes publicações feministas, que circulou entre 1981 e 87, com o apoio da Fundação Ford⁵⁸. O conselho editorial desta publicação contava com os nomes de algumas das mais importantes feministas, muitas das quais já eram ou se tornaram pesquisadoras sobre mulher e gênero, como Mariza Corrêa, Carmem Barroso, Cristina Bruschini, Helieth Saffioti, Maria Malta Campos, Marília de Andrade e Eva Blay (Cf. Corrêa, 2001).

Sandra Azeredo foi integrante do Grupo Ceres, formado por importantes feministas brasileiras. Esse grupo, formado em 1974 com base nas estratégias de grupos de reflexão feminista, desenvolveu trabalhos de intervenção e pesquisa, no sentido de promover a 'conscientização' das mulheres, sobre sua condição. O foco principal do trabalho desse grupo era a questão da identidade da mulher, na época um tema caro às feministas.

O que se pode afirmar a respeito das formas de inserção nos movimentos feministas por parte das entrevistadas, é o fato destas representarem as formas mais comuns de militância feminista, as quais se articulam, por vezes, com posturas políticas de esquerda e envolvem reflexões que coadunam as lutas contra as desigualdades de gênero com aquelas referentes a desigualdades sociais e de classe (Goldberg, 1989).

⁵⁸ Para conhecer um pouco mais sobre as publicações feministas ver Corrêa (2001) e o número 1 volume 11 da Revista Estudos Feministas (2003).

É importante ressaltar, todavia, que mesmo aquelas que não têm história de participação direta em movimentos sociais, possuem posturas políticas feministas e posicionam-se criticamente em relação às formas de dominação de gênero, geração, etnia, classe social. Como diz Zanotta-Machado (1997, p. 94),

Quer se identifiquem ou não como feministas – historiadoras, sociólogas e antropólogas e filósofas que, ao privilegiarem essa temática, se reconhecem em alguma medida presentes nesse ‘campo’, entendem que os movimentos sociais de liberação das mulheres introduziram novas perspectivas e novas interrogações aos diferentes saberes disciplinares e à ciência, à epistemologia e à filosofia enquanto tais. Reivindicam, portanto, um caráter inovador em face à tradição dos saberes disciplinares.

A militância nos movimentos feministas, ou mesmo a identificação com as questões postas pelo feminismo, no entanto, não as isentou da crítica a alguns aspectos das teorias feministas. Fúlvia Rosemberg, por exemplo, critica em um de seus textos, o desinteresse das feministas com a alfabetização de mulheres adultas, bem como a pouca atenção dos estudos de gênero às formas de subordinação de idade (Rosemberg, 1997). Vera Paiva, em sua entrevista, mencionou a demora das feministas em abordar temas como a AIDS⁵⁹:

Vera Paiva: A entrada das feministas no campo da AIDS foi absolutamente tardia, o que foi uma pena. E quem mais entendia de sexualidade, de como operacionalizar o pensar sobre a sexualidade nessa dimensão cultural e histórica era o movimento de mulheres.

Uma das acadêmicas entrevistadas afirmou se opor a formas de segregação propostas por algumas feministas, que excluem os homens e não os concebem como parceiros para a mudança nas relações de gênero. Segundo seu relato,

Maria Lúcia Rocha-Coutinho: O feminismo só pode ser um caminho, se esse caminho não for de segregação. Não existe mulher se não existir o homem e não existe homem se não existe mulher. (...) Eu não defendo esses grupos segregacionistas, que dizem que se

⁵⁹ Para Sorj e Heilborn (1998) a introdução da perspectiva de gênero e das teorias feministas no campo de pesquisa de HIV/AIDS se deve também à feminização do perfil epidemiológico da AIDS, bem como pelas questões associadas à reprodução, que se tornam centrais nesse processo.

a mulher estivesse no poder seria melhor, essas coisas. Acho que o mundo seria melhor quando homens e mulheres conseguissem ser iguais na diferença.

É preciso destacar, no entanto, que esses depoimentos podem ocultar o fato de que o feminismo é um movimento plural, possuindo em seu interior correntes distintas e de posicionamento político diverso. Contemplar essa diversidade de feminismos e suas formas de atuação e reflexão tem sido fundamental para compreender as contradições, tanto do movimento político quanto de suas propostas teóricas.

Há também aquelas que, embora tenham um histórico de forte participação no movimento feminista, parecem se colocar de uma maneira distante deste, como no caso de Maria Lúcia Miranda Afonso:

Maria Lúcia Miranda Afonso: Eu nunca fui exatamente uma militante. Eu sempre fui meio intelectual, passeando pelas coisas e produzindo. Participo aqui e acolá, voto sempre na esquerda, nunca sou muito de carteirinha não. Então eu fiz esse contato com o movimento através de pessoas conhecidas, levantando o que seria interessante de estar estudando.

Tudo indica que pesquisadoras como Maria Lúcia Miranda Afonso preferem se enquadrar na categoria de ‘militantes feministas acadêmicas’, como propôs Nara Bernardes ao falar de sua participação no movimento de mulheres:

Nara Bernardes E tive a oportunidade de participar de grupos de reflexão feministas, grupos de mulheres que se reuniam para discutir suas questões. (...) Eu só participei do movimento feminista quando trabalhava em São Paulo. Depois eu não participei mais. Movimento feminista mais em relação aos grupos feministas. Eu me considero uma militante feminista acadêmica.

Nesse sentido, enquanto identificadas com os movimentos feministas, as entrevistadas tendem a reconhecer sua participação a partir da produção científica, incorporando muitas vezes, em seu trabalho acadêmico e de pesquisa, as demandas de conhecimento e reflexão caras ao feminismo. Sem embargo, tais depoimentos revelam formas de identificação complexas que remetem, de um lado, às relações da academia com os movimentos feministas,

e de outro, às formas de representação do feminismo nas concepções subjetivas das entrevistadas.

Já foi comentado aqui que os conflitos entre a academia e os movimentos feministas, são diluídos pela própria participação de acadêmicas na elaboração e disseminação dos debates feministas e pela relativa moderação destes movimentos, quando comparados aos norte-americanos e europeus (cf. Costa, Barroso & Sarti, 1985; Sorj & Heilborn, 1998). Ademais, o que temos no Brasil, em contraste com outros países, é o fato da inserção na academia ter sido posta como estratégica pelo próprio movimento feminista. A origem do campo acadêmico de estudos de gênero, portanto, é indissociável de sua história de trocas e tensões com esse movimento social (Pinto, 2003; Corrêa, 2001, nt).

Já com relação às formas de identificação com o feminismo, o que se observa é a complexidade do duplo engajamento, com a academia e os movimentos feministas, na fusão desta categoria nativa “militante feminista acadêmica”. O contexto acadêmico, muitas vezes visto no feminismo como um espaço masculino e como morada do androcentrismo científico (Yannoulas *et al*, 2000), é aqui incorporado como uma dimensão significativa da identidade profissional.

Por outro lado, a tensão que subjaz a essa dupla categoria (acadêmica e feminista) é própria à identidade, cuja construção se dá no interjogo de identidade e diferença (Silva, 2000), marcada pela ambigüidade das identificações que o sujeito estabelece (Cardoso de Oliveira, 2000). Nesse sentido, a categoria em questão demarca o *locus* pessoal num lugar simbólico duplo: o de pesquisadora participante de um movimento social, e o de militante comprometida com uma forma específica de ação pautada pela produção do conhecimento, o que é bem comum no campo intelectual feminista, pautado por essa dupla dívida com o feminismo e com os saberes disciplinares (Zanotta-Machado, 1997). É também digno de nota o fato do termo “militante feminista” vir primeiro, evidenciando que o “acadêmico” apenas qualifica o tipo de militância assumida, prevalecendo assim, o engajamento político sobre a atuação acadêmica.

Essa dimensão feminista na auto-identificação das entrevistadas determina fortemente suas trajetórias profissionais. Todas elas trabalham, seja na docência ou na pesquisa, desenvolvendo trabalhos que assumem uma perspectiva feminista e/ou incorporam as preocupações deste movimento social. As diferenças entre suas trajetórias, no que diz respeito à entrada no campo de estudos de gênero, por conseguinte, articula-se com a forma de comprometimento com o feminismo. Identificam-se, nesse sentido, três grupos:

- 1) Aquelas que, após uma história de militância feminista em grupos autônomos do período 70/80, ingressam na carreira acadêmica. Entre elas, Ângela Arruda, Maria Eunice Guedes, Karim Smigay e Maria Ignez Moreira, Nara Bernardes e Fúlvia Rosemberg. Deste grupo, as três últimas já produziam conhecimento de base feminista junto à Fundação Carlos Chagas (FCC) antes de se tornarem docentes.
- 2) Aquelas em que a militância e a carreira acadêmica foram construídas de forma simultânea. Representam esse grupo, Marília da Mata Machado, Maria Lúcia Miranda Afonso, e Sandra Azeredo, todas da UFMG, sendo que as duas últimas também tinham fortes vínculos com a FCC, realizando atividades de pesquisa com o apoio desta instituição.
- 3) Aquelas que se aproximam dos estudos de gênero quando sua carreira acadêmica já está em curso e que não foram militantes de movimentos feministas. São elas, Maria Lúcia Rocha-Coutinho, Maria Juracy Filgueiras Toneli, Tânia Galli Fonseca, Marlene Strey, Neuza Guareschi, Vera Paiva e Sylvia Leser de Mello. As motivações que as levam aos estudos de gênero são diversas, embora se relacionem com o fato de encontrarem nesse campo algumas respostas para as suas indagações pessoais e acadêmicas.

Na continuidade do mapeamento do conjunto de fatores que empreenderam a incorporação dos estudos feministas e de gênero na psicologia, destaca-se o papel de determinadas instituições nesse processo. Conforme Pinto (2003), a questão da institucionalização do movimento caracterizou um momento de ruptura no interior do feminismo, pelo fato de

representar para algumas de suas militantes mais radicais, um sinal de cooptação pelo sistema sócio-cultural. Não obstante, o apoio institucional, por parte de organizações políticas, não governamentais, de ensino superior, de pesquisa e de alguns grupos/núcleos de estudos sobre mulher e gênero, foi fundamental para que se produzissem os avanços almejados desde o início pelo movimento político feminista.

Como atesta Costa (1994), foi justamente a circulação intensa nesses diferentes espaços, desde os acadêmicos até os de representação política, a estratégia principal da produção do campo dos estudos de mulher/gênero no Brasil e uma das razões de seu sucesso. Com efeito, argumenta a autora, as formas de institucionalização do movimento feminista assumem estratégias de “corda bamba”, pelo fato de representar o desafio de equilibrar as vantagens e desvantagens desse processo. De acordo com ela,

O Brasil é um exemplo bem-sucedido da duração de uma estratégia da corda bamba, da tentativa de encontrar um ponto de equilíbrio entre as vantagens, como aglutinação e potencialização de esforços, captação de recursos, e desvantagens, com segregação da institucionalização através da busca de uma formalização mínima, de uma institucionalização *soft* que possa oferecer uma base para investidas contra as cidadelas do conhecimento tradicional. Uma estratégia que tem privilegiado a abertura e a flexibilidade para aproveitar brechas e conquistar espaços para as questões de gênero. (Costa, 1994, p. 402)

Considerando esses aspectos, a seguir descrevo as principais instituições que atuaram na consolidação do campo de estudos feministas e de gênero na psicologia, bem como aponto o papel desempenhado por elas na formação intelectual e política das entrevistadas. Nesse sentido, é possível distinguir dois tipos básicos de instituições significativas para a trajetória das entrevistadas: aquelas mais ligadas à militância feminista e aquelas mais ligadas à academia e à produção do conhecimento.

Agências políticas ou militantes

A segunda metade da década de 70 foi marcada por uma nova forma de organização do feminismo, por meio das organizações não governamentais. Bastante ligadas aos movimentos sociais de esquerda, algumas associações

feministas surgiram no país impulsionadas pela efervescência política da época, tais como o Centro Brasileiro da Mulher, no Rio de Janeiro, a Associação de Mulheres, de São Paulo, posteriormente denominada “Sexualidade e Política”, o Coletivo Feminista do Rio de Janeiro, o Coletivo Feminista de Campinas, SOS Violência de São Paulo, o SOS Campinas, o SOS Corpo, no Recife, o Maria Mulher, em João Pessoa, o Brasília Mulher de Brasília, o Grupo “Sexo Finalmente Explícito”, de São Paulo, o Centro de Informação da Mulher – CIM, de São Paulo, e, mais tarde, o CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria, de Brasília (Rago, 2003). Nesses grupos, militantes feministas de diferentes gerações começaram a se articular mais fortemente, visando concentrar e otimizar as ações da militância, favorecendo o aumento do potencial das lutas pelos direitos das mulheres.

Não houve formas de organização política específicas de feministas ligadas à psicologia, embora em alguns grupos feministas organizados a presença de psicólogas não tenha sido algo tão raro. É possível, no entanto, identificar algumas instituições ligadas à militância feminista que tiveram maior importância na constituição da trajetória das entrevistadas, merecendo destaque nesse mapa histórico sobre o processo de incorporação dos estudos de gênero na psicologia.

Um deles é o grupo feminista carioca CERES, que nasceu como grupo de estudos e tornou-se, no final da década de 70, um grupo de reflexão feminista, onde a entrevistada Sandra Azeredo atuou de modo intenso. A organização CERES tornou-se conhecida nacionalmente em função do livro *Espelho de Vênus*, publicado em 1981 com o apoio da Fundação Carlos Chagas. Nele, o grupo das feministas intitulado CERES (Branca Moreira Alves, Maria Luiza Heilborn, Jacqueline Pitanguy, Leila Linhares Barsted, Mariska Ribeiro e Sandra Azeredo), apresenta sua produção intelectual a partir dos grupos de reflexão feminista, no sentido de promover a consciência de mulheres sobre sua condição. O CERES atuou em diversos níveis políticos e institucionais, exigindo a superação da condição de desigualdade das mulheres, engendrando conquistas pioneiras do feminismo brasileiro (Sorj, 2004). Sobre seu grupo, Sandra Azeredo recorda,

Sandra Azeredo: Depois de 75 nós nos juntamos no que chamamos de grupo CERES. Tinha a Maria Luiza Heilborn. E tinha nós cinco. E somos irmãs até hoje, praticamente. E tinha uma outra moça que saiu. E ficamos nós. A gente falava muito, contava o sentimento, como a gente estava. Parece com o que hoje eu faço na delegacia. Mas claro, com outra perspectiva. Mas com muita ênfase em como está sentindo, 'o que você está sentindo', no 'traz isso para gente ver.(...) Não tinha a questão racial, a diferença de classe, que é óbvia. Somos umas pobres outras milionárias, mas tem uma coisa que nos une que é o fato de sermos mulheres. O grupo CERES foi maravilhoso, muito importante para mim. Naquele grupo, vinte mulheres, trinta, quarenta mulheres, todas juntas, sentadas iguaizinhas... Eram grupos... Discutiam sexualidade, relação com os homens, namoro.(...) Era o seguinte. Os grupos de conscientização, de levantar a consciência. E tinha aquela coisa: o pessoal é político. É a junção daquela coisa que eu tinha falado, da cumplicidade e do contexto histórico. O feminismo sacou isso logo. E era um movimento de mulheres. No início era um movimento de mulheres e tinha que ser, que elas eram a parte oprimida, que estavam sofrendo as coisas. A forma como as mulheres eram... e ainda são em grande parte, tem a ver com a sexualidade. Depois que eu fiz o trabalho sobre prostituição eu me interessei por isso. Mulheres honestas e mulheres prostitutas, ela permanece muito, de maneira muito clara. O movimento feminista percebeu logo que tinha que falar sobre sexualidade. Era 73 e 74. E nós mulheres em São Paulo e no Rio preparamos esse encontro da ONU, que aconteceu na OAB, no Rio de Janeiro, porque era o ano internacional da mulher, então, o que vai ter no Brasil. Nessa época, de 73 a 75, nós estávamos nesse movimento de mulheres no Brasil.

Instituições com esse caráter tiveram um papel importante na consolidação do movimento feminista brasileiro, favorecendo o surgimento de avanços em termos de conquistas sociais e políticas para as mulheres. A valorização dos conteúdos vivenciais, do ponto de vista feminino e a tentativa de resgate da consciência, eram estratégias típicas daquele momento do feminismo, que se pautava no esforço em promover a visibilidade da condição subordinada da mulher, a despeito das diferenças de classe entre as participantes. Como discute Goldberg (1989),

Era muito forte entre os cientistas sociais no final dos anos 70 a tendência a considerar que nada havia de comum entre os problemas das mulheres 'burguesas' (militantes feministas) e problemas das mulheres exploradas enquanto trabalhadoras. Assim, ao dilema ideológico (e prático) criado por essa visão, alguns textos buscaram se contrapor dando um tipo de resposta vivencial e mostrando justamente a

existência de algo de comum entre mulheres de camadas sociais muito diferentes. (Goldberg, 1989, p. 55).

Um outro exemplo é o CDM (Centro de Defesa dos Direitos da Mulher), fundado em Belo Horizonte em 1980, reunindo militantes voltadas à luta contra a opressão e discriminação das mulheres, buscando, sobretudo, desenvolver formas de atenção à mulher vítima de violência (Smigay, Alves e Medeiros, 1985). Suas estratégias resgatavam as práticas feministas de grupos de reflexão, visando dar visibilidade às experiências individuais, fazendo valer o pressuposto de que o privado é público. As ações dessa ONG durante a década de 80, foram fundamentais para promover a visibilidade do fenômeno da violência contra as mulheres e a necessidade de políticas em favor de sua superação.

Pelo menos três das entrevistadas passaram pelo CDM, sendo que Karin Smigay talvez tenha sido a mais envolvida nessa instituição. Conforme lembra a entrevistada,

Karin Smigay: E eu venho da inserção em um grupo militante que era, uma ONG, que era o CDM, Centro de Direitos e Defesa da Mulher, que é um dos mais antigos, que se organiza em 80. Eu fui no ato fundador em Belo Horizonte, um ato público por conta de uma onda de assassinatos de mulheres de classe média que mobilizou muito a imprensa. Foi o primeiro momento que uma porção de grupos... de autoconsciência, que não tinham militância, que eram de reflexão mesmo, os aglomerados se encontraram, se conheceram para organizar esse ato público e daí surgiu a idéia de se agrupar para a construção de um projeto político mais amplo em cima da violência.

Conforme esse depoimento, as lutas contra a violência de gênero marcaram um momento do feminismo, particularmente no sudeste brasileiro, no qual alguns grupos de consciência organizaram-se de modo mais amplo. Barsted (1994a, 1994b), analisa historicamente as ações do feminismo em relação à luta contra a violência de gênero junto aos poderes legislativo e executivo e aponta para dois tipos de focos: um direcionado a promover a visibilidade dessa questão e outro voltado à criação de serviços específicos para a atenção às mulheres e para o combate à violência de gênero. As delegacias da mulher foram uma conquista desse processo, constituindo-se

como agências, não apenas para os encaminhamentos do processo contra os agressores, mas também como contexto de reflexão das mulheres quanto à sua participação na manutenção de vínculos conjugais pautados pela violência (Cf. Gregori, 1993 e Grossi, 1998).

A participação no CDM, no SOS mulher e nas delegacias da mulher, constitui-se uma marca da trajetória das entrevistadas de Minas Gerais (Karin Smigay, Sandra Azeredo, Maria Lúcia Miranda Afonso e Maria Ines Moreira), desde a militância relacionadas à questão da violência de gênero. Não por acaso, todas levam para a academia suas reflexões feministas, enfocando essa temática em seus trabalhos de pesquisa e extensão, desenvolvidos entre as décadas de 80 e 90.

Outra instituição feminista, mais recente, que merece destaque aqui é o SOS Corpo⁶⁰, com sede na cidade de Recife, cujo trabalho volta-se à promoção da igualdade de gênero com vistas à justiça social, com ações reconhecidas em torno dos direitos sexuais/reprodutivos e da saúde da mulher. Dentre as entrevistadas, Sandra Azeredo e Vera Paiva são as que citam a importância do SOS Corpo em sua trajetória, sempre se referindo à parceria com Sônia Correa⁶¹ e Maria Bethânia Ávila⁶², que atuam na Coordenação desta instituição.

Mais recentemente destaca-se o instituto PAPAI, de Recife/PE, voltado ao desenvolvimento de ações educativas, informativas e políticas junto a homens jovens em situação de pobreza, bem como estudos e pesquisas sobre masculinidades, a partir da perspectiva feminista e de gênero⁶³. Sua influência se dá particularmente na produção de Maria Juracy Filgueiras Toneli, cujos

⁶⁰ Confira o *site* desta organização feminista no endereço eletrônico <http://www.soscorpo.org.br>.

⁶¹ Sonia Corrêa é antropóloga, ativista e coordenadora nacional de pesquisa e ação em saúde e direitos sexuais e reprodutivos da Iniciativa Gênero (Projeto Ibase/Dawn - Development Alternatives with Women for a New Era).

⁶² Socióloga, com especialização na Universidade de Sorbonne, Paris, Maria Betânia vem se dedicando nas últimas duas décadas a pesquisas nas áreas de saúde da mulher, direitos reprodutivos e direitos sexuais. Fundadora da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, foi sua Secretária Executiva no período de 1991 a 1994

⁶³ Confira o *site* desta organização no endereço eletrônico <http://www.papai.org.br>.

trabalhos de pesquisa se realizam em parceria com o grupo de pesquisadores ligado ao PAPAI, sobretudo com Jorge Lyra, um dos coordenadores desta organização. A importância dessa ONG para esta tese se dá pelo fato da psicologia social ter um espaço significativo nas reflexões e intervenções desenvolvidas com base nas questões de gênero, direitos e saúde reprodutiva.

É interessante verificar que o fato de Maria Juracy Figueiras Toneli ter se inserido mais tardiamente no campo de estudos de gênero, está implicado com o tipo de vínculo que estabelece, no caso, com uma ONG cujo foco de trabalho está voltado para as questões da saúde reprodutiva, masculinidade e gerações. Nesse sentido, esta entrevistada se insere na geração de pesquisadoras cuja inserção no gênero se dá quando os campos disciplinares ligados ao feminismo já discutiam a masculinidade.

Vale também notar que tanto o SOS Corpo quanto o PAPAI, são ligados à Rede Feminista de Saúde, que agrega uma série de entidades que desenvolvem trabalhos políticos e de pesquisa nas áreas da saúde da mulher e dos direitos sexuais e reprodutivos. Sua abrangência é nacional, atuando em diversos contextos com vistas à inserção das pautas feministas nas grandes conferências mundiais de saúde e nos poderes legislativo e executivo. Diversos grupos feministas do Brasil estão ligados a esta Rede, tais como o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, do qual participa Maria Eunice Guedes, e o NEPEM, que agrega as entrevistadas ligadas à UFMG.

Fundação Carlos Chagas

Merece destaque na trajetória de boa parte das informantes, a influência da Fundação Carlos Chagas na sua formação enquanto pesquisadoras. Algumas delas participaram do histórico *Programa de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero*, em suas diferentes versões (Lúcia Afonso 1980/86/91, Karin Smigay/86⁶⁴, Sandra Azeredo/1986, Maria Inês Moreira/1988,). Fúlvia Rosemberg foi, inclusive, uma das pessoas responsáveis

⁶⁴ Em parceria com Lúcia Afonso.

pela organização desse programa e constituiu o grupo de pesquisadoras que orientou os projetos, junto com outras figuras centrais da pesquisa sobre mulher e gênero no Brasil, como Maria Malta Campos, Guiomar Namó de Mello, Marília Graciano, Elba de Sá Barreto e, pouco depois, Albertina Costa e Cristina Bruschini. Inclusive, Nara Bernardes trabalhou no departamento de pesquisas educacionais desta fundação, de 1971 a 1976, na época em que fazia mestrado na PUC-SP. Sandra Azeredo coordenou o PRODIR - *Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe* - de 1990 a 92, do qual também participou Karin Smigay, em 1989. Como já citado anteriormente, Sandra também participou do Grupo Ceres, que consistia num grupo de reflexão de mulheres que obteve financiamento da FCC para realização de uma pesquisa sobre identidade da mulher (1981) (cf. Sorj, 2004). Já no terceiro grupo, temos Maria Juracy Filgueiras Toneli, que participa da terceira versão do PRODIR III, de 1998, e Vera Paiva, que atua na comissão de seleção e orientação dos projetos vinculados ao *Programa Gênero, Reprodução, Ação e Liderança* e, antes disso, também obteve financiamento de pesquisa desta instituição.

A tabela abaixo permite identificar os projetos desenvolvidos pelas entrevistadas junto à FCC:

Tabela 2: Distribuição das entrevistadas em relação aos projetos de pesquisa desenvolvidos junto à FCC, de acordo com nome, projeto, ano, assunto e instituição de apoio.

Entrevistada	Projeto	Programa /ano	Assunto	Apoio Financeiro
Maria Lúcia Miranda Afonso	Estrutura da família operária e o lugar da mulher em seu interior	Pesquisa sobre mulher e relações de gênero/1980	Cotidiano/famílias	Fundação Ford
Maria Lúcia Miranda Afonso/Karim Smigay	Violência sexual como componente da cultura: reflexões de quem a viveu	Pesquisa sobre mulher e relações de gênero/1986	Violência contra mulheres	Fundação Ford
Sandra Azeredo	Interações de gênero, classe e raça nas relações entre a empregada e a dona de casa: uma contribuição ao estudo da	Pesquisa sobre mulher e relações de gênero/1986	Emprego doméstico	Fundação Ford

	identidade sexual e da questão das diferenças entre as mulheres			
Maria Ignez Moreira	A violência contra mulher na esfera conjugal: produção e enfrentamento	Pesquisa sobre mulher e relações de gênero/1988	Violência contra mulheres	Fundação Ford
Maria Lúcia Miranda Afonso	Gênero e processo de socialização no cotidiano de creches	Pesquisa sobre mulher e relações de gênero/1991	Creches	Fundação Ford
Karin Smigay	A paternidade negada: contribuições para o estudo acerca do aborto	PRODIR I/1989	Paternidade e aborto	MacArthur Foundation
Maria Juracy Filgueiras Toneli	Paternidade adolescente: seu lugar nos programas públicos na área da saúde reprodutiva na região da Grande Florianópolis	PRODIR III/1998	Homens, paternidades e gerações	MacArthur Foundation

Fonte: site da Fundação Carlos Chagas (www.fcc.org.br), [acesso em maio de 2003] .

Analisando a tabela acima, cruzando os períodos e temáticas pesquisadas, verifica-se que os projetos acompanham o processo histórico do campo de estudos de gênero, desde a centralização na categoria mulher, no final da década de 70 até a incorporação do conceito de gênero e sua perspectiva relacional, a partir da segunda metade da década de 80 (Grossi & Miguel, 1996). É evidente também a relação das temáticas com a militância feminista, seja nos projetos sobre violência contra mulher ou no projeto de Maria Lúcia Miranda Afonso sobre creches, certamente influenciado pelo movimento de luta pró-creches do início da década de 90. A progressiva abertura às temáticas relacionadas à conjugalidade e à masculinidade a partir do final da década de 80 e durante os anos 90, junto com a articulação do gênero com outras categorias como etnia e classe, evidencia também a compatibilidade destas pesquisas com os avanços do campo de estudos de gênero em termos globais.

É também digno de nota o fato de que todas as entrevistadas que participaram dos programas de pesquisa da FCC são mineiras, embora uma delas, Maria Juracy Filgueiras Toneli, trabalhe em Santa Catarina, na UFSC. O que pode explicar esse fato é o incentivo e a influência exercida por Maria Lúcia Miranda Afonso, que foi a primeira a buscar contatos com a FCC,

mediados por sua orientadora no mestrado e doutorado em Educação (UFMG), Glaura Vasques de Miranda, que também fez parte da comissão organizadora do *Programa Pesquisa sobre mulher e relações de gênero*, como atesta a entrevistada:

Maria Lúcia Miranda Afonso: A minha orientadora tinha uma relação mais próxima com a FCC, que era a Glaura Vasquez de Miranda. Glaura também já tinha feito pesquisa sobre a questão da mulher, inclusive sobre a mulher no mercado de trabalho na América Latina, que também foi um artigo que iniciou muita coisa.

Já com relação à Maria Juracy Filgueiras Toneli, foi o fato de participar de um grupo de pesquisadoras de diferentes campos disciplinares⁶⁵, que vêm organizando desde 1992 eventos voltados à discussão de temáticas feministas, hoje também vinculado à *Revista de Estudos Feministas* e ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, que lhe chamou atenção aos concursos geridos pela FCC:

Maria Juracy Filgueiras Toneli: A REF veio para cá, depois teve o doutorado interdisciplinar com a linha de gênero e esse grande reconhecimento de que já havia um trabalho interdisciplinar entre nós, minimamente colocado, esse diálogo entre nós, muito forte. E isso me ajudou muito, e através delas eu passei a tomar contato com outros pesquisadores e com os editais. E foi aí que eu fui fazer o concurso da McArthur, voltado ao tema da paternidade.

No curso das entrevistas, também foram feitas várias menções à importância da Fundação Carlos Chagas à formação destas pesquisadoras,

Em termos de promover sua formação:

Fúlvia Rosemberg: Acho que minha cabeça foi feita quando eu voltei [da França] e me encontrei com o grupo da FCC.

Maria Lúcia Miranda Afonso: Eu acho que nesse ponto a Fundação Carlos Chagas foi muito importante na minha trajetória, os concursos da FCC. Foram muito importantes,

⁶⁵ Dentre elas, as professoras das UFSC, Claudia de Lima Costa, Luzinete Simões Minella, Miriam Pillar Grossi, Mara Coelho de Souza, Lago, Carmen Silvia Moraes Rial, Sonia Weidner Maluf, Joana Maria Pedro, Susana Funck, Zahidé Fuzart, entre outras, responsáveis pelos encontros conhecidos como “Fazendo Gênero”. Trata-se de um grupo de acadêmicas que pesquisam sobre mulheres e gênero em vários departamentos e centros da UFSC.

tanto pelo financiamento à pesquisa, quanto pelo fato de que participar dos seminários da FCC era uma coisa muito rica.

Maria Ignez Moreira: Eu acho que a Carlos Chagas me abriu com essa meta de formação de pesquisadores na área do gênero, eu acho que nós passamos pela FCC e em Minas muita gente passou, eu, Karim, Lúcia, nós todas passamos pela Carlos Chagas e acho que isso foi um traço fundamental para nossa formação. E não só pelo acesso à informação, à teoria, acesso à discussão metodológica, os seminários eram muito importantes, o que é que tu fazes, como tu fazes, qual a dificuldade. Mas também esse encorajamento de que é possível problematizar a prática, de que é possível você pensar essa prática.

Ou ainda, para o ingresso nos estudos de gênero e a literatura correspondente:

Sandra Azeredo: Eu trabalhei lá dois anos. Se você me perguntar o meu grupo, é o da FCC, com a Fúlvia, com a Albertina, com Cristina Bruschini. Eu me identifico muito com a FCC, pelo fato dela ter sido... O meu primeiro contato com o gênero, em 78. Carmem Barroso é uma figura fundamental na minha vida, que hoje não está mais no Brasil.(...) Esse pessoal da saúde reprodutiva. Eu fiquei sendo uma referência de direitos reprodutivos, por causa da FCC que é uma referência de gênero. Foi o momento que eu saí da academia. Fiquei trabalhando como pesquisadora Sênior da FCC.

Nara Bernardes: Depois eu estive fazendo uma consulta bibliográfica na FCC para minha proposta, quando ela já estava mais amarrada, e a Fúlvia Rosemberg que me pôs em contato com uma bibliografia que já trabalhava com o conceito de gênero. Então foi a Fúlvia, na biblioteca da FCC, que me indicou a bibliografia européia, francesa, como também norte-americana.

Um aspecto importante no que diz respeito à importância da Fundação Carlos Chagas, através da mediação de suas pesquisadoras e bolsistas, foi o modelo de formação em pesquisa que foi proporcionado às entrevistadas. Trata-se de um modelo de pesquisa de caráter interdisciplinar e com o compromisso de produzir conhecimento acerca de problemas emergentes no mundo contemporâneo. Com isso, suas trajetórias de produção científica agregaram novas habilidades e competências, hoje comuns ao campo de estudos de gênero, a saber, capacidade de teorização articulando diferentes categorias sociais (classe, gênero, etnia etc) e as teorias feministas, a reflexão

crítica sobre políticas públicas, o estudo de análises demográficas e o desenvolvimento de metodologias de investigação feministas. Se já é conhecido o papel dos Concursos da FCC na constituição do próprio campo de estudos de gênero no Brasil (Costa *et al*, 1985; Costa e Bruschini, 1992; Sorj, 2004), o que se acrescenta nessa tese é a concreta participação desta instituição na incorporação do gênero na psicologia brasileira, inclusive, assumindo o mesmo paradigma modernizante que, conforme Goldberg (1989), permeava os trabalhos dessa instituição nesse período.

No caso de Fúlvia Rosenberg, cuja identidade profissional de pesquisadora “forjada fora da universidade” é publicamente assumida, a presença da FCC em sua trajetória é ainda maior (Rosenberg, 1988, p. 9). Em seu *Memorial*, realizado para o Concurso para Professor Associado da PUC-SP, em 1987, a entrevistada, falando sobre sua característica de pesquisadora cuja trajetória não foi marcada pelo recorte disciplinar, acrescenta:

Uma decorrência da liberdade disciplinar é de o pesquisador ser muitas vezes chamado, ou se dispor a trabalhar sobre temas que ainda não se constituem em objeto de conhecimento acadêmico. Nestes casos, o que se tem diante de si são questões ou problemas que podem se transformar, pelo trabalho do pesquisador, em objeto de conhecimento. Questões e problemas atuais, diretamente saídos da vida concreta, sem abstrações generalizantes. Essa proximidade com o concreto, com o atual, permitiu que minha vida profissional interagisse fortemente com esferas não acadêmicas: com minha vida diária, com o que estava vivendo na esfera privada; com interlocutores muito diversificados. Na vida privada, a interação se deu nos dois sentidos: trazer para casa reflexões e descobertas do trabalho e levar para o trabalho, para reflexão/produção de conhecimentos, observações, emoções e experiências que vivi no privado. (Rosenberg, 1988, p. 6)

Não é à toa, portanto, que Fúlvia se torna uma das pessoas cuja produção científica se destaca, tanto em termos de pioneirismo quanto da continuidade do diálogo do conhecimento científico com o feminismo. Suas condições de trabalho favoreceram a possibilidade de trânsito entre essas diferentes esferas, diluindo fronteiras que na pesquisa acadêmica tradicional ainda limitam o trabalho intelectual. Essa que se tornou uma das marcas da pesquisa feminista, a saber, a problematização do vivido, do cotidiano, é uma

característica dos estudos de gênero, cuja história está relacionada ao trabalho das pesquisadoras que atuam ou atuaram na FCC.

A Fundação Ford também se destaca como instituição fomentadora da maior parte das pesquisas desenvolvidas pelas entrevistadas junto à FCC. Conforme demonstra Figueiredo (1988), essa fundação possuiu historicamente um papel fundamental na consolidação dos principais centros de pesquisa em ciências sociais no Brasil, tendo atuado também no fomento a ações de ONGs feministas, como o SOS-Mulher. Valorizando a pesquisa científica e a formação de recursos humanos, a Fundação Ford é uma das responsáveis pelos avanços do campo intelectual feminista no Brasil até o final da década de 80, o que repercutiu, inclusive, na maior aproximação da psicologia aos estudos sobre mulher e gênero.

O início da carreira docente

A maioria absoluta das entrevistadas inicia a carreira docente logo após ter obtido o título de psicólogas. Como na época a titulação não era um requisito obrigatório, muitas delas puderam ingressar como professoras do ensino superior sem terem o diploma de mestra ou doutora, sendo valorizada a experiência como assistente de algum professor ou professora em monitoria na faculdade como critério para a seleção em concursos para docência.

Resgatando o estudo de Leser de Mello (1975) sobre a formação e a atuação do psicólogo em São Paulo, observamos que isso se deve às contingências de inserção desse profissional no mercado de trabalho na época. Como apresenta Leser de Mello, o ensino superior e atuação clínica constituíram, na década de 70, a maior parte dos contextos profissionais dos ex-alunos dos cursos de psicologia. Juntos, o trabalho clínico e a docência concentravam 75 por cento das atividades profissionais dos psicólogos atuantes nesse período.

Tabela 3: Distribuição das entrevistadas em relação ao ano de entrada na carreira docente e instituição.

Entrevistada	Entrada na Carreira Docente	Local
<i>Ângela Arruda</i>	1982	UFPB

<i>Fúlvia Rosemberg</i>	1984	PUC-SP
<i>Maria Juracy F. Toneli</i>	1982	UFSC
<i>Maria Lúcia M. Afonso</i>	1976	PUC-MG
<i>Karin Smigay</i>	1977	UFMG
<i>Maria L. R. Coutinho</i>	1972	University of North Carolina
<i>Marlene Strey</i>	1978	PUC-RS
<i>Maria Ignez Moreira</i>	1990	PUC-MG
<i>Marília da Mata Machado</i>	1969	PUC-MG/UFMG
<i>Neuza Guareschi</i>	1983	UNISINOS
<i>Nara Bernardes</i>	1978	PUC-RS
<i>Sandra Azeredo</i>	1969	UFMG
<i>Sylvia Leser</i>	1961	USP
<i>Tânia Galli Fonseca</i>	1972	UNISINOS
<i>Maria Eunice Guedes</i>	1989	UFPA
<i>Vera Paiva</i>	1988	USP

Fonte: Análise dos Currículos Lattes das Entrevistadas, via site do CNPq – www.cnpq.br, [acesso em dez-2003].

Algumas delas atuam ainda nas áreas da psicologia do trabalho (Tânia Galli Fonseca, Marlene Strey e Neuza Guareschi), na área escolar (Maria Juracy Filgueiras Toneli), na área clínica (Vera Paiva, Fúlvia Rosemberg) e na psicologia social (Karin Smigay, Maria Eunice Guedes e Maria Ignez Moreira). Esse período pós-formatura, para algumas delas foi também dedicado à militância feminista, como foi o caso de Ângela Arruda, Maria Ignez Moreira, Sandra Azeredo, Karin Smigay, Maria Lúcia Miranda Afonso, Nara Bernardes, Fúlvia Rosemberg e Maria Eunice Guedes.

Parte delas também ingressou em cursos de especialização, em áreas relacionadas com seus campos de trabalho como psicólogas, como pode ser observado na tabela 1, comparando com a tabela 2. Das sete que realizaram cursos de especialização, em quatro se observa essa relação entre atividade profissional e a busca de especializar-se na área. Já no caso de Nara Bernardes e Silvia Leser, o interesse parece estar mais relacionado com a carreira docente. É interessante também o fato de Nara Bernardes cursar especialização após já ter concluído o mestrado.

Afora estas questões, analisando-se os currículos *lattes* das entrevistadas e seus depoimentos, verifica-se que a carreira docente e a atividade de

pesquisa se tornam progressivamente suas atividades profissionais principais. Esse processo, a princípio, foi marcado por rupturas entre a militância e a carreira docente. Algumas das entrevistadas relataram o fato de viverem um momento inicial de pouca articulação entre as duas esferas de atuação. Ao serem perguntadas sobre a relação que estabeleciam com a academia na época da militância, Sandra Azeredo e Karin Smigay, responderam:

Sandra Azeredo: Nada, da universidade, nada. Eu dava aula na PUC. É como se fosse uma cisão, esquizofrenia. Eu dava aula na PUC, lecionava com essa consciência. Mas não colocava nada de gênero em minhas aulas.

Karin Smigay: Eu já estava na militância, fora da academia, e na época a academia era um lugar que a gente não sabia como tratar dessas questões lá dentro. (...) Na universidade eu faço esse caminho e a sensação era a de que eu tinha duas vidas. Trabalhando na universidade e trabalhando na militância.

Vale lembrar que ainda era incipiente a formação acadêmica do campo de estudos sobre mulher e gênero nessa época, o que dificultava a perspectiva de integração destas atividades. Por outro lado, o trabalho destas entrevistadas no ensino superior se concentrava na docência e ainda não na pesquisa, o que também deve ser considerado para análise desta questão. Outro dado refere-se ao fato de que, conforme Costa (1994), o espaço do debate de gênero no Brasil, historicamente, foi incorporado mais facilmente no contexto da pós-graduação do que na graduação, embora iniciativas pessoais estejam mudando esse panorama, a partir do aumento da oferta de disciplinas optativas sobre gênero, oferecidas para graduandos.

Mestrado e doutorado

Ao optarem pela carreira acadêmica, a busca pela qualificação junto a programas de pós-graduação foi um caminho natural. A maior parte das entrevistadas desenvolveu dissertações cujos focos enquadravam-se no campo da psicologia social. Mesmo aquelas que ingressaram em mestrados em educação, sociologia, psicolinguística ou em psicologia clínica, pesquisaram temas que articulam psicologia e sociedade, trabalhando conceitos que transcendiam seu campo disciplinar de origem.

Na tabela abaixo verificamos os dados pertinentes a esse processo, considerando que Fúlvia Rosemberg e Sylvia Leser não realizam o mestrado porque ingressam diretamente no doutorado ou indiretamente, passando pelo mestrado sem defesa de dissertação.

Tabela 4: Distribuição das entrevistadas quanto aos Programas de Pós-Graduação em que realizaram seus mestrados, incluindo título da dissertação, palavras chave, orientador/a e ano.

Entrevistada	PPG Mestrado	Título	Palavras-Chave	Orientador@	Ano
Ângela Arruda	Psicologia Social – EHESS (Paris)	Environnement, développement, sciences écologiques: sur quelques représentations des relations techniques et scientifiques entre l'homme et son milieu	Representações sociais, meio ambiente, desenvolvimento, ciência, difusão científica	Denise Jodelet	1981
Fúlvia Rosemberg	-		-		
Maria Juracy F. Toneli	Educação/UFSC	O poder disciplinar no cotidiano da escola	Poder disciplinar, escola, cotidiano	Selvino Assmann	1988
Maria Lúcia M. Afonso	Educação/UFMG	A face íntima de uma instituição: um estudo com famílias operárias	Gênero, família, Socialização	Glaura Vasques de Miranda	1981
Karin Smigay	Psicologia UFMG	Paternidade negada: Uma contribuição ao estudo do aborto provocado	Aborto e perspectiva de mulheres	Elizabeth de Melo Bonfim	1993
Maria L. R. Coutinho	Psicolinguística (SFSU-EUA)	A Bi-dialectal Task for Determining the Young Black Child's Ability to Imitate and Comprehend speech	Camadas populares, discurso, exclusão social, poder	David Gordon	1978
Marlene Strey	Psicologia – PUC-RS	A Construção do Projeto Profissional da Mulher	Gênero, mulher, projeto profissional, trabalho	Reolina da Silva Cardoso	1990
Maria Ignez Moreira	Psicologia UFMG	Aspectos Psicossociais da Gravidez e suas influências na construção da identidade de gênero	Identidade, maternidade, paternidade, relações de gênero, gravidez	Maria Lúcia Miranda Afonso	1994
Marília da Mata Machado	Psicologia/PU C-RJ	Mudança organizacional: uma avaliação crítica	Psicologia Social, penitenciária, mudança organizacional.	Aroldo Rodrigues	1972

Neuza Guareschi	Psicologia Social e da Personalidade PUC-RS	A Criança e a Representação Social de Poder e Autoridade: negação da infância e afirmação da vida adulta	Representação social, criança, poder e autoridade	Nara Maria Guazzelli Bernardes	1991
Nara Bernardes	Educação/PUC-SP	Avaliação de habilidades de alunas concluintes do curso de 2o. grau de formação de professores do estado de São Paulo	Formação de Professores, Avaliação	Bernardete Angelina Gatti	1977
Sandra Azeredo	Psicologia Clínica – PUC-RJ	O papel do diagnóstico psicopatológico em julgamentos criminais: estudo de 5 casos legais	Criminais, Diagnostico, Julgamentos, Representations, Women'S, Writings	Monique Augras	1975
Sylvia Leser	-		-		
Tânia Galli Fonseca	Educação – UFRGS	Treinamento em grupos e mudanças num sistema organizacional	Sistemas organizacionais. e grupos	Juracy C Marques	1978
Maria Eunice Guedes	Sociologia/ UFPB	O Xote das Meninas: O Instinto de Investigação que Instiga, Move (Remove)..	Gênero, Trabalhadoras Rurais, Gênero e Movimentos sociais, Gênero e Identidade.	Edna Maria Ramos de Castro	1995
Vera Paiva	Psicologia Social/USP	Evas, Marias, Liliths, Rebordosas, Amélias, Diadorins .. Caminhos singulares da identidade feminina	Identidade Feminina	Sylvia Leser de Mello	1987

Fonte: Análise dos Currículos Lattes das Entrevistadas, via site do CNPq – www.cnpq.br acesso em dez-2003.

Nem todas abordaram temas associados aos estudos de gênero, o que se deve a diferentes razões. É preciso recordar que esse campo ainda não estava constituído no período em que algumas fizeram mestrado. Na verdade, até o início da década de 80, pouco se vislumbrava a possibilidade de investigar sobre mulher ou relações de gênero no campo acadêmico, sendo que essa categoria só veio a vingar nesse contexto no final dos anos 80. Das que realizaram mestrado na década de 70, somente Sandra Azeredo discutiu temas que se aproximam das abordagens feministas, no caso, os *Women's Writings*.

Essa entrevistada, a princípio era orientada por Aroldo Rodrigues e desenvolvia uma dissertação de base experimental. No entanto, em 1971, foi aos Estados Unidos e, através de Mariza Corrêa⁶⁶, conheceu o movimento feminista, tomando contato com a literatura feminista e vivendo uma transformação que a conduziu à militância:

Sandra Azeredo: Eu fui para os Estados Unidos em 71, quando as mulheres estavam queimando sutiã na praça. Eu tive contato realmente com o movimento feminista (...) E quando eu fui para os Estados Unidos, para Ann Arbor, para Universidade de Michigan, era uma loucura, que estava explodindo no campus isso. Eu falei: 'cheguei!'. Isso existe, isso é possível'. Tanto que eu voltei, para escrever minha dissertação e eu mudei de orientadora. Passou a ser Monique Augras, que é uma francesa. (...) E quando eu voltei dos Estados Unidos em 73, tendo tido contato com as mulheres, quem estava lá na época era Mariza Corrêa, que é uma amiga maravilhosa e ela que me introduziu: 'vem cá, vamos lá na praça'. 'Meu Deus: existe, é possível!'. E outro contato muito importante para o gênero. Você vê, não é mais psicologia.... Eu tentei trazer para psicologia... Vamos falar da minha dissertação, nela não aparece nada de gênero, mas ela já tem a coisa de gênero. A Marisa me apresentou... E isso caracteriza meu trabalho cada vez mais... Me apresentou a literatura feminista. Me apresentou a Doris Lessing que é uma maravilha, uma escritora inglesa, e ela tratava de gênero, o tempo todo. Eu tive contato com a coisa política, com as mulheres na rua. (...) E outra coisa importante, quando eu voltei dos Estados Unidos em 73, eu logo procurei mulheres no Brasil. Eu estava dentro de um movimento político, eu não iria mais voltar.

Sandra Azeredo é, portanto, a primeira das entrevistadas a incorporar questões feministas numa dissertação de mestrado em psicologia no Brasil. Todavia, no discurso da entrevistada, fica evidente que esse ingresso no feminismo e nas teorias feministas⁶⁷ não se deu sem antes instituir uma ruptura com a psicologia social de origem anglo-americana, como forma de possibilitar a incorporação de questões políticas à pesquisa. Até então, para ela, pesquisar

⁶⁶ Mariza Corrêa, orientada por Verena Stolcke, realizou seu mestrado discutindo as representações jurídicas dos papéis sexuais, defendendo também em 1975 sua dissertação (PPG em Ciências Sociais/UNICAMP). Enquanto jornalista e militante, foi uma das articuladoras dos primeiros jornais feministas do Brasil (cf. Corrêa, 2001).

⁶⁷ Em um de seus textos (Azeredo, 1989), a entrevistada afirma trabalhar com teorias feministas desde 1979.

questões sobre mulher e gênero não era vislumbrado como uma possibilidade, ficando algo reservado à militância. Esse é um aspecto que se transforma na trajetória desta entrevistada, que aos poucos aproxima sua atuação feminista da docência, afinal, como diz Velho (1994, p. 27), *o mundo dos 'projetos' é essencialmente dinâmico, na medida em que os atores têm uma biografia, isto é, vivem no tempo e na sociedade, ou seja, sujeitos à ação de outros atores e às mudanças sócio-históricas*”.

Entre as demais, merece destaque também a dissertação de Maria Lúcia Miranda Afonso, produzida na mesma época em que era bolsista do *Programa de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero/FCC* em 1980. Não obstante, a relação com o movimento feminista em ambas as dissertações é um fato significativo, na medida que conduziu às formas de abordagem aos temas que vinham desenvolvendo em seus trabalhos. No caso de Maria Lúcia Miranda Afonso, é interessante observar também que é junto à área de Educação que realiza seu mestrado, assim como Nara Bernardes alguns anos antes. Isso deve, por suposto, estar relacionado ao fato de ambas possuírem vínculos com a Fundação Carlos Chagas, em cujo departamento de pesquisas educacionais trabalhavam suas orientadoras de mestrado.

É possível verificar ainda a influência do movimento feminista entre aquelas que realizaram mais tardiamente seus mestrados, como no caso de Karin Smigay e Maria Eunice Guedes. Ambas trazem às suas pesquisas temas originados na sua participação nos movimentos de mulheres, como atestam:

Karin Smigay: E eu comecei a me perguntar muito, a partir da queixa das mulheres, onde estavam os homens, porque tudo que era produzido era a partir das mulheres. A Eliane Stefani, que era do SOS tinha acabado de defender sua dissertação sobre aborto a partir das mulheres. E vi que se estava esquecendo de outro personagem, outro ator, eu chamo de personagem para não usar outra expressão, personagem secundário, como cena de teatro. E eu chego à questão da paternidade por causa disso. Porque para falar do aborto, era preciso falar da possibilidade de homens se tornarem pai para depois negar essa possibilidade ou ser negado.

Maria Eunice Guedes: [Quando na UFPB] eu acompanhei a questão dos movimentos, continuei com a militância política. Com a militância no movimento de mulheres, eu trouxe

para dentro da minha dissertação o tema de mulheres (...) Pois então, eu trabalhei com movimento de mulheres rurais, com mulheres camponesas.

Essa incorporação no mestrado de questões originadas no movimento feminista também ocorreu com Maria Ignez Moreira, que trabalhava em uma ONG feminista (CDM) e levou para sua dissertação perguntas que resultaram de seu trabalho com mulheres vítimas de violência de gênero. Percebendo a gravidez como momento de eclosão da violência de gênero, a entrevistada interessou-se em investigar esse processo. Aliás, esta pesquisadora é a única cujo título da dissertação contempla o termo 'gênero', certamente, possível por ter feito o curso numa época em que o conceito já estava em trânsito na academia. Em seu trabalho, já publicado como livro (Cf. Moreira, 1997), Maria Ignez investiga as vivências de gravidez e parto e sua relação com a construção da identidade de gênero. Dentre os principais resultados de sua dissertação está a análise do quanto as experiências de maternidade e paternidade atuam sobre a percepção dos sujeitos a respeito de seus papéis de gênero.

O trabalho, a violência e o aborto foram temas sobre os quais o movimento feminista se organizou, constituindo o foco de muitas das lutas engendradas desde a década de 70. O fato de estas pesquisadoras terem abordado tais questões em suas dissertações é expressão da busca feminista pelo respaldo que a academia representa para o movimento político, no sentido de dar consistência ao discurso e de buscar na ciência alternativas de superação das problemáticas em foco.

São indissociáveis, portanto, desde seus momentos iniciais, a história acadêmica e a história militante das entrevistadas. A participação política e a atividade científica se entrelaçam e se constituem mutuamente, na medida em que cumprem o mesmo fim: provocar e protagonizar a mudança social. Embora sendo contextos distintos, a militância e a pesquisa tornaram-se aliadas na luta pela transformação das relações sociais, anseio comum a essas mulheres politicamente engajadas.

O intercâmbio entre as duas gerações aqui enfocadas também é outra questão que se evidencia quando observamos a tabela. Maria Lúcia Miranda

Afonso orienta a dissertação de mestrado de Maria Inês Moreira, Sylvia Leser a de Vera Paiva e Nara Bernardes a de Neuza Guareschi. Vale também destacar, nesse contexto de influências por meio dos cursos de pós-graduação, o papel das disciplinas em favorecer momentos de interlocução:

Marlene Strey: A minha orientadora no mestrado era a Reolina Cardoso, que trabalhava com gênero. Mas quem realmente me entusiasmou foi a Nara Bernardes. Foi com ela que eu percebi que isso era extremamente interessante. Então na minha dissertação eu fiz uma pesquisa sobre o projeto profissional das mulheres (...) [Nara] era minha professora, estive na minha banca de mestrado. Era professora aqui no nosso mestrado. Ela sempre tinha sido uma professora por quem eu tinha admiração. E nós tivemos aulas de gênero. Tanto é que a disciplina que ela ministrava naquele momento é a disciplina que eu ministro agora. Era 'Gênero, Sexo e Personalidade'.

Como no depoimento acima, Nara Bernardes se destaca, no contexto do Rio Grande do Sul, na produção e divulgação dos estudos sobre mulher e gênero. Embora hoje trabalhando no Programa de Pós-Graduação em Educação, Nara é a responsável por trazer para a psicologia social gaúcha, especialmente na PUC-RS, os estudos de gênero e o enfoque feminista, em função de sua passagem pela FCC quando morava em São Paulo, na década de 70.

Tal influência é visível no trabalho de Neuza Guareschi, a quem orientou no mestrado, através de uma dissertação pioneira no Rio Grande do Sul no uso da teoria das representações sociais. Isso é ilustrado no depoimento abaixo:

Neuza Guareschi: Com a Nara foi muito bom. Foi ela que me introduziu na pesquisa. E na minha pesquisa eu trabalhei com as representações sociais. Acho que foi a primeira dissertação do Rio Grande do Sul sobre representações sociais. Estava começando assim em São Paulo e Rio de Janeiro com a Ângela Arruda, com a Mary Jane Spink. E lembro que aqui ninguém sabia nada de representações sociais.

Um aspecto interessante do trabalho de Neuza Guareschi é o fato de que a literatura referente ao campo da educação contribuiu para sua aproximação com as questões de gênero:

Neuza Guareschi: (...) Aí eu entrei muito na literatura da educação. Lá na educação eles estavam estudando a crítica às teorias crítico-reprodutivistas. E nessas críticas às teorias crítico-reprodutivistas, eu revi todas essas literaturas da qual eu nunca tinha contato, mas que era muito similar. E essas críticas às teorias crítico-reprodutivistas, se davam pela teoria das resistências, que também era uma coisa bem recente na época. Aí eu fiz a minha dissertação e já trabalhei nela com as representações sociais, mas também já comecei a apontar questões que emergiram que foi a questão da resistência, a questão de gênero e a questão de classe social, um pouquinho de raça e a questão de resistência.

Em relação a esse depoimento, também é possível assinalar a presença da mediação de Nara Bernardes, que na época já tinha estudado as teorias da resistência no doutorado, defendido em 1989 (Cf. Bernardes, 1989). Michael Apple, Maria Enguita, Henry Giroux, representantes dessa vertente teórica, foram autores importantes para Nara desenvolver uma perspectiva emancipatória na análise das significações produzidas por crianças oprimidas sobre suas condições de vida.

É visível a rede que articula as diferentes gerações de pesquisadoras, que se reflete através do trânsito conceitual que as entrevistadas percorrem. Nara Bernardes, na construção de sua tese entre 83 e 89, usufruiu da interlocução de Fúlvia Rosemberg, uma das pessoas que mais precocemente viveu esse processo de saturação das teorias reprodutivistas, que pouca ênfase davam às formas de emancipação dos sujeitos. Sua experiência com a militância feminista nos anos 70 permitiu-lhe a vivência das possibilidades de autonomia dos sujeitos a despeito das formas de subordinação existentes, levando-a ao abandono das teorias reprodutivistas. Conforme seu memorial,

Rompia com os paradigmas estruturalistas e reprodutivistas ao final da pesquisa "Modelos culturais na literatura infanto-juvenil brasileira" (1980), em especial na comunicação "A socialização do adulto através da literatura infanto-juvenil", apresentada durante o II Seminário Latinoamericano de Literatura Infanto-Juvenil. (Rosemberg, 1988).

Conjectura-se, assim, o fato de que a passagem de algumas entrevistadas pelas teorias da resistência tenha favorecido a superação da análise que enfocava apenas a condição de subordinação da mulher. Nesse sentido, a

aproximação à área da educação, foi fundamental para a complexificação das formas de compreensão das tensões inerentes às relações sociais, especialmente pelo momento que esse campo vivia, de crítica às teorias reprodutivistas e sua superação pelas teorias da resistência.

Retomando o resgate das trajetórias acadêmicas, temos Vera Paiva, que é orientada por Sylvia Leser e produz uma dissertação discutindo a identidade feminina, publicada em 1990 pela editora brasiliense (Cf. Paiva, 1990). Com base na teoria junguiana e inspirada por sua experiência como psicóloga clínica, Vera analisa as formas de construção do feminino, dando destaque aos aspectos relacionados à “identidade sexual”. Segundo ela própria, interrogada sobre como se aproximou dos estudos de gênero,

Vera Paiva: Se você olhar o que escrevi, desde o primeiro livro que trabalho com esse tema, desde Evas, Marias e Liliths eu já discutia com as feministas. Porque no fundo, o gênero, foi para o movimento de mulheres, sinônimo de mulher.

Seu trabalho se assemelha, em termos metodológicos, aos trabalhos feministas do início da década de 80 como *O espelho de Vênus: identidade sexual da mulher*, do grupo Ceres. Ao valorizar depoimentos de mulheres e enfatizar suas vivências singulares, Vera Paiva parece, mesmo à distância, dialogar com o feminismo, na medida em que faz emergir a voz das mulheres e sua própria construção pessoal. Trata-se, no entanto, de um diálogo que contempla a crítica ao feminismo, como explicita em seu livro:

(...) nos trabalhos e pesquisas de cunho feminista também se observa uma proposta de fundo extremamente padronizador: em geral eles propõem um modelo fixo do que deva ser ou em que se deve transformar essa ‘nova mulher’, pouco ampliando os instrumentos com que as mulheres têm contado para lidar com seu sentimento de inadequação. (Paiva, 1990, p. 27).

Numa análise geral deste momento da formação das entrevistadas, é possível dizer que o mestrado foi, para algumas, um momento de estudo de temas cuja preocupação se originou da participação nos movimentos feministas e, para outras, um momento também importante de sistematizar e aprofundar temas igualmente relevantes, mas que não necessariamente teriam a ver diretamente com o feminismo. Como pode ser observado na tabela abaixo, foi

no doutorado que a categoria 'gênero' incorporou-se ao trabalho das entrevistadas, embora algumas delas já estivessem estudando mulher e gênero antes disso.

Tabela 5: Distribuição das entrevistadas quanto aos Programas de Pós-Graduação em que realizaram seus doutorados, incluindo título da tese, palavras chave, orientador/a e ano.

Entrevistada	PPG Doutorado	Título	Palavras-Chave	Orientador @	An o
Ângela Arruda	Psicologia Social USP	Uma contribuição às novas sensibilidades com relação ao meio ambiente: representações sociais de grupos ecologistas e ecofeministas	Representações sociais, gênero, feminismo, movimentos sociais, ambientalismo	Sylvia Leser de Mello	1996
Fúlvia Rosemberg	Psicologia da Criança – EPHE (França)	La famille et les relations familiales dans les livres pour enfants	Estereótipo, relações raciais	Hélène Gratiot Alphandéry	1969
Maria Juracy F. Toneli	Psicologia Escolar e do Des. Humano/USP	A constituição do sujeito e a divisão sexual do trabalho: análise do caso de um homem dono-de-casa	Divisão sexual do trabalho, gênero,	Sylvia Leser de Mello	1997
Maria Lúcia M. Afonso	Educação/ UFMG	A polêmica sobre adolescência e sexualidade	Gênero, adolescência, sexualidade.	Glaura Vasques de Miranda	1997
Karin Smigay	Psicologia Social PUC-SP	Relações violentas no espaço da intimidade: drama doméstico ou tragédia pública?	Violência de gênero - relações sociais de sexo	Salvador A. Meirelles Sandoval	2000
Maria L. R. Coutinho	Psicologia Clínica PUC-RJ	Tecendo por Trás dos Panos. Algumas estratégias de controle da mulher sobre a família	Mulher, família, discurso, poder	Ana Maria Nicolaci-da-Costa	1992
Marlene Strey	Psicologia (UAM – Espanha)	La construcción del Proyecto Profesional en la Mujer. Estudio de Algunos Aspectos Psicosociales	Gênero, mulher, projeto profissional, trabalho	Antonio Martín González	1994
Maria Ignez Moreira	Psicologia Social PUC-SP	Gravidez na Adolescência: Análise das Significações Construídas ao longo de gerações de mulheres	Gênero, gravidez, adolescência, gerações, maternidade.	Silvia Lane	2001
Marília da Mata Machado	Psicologia Social. Université de Paris XIII (Paris-Nord)	La favela en tant que système social: son histoire et son organisation	Psicologia social, intervenção psicossociológica, teorias de autorganização	André Lévy	1990
Neuza Guareschi	PhD – University of Wisconsin –	The Favela and the School: contradictions and resistance in	Identidade, resistência, contradições,	Michael Apple	1998

	EUA	students' constructions of identities	Ideologia, Discurso		
Nara Bernardes	Educação/ UFRGS	Crianças oprimidas: autonomia e submissão	Subjetividade, Gênero, Educação em periferia urbana	Mérion Campos Bordas	1989
Sandra Azeredo	História da Consciência (University of California /EUA)	Representations of Sexual Identity and Domestic Labor: Women's Writings in Brazil, Marroco and the United States	Não consta	Donna J Haraway	1986
Sylvia Leser	Psic. Escolar e do Des. Humano/USP	As atividades profissionais e o psicólogo em São Paulo	Instituição, profissão, sociedade, trabalho	Carolina Bori	1972
Tânia Galli	Educação – UFRGS	Vozes e silêncio do feminino: de mulher a operária	Educação, trabalho e gênero	Guacira Lopes Louro	1996
Maria Eunice Guedes	Psicologia Social/ PUC-SP	Gênero, Adolescência e Saúde Mental	Gênero e violência, adolescência e saúde mental	Sérgio Ozella	curso desde 2002
Vera Paiva	Doutorado em Psicologia Social/USP	Fazendo Arte com a camisinha: a história de um projeto de prevenção de AIDS entre jovens	Prevenção, AIDS, jovens	Sylvia Leser de Mello	1996

Fonte: Análise dos Currículos Lattes das Entrevistadas, via site do CNPq – www.cnpq.br [acesso em dez-2003].

A tabela acima permite alguns destaques, observando a data de defesa das teses. Se utilizarmos, por exemplo, os critérios da CAPES para análise do tempo de titulação do corpo docente de um programa de pós-graduação, temos três grupos:

- 4) O que possui a titulação há mais de dez anos, onde Fúlvia Rosemberg e Sylvia Leser de Mello se destacam em razão de terem sido as primeiras a se titularem, ainda nas décadas de 60 e 70, respectivamente. Compondo também esse primeiro grupo temos as entrevistadas Nara Bernardes, Marília Matta Machado, Sandra Azeredo, e Maria Lúcia Rocha-Coutinho.
- 5) O Grupo que defendeu sua tese há mais de cinco e menos que 10 anos, composto por Marlene Strey, Maria Lúcia Miranda Afonso, Ângela Arruda, Maria Juracy Figueiras Toneli, Tânia Galli Fonseca, Neuza Guareschi e Vera Paiva.

- 6) Aquelas que defenderam há 2-5 anos, como Maria Ignez Moreira e Karin Smigay.

O caso de Maria Eunice Guedes representa uma exceção nesse universo, na medida que, embora seja uma pesquisadora reconhecida no campo, sua titulação ainda está em curso. O fato a que se quer dar relevo, contudo, é que se trata de um grupo com uma formação relativamente recente, embora existam duas pesquisadoras que tenham obtido sua titulação há mais tempo.

Nesse sentido, a tese de Fúlvia Rosemberg, analisando estereótipos femininos e masculinos na literatura infantil, defendida em 1969, sem dúvida, é um marco importante para esse estudo. Sobre esse trabalho, a autora destaca:

Fúlvia Rosemberg: Eu era militante do partido comunista, eu tinha me interessado muito pelos livros didáticos na perspectiva reproducionista e vou analisar relações familiares na literatura infanto-juvenil francesa contemporânea. E o que destaca são as representações do masculino e feminino.(...) E a minha consciência de subordinada veio a partir da leitura da literatura infanto-juvenil, pelo caráter absolutamente estereotipado que você encontra nessa produção mais velha. E eu comecei a ler o que tinha na França, naquela época, ocorria o começo do ressurgimento do feminismo. Comecei a me interessar pelo tema das relações homem e mulher, e da dominação de sexo. (...) O meu interesse pelo feminismo veio pelo que eu descobri na pesquisa que eu estava fazendo... E o enfoque, que seria a princípio de classe, passou a ser, sobretudo, de gênero. Hoje eu chamaria de gênero.

Esse depoimento leva a várias questões, dentre elas:

1. Fúlvia já vinha de um movimento político de esquerda e certamente estava sensível às formas de dominação/submissão que se presentificam nas relações sociais, embora seu foco primeiro fosse a subordinação de classe e de idade;
2. Do mesmo modo, estava atenta aos movimentos políticos de seu contexto contemporâneo, no caso, os acontecimentos que marcaram a França, no final da década de 60. Como acrescenta:

Fúlvia Rosemberg: Depois de maio de 68, o tema entrou, teve a questão da discriminação do aborto, a gente tinha alguns amigos que eram bastante radicais, que procuravam novos caminhos de relacionamento homem e mulher, e que botavam meio

'prá quebrar'. Além da leitura teve uma vivência cultural intensa no cotidiano francês, que era uma vivência, depois de maio de 68, era um debate intenso em torno das questões de dominação de gênero: filme, teatro, tudo. Estava se vivendo o pós-revolução cultural, o que vinha da China. Foi um período muito forte. Muito intenso.

3. As reflexões sobre os estereótipos de gênero da literatura infantil e sobre sua própria condição de subordinada vieram juntas, redirecionando os rumos de sua tese;
4. Dos termos disponíveis na época para pensar esse processo, 'estereótipo' é uma categoria que serviu para refletir sobre seu problema de pesquisa. Originária da psicologia social clássica, essa categoria foi uma das primeiras a ser utilizada nos trabalhos que articulam reflexões feministas e a pesquisa científica (cf Graciano, 1975; Barroso, 1975).

Na época de seu doutorado, Fúlvia já era leitora de Simone de Beauvoir e compartilhava com a autora francesa da possibilidade de pensar os dramas cotidianos da vida privada e refletir criticamente sobre eles. Junto com todos os elementos contextuais da época, pode-se dizer que viveu um clima que favorecia a preocupação com a condição da mulher, embora a literatura para sistematizar essa reflexão fosse restrita na época. Assim, produziu uma tese que demonstrou o fato de que os papéis sociais de homens e mulheres são representados de maneira estereotipada na literatura infanto-juvenil, onde a mulher ocupa uma posição subordinada (Rosemberg, 1975).

Foi também no doutorado, na década de 70, que Marília Machado conheceu algumas abordagens feministas, durante sua passagem pelos Estados Unidos. Embora não tenha concluído o doutorado em Psicologia Social que iniciou em 72 na *University of California Riverside*, a entrevistada teve a oportunidade de realizar uma disciplina chamada *psychology of women*, em 77, ministrada por Geraldine Stahly. Sobre essa experiência, a entrevistada lembra:

Marília Machado: É claro que era um curso que tinha pouquíssimas pessoas fazendo, umas quatro ou cinco alunas, talvez menos até. E claro que eu ter me inscrito nesse curso foi também porque já tinha interesse. Não era um curso popular, de jeito nenhum, o programa, e estas coisas...(...) Eu acho que os Estados Unidos para mim mostrou que

isso poderia ser colocado na universidade. Mas lá mesmo era um curso marginal, um curso oferecido. Era ameaçador. lam poucas pessoas.

A passagem por uma universidade onde os *women studies* começavam a florescer, assim, permitiu que Marília vislumbrasse a possibilidade de incorporar à academia questões feministas. Com base nessa experiência é que Marília Machado e seu grupo levam ao curso de psicologia da UFMG uma proposta de disciplina intitulada “Psicossociologia da Mulher” (ver anexo 1), que é recusada pelo colegiado na época (Cf. Machado, 1988). Essa entrevistada ingressa em um segundo doutorado junto à *Université de Paris*, que conclui em 1990, com uma tese sobre psicossociologia como perspectiva de análise social e intervenção em contextos comunitários.

Para aquelas que já vinham se aproximando dos estudos sobre mulher e das teorias feministas, o doutorado foi um momento importante para aprofundar os conceitos e suas implicações epistemológicas. Duas questões se destacaram na análise das entrevistas, como avanços provocados pelas circunstâncias sociais e pessoais advindas do doutorado: a relativização da categoria mulher e sua articulação com a condição de classe e etnia.

Como observa Bairros (1995), a categoria mulher já contemplava no feminismo o pressuposto da construção social do gênero. Contudo, seu uso freqüentemente incorria no risco de reproduzir estereótipos e afirmar a existência de uma ‘natureza feminina’ (Cf. Haraway, 1993). Do mesmo modo, junto com outros conceitos como ‘experiência’ e ‘política pessoal’, contribuía para que alguns feminismos não contemplassem diferenças importantes, como a questão étnica. Em verdade, foi o próprio feminismo negro o primeiro a dar-se conta dessa limitação conceitual, diz a autora.

Sandra Azeredo viveu o momento no feminismo em que essa categoria ‘identidade da mulher’ representou o importante papel político de unificação, sobretudo junto aos grupos de reflexão feministas. Como conceito operacional dessa unificação, o termo ‘identidade’ vinha carregado dessa sua história no feminismo brasileiro. Todavia, com o questionamento de sua orientadora, começa a abandonar essa concepção:

Sandra Azeredo: Meu projeto era sobre essa questão de relação de mulheres e homens, criticando a psicanálise, essa coisa do falo e tal. Era um projeto interessante... E mudou, passa a ser outra coisa. Porque eu chego e a primeira coisa que a minha orientadora – dei uma sorte enorme em ser a Donna Haraway – ela me pergunta ‘Ah, que legal, você quer estudar isso, mas como fica a questão da diferença entre as mulheres?’. E eu ‘Não, diferença é importante, mas eu quero investigar a identidade’. E ela: ‘Tudo bem, você vai estudar a identidade, mas a gente tem que ver a diferença’.

Sandra Azeredo, nessa época (1981) vinha da militância no grupo Ceres, onde a marca era o trabalho com mulheres nos grupos de reflexão feministas, buscando justamente o que unia as mulheres – a identidade da ‘mulher’, no sentido de promover a conscientização de sua condição de subordinada.

A temática de “identidade”, como argumenta Haraway (2004), constituiu-se num dos grandes paradigmas feministas da década de 70. Sendo o produto da incorporação feminista de algumas leituras da psicanálise anglo-americana⁶⁸ e da psicopatologia da época, a noção de identidade de gênero levou a um paradoxo político-conceitual. Se de um lado proporcionava o poder de agregar as mulheres a partir de suas experiências comuns, por outro reproduzia ideais liberais e funcionalistas que ocultavam a dimensão histórica das categorias binárias de sexo/gênero e natureza/cultura.

Mais tarde, nos últimos anos da década de 80, ao invés da ênfase na identidade, o campo intelectual feminista, especialmente nos Estados Unidos, passa a enfatizar a categoria ‘diferença’. Sandra Azeredo acompanha esse processo e começa a pensar outros conceitos e paradigmas. Sua tese, ao fim, com a mediação de Donna Haraway, um dos ícones da crítica feminista às idéias universalistas, mobiliza a investigação sobre diferenças entre mulheres, em suas distintas posições simbólicas e políticas. A tese da entrevistada,

⁶⁸ Para uma distinção entre as diferentes leituras da psicanálise, com ênfase nos contrastes entre a “ego psychology” anglo-americana e a psicanálise francesa, recomenda-se a leitura de Baratto (2002), que discute a compreensão muito particular das tópicas freudianas por parte da psicologia psicanalítica produzida em países de língua inglesa, onde o *ego* torna-se fonte de processos identificatórios e o inconsciente é reduzido a o lugar das “tendências instintivas desajustadas” (Baratto, 2002, p 173)

portanto, reflete o diálogo com a orientadora, na medida em que defende que o reconhecimento destas diferenças, para Haraway,

(...) assinala mais um momento na teoria feminista, seu estágio atual de reconceitualização e elaborações de novos termos; uma reconceitualização do indivíduo como em mudança e multiplamente organizado através de variáveis eixos de diferenças; um repensamento das relações entre formas de opressão e modos de resistência e ação, e entre práticas de escrita e modos de entendimento formal - de fazer teoria; uma emergente redefinição de marginalidade como locação, de identidade como 'desidentificação'. (Haraway, 1993, p. 285).

Outra entrevistada cujo trabalho de doutorado é realizado na década de 80 é Nara Bernardes. Vinculada ao programa de pós-graduação em Educação da UFRGS, mas ainda em estreito contato com pessoas da FCC, essa entrevistada inicia seu doutorado em 1983. Em sua tese, Nara desejava compreender as vivências e significações pessoais de crianças oprimidas, articulando as categorias de idade, gênero, classe e etnia. Com base na dialética autonomia-submissão, focalizou as formas de opressão vividas pelas crianças, discutindo a construção da subjetividade destas num universo cerceador de possibilidades de existência.

Sua tese é um marco na utilização do conceito de gênero, como também na forma singular de articulação desta categoria com classe, etnia e idade. É, assim, um dos primeiros trabalhos acadêmicos brasileiros em nível de doutorado da área de educação a fazer uso do conceito de gênero. Quem atesta esse pioneirismo é Fúlvia Rosemberg, no importante trabalho, realizado para o INEP, intitulado *Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia* (Rosemberg, 1990). Explicando as motivações de sua tese, Nara comenta:

Nara Bernardes: Quando eu decidi fazer o doutorado, eu queria estudar alguma coisa relacionada ao desenvolvimento dos meninos e meninas pobres, crianças de periferia urbana. Eu participei em alguns projetos durante o doutorado, que tinham esse foco, em escolas de periferia urbana. E uma questão assim que vinha ocupando meu interesse e que se relacionava com minha trajetória de vida era a questão da autonomia e submissão. E na medida que eu avançava em meu estudo de doutorado, eu vi que eu queria aprofundar isso, tanto em relação à classe social, quanto em relação a outras

dimensões. Ai eu queria ver a questão do gênero. Mas quando eu fiz minha proposta de tese, eu ainda não estava trabalhando com o gênero, mas com as diferenças sexuais. (...) Mas foi realmente a partir do doutorado que eu comecei a trabalhar com o gênero de maneira mais sistematizada.

Através de Nara, portanto, verifica-se a passagem dos termos de diferenças sexuais para gênero, um trânsito concomitante de seu trabalho nas áreas de psicologia e educação, seus campos de formação desde a graduação até o doutorado. Para tanto, contou com o apoio de Fúlvia Rosemberg na indicação bibliográfica sobre gênero, bem com a mediação dos textos de Helieth Saffioti para pensar a articulação de gênero e classe. Já em relação à raça, a necessidade de análise decorreu do próprio campo:

Nara Bernardes: Eu queria também ver diferenças e semelhanças entre meninos e meninas. Isso desde o início da tese, antes de conhecer a categoria gênero. Eu queria saber como isso estava se dando, naquele momento histórico, na nossa sociedade. Isso já foi antes de eu ir para o campo. Tanto que eu busquei uma escola de periferia. O que resultou da minha ida a campo foi a introdução de raça. Isso saltou aos olhos quando eu vi a turma, os meninos negros. E vi que algumas coisas ali eram diferentes em alguns aspectos.

Em se tratando de uma questão nova, Nara buscou em sua colega de doutorado Petronilha Gonçalves Silva⁶⁹, o apoio para a reflexão sobre raça. A articulação destas diferentes categorias, portanto, constituiu-se numa característica inovadora de sua tese, especialmente pelo desenvolvimento do trabalho de campo que deu concretude à discussão que subjaz à relação entre essas diferentes dimensões do fenômeno analisado.

Três anos após a defesa de Nara Bernardes, Maria Lúcia Rocha-Coutinho, em 1992, junto à PUC-RJ, defende sua tese intitulada *Tecendo por Trás dos Panos: algumas estratégias de controle da mulher sobre a família*, já publicada em livro (Rocha-Coutinho, 1994b). Seu diálogo com os estudos de gênero é menor do que com as teorias de análise do discurso, ao estudar em

⁶⁹ Professora da UFSCar, pós-doutora em educação e pesquisadora sobre educação e etnia nas periferias urbanas.

duas gerações de mulheres, as formas de poder e resistência entabuladas no contexto familiar. Contudo, a entrevistada vê no gênero um dispositivo central para a análise do discurso:

Maria Lúcia Rocha-Coutinho: Então, pelo viés do discurso eu cheguei à mulher, e pela mulher eu reforcei ainda mais o discurso, porque os estudos de mulher acabam de certa forma buscando novas formas de como trabalhar o discurso, como buscar nesse discurso truncado, nesse discurso que diz uma coisa, mas quer dizer outra. Por isso que eu vivo esse encontro maravilhoso, o gênero que ajuda no discurso e o discurso me ajuda no gênero. (...) E aí tem uma coisa fundamental, porque trabalhar com o discurso e não com análise de conteúdo, implica você tomar que mais importante que o conteúdo do que você está dizendo, é a forma que você está dizendo. E essa forma pode entrar em contradição com o conteúdo. E porque que isso é importante nos estudos de mulher? Porque as mulheres estão na posição, querendo ou não, como eu já havia dito, de que o trabalho delas seja menos importante para a sociedade.

Tal como a tese de Nara Bernardes, o trabalho de Maria Lúcia Rocha-Coutinho discute, não só as formas de dominação-subordinação, mas também as formas de resistência e autonomia desenvolvidas pelas/os informantes de suas pesquisas. Isso pode ser devido ao fato de trabalharem com sujeitos concretos, interagindo com eles em suas idas a campo, testemunhando suas ações, negociações e tensões.

Por outro lado, considerando o momento histórico, final da década de 80, podemos também lembrar que as teorias estruturalistas começaram a ser questionadas nessa época, e aos poucos, deixaram espaço, no campo da sociologia da educação, para as teorias da resistência, desenvolvidas por autores como Henri Giroux, Mariano Enguita e Michael Apple. Isso transparece na tese de Nara Bernardes, que cita esses autores e desenvolve suas análises dialogando com seus textos.

Já em relação à Maria Lúcia Rocha-Coutinho, são dois os fatores apontados para essa ênfase na dimensão emancipatória da mulher: sua forte vinculação com personagens da literatura e sua referência feminina familiar.

Maria Lúcia Rocha-Coutinho: Por um lado eu estava lendo textos sobre a mulher, nas relações de opressão, do outro lado, tanto na vivência no plano do real quanto minha vivência no plano da fantasia, através da literatura... Então, não são vivências que

tenham uma relação tão direta e nítida de homem opressor e mulher oprimida.(...) Desde o início, até a última mulher de Machado, D. Carmén. São mulheres que dão de dez! Até a D. Carmem é assim, o marido dela você nem se lembra quem é... As mulheres de Machado são mulheres fortes. E aí, olha só. Como é que pode? Todo mundo fica falando nessa coisa de mulheres, de opressão, de oprimidos e opressores. E na minha família tem muitas mulheres. Minha avó teve 7 netos, um neto, seis netas. E meu avô chamava de reinado das amazonas.

São múltiplos e diversificados os fatores que influenciam na construção da noção e imagem de mulheres que sustentam as entrevistadas. Se as referências teóricas são um aspecto fundamental de suas reflexões feministas, outras influências, nem tão sistemáticas, precisam ser consideradas nesse processo. Como já foi discutido anteriormente, desde as influências familiares até as circunstâncias profissionais, temos uma gama de elementos constituintes das trajetórias percorridas pelas informantes, no curso de suas carreiras.

Em 1994 é a vez de Marlene Strey defender sua tese, enfocando a vida profissional de mulheres, na interface gênero e trabalho. Trata-se de um tema que a ocupa desde o início do mestrado, em 1988. A abordagem dos estudos de gênero lhe foi apresentada por Nara Bernardes, a principal responsável por Marlene seguir articulando gênero, trabalho e psicologia social, na investigação de temas oriundos de sua própria vivência enquanto mulher e trabalhadora.

Tânia Galli Fonseca é outra pesquisadora gaúcha que aprofunda, em sua tese, a interface gênero e trabalho, também relacionando suas análises à produção da subjetividade. Junto ao programa de pós-graduação em Educação da UFRGS, Tânia escreveu uma tese orientada por Guacira Louro, pesquisadora feminista cuja base de reflexão e produção são as teorias pós-estruturalistas. Sua problemática-foco era compreender o processo de constituição das mulheres em operárias, no contexto das relações de poder que marcam as tramas sociais de uma fábrica de produtos têxteis. Tânia explica as motivações de sua tese, assim como Marlene, em sua vivência como mulher e trabalhadora, e acrescenta:

Tânia Galli Fonseca: E já entrei definida: eu quero gênero e trabalho. Trabalho eu não queria largar, porque era uma coisa que tinha me caracterizado, era eu. Sempre digo, meu nome é Tânia Trabalho. E gênero, eu queria entender essa coisa. E o que eu me

perguntava na época é por que as mulheres consentem, como é que se produz o nosso próprio consentimento, a nossa própria dominação. (...) No caso do doutorado, tinha uma direção. Antes de entrar no doutorado já tinha gênero. Eu fiz um projeto com gênero. Busquei uma orientadora de gênero, busquei uma fábrica que era só de mulher.

Sua tese, defendida em 1996, é publicada em 2000 em uma importante coleção organizada pela Editora Vozes, intitulada “Psicologia Social” (Cf. Fonseca, 2000). Em relação às demais, Tânia se destaca pela discussão sobre a produção da subjetividade, onde insere o debate sobre gênero, assim como as questões étnicas e geracionais.

Em 1996, Vera Paiva também defende sua tese de doutorado, que contou com a orientação de Sylvia Leser de Mello. No momento da redação de sua tese, já é reconhecida na comunidade científica como pesquisadora do campo da saúde coletiva, especialmente discutindo sexualidade e vulnerabilidade à AIDS. Parte desse reconhecimento se deveu ao fato de inaugurar a análise que inclui o gênero como um fator promotor da vulnerabilidade à AIDS entre homens e mulheres. Segundo ela própria,

Vera Paiva: A opressão na dimensão de gênero primeiro apareceu para mim no trabalho de prevenção à AIDS, quando pensávamos a respeito da opressão dos meninos, que não tinham espaço para discutir sua sexualidade e principalmente sua dimensão reprodutiva, que continua invisível para o sistema de saúde. (...) A opressão da mulher estava bem descrita e denunciada pelas feministas. Quando você vai para os serviços, a dimensão de gênero organiza programas de saúde, exclui também os homens, de um lado. Por outro lado, quando lida com a grávida ou com a mãe, trata-a como se não fosse vulnerável à questão do HIV.

Processos como esses, marcados pelo gênero, levam ao que Vera Paiva chama de vulnerabilidade programática, ou seja, os fatores constitutivos do sistema de saúde que favorecem a transmissão do HIV. Com o grupo ligado ao Instituto de Medicina Social (UERJ), Vera desenvolve uma de suas principais interlocuções, especialmente quando trabalha a questão da sexualidade. Sem embargo, em sua tese, visando construir instrumentos para promover o que chama de emancipação psicossocial, Vera descreve e analisa um projeto de prevenção à AIDS com jovens, demonstrando como a cultura sexual e o gênero atuam, favorecendo a vulnerabilidade destes ao HIV.

Ainda nesse mesmo ano de 1996 e também sob a orientação de Sylvia Leser de Mello, Ângela Arruda defende sua tese, sintetizada em um artigo publicado no ano seguinte na *Revista Estudos Feministas* (Arruda, 1997). Seu trabalho de doutorado, articulando gênero e meio ambiente, analisa os diferentes modelos de diferença e alteridade entre ecologistas e ecofeministas cariocas, explicitando os paradoxos inerentes às representações sociais sobre natureza, feminino e humano. Dentre suas contribuições,

Problematiza-se a estanquidade entre os aparentes opostos diferença e indiferenciação, ao sugerir que uma se alimenta da outra, e que são ambas pedras do mesmo filão. (...) Da mesma forma como as mulheres, os negros, as/os homossexuais e outras minorias instauram o paradoxo ao reivindicarem a igualdade sendo diferentes, os ecologistas o fazem ao reivindicar a indiferenciação humana com a natureza e almejam que a humanidade assuma o protagonismo na resolução da crise ambiental. (Arruda, 1997, p. 259)

Autoras feministas com Donna Haraway, Sandra Harding e Tereza de Lauretis incrementam as análises que Arruda faz, direcionando sua crítica aos essencialismos e aos conceitos universalistas e totalizantes muito presentes nos modelos tradicionais de ciência. Não escapa à sua crítica, inclusive, o próprio conceito de gênero, que para ela perde sua tradição subversiva e transgressora, mediante os novos discursos sobre a diferença. Ou seja,

Ângela Arruda: Então há algum tempo atrás era isso que eu tava pensando, que a diferença não é mais aquela. Agora, eu acho que você tem uma quantidade de novos pensares a respeito da questão da diferença, da igualdade, do gênero, que já tem que pensar tudo de novo. Então você já tem todo o pensamento da Butler, toda queer theory, toda a questão da masculinidade, para levar a gente a novamente conceituar a questão do gênero.

Já Maria Lúcia Miranda Afonso defende sua tese no ano seguinte, em 1997, junto ao programa de pós-graduação em Educação da UFMG. Sua tese, também publicada em livro (Afonso, 2001), investiga as representações de gênero e sexualidade entre adolescentes de ambos os sexos. De acordo com os resultados deste trabalho, as representações atravessadas pelas ideologias moderno-igualitárias estão mais presentes entre adolescentes do sexo feminino de camadas médias e de escolaridade alta, enquanto que aquelas

representações mais tradicionais-hierárquicas aparecem mais entre jovens do sexo masculino de camadas populares e de baixa escolaridade. Como Vera Paiva, Maria Lúcia Miranda Afonso se posiciona criticamente em relação às teorias psicológicas sobre a adolescência, que tendem a vê-la de forma universal e psicologizada. Sua história no feminismo, certamente, a torna sensível a esse tipo de crítica.

Maria Juracy Filgueiras Toneli é outra das entrevistadas que é orientada por Sylvia Leser de Mello no doutorado, concluído em 1997. Em sua tese, investiga a constituição da identidade de gênero em famílias de camadas populares, através do estudo de caso de um homem dono-de-casa. Partindo da teoria sócio-história, Juracy discute como o sujeito se constitui a partir de determinadas possibilidades de existência, ora assumindo, ora desafiando os atributos sociais relacionados à masculinidade. Segundo seu relato,

Maria Juracy Filgueiras Toneli: O trabalho do doutorado me despertou para a coisa da masculinidade. Mas que diabo, se são relações de gênero, por que os homens estão sempre de fora? Ou estão ausentes das discussões ou estão na posição de algozes, daquelas que subjagam as mulheres. Essas discussões me pareciam muito fáceis. Você mantém a bipolaridade, e numa lógica muito manequeísta. E isso não me convencia. Eu via lá o Maurício e era muito engraçado porque ele encarna essa multiplicidade que é o sujeito no mundo, que é polissêmico, polifônico. Múltiplas vozes que falam nele.

É interessante observar também que, tanto Vera Paiva quanto Maria Juracy Filgueiras Toneli, discutem temas não apenas associados à “condição feminina”, ao enfocarem os processos de gênero que atuam sobre sujeitos do sexo masculino. De fato, foi na década de 90, e a partir da difusão da categoria ‘relações de gênero’, que a masculinidade passou a ser contemplada, não só na academia, mas também junto às agências de financiamento à pesquisa, como a Fundação McArthur (Garcia, 1998).

Ainda na década de 90, em 1998, Neuza Guareschi defende sua tese de doutorado, sob a orientação de um importante autor das teorias da resistência, Michael Apple. Vivendo a efervescência dos Estudos Culturais nos Estados Unidos, Neuza acaba desenvolvendo sua tese também a partir das influências

conceituais desse campo. Embora longo, o trecho abaixo sintetiza sua trajetória no doutorado:

Neuza Guareschi: No campo dos estudos culturais, tinham autores mais neo-marxistas, e tinham autores mais culturalistas, que não chegavam a ser pós-estruturalistas, assim como tinham os pós-estruturalistas, principalmente dentro de uma abordagem foucaultiana, e tinham as feministas. Ou, melhor dizendo, os woman studies, que trabalhavam dentro desse campo também. E essas autoras, essa abordagem, era muito interessante. E já trabalhavam o gênero de uma maneira muito diferente daquele gênero de quando eu saí aqui do Brasil. Porque a gente estava só naquela discussão, de que o homem não presta e a mulher é uma coitada. A vitimização da mulher. 'A mulher sofre, é dominada.'. E elas já estavam com uma discussão bem aprofundada, sem essa coisa dicotômica, de binarismos, nada disso. Uma discussão bem mais complexa. Eram questões problematizadas. Elas inseriam toda essa abordagem do discurso, do Foucault. E aí, os estudos culturais traziam assim... A grande questão, que a partir dos novos movimentos sociais, que eram os movimentos sociais de raça, de ecologia, de gênero. Todos esses movimentos traziam a centralidade da cultura, e não mais da classe social. E dentro dessa questão da cultura, da importância da cultura, vinha a grande questão das identidades, e não mais a identidade, como a gente tinha na psicologia, mesmo na psicologia social crítica, ou seja, aquela coisa de um sujeito mais fixo.

Sua inserção nas questões de gênero, portanto, realiza-se dentro de um debate mais amplo sobre as 'identidades' e 'políticas de identidade', conceito que também valoriza em sua tese, como forma de operacionalizar a fluidez e multiplicidade que esse campo reclama. Assim, nunca o gênero é dissociado de outras formas de 'identidades', como a etnia, classe e geração, na análise dos processos sociais que alunos oriundos de camadas populares vivem entre a escola e sua comunidade de origem, tema de sua tese.

Mais recentemente, em 2000, é a vez da defesa de doutorado de Karin Smigay, junto ao PPG em Psicologia Social da PUC-SP. Orientada por um destacado pesquisador do campo da psicologia política, Salvador Sandoval, Karin investiga as formas de violência de gênero na esfera da intimidade. Em

sua tese⁷⁰, a entrevistada retoma, em sua trajetória feminista, uma temática que ela mesma julgava esgotada até antes do doutorado (cf. Smigay, 2000), através do incentivo de Helieth Saffioti, uma de suas principais interlocutoras. É ela que conta como foi essa retomada,

No doutorado, a Saffioti me chamou, me fez um convite para trabalhar num grande survey nacional que ela estava fazendo para mapear a violência denunciada. Aí foi uma hora que eu falei: olha esse campo não está esgotado. Aquilo que a gente supunha que já se tinha falado tudo sobre violência, na verdade, era uma simplificação. Isso me interessa para voltar e discutir isso. Aí eu estava no NEPEM, coordenando o NEPEM nesse momento, e inserimos a pesquisa no NEPEM, envolvendo os alunos de graduação e pós-graduação e fizemos o survey em Minas. Enfiei-me na casa dela durante dez dias. Ela generosamente me cedeu a biblioteca fantástica dela em casa, para poder trabalhar e montar um projeto de doutorado. E continuava trabalhando com os autores da antropologia, da sociologia, verificando quem estava trabalhando nessa área. Nessa época já tinha muita coisa publicada.

Sua tese articula argumentos marxistas sobre o debate sobre gênero e patriarcado, vindos da influência de Helieth Saffioti, com as questões debatidas por Veronique Nahoum-Grappe sobre atrocidade e ainda Daniel Welzer-Lang e Filomena Gregori sobre violência, entre outras referências. O grande salto de sua tese, foi o desenvolvimento de um ponto de vista para além do pressuposto da vitimização dos sujeitos, ao abordar a violência como fator constituinte do vínculo de intimidade.

No ano seguinte, sua amiga Maria Ignez Moreira defende sua tese, enquanto doutoranda da mesma universidade e programa. Maria Ignez é orientada por Silvia Lane, uma das pessoas responsáveis pela virada epistemológica que a psicologia social brasileira vive na PUC-SP a partir da década de 80. Analisando de modo crítico o fenômeno de gravidez na

⁷⁰ É interessante observar o quanto na parte de agradecimentos da tese ficam evidentes os vínculos afetivos existentes entre Karin Ellen von Smigay, Maria Ignez Moreira, Maria Lúcia Afonso e Marília Mata Machado, para quem Karin dedica a tese.

adolescência, Maria Ignez articula as categorias de gênero e gerações em seus atravessamentos mútuos. Conforme ela mesma,

Maria Ignez Moreira: Então quando eu peguei na tese de doutorado, a questão da gravidez entre meninas adolescentes, eu discuti o fenômeno de mães adolescentes e jovens avós. Tentando pensar o que é isso, qual é a geração das mães adolescentes e jovens avós.(...) Dentro das relações de gênero, tem a relação intragênero, que é uma outra maneira da gente despolarizar essa história, porque nisso os estudos de gênero ficaram muito polarizados, com a relação homem e mulher.

O resultado de sua investigação se expressa através de uma rica análise da atuação das transformações de geração sobre as mudanças nas relações de gênero e vice-versa⁷¹ (Moreira, 2001). Nesse sentido, analisando as interações entre jovens avós e suas filhas, mães adolescentes, dialoga fortemente com as teorias de gerações, com especial destaque para o italiano Giuseppe Ferrari.

Maria Eunice Guedes é a última das entrevistadas a entrar no doutorado, o qual também está realizando na PUC-SP, sob orientação de Sérgio Ozella, psicólogo social reconhecido por sua pesquisa com adolescentes. Sua tese, tendo como foco a violência sexual contra adolescentes, está em construção. Para tanto, baseia-se em sua experiência junto ao hospital universitário da UFPA onde, desde 1999, desenvolve trabalhos de atenção à saúde mental de crianças e adolescentes vítimas de violência.

Como pode ser notado, não foi discutida a tese de Sylvia Leser de Mello, embora seja indiscutível sua importância na constituição desse campo. Em realidade, sua tese, publicada em livro na década de 70 (Mello, 1975), discute as circunstâncias de formação e atuação do psicólogo em São Paulo e foi utilizada para compreender aqui as condições de formação de algumas das entrevistadas. Sua orientadora, Carolina Bori⁷², como já dito anteriormente, foi

⁷¹ Uma síntese de sua tese pode ser encontrada em Moreira (2002).

⁷² É interessante notar que a tese de livre-docência de Carolina Bori (Bori, 1969), defendida em 1969, versava sobre família, conjugalidade e as transformações devidas à urbanização e industrialização crescente no país, temáticas que tangenciam os estudos de gênero produzidos na década de 70 e 80 e que se aproximam de alguns dos trabalhos de Sylvia Leser de Mello.

uma das pessoas mais importantes para o processo de consolidação da psicologia como ciência no Brasil. Trata-se de um trabalho que, pelo teor crítico e pelos dados que analisa, é pioneiro em construir um panorama sobre a fragmentação teórico-epistemológica da psicologia e também sobre a alienação social das formas de sua aplicação.

Diante disso, a influência de sua tese se dá de maneira indireta para os estudos de gênero, na medida em que reflete seu esforço de construir uma psicologia social diferente daquelas que existiam na época, como a vertente liderada por Aroldo Rodrigues. Desde a década de 70, junto com Ecléa Bosi e Dante Moreira Leite, seus colegas da USP, Sylvia já lutava para fazer emergir novas vertentes mais críticas na produção do conhecimento em psicologia social no Brasil. Por outro lado, ao acolher entre suas orientandas de tese pesquisadoras sobre questões de gênero, Sylvia também representou um canal importante para que problemáticas como identidade e homossexualidade, masculinidade, classe e família, vulnerabilidade ao HIV e gênero, pudessem ser enfocados pela pesquisa acadêmica em psicologia no Brasil.

De modo geral, podemos identificar uma variedade de temas que constituíram foco das teses das entrevistadas, decorrentes de suas trajetórias pessoais e profissionais. Nesse sentido, a relativização da categoria mulher, a incorporação das teorias da resistência e a articulação das categorias gênero, etnia, classe e geração pareceram as principais conquistas teóricas que as informantes produziram, contribuindo assim para a incorporação e qualificação dos estudos de gênero na psicologia.

Se o mestrado foi para muitas a oportunidade de coadunar seus interesses feministas com os acadêmicos, o doutorado já representou um momento de avanço conceitual. Essa diferença entre os dois momentos de formação intelectual, devida às características entre os dois níveis de pós-graduação, dependeu também dos períodos em que realizam seus cursos, como também reflete o resultado do progressivo aumento de seu compromisso com a vida acadêmica e suas demandas de produção científica. O projeto de ser 'militante feminista acadêmica', para algumas, implicou a busca de um reconhecimento social que já era usufruído no feminismo, mas ainda não na

academia. Por isso, o investimento na carreira profissional tornou-se foco, levando-as buscar um maior capital cultural (Bourdieu, 1983, 2004).

O reconhecimento de sua competência no âmbito acadêmico, desdobrou-se também no fato de que as informantes, no curso de suas trajetórias profissionais, assumiram importantes cargos nas instituições e associações acadêmicas onde trabalharam⁷³. Nos termos de Bourdieu (2004, p. 35), a busca por esse tipo de capital científico “temporal” ou “político”, evidencia que a posição acadêmica das entrevistadas é menos de ruptura e mais de integração com as formas de poder simbólico desse contexto. Trata-se de algo comum no campo intelectual feminista brasileiro, como produto das estratégias “de corda bamba” das intelectuais feministas (Costa, 1994), produzando aliar interesses políticos com os institucionais e, em sua maioria, inserindo-se na academia sem grandes rupturas com sua lógica interna de poder e organização (Zanotta-Machado, 1997; Heilborn & Sorj, 1995; Sorj, 2004).

A exemplo do que realiza Mariza Peirano (1992) em relação à antropologia, com base na idéia de linhagens acadêmicas que definem o atravessamento de perspectivas antropológicas entre diferentes gerações de acadêmicos e seus herdeiros intelectuais, é possível verificar aqui a existência de linhagens pertinentes ao campo de estudos de gênero na psicologia. Em Minas Gerais, por exemplo, a influência de Glaura Vasques de Miranda parece ter sido significativa para que a região se tornasse um centro de reflexões feministas, através do trabalho pioneiro de Maria Lúcia Miranda Afonso que, por sua vez, vem a ser uma das mediadoras principais das reflexões de gênero

⁷³ São exemplos desse fato: Nara Bernardes, Maria Lúcia Afonso, Marlene Strey, Maria Lúcia Rocha-Coutinho e Maria Juracy Filgueiras Toneli foram coordenadoras de cursos de pós-graduação, Karin Smigay e Neuza Guareschi foram presidentes da ABRAPSO, Maria Ignez Moreira foi coordenadora adjunta do curso de psicologia da PUC-MG, Sylvia Leser foi diretora de unidade e chefe de departamento do Instituto de Psicologia da USP, Vera Paiva foi representante do departamento de psicologia social e do trabalho na comissão de pesquisa da USP, Juracy Toneli é diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, Maria Eunice Guedes foi chefe do departamento de psicologia social da UFPA, Tania Galli Fonseca foi Vice-Diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Fúlvia Rosemberg foi Coordenadora de Ciências Humanas e Sociais da FAPESP, além da maioria das entrevistadas terem feito parte de comitês editoriais de importantes periódicos científicos.

de Maria Ignez Moreira. O mesmo vale para Juracy Siqueira e Vera Paiva, em parte influenciadas pelas perspectivas de Sylvia Leser de Mello, aqui considerada uma 'fundadora de linhagem', em razão de sua abordagem em relação às camadas populares e às dimensões de gênero constituintes desse universo social. De modo similar, Nara Bernardes ocupa um papel fundamental de referência pioneira para constituição do campo gaúcho dos estudos de gênero na psicologia, a partir da geração acadêmica de Neuza Guareschi, Tânia Galli Fonseca e Marlene Strey. Tal processo de transmissão intelectual, contudo, não se reduz nunca à simples reprodução de perspectivas teóricas e metodológicas, pois, como aponta Peirano, em relação à antropologia,

É sobre a tensão entre o presente teórico e a história da disciplina que a tradição da antropologia [ou de qualquer campo científico, AHN] se transmite, resultando que, no processo de formação, cada iniciante estabelece sua própria linhagem com inspiração, de acordo com preferências que são teóricas, mas também existenciais, políticas, às vezes, estéticas e mesmo de personalidade. (Peirano, 1992, p. 37)

Em razão disto, como alerta Correa (1997), tão importante quanto analisar o conjunto destas influências e linhagens, é compreender a atuação contextualizada de cada protagonista. É nesse jogo de forças que a produção intelectual se realiza, determinada pelos fatores culturais, históricos e políticos que constituem os estilos, questões e narrativas próprias do contexto analisado.

É digno de nota o fato de que algumas das dissertações e teses das entrevistadas são pioneiras, não apenas para os estudos de gênero na psicologia, mas também em outros campos próximos. Fúlvia Rosemberg, por exemplo, pioneira em vários aspectos, foi também uma das pesquisadoras a inaugurar a análise da infância do ponto de vista da história social, problematizando a questão da subordinação de idade. Já a dissertação de Marília Machado, defendida em 1972, é uma das primeiras a utilizar no Brasil a filosofia de Michel Foucault para a análise de uma instituição. O mesmo vale para a dissertação de Maria Juracy Filgueiras Toneli, concluído em 1988, ao utilizar o mesmo filósofo na análise do cotidiano escolar. Temos ainda Ângela Arruda, como uma das primeiras brasileiras a pesquisar com base na teoria das representações sociais, hoje extremamente difundida e Vera Paiva como

pesquisadora que traz para a psicologia social a investigação sobre os processos sociais que atuam na transmissão do HIV. E por último, a já citada por sua relevância, Sylvia Leser de Mello, autora de importantes estudos sobre a organização familiar entre camadas populares e também uma referência importante na área da psicologia escolar.

Cumpram destacar também que duas das entrevistadas realizaram pós-doutorado, a saber, Fúlvia Rosemberg e Vera Paiva. Fúlvia chega a fazer, inclusive, dois pós-doutorados, sendo um deles na área da psicologia social na *Université René Descartes* (1988) na França, e outro na Cornell University (1992), nos Estados Unidos. Já Vera Paiva, leva ao pós-doutorado na University of Califórnia nos Estados Unidos (1997) temas que aprofundam questões do campo da saúde pública, onde se enquadra boa parte de sua produção científica. Esse momento de suas trajetórias parece ser mais um desdobramento de esforços anteriores, ou um momento de síntese de reflexões anteriormente desenvolvidas. Maior influência parecem ter tido seus mestrados e doutorados, como oportunidades de crescimento e enriquecimento intelectual.

Gênero e trajetória profissional

Vale considerar aqui que o delineamento dessas trajetórias profissionais é marcado pelo gênero das entrevistadas. Sendo mulheres, vivem muitos dos processos que analisam em seus textos e constroem seus caminhos a partir das possibilidades concretas de existência das mulheres nas sociedades ocidentais moderno-contemporâneas. Isso significa que as formas de dominação/submissão que denunciam e as condições desiguais das mulheres no mundo do trabalho também atuam direcionando seus percursos e trajetórias (Born, 2001).

No curso das entrevistas, foi possível identificar dois níveis de atuação do gênero na construção das trajetórias profissionais das entrevistadas.

O primeiro nível, mais complexo, é o das escolhas, ou seja, do quanto o fato de ser mulher numa cultura como a nossa, implicou em seguir determinados trajetos. Já se mencionou aqui que a consciência da condição de desigualdade da mulher na sociedade, promoveu o engajamento no feminismo

e a opção pela investigação sobre mulher e gênero. Contudo, há um outro plano social em que o gênero atuou e que envolve o contexto das relações de intimidade das entrevistadas.

Duas entrevistadas, referindo-se às razões de escolherem realizar mestrado em outro país, durante a década de 70, comentaram que estavam acompanhando seus companheiros/esposos, também professores universitários em processo de formação acadêmica. Suas opções quanto aos programas de pós-graduação estiveram relacionadas, conforme seus relatos, àqueles que estavam próximos às universidades às quais seus maridos estavam vinculados. Embora dentro de um universo de conciliação conjugal, fica claro que as desigualdades pautadas pelo gênero atuaram nesse processo, colocando as opções das mulheres como secundárias em relação às do marido. Assim,

(...), ao entrar no mundo público pelo caminho da inserção universitária (e também política e profissional), as mulheres tiveram que fazer coexistir em sua vida cotidiana duas lógicas e espaços de poder contrapostos: mundo público e mundo privado (Fernández, 1993). Trata-se de dois tipos de espaços especialmente contrastantes, com lógicas, critérios de avaliação e prioridades completamente dessemelhantes, que exigem formas de pensar, sentir e atuar diferenciadas. (Yannoulas, Vallejos & Lenarduzzi, 2000, p. 436)

Na árdua tarefa de conciliação destas duas lógicas, podem ter se produzido certas desvantagens na construção de suas trajetórias profissionais quando comparadas às dos homens. A esfera das relações e atividades privadas historicamente recai muito mais sobre as trajetórias profissionais femininas, restringindo, muitas vezes, o universo de escolha das mulheres.

Em contrapartida, uma delas relatou em sua entrevista o fato de que, em seu caso, o marido deixou seu emprego para acompanhá-la durante seu doutorado no estrangeiro, dividindo igualmente as tarefas domésticas nesse período. Tratava-se do final da década de 90, quando o modelo igualitário de conjugalidade já estava bastante difundido no contexto de camadas médias (cf. Salém, 1989; Velho, 1994). O foco de incidência dos preconceitos de gênero, contudo, atuaram sobre o casal. Em seu relato, a entrevistada descreve o quanto as pessoas que os conheceram no exterior,

estranhavam o fato de seu marido não exercer atividade fora do âmbito doméstico.

Um segundo nível em que o gênero atua sobre as trajetórias profissionais se relaciona com a maternidade, vivenciada por grande parte delas. Quatro das entrevistadas citaram o fato de que adiaram seus projetos profissionais, como os de ingresso no mestrado ou doutorado, em razão de terem de investir boa parte de seu tempo nas tarefas da maternidade. Muitas justificaram sua entrada tardia no doutorado, ou em assumir determinados projetos profissionais, por terem filhos pequenos na época em que as primeiras oportunidades surgiram.

Quando se coloca em foco a questão da maternidade e suas conseqüências para a carreira profissional, exacerbam-se ainda mais as desigualdades de gênero no contexto da atividade acadêmica. O fato de que a exigência de priorizar a família em detrimento da vida profissional ainda recai muito mais sobre as mulheres, resultado da naturalização dos cuidados com os filhos como atividade exclusiva e prioritária das mulheres. Em outras palavras, na negociação entre as demandas familiares e as profissionais, quando comparamos cientistas homens e mulheres, conforme demonstra Londa Schienbinger (2001), os homens ainda possuem uma situação mais confortável do que as mulheres. Por conseguinte, não podemos compreender os diferentes momentos da carreira acadêmica das entrevistadas como motivados apenas por fatores relacionados ao espaço público. Acontecimentos da vida privada das entrevistadas, os quais seria impossível esgotar aqui, evidentemente, também foram determinantes das trajetórias analisadas. Assim,

Os arranjos domésticos são parte da cultura da ciência. Apesar da distinção histórica entre as esferas doméstica e pública, a vida privada não está separada da vida pública. E o conflito que muitas mulheres encontram entre família e carreira também não é apenas um assunto privado. (Schienbinger, 2001, p. 183).

Historicamente, a produção do conhecimento sempre pressupôs que o profissional disponha de uma estrutura que permita a disponibilidade integral ao trabalho, possível pela existência de alguém que organiza o lar e a vida privada. Por outro lado, como demonstra Schienbinger, dispor de

empregados/as ou babás, não garante a plena dedicação da mulher ao trabalho e mesmo que se sintam dividindo os afazeres domésticos, os homens ainda não assumiram as tarefas da casa de maneira equivalente às mulheres. Deste modo, supõe-se aqui que, em geral, as dificuldades para as mulheres ingressarem e concluírem seus mestrados e doutorados e produzirem conhecimento, acabam sendo maiores, em função da dupla jornada de trabalho que vivenciam cotidianamente muitas pesquisadoras.

Ficou evidente nas análises anteriormente realizadas, que muitas já tinham uma vasta experiência no ensino e na pesquisa quando ingressaram no mestrado e/ou doutorado. Ademais, entre as entrevistadas houve, inclusive, abandono de oportunidades de titulação em função de circunstâncias pessoais de vida. Por trás destas questões, existe a marca do gênero, desfavorecendo os esforços das mulheres pela conquista de um maior capital cultural.

O feminismo já demonstrou que a ciência, além de não ser neutra, também é influenciada pela posição de sujeito de quem a produz. O conhecimento é um produto humano, contudo situado, implicado pelos lugares de gênero, geração, classe, etnia etc de quem o enuncia, diz Ilana Löwy (2000). Do mesmo modo, as circunstâncias concretas de vida, incluindo aí os bastidores do cenário da produção intelectual, também são elementos constituintes destas protagonistas na construção de um campo científico.

Essas questões derivam, todavia, de acontecimentos relatados de maneira espontânea por parte das entrevistadas e não constitui foco desta tese, sendo discutidos aqui apenas para enriquecer a compreensão sobre as condições de possibilidade das trajetórias acadêmicas das informantes. Nesse sentido, as afirmações acima se baseiam naquelas que fizeram menção a esses eventos como demarcadores de escolhas e caminhos profissionais, sendo um dado pouco generalizável para as demais, na medida em que preferi não aprofundar aspectos da vida privada no curso das entrevistas. Futuros estudos poderão desenvolver mais a relação entre esses aspectos e sua incidência na construção das trajetórias acadêmicas, dado que as limitações desta tese impedem a plena exploração desta questão.

Por ora, parece ser importante salientar que, a despeito da singularidade de cada trajetória analisada anteriormente, os projetos próprios de cada entrevistada no meio político e acadêmico se entrelaçam nas características e circunstâncias cotidianas comuns de suas vidas (Born, 2001). Velho (1994) aponta para importância de se ressaltar a relação de projetos particulares, pelo fato dos aspectos comuns destes atuarem na integração de indivíduos em torno de objetivos semelhantes. Compartilhando influências pessoais e teóricas, objetivos políticos e acadêmicos, as informantes, através de momentos ora mais ora menos sistemáticos, protagonizaram a inserção dos estudos de gênero na psicologia, realizada justamente pelo atravessamento dessas (e outras) trajetórias e das ações coletivas que se desdobraram delas.

7. Aspectos institucionais dos estudos de gênero na psicologia brasileira

Nesse capítulo desejo dar relevo a outros aspectos institucionais não mencionados anteriormente e que atuam na constituição do campo de estudos de gênero na psicologia. Para tanto, a partir da tabela abaixo, descrevo os principais núcleos onde as pesquisas das informantes são desenvolvidas, bem como registro alguns dados interessantes sobre a inserção destas no contexto dos cursos de graduação e pós-graduação em que trabalham nas universidades.

Tabela 6: Distribuição das entrevistadas quanto aos programas de pós-graduação em que atuam, de acordo com áreas de concentração, linhas de investigação, laboratório/núcleo e disciplinas ministradas.

Entrevistada	PPG	Área de Concentração	Linha de Investigação	Lab., Grupo Núcleo	Disciplinas Ministradas na pós
Ângela Arruda	PPG em Enfermagem (M/D) / PPG em Saúde Coletiva (M) UFRJ	Enfermagem no Contexto Social Brasileiro/ Representação e Práticas Sociais em Saúde	Enfermagem e Sociedade/ Representações Sociais e Saúde	Imaginário e Representação Social do Brasil (CNPq)	Questões Emergentes na Prática de Enfermagem: o estudo das representações sociais/ Metodologia Qualitativa da Pesquisa em Enfermagem: o estudo das Representações sociais/ Teoria das Representações sociais
Fúlvia Rosemberg	PPG em Psicologia Social (M/D) PUC-SP	Psicologia Social	Aportes da Psicologia Social à Compreensão de Problemas Sociais	NEGRI – Estudos de Gênero, Raça e Idade.	Metodologia da Pesquisa em Psicologia Social/ Teorias e Pesquisas sobre Relações de gênero/ Teorias e Pesquisas sobre Relações Raciais no Brasil/ Teorias e Pesquisas sobre Construção Social da Infância
Maria Juracy F. Toneli	PPG em Psicologia (M/D) UFSC	Constituição do sujeito e práticas sociais	Masculinidades, sexualidades, gênero e geração	Modos de vida, Família e Relações de Gênero	Estudos de Gênero e Psicologia/ Seminários de Pesquisa em Psicologia
Maria Lúcia	PPG em Psicologia (M)	Psicologia Social	Processos grupais nas instituições	NEGA (Núcleo de Estudos de Gênero e	Prática de Pesquisa em Psicologia Social / Tópicos Avançados em

Miranda Afonso	UFMG			Afetividade) NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher)	Técnica de Pesquisa/ Tópicos Especiais em Psicologia social / Encontros Interdisciplinares com a Psicologia Social/ Prática de Pesquisa em Psicologia Social / Psicossociologia da Família/ Metodologia em Psicologia Social
Karin Smigay	PPG em Psicologia (M) UFMG	Psicologia Social	Processos Psicossociais e relações de Gênero, Raça e Etnia	NEGA NEPEM e Nucleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais	Não consta no Currículo Lattes
Maria L. R. Coutinho	PPG em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (M/D) UFRJ	Psicos. De Comunidades e Ecologia Social	Discurso e Construção de Identidades e Subjetividades/ Gênero e Ecologia	EICOS (Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social)/ Discurso e Construção de Identidades e Subjetividades	Cultura Brasileira Análise do Discurso Pesquisa: Tese de Mestrado
Marlene Strey	PPG em Psicologia (M/D) PUC-RS	Psicologia Social e da Personalidade	Teorias e Práticas Psicossociais e Culturais Críticas	Relações de Gênero, Trabalho e Subjetividade	Desenvolvimento Humano/ Personalidade e Cultura/ Psicologia das Relações Interpessoais/ Gênero, Sexo e Personalidade/ Seminário de Pesquisa/ Seminário Temático/ Processos de Socialização e Linguagem
Maria Ignez Moreira	PPG em Psicologia (M) PUC-MG	Processos de subjetivação e espaços psicossociais	Instituições, Família e Organizações do trabalho	Grupo de Pesquisa sobre Infância, Família e Sociedade	Tópico Especial: Identidade, Etnia e Gênero/ Estudos sobre gênero e geração/ Metodologia de Pesquisa/ Psicossociologia da Família
Marília da Mata Machado	PPG em Psicologia UFMG (M)	Psicologia Social	Pesquisa e intervenção psicossociológicas em favelas	LAPIP – (FUNREI) Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial	Psicologia Social/ Prática de pesquisa/ Estudo especial/ Psicossociologia da Violência/ Seminário de Pesquisa II e III
Neuza Guareschi	PPG em Psicologia (M/D) PUC-RS	Psicologia Social e da Personalidade	Teorias e Práticas Psicossociais e Culturais Críticas	Estudos Culturais, Identidades/ Diferenças e Teorias Contemporâneas	Pesquisa Participante em Psicologia/ Psicologia Social/ Estudos Culturais e Teorias Contemporâneas

				a	
Nara Bernardes	PPG em Educação (M/D) PUC-RS	Educação	Desenvolvimento da Pessoa, Saúde e Educação	GEERGE, Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero/ Educação, subjetividade e gênero	Educação, Subjetividade e Gênero / Pesquisa Ação Participante/ Educação na Trama das Diferenças e Desigualdades
Sandra Azeredo	PPG em Psicologia UFMG (M)	Psicologia Social	Processos Psicossociais e Relações de Gênero, Raça e Etnia.	NEPEM/Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher/ Gênero, Raça e Política na Psicologia	Relações de Gênero Seminário sobre Linguagem e Escrita
Sylvia Leser	PPG em Psicologia (M/D) USP/SP	Psicologia Social	Psicologia Social de Fenômenos Histórico-Culturais específicos	Laboratório de Estudos da Família, do Gênero e da Sexualidade	Problemas humanos no trabalho / Ação e submissão: a ambigüidade na experiência de Franz Kafka
Tânia Galli Fonseca	PPG em Psicologia Social e Institucional (M) UFRGS	Psicologia Social e Institucional	Subjetividades Contemporâneas, Discursos e Sintomas Sociais.	GEERGE e Grupo de Pesquisa Modos de Trabalho, Modos de Subjetivar	Seminário de Pesquisa II Tempo e Subjetividade Tópicos Especiais
Maria Eunice Guedes	Não atua	Não atua	Não atua	GPEM (Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes)	Não atua
Vera Paiva	PPG em Psicologia (M/D) USP/SP	Psicologia Social	Psicologia Social, Saúde Coletiva e Política.	NEPAIDS (Núcleo de Estudos para Prevenção da AIDS), no Laboratório de Estudos da Família, do Gênero e da Sexualidade	Avaliação de Programas de intervenção na área de Sexualidade e da Prevenção Primária e Secundária de Aids/ Metodologia de Pesquisa em Psicologia Social/ Pesquisa Científica em Psicologia Social: abordagens, métodos e técnicas/ Sexualidades e Gêneros em Contextos Psicossociais Diversos

Fonte: Análise dos Currículos Lattes das Entrevistadas, via site do CNPq (www.cnpq.br) e site da CAPES www.capes.gov.br, [acessos em maio de 2003].

O conjunto destes dados aponta para o fato que a psicologia social e os conceitos próprios desse campo compõem as referências fundamentais do

trabalho acadêmico das entrevistadas. Embora a enfermagem e a educação apareçam como campos nos quais os trabalhos de pós-graduação de algumas entrevistadas se desenvolvem, é a psicologia social o campo disciplinar que melhor as engloba. As disciplinas que ministram estão direta ou indiretamente relacionadas com esse campo e pautam-se em uma gama bastante diversa de temáticas, destacando-se questões como a identidade, a família, o trabalho, a subjetividade, a sexualidade. A articulação destes temas com gênero e com outras categorias como geração, etnia e classe, é outro aspecto que se observa nesses dados.

É também interessante notar que uma parte significativa das entrevistadas ministra disciplinas relacionadas a metodologias de investigação. Isso pode ter relação com o fato de que as inovações metodológicas dos estudos de gênero são parte dos ensinamentos que enfocam junto aos alunos de mestrado e doutorado, favorecendo a incorporação destas inovações por parte das novas gerações de pesquisadores.

Núcleos e grupos de pesquisa

Os Núcleos e Grupos de Pesquisa sobre mulher/gênero, criados na maioria durante as décadas de 80 e 90, constituíram-se em torno de questões pertinentes ao feminismo e agregaram pesquisadoras que se vinculavam ao movimento de mulheres, ou interessavam-se por seus debates. O papel destes núcleos é central como contexto formador de pesquisadores e pesquisadoras e para o apoio aos cursos de pós-graduação que se abrem às temáticas feministas. É possível, inclusive, responsabilizá-los em parte pela legitimidade que a categoria gênero tem obtido no meio acadêmico das ciências humanas, e pela qualidade do trabalho interdisciplinar que as pesquisas brasileiras sobre gênero têm construído (Costa, 1994).

Abaixo, temos o detalhamento dos dados referentes aos núcleos e grupos de pesquisa das entrevistadas, de acordo com sua sede, ano de criação, campos temáticos e as atividades desenvolvidas.

Tabela 7: Distribuição dos diferentes núcleos/grupos/programas de pesquisa aos quais as pesquisadoras entrevistadas estão vinculadas.

Grupo/Núcleo/Programa	Sede	Ano de Criação	Campos Temáticos	Atividades
EICOS – Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social ⁷⁴	UFRJ	1983	Desenvolvimento Sustentável, Participação, Solidariedade, Gênero e Desenvolvimento.	Ensino e pesquisa
NEPEM – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher ⁷⁵	UFMG	1984	Mulher e Gênero	Ensino, pesquisa e extensão.
Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais	PUC-SP	1986	Comportamento Político e Ações Coletivas	Pesquisa
NEGRI – Núcleo de Estudos sobre Gênero, Raça e Idade ⁷⁶	PUC-SP	1988	Infância, Gênero, Raça, Gerações, Políticas Públicas.	Ensino e Pesquisa
NEGA – Núcleo de Estudos sobre Gênero e Afetividade	UFMG	1989	Gênero e Afetividade	Ensino, pesquisa e extensão.
GEERGE – Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero ⁷⁷	UFRGS	1990	Gênero, Sexualidade, Etnia, Classe, Religião, nacionalidade, em articulação com a Educação.	Ensino e Pesquisa
NEPAIDS – Núcleo de Estudos para Prevenção da AIDS	USP	1991	Prevenção à AIDS, Vulnerabilidade e Modelos Preventivos, Participação Política e ONGs.	Ensino, pesquisa e extensão
Gênero, Raça e Política na Psicologia.	UFMG	1993	Construção da Identidade nas Relações Sociais	Ensino, Pesquisa e Extensão
LEFAM - Laboratório de Estudos da Família, do Gênero e da Sexualidade.	USP	1993	Gênero, Família e Sexualidade.	Ensino, pesquisa e extensão.
GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisa “Eneida de Moraes”	UFPA	1994	Gênero, Arte e Literatura; Gênero, Saúde e Violência; Gênero, Identidade, Cultura; Mulher e Participação	Ensino, pesquisa e extensão.

⁷⁴ Informações retiradas do site <http://www.eicos.psych.ufrj.br>, acesso em setembro de 2004.

⁷⁵ Informações retiradas do site <http://www.fafich.ufmg.br/>, acesso em setembro de 2004.

⁷⁶ Informações retiradas do site <http://www.pucsp.br/pos/pssocial/sobre/nucleos.html>, acesso em setembro de 2004.

⁷⁷ Informações retiradas do site <http://www.ufrgs.br/faced/geerge>.

			Política; Mulher, Relações de Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento.	
Educação, subjetividade e gênero.	PUC-RS	1996	Construção das Subjetividades em Cenários Educacionais Diversificados, problematizando esse processo na perspectiva das Relações de Gênero, raça/etnia, classe social e idade.	Ensino, pesquisa e extensão.
Modos de vida, família e relações de gênero.	UFSC	1996	Gênero, Gerações, Subjetividade, Saúde Reprodutiva, Família e Masculinidade.	Ensino, Pesquisa e Extensão
Discurso e Construção de Identidades e Subjetividades	UFRJ	2000	Estudos sobre Gênero, Meio Ambiente e Desenvolvimento.	Pesquisa
Grupo de Pesquisa Modos de Trabalhar, Modos de Subjetivar.	UFRGS	2000	Trabalho e Constituição do Sujeito	Pesquisa
LAPIP- Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial	UFSJ	2000	Conhecimento, Subjetividade e Práticas Sociais.	Pesquisa
Estudos Culturais, Identidades/Diferenças e Teorias Contemporâneas.	PUC-RS	2001	Estudos Culturais, Identidades/Diferenças e Teorias Contemporâneas.	Ensino e Pesquisa
Imaginário e Representação Social do Brasil	UFRJ	2002	Representações Sociais, Nacionalidade e Imaginário Social	Pesquisa

Fonte: Home-pages das universidades-sede, entrevistas e plataforma Lattes.

Como argumenta Costa (1994) a inserção dos debates sobre mulher e gênero nas universidades brasileiras se deu inicialmente nos núcleos de pesquisa e nos programas de pós-graduação, em razão da maior possibilidade de flexibilidade curricular, ausente na estrutura das graduações. Essa flexibilidade permitiu aos núcleos incorporarem mais facilmente entre suas atividades de pesquisa, as questões de gênero. Isso se reflete nos anos de criação destes núcleos, que acompanham bem a cronologia da emergência do campo intelectual feminista, desde a década de 70, com a gênese desse campo, e o auge de sua produção, na década de 90.

Destaco, a seguir, algumas particularidades desses núcleos e grupos, visando apontar sua importância para a inserção do campo intelectual feminista na psicologia. As informações sobre suas características foram

retiradas de diversas fontes, desde o conhecimento *in loco* do pesquisador, os sites oficiais dos núcleos, plataforma lattes e os depoimentos das entrevistadas.

O Programa EICOS, onde a entrevistada Maria Lúcia Rocha-Coutinho atua, configura-se como um núcleo de ensino, pesquisa e pós-graduação, investigando as temáticas do desenvolvimento, o meio ambiente e comunidades. Suas ações passaram a obter um maior fôlego pela conquista da primeira Cátedra UNESCO⁷⁸ de Desenvolvimento Durável da América Latina, a partir de uma convenção assinada entre a UNESCO e a UFRJ. No conjunto de seus trabalhos, a categoria gênero é articulada com questões sobre o desenvolvimento sustentável, o empoderamento de mulheres, a memória cultural de mulheres, e também utilizada como fundamento para as reflexões metodológicas. Maria Lúcia coordena o grupo de pesquisa “Discurso e Construção de Identidades e Subjetividades”, vinculado ao Curso de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social e, portanto, ao EICOS, onde atualmente desenvolve a pesquisa “Construindo uma ‘nova’ maternidade: discursos e experiências de mães com uma carreira profissional”. Além de Maria Lúcia, destaca-se também a pesquisadora Maria Ignácia D’Avila Neto, cujos trabalhos sobre o empoderamento de mulheres, a equidade de gênero e o desenvolvimento social são uma referência no campo da ecologia social e da pesquisa sobre comunidades e meio ambiente.

Também na UFRJ, a entrevistada Ângela Arruda coordena o Grupo de Pesquisa “Imaginário e Representação Social do Brasil”, onde investiga a questão da nacionalidade e da instituição imaginária da sociedade, a partir do olhar da psicologia social. Os estudos de gênero, embora não constituam seu foco central, são articulados com a teoria das representações sociais em pesquisas sobre o ambientalismo, saúde e movimentos sociais.

O NEPEM, ao qual a maior parte das entrevistadas de Minas Gerais está vinculada foi criado em 1984, para congregar todas as pesquisadoras da UFMG

⁷⁸ Uma cátedra UNESCO significa a visibilidade internacional da produção de um núcleo de ensino e pesquisa, bem como o apoio da Organização das Nações Unidas para as atividades realizadas nesse contexto.

que tinham como tema de pesquisa a questão da mulher. Atualmente, está vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG, sobretudo ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maria Lúcia Miranda Afonso é que resgata a história desse núcleo:

Maria Lúcia Miranda Afonso: Para nós foi um impacto muito grande. Por que? Marília da Mata Machado, Elisabeth Bonfim, eu, a Karin, depois Sandra Azeredo, de repente o setor de psicologia social tinha um monte de pesquisadoras que tinham empunhado essa categoria, essa bandeira de estudos e pesquisas. E na UFMG, eu não sei exatamente o ano, houve a criação do NEPEM. O NEPEM que é o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher, surge na Faculdade de Economia, junto ao pessoal da demografia, com a Glória Vasquez, que na época era pró-reitora. Então a UFMG já tinha seu Núcleo de Pesquisa e a gente acaba também trabalhando no NEPEM, depois a gente trouxe o NEPEM para a FAFICH, mas antes a gente fez a criação do NEGA, quase concomitante ao Mestrado em Psicologia.

Como disse a entrevistada, ao NEPEM se vincula o NEGA, que se origina na psicologia e que, para Karin Smigay,

(...) tem sido mais um agrupamento e um esforço em encontrar quem estava trabalhando com afetividade e gênero, de poder se encontrar e trocar suas experiências, o que significou agrupar o pessoal da psicologia, que não estava tendo muita interlocução. Era uma estrutura mínima, que funciona muito precariamente e que ficou desativada quase dez anos. E agora revive e que se encontra na hora de fazer eventos.

Também sobre o NEGA e sua função afetiva, Maria Lúcia Miranda Afonso lembra:

O mestrado começou num ano, no ano seguinte a gente cria o NEGA, associado ao mestrado, que já se chamava Núcleo de Estudos de Gênero e Afetividade. NEGA foi proposital. Não sei se a Karin te contou que a gente brinca 'nega do NEGA', 'neguinha', tem toda uma questão do afetivo.

Sandra Azeredo participou do NEPEM, inclusive como coordenadora em 1998. No entanto, hoje atua em seu grupo de pesquisa, chamado “Gênero, raça e política na psicologia”, desenvolvendo investigações no campo da psicologia social e dos estudos feministas, enfocando os temas da prostituição, violência, identidade e alteridade. Dentre os trabalhos realizados ou em curso, estão um sobre prostituição e gênero e outro que analisa processos interacionais de um

grupo de mulheres vítimas de violência, coordenado pela própria Sandra e do qual participam suas estagiárias e estagiários do curso de psicologia.

Do mesmo modo, Karin Smigay hoje participa também do Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais, liderado pelo professor Salvador Antonio Meireles Sandoval, da PUC-SP. Dentre os temas que são investigados nesse núcleo, destacam-se a psicologia dos movimentos sociais, valores e crenças políticas, relações raciais, comportamento político institucional, psicologia social da violência e comportamento eleitoral. Karin Smigay representa nesse núcleo, a incorporação das questões de gênero na análise dos processos de violência, como a análise das formas de estupro praticadas nos conflitos ocorridos nos Bálcãs na década de 90.

Já Marília da Mata Machado, atualmente trabalha junto à Universidade Federal de São João Del Rei, junto ao LAPIP, Laboratório de Pesquisa e Intervenção Social. Os trabalhos desenvolvidos nesse laboratório, enquadram-se em duas linhas de pesquisa: “práticas sócio-culturais e saber docente” e “trabalho, identidade e saúde”. Vinculada a essa segunda linha, a referida entrevistada desenvolve pesquisas nos campos da psicologia social, psicossociologia, psicologia comunitária, práticas de intervenção em grupos, organizações e meios abertos.

O NEGRI, liderado pela entrevistada Fúlvia Rosemberg, é um núcleo de pesquisa que se caracteriza pela busca do desenvolvimento de pesquisas integradas, através do programa de pós-graduação da PUC-SP. Uma das influências teóricas que se destaca atualmente na produção acadêmica deste núcleo de pesquisa é a obra do teórico social-crítico J. B. Thompson, que pauta a análise das formas de socialização e dominação de classe, etnia, geração e gênero. Atualmente, são desenvolvidas duas pesquisas básicas: uma sobre processos ideológicos e livros didáticos brasileiros e outra sobre infância e formas de dominação no país. Sobre seu Núcleo, Fúlvia destaca:

Hoje, no meu núcleo, que se chama Núcleo de Estudos sobre Gênero, Raça e Idade (NEGRI), a gente encontrou um nicho dentro da psicologia, mas que é muito mais de uma perspectiva da sociologia. A gente só está estudando ideologia. Todas as pesquisas têm a ver com ideologia. E você sabe que ideologia é um conceito que tem

um pé na psicologia social, mas tem um pé imenso na sociologia. E a gente está usando um autor básico que é o Thompson, que a gente procura fazer uma articulação com teorias de gênero e dá uma excelente articulação com Scott. Ele não tem nada de gênero, mas o conceito dele abre e tem uma excelente articulação com gênero.

O GEPEM⁷⁹, Grupo de Estudos e Pesquisas ‘Eneida de Moraes’, vinculado à UFPA, cujo nome homenageia uma importante escritora paraense, atua produzindo conhecimento sobre mulher e gênero. A entrevistada Maria Eunice Guedes atua nesse grupo, sobretudo através da linha de pesquisa Gênero, Saúde e Violência, voltada a investigar questões associadas à saúde mental e à violência doméstica e sexual. São também intensas as atividades do grupo na formação de lideranças ligadas aos movimentos sociais, bem como suas ações de promover nas instituições governamentais e organizações sociais do Pará, a necessidade de incorporar nas políticas públicas as questões de gênero. Seu vínculo com o Programa de Mestrado em Sociologia da UFPA tem permitido formar uma série de pesquisadores dentro do campo dos estudos de gênero, com ênfase nas questões relacionadas à construção da identidade social, à relação de arte e literatura com gênero e mulher e à participação política. Como diz Maria Eunice Guedes,

Esse grupo é também uma coisa importante e tenho já inúmeros estudantes, inclusive, atualmente duas professoras ex-alunas, ex-estagiárias do grupo de pesquisa que são atualmente professoras do departamento.

O LEFAM, localizado no Instituto de Psicologia da USP (Departamento de Psicologia Social e Trabalho), segundo Sylvia Leser, foi criado basicamente para abrigar o NEPAIDS, como afirma no depoimento abaixo:

Esse laboratório surgiu por causa da Veroca [Vera Paiva]. Eu nunca estudei família. Eu escrevi sobre família, o que é diferente. Escrevi porque estudei mulheres. Estudei condições de vida das populações mais pobres. Aí a Veroca recebeu uma dotação orçamentária. E essa dotação só poderia entrar via alguma coisa que fosse instituída.

⁷⁹ As informações referentes a esse núcleo foram restritas aos dados constante no diretório de grupos do CNPq, na plataforma Lattes, pelo fato de não possuir um website ativo e pela pouca menção da entrevistada ao mesmo.

Aí nós criamos um laboratório, que seria da família porque todas essas questões dizem respeito à família. Família é um centro de onde emanam problemas muito mais importantes do que parecem e aí acrescentamos a questão do gênero e a sexualidade, para poder entrar o NEPAIDS, que é parte do laboratório da família. É uma parte muito maior do que a gente, porque ela tem um trânsito extraordinário, o que me deixa muito feliz.

O NEPAIDS agrega pesquisadores interessados no desenvolvimento de formas inovadoras de prevenção da infecção pelo HIV ou do adoecimento pela AIDS, pautando seus trabalhos na noção de vulnerabilidade social e na perspectiva dos direitos humanos. A categoria gênero tem um papel importante nos estudos desse núcleo, pelo fato de permitir compreender alguns dos aspectos da vulnerabilidade ao HIV. Atualmente, o NEPAIDS extinguiu sua estrutura de Núcleo, continuando como um Grupo de Pesquisa ligado ao CNPq e ao LEFAM.

O Grupo de Pesquisa “Educação, subjetividade e gênero”, reflete as características da produção científica de sua coordenadora, a entrevistada Nara Bernardes. Os trabalhos desse grupo voltam-se à investigação do processo de construção das subjetividades em diferentes contextos educacionais, pautando suas análises na perspectiva das relações de gênero, raça/etnia, classe e geração. Os conceitos de identidade, diferença e desigualdade, são centrais para os estudos desenvolvidos pelo grupo, os quais são utilizados na análise de experiências de aprendizagem e identidade profissional em professoras das séries iniciais; representações de crianças das classes populares; construção de identidades homossexuais; práticas em arte-educação e a construção de identidades étnico/raciais; educação popular e gênero; espaços de autonomia de meninos e meninas; relação de mulheres e homens adolescentes com escolas de ensino médio.

Nara Bernardes também participou do GEERGE, um grupo de pesquisa fundado pela professora Guacira Lopes Louro (UFRGS), que basicamente articula em suas investigações os temas de gênero, sexualidade, etnia, classe, religião, nacionalidade e geração, relacionando-os aos fenômenos educativos. Atualmente, é coordenado pela professora Dagmar E. Meyer e desenvolve pesquisas que se vinculam à linha de pesquisa “Educação e Estudos de

Gênero”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. As teorias feministas, as teorias *queer*, o pós-estruturalismo, os estudos culturais, os estudos gays e lésbicos e as teorias críticas são os fundamentos mais importantes dos trabalhos produzidos pelos pesquisadores deste grupo, bem como servem de base para as disciplinas desenvolvidas no programa, através de seus membros. Dentre as entrevistadas, Tânia Galli Fonseca e Nara Bernardes são as que mais estreitamente estiveram vinculadas ao grupo e o consideram importante em sua trajetória de reflexões.

Nara Bernardes: Eu participei do GEERGE, Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero, coordenado pela Guacira Louro, que inclusive foi de minha banca de doutorado e que foi muito bom porque proporcionou uma fonte de alimentação, de discussão.

Tânia Galli Fonseca, além de ter participado do GEERGE, hoje coordena o “Grupo de Pesquisa Modos de Trabalhar, Modos de Subjetivar”, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRGS. Neste grupo as questões de gênero são investigadas à medida que permitem avançar a compreensão das questões relativas ao trabalho e à constituição do sujeito, juntamente com outras diferenças que atuam nesse processo. Com base em abordagens desconstrucionistas, na filosofia da diferença e na esquizoanálise, o grupo enfoca temas que articulam as transformações do mundo do trabalho e as formas de subjetivação na contemporaneidade.

Com preocupações semelhantes a esse grupo, a entrevistada Neuza Guareschi coordena na PUC-RS o Grupo de Pesquisa “Estudos Culturais, Identidades/Diferenças e Teorias Contemporâneas”, vinculado à Faculdade de Psicologia desta universidade. Os temas principais investigados nesse núcleo são a saúde pública, a dialética identidades/diferenças, a mídia, a produção de subjetividades e a epistemologia da psicologia social. Suas reflexões são pautadas pelo construcionismo social e pelos estudos culturais, referenciais que assumem perspectivas críticas sobre a construção das identidades, as relações de poder, a cultura e a significação.

O Núcleo de Pesquisa Modos de vida, Família e Relações de Gênero, reúne diversos alunos de graduação, pós-graduação e professoras do

departamento de psicologia da UFSC que investigam diferentes temas a partir da categoria gênero. As questões da subjetividade, movimentos sociais, saúde e direitos reprodutivos e a articulação de gênero com outras categorias como geração e etnia constituem a pauta de algumas das pesquisas desenvolvidas nesse núcleo. Liderado pela professora Mara Coelho Souza Lago, esse núcleo está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, bem como dá suporte institucional para as pesquisas desenvolvidas pela entrevistada Maria Juracy Filgueiras Toneli.

Na UFSC também se destaca a reunião de professoras que organiza a cada dois anos o evento internacional “Fazendo Gênero”, atualmente em sua sexta edição, o qual vem a exercer um importante papel na produção dos estudos de gênero no Brasil. Esse grupo agrega uma série de pesquisadoras de diferentes áreas que desenvolvem ações integradas em termos de produção acadêmica e militância feminista.

Grossi (1999) em artigo que resgata a história de constituição deste grupo, destaca três momentos básicos da organização do campo de estudos da mulher e gênero na UFSC:

1. Um primeiro momento, no qual mulheres feministas ligadas tanto à militância quanto à academia, criam o Núcleo de Estudos da Mulher da UFSC, na segunda metade da década de 80. Neste, os debates giravam em torno dos mecanismos de opressão e subordinação da mulher, quase sempre enfocada como categoria universal;
2. O segundo momento, a partir de 1989, foi marcado pelo colóquio “Estudos sobre Mulher na UFSC”, organizado por Anamaria Beck, então diretora do Centro de Ciências Humanas. Nessa ocasião, o grupo decidiu rebatizar o Núcleo anteriormente referido como “Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero da UFSC”, mantendo-se atualizado com discussões acadêmicas da época que traziam a categoria gênero e os debates sobre as diferenças

simbólicas entre masculino e feminino, apontando para a heterogeneidade no interior destas categorias sociais;

3. A partir de 1994, começam os encontros *Fazendo Gênero*, iniciando a terceira fase, ainda em curso, caracterizada pela incorporação de novos paradigmas teóricos como aqueles influenciados pelas contribuições pós-estruturalistas e pela emergência dos estudos sobre masculinidade.

Pode-se dizer, portanto, que o campo de estudos sobre mulher e gênero da UFSC representa um microcosmo do campo intelectual feminista, sofrendo todas as transformações políticas e conceituais vividas nas duas últimas décadas e que fizeram a academia incorporar em suas reflexões as preocupações engendradas originalmente pelo feminismo. Dentre suas conquistas mais relevantes, temos a inclusão de uma área de concentração voltada aos estudos de gênero no Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas na UFSC e a publicação da Revista Estudos Feministas, desde 1999, sediada nesta universidade.

Em 2004, o evento *Fazendo Gênero* foi coordenado pela entrevistada Maria Juracy Filgueiras Toneli, juntamente com sua colega de instituição, Cláudia Lima Costa (Departamento de Literatura/UFSC), liderando o trabalho de uma equipe de pesquisadoras, professoras e alunos/as de pós-graduação responsáveis pela organização deste encontro científico. Nessa equipe, também estavam presente as pesquisadoras e também orientadoras desta tese, Mara Coelho de Souza Lago e Miriam Pillar Grossi, cujo trabalho junto ao de outras professoras no PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC tem ajudado a consolidar as conquistas do referido grupo no campo da pesquisa em nível de pós-graduação, especialmente pelo fato de orientarem uma série de teses sobre gênero nos PPG do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, formando uma parte da nova geração de pesquisadores sobre gênero nesta instituição.

Cumprе ressaltar que as linhas de investigação nas quais estão vinculadas as pesquisadoras entrevistadas, em sua maioria, inserem-se na psicologia social. É este o campo principal em que se situam suas referências

institucionais nos programas de pós-graduação e que lhes permite abrigar suas pesquisas na psicologia. Por outro lado, o que há de comum entre seus núcleos e linhas de investigação é a presença de temáticas que favorecem a articulação dos fenômenos sócio-culturais com aqueles pertinentes à subjetividade, situando o sujeito humano em seu contexto e desenvolvendo na prática de investigação o diálogo interdisciplinar.

Gênero nos cursos de graduação em psicologia

O espaço tradicionalmente destinado para as questões relacionadas às diferenças sexuais na formação em psicologia foi a disciplina “Psicologia Diferencial”, onde também se realizava o debate sobre o papel das diferenças etárias, raciais, intelectuais e de personalidade na busca da solução do problema de explicar por que os indivíduos se comportam de forma distinta e por que os indivíduos são diferentes entre si. Manuais como o da psicometrista Anne Anastasi (1985) foram a referência principal dos psicólogos para esses debates, os quais, em geral, apresentavam tais diferenças sem problematizar suas dimensões políticas, culturais e históricas. Em realidade, os argumentos contidos nesses manuais, muitas vezes contribuíram para naturalizar tais diferenças ao ocultarem seus determinantes sociais.

Segundo Costa (1994), nos cursos de graduação, os estudos de gênero foram contemplados inicialmente através de disciplinas optativas, contexto onde o ensino das questões sobre mulher e gênero ganhou espaço no âmbito universitário. Contudo, na dependência da iniciativa dos professores e das circunstâncias de sua disponibilidade e programação, tais disciplinas não obtiveram regularidade, a despeito de sua relevância.

Em trabalho sobre a presença de temáticas ligadas à mulher nas disciplinas lecionadas nas unidades da Universidade de São Paulo, Blay & Conceição (1991) observam que, no campo da psicologia, tais questões vão aparecer na graduação ligadas aos estudos sobre desenvolvimento psicológico e naqueles que enfocam a sexualidade, o comportamento, a maternidade e o amor, sendo que na pós-graduação apresentam-se relacionadas a abordagens sobre o movimento feminista, o *stress*, e o comportamento diferencial entre

homens e mulheres. Tendo analisado esse processo até o final da década de 80, as autoras consideram restrita a incorporação dos estudos e pesquisas sobre mulher na USP, bem como nas demais universidades brasileiras. Segundo suas análises, quando não ignorado, o tema era focalizado numa perspectiva ideológica patriarcal, evidenciando um descompasso entre a sociedade e a universidade. Apenas algumas áreas, sobretudo na pós-graduação da USP, adotaram uma perspectiva inovadora na análise da condição da mulher, resgatando o campo dos estudos de gênero.

Na análise das disciplinas voltadas aos debates sobre mulher e gênero nos cursos de graduação e pós-graduação em psicologia, é importante também situar o momento de passagem dos “estudos sobre mulher” aos “estudos de gênero”. Não se trata, contudo, de uma mera substituição de um termo por outro, pelo fato de haver nesse campo científico muitas controvérsias a respeito desses conceitos (Cf. Piscitelli, 2004). O que se deseja demarcar é o fato histórico da inclusão da categoria gênero, a partir do final da década de 80, no caso brasileiro, impulsionado pelo impacto dos textos de teóricas feministas como Gayle Rubin e Joan Scott, o que gerou não só uma maior abertura do campo a outros temas como a masculinidade, mas também a possibilidade de agregar novos olhares sobre as relações de poder, para além dos pressupostos das teorias do patriarcado (Grossi & Miguel, 1999). O fato é que, até o início da década de 80 esse campo intelectual limitava-se ao uso da categoria mulher, o que se expressa na história de sua incorporação nos cursos de psicologia do Brasil.

Diante da quase inexistência de disciplinas especificamente sobre gênero junto aos cursos de graduação em psicologia do Brasil, optei por resgatar aqui dados importantes do ponto de vista histórico. Nesse sentido, vale destacar aqui o pioneirismo do curso de psicologia da UFMG, através das entrevistadas Marília da Mata Machado e Maria Lúcia Miranda Afonso, responsáveis por uma das primeiras propostas de disciplina sobre “Psicossociologia da Mulher”, levada ao colegiado de curso em 1977. Em sua entrevista, Marília da Mata Machado conta que havia cursado em 1977 nos Estados Unidos (*University Of California Riverside*), uma disciplina chamada

Psychologist of Women, com Geraldine Stahly⁸⁰. Na ocasião, como pode ser observado na cópia do plano de ensino desta disciplina (veja anexo 1), cuidadosamente guardado pela entrevistada em seus arquivos, os debates giravam em torno das relações de poder e submissão feminina, controle da sexualidade da mulher, a opressão feminina no casamento, o sexismo na justiça e no trabalho, bem como traziam a crítica feminista à psicologia tradicional. Como referências principais, são listadas as autoras Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Germaine Greer, Kate Millett e Nancy Reaves, listadas como “clássicas” da literatura do movimento de libertação das mulheres. A própria metodologia de avaliação dessa disciplina seguia a tradição feminista de formação e debate, valorizando a participação e a opinião pessoal do/a aluno/a.

Essa experiência somou-se aos esforços do setor de psicologia social para transformar as condições de formação dos psicólogos na época, levando o corpo de professores e professoras ligados à psicologia social na UFMG⁸¹ a propor, em 1977, um conjunto de oito disciplinas ligadas à psicologia social, dentre as quais estava contemplada a disciplina de “Teorias Psicológicas Contemporâneas – Psicossociologia da Mulher”. Tal proposta se assemelhava muito com aquela de Geraldine Stahly, embora excluísse temas como o sexismo da justiça, talvez contemplado em outras disciplinas.

Esta proposta, contudo, foi rejeitada pelo colegiado, que questionou a pertinência do tema e sua relevância para formação em psicologia⁸². Só no ano seguinte, em 1979, com a reformulação da proposta e o esforço de convencimento de Marília da Mata e Maria Lúcia Miranda Afonso, a disciplina

⁸⁰ Atualmente professora associada da *Califórnia State University* e pesquisadora nas áreas de psicologia social e psicologia da saúde, estudando violência doméstica.

⁸¹ Tratavam-se dos professores José Renato Campos Amaral, Regina Helena F. Campos, Marília Mata Machado, Maria Auxiliadora Bahia, Cornelis Stralen, Sônia Cerqueira, Iolanda Falci, Romualdo Damaso e José Newton Garcia de Araújo.

⁸² Confira o registro da apresentação de Marília Mata Machado no artigo “A questão da mulher como tema da psicologia social” (Machado, 1988), onde os argumentos feministas são resgatados para uma crítica ao androcentrismo da psicologia social e para a justificar a proposta da disciplina “Psicossociologia da Mulher” em 78.

optativa de Psicossociologia da Mulher foi oferecida, conforme uma perspectiva de afirmação da mulher com o sujeito psicossociológico, valorizando os debates feministas sobre o trabalho e a família e a crítica às formas de dominação da mulher. Para dar consistência a esses debates, os textos de Helieth Saffiotti, Eva Blay, Beth Friedan, Kolontay, Maria Dalla Costa e Glaura Vasquez de Miranda eram indicações de leitura aos alunos, juntamente com a sugestão da leitura de autoras da literatura, como Virgínia Wolf, Cecília Meireles e Clarice Lispector, sempre citadas nos trabalhos acadêmicos de Maria Lúcia Miranda Afonso.

Ressalta-se a importância dessa disciplina, como um dos primeiros momentos em que os debates feministas acadêmicos ganham espaço formal em um curso de psicologia. Acompanhando os temas feministas emergentes na época, Maria Lúcia Miranda Afonso e Marília da Mata Machado desenvolvem esse trabalho pioneiro que contempla, na formação de psicólogos e psicólogas a reflexão sobre questões até então circunscritas ao movimento feminista e às disciplinas sociológicas e antropológicas.

Outra universidade em que os estudos de gênero foram contemplados através de disciplinas optativas oferecidas a um curso de graduação em psicologia, foi a UFSC. Embora a professora Mara Coelho de Souza Lago⁸³ já viesse discutindo as questões feministas e de gênero na disciplina de psicologia diferencial desde 1994, foi em 1996 que a referida professora criou junto ao departamento de psicologia dentro da disciplina optativa Tópicos Especiais em Psicologia Social, de três créditos, um espaço para reflexões voltadas exclusivamente ao debate sobre esse campo do conhecimento. A mesma professora criou, com Maria Juracy Filgueiras Toneli, junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia desta universidade, a disciplina Psicologia e Estudos de Gênero em 1998, a qual tem sido oferecida periodicamente desde essa data, por ambas. Já a disciplina Seminários Temáticos sobre Gênero,

⁸³ Doutora em Psicologia Educacional pela UNICAMP e professora do departamento de psicologia da UFSC.

oferecida aos alunos do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, precursora da área de concentração em Estudos de Gênero deste programa, derivou de uma experiência interdisciplinar de docência, partilhada na disciplina de Movimentos Sociais, de Ilse Scherer-Warren, por Mara Lago, Joana Pedro, Miriam Grossi e outras pesquisadoras da UFSC (Cf. Lago *et al*, 2004).

A existência de uma disciplina específica sobre gênero pode ser uma estratégia eficaz para a divulgação das questões pertinentes a esse campo e de suas contribuições epistemológicas e metodológicas. No entanto, parece ser igualmente importante que as questões de gênero façam parte da análise de qualquer fenômeno estudado, independente do campo disciplinar em questão. Afinal, os estudos de gênero possuem uma história interdisciplinar de produção, marcada pela necessidade de transcender as fronteiras rígidas da ciência tradicional. Sendo o gênero, como diz Joan Scott, uma dimensão constitutiva das relações sociais, qualquer fenômeno social ou subjetivo poderá ser melhor compreendido a partir das contribuições dos estudos de gênero. Nessa postura, diante de qualquer processo estudado, as questões de gênero entrariam junto com outras categorias (geração, etnia, classe, etc) para se analisar os meandros de sua organização. Para tanto, deveriam estar contempladas na psicologia em toda a formação e não restrita apenas a uma disciplina.

Ademais, a quase inexistência de disciplinas explicitamente ligadas às questões de mulheres e de gênero não significa que esses temas não estejam contemplados nos debates realizados nas trocas efetivadas em aula. Considerando que uma parte importante das disciplinas a que as entrevistadas estão ligadas é do campo da psicologia social e da metodologia de pesquisa, há fortes evidências de que as teorias feministas e de gênero, bem como suas contribuições metodológicas, estejam sendo contempladas no ensino, embora muito mais nos espaços da pós-graduação.

Nos depoimentos abaixo fica evidente como, desde a graduação, a experiência de pesquisa no campo de gênero transforma o modo como se discutem os temas que não necessariamente estariam sendo articulados com as

questões desse campo, caso fossem realizados por professores com outras trajetórias:

Maria Ignes Moreira: Eu defendi em 94 e já era professora da PUC. E fui depois para a psicologia social e comecei a trabalhar teorias da identidade, trazendo os alunos para ler Scott, Bourdieu, trazendo as pessoas que começaram a recentemente rever as teorias de gênero, o pessoal de Brasília, da UnB. Na psicologia a Vera Kurt, que faz uma discussão sobre as teorias psicológicas com a discussão de gênero. Então fui trazendo isso para dentro do curso. Depois eu ofereci uma disciplina optativa sobre psicossociologia da família. E aí a primeira coisa que aparecia era uma psicossociologia dos papéis de gênero. E comecei a trabalhar com histórias da família, e tratando das transformações de gênero e geração.

Sandra Azeredo: Eu acho que em psicologia, eu falo isso com eles. Eles vão ser profissionais psi não podem ter medo do próprio sentimento, diante do outro. Porque vão ser outras pessoas com as quais trabalharão. São pessoas que vão procurar... Tento trabalhar nessa linha. E aí entra gênero direto, direto. Porque ou são homens ou mulheres, são pessoas que foram criadas e socializadas dentro de relações de gênero. E isso é uma complicação. (...). A questão de gênero é mais complicada na graduação, porque eu entro como Sandra, me posicionando como feminista, eu tenho uma crítica às relações de dominação e tenho que fazer isso nas minhas aulas.

Nesse último depoimento, fica evidente a posição feminista gerando uma forma de docência que problematiza as relações de dominação pautadas pelo gênero. Ser “militante feminista acadêmica”, portanto, é também se inserir de um modo peculiar nas práticas de ensino, favorecendo que tais questões estejam sendo contempladas, não apenas como temas a serem discutidos, mas também promovendo o desenvolvimento de posturas políticas que superem as desigualdades entre homens e mulheres.

Esses esforços se somam àqueles desenvolvidos nos núcleos e grupos de pesquisa, onde geralmente circulam muitos alunos de graduação e pós-graduação. As pesquisadoras aqui enfocadas também são orientadoras de projetos de iniciação científica e de inúmeros projetos que se vinculam aos seus espaços de trabalho, o que consiste numa evidência importante de que seus conhecimentos e experiências estejam sendo transmitidos às novas gerações de psicólogos/as e de pesquisadores/as em psicologia.

8. Questões teóricas e temas investigados pelas entrevistadas.

Já foi exposto anteriormente o processo histórico de consolidação do campo de estudos sobre mulher e gênero no Brasil. A entrada das informantes dessa tese nesse campo foi bastante dispersa cronologicamente, caracterizando diferentes momentos e distintos tipos de influências teóricas exercidas nas primeiras reflexões desenvolvidas sobre mulher ou gênero. Certamente, quanto mais tardiamente entraram nessa temática, mais usufruíram a consolidação do campo, o acesso a bibliografias e a facilidade de proporcionar fundamento teórico às reflexões desenvolvidas.

Em meados das décadas de 60 e 70, por exemplo, a tarefa de teorizar sobre os processos que hoje se enquadram no campo de estudos de gênero se fazia com base no esforço de adaptação dos poucos referenciais disponíveis. Não havia ainda subsídios teóricos específicos sobre as questões desenvolvidas, embora já começassem a se difundir as obras de Simone de Beauvoir e Betty Friedan.

Em sua entrevista, Fúlvia Rosemberg relata a dificuldade de acesso a teorias para pensar essas questões nesse período. Conforme recorda, as referências principais que existiam eram os textos de Friedan, que fazia crítica ao falocentrismo da psicanálise. O relato da entrevistada ilustra a limitação do campo na época:

Fúlvia Rosemberg: Era pouca produção no final dos anos 60 e começo dos anos 70. Eu estava completamente vinculada ao laboratório do [René] Zazzo⁸⁴ e se tinha pouco interesse por relações de gênero, relações homem e mulher, ou estudos sobre mulher. Não tinha praticamente nada. Eu li aquelas mulheres clássicas, equivalentes à Betty Friedan, na França. Eu li a Betty Friedan nessa época.

⁸⁴ Psicólogo do desenvolvimento, francês e seguidor da teoria de Henry Wallon.

Na psicologia, quase nada havia, sendo a investigação desses processos feita à luz dos conceitos clássicos da psicologia social (Amâncio, 1998; 2001; Dauder, 2003). No artigo chamado *A questão da mulher como tema da psicologia social* (Machado, 1988), de autoria da entrevistada Marília da Mata Machado, onde ela incorpora reflexões que tinha desenvolvido na década de 70 sobre o conformismo de mulheres, podemos ter idéia da dificuldade de refletir teoricamente sobre questões de gênero na época. É seu depoimento:

Marília M. Machado: Os estudos sobre o conformismo... É uma história longuíssima(...). Estávamos bem na época de ditadura, e eu tentei fazer como tema de tese a questão da liberdade, que depois na pesquisa nunca aparecia, não aparecia na literatura da psicologia. Então pensei em entrar pelo oposto, pela questão do conformismo. Aí fiz um experimento, pegando essa questão, e trabalhei quatro capítulos de uma tese que ficou abandonada sobre essa questão do conformismo. Depois ficou evidente que não era isso. Não conseguia... Não conseguia. E acabei abandonando esse doutorado. Mas eu já tinha isso pronto. Essa parte justamente das mulheres mais conformistas que os homens e já tinha críticas, porque os dados empíricos, no experimento, mostram isso. Era um pedacinho da tese, que eu já tinha trabalhado um bom tempo, até dizer 'não é isso'. Não era o que eu queria. Fiz esse texto porque eu já tinha pronta essa revisão das diferenças de sexo no conformismo. Não existiam ainda os estudos de gênero. Eu tenho todas as fichinhas até hoje. O que eu fiz foi pegar aquilo e colar no meio do texto(...) Não consegui colocar meu tema dentro da ótica da psicologia social norte-americana.

Do ponto de vista histórico, é importante dizer que parte das entrevistadas da primeira geração sofreu também as influências das primeiras referências que haviam para pensar a questão da mulher, quando não existia ainda um campo de estudos de gênero consolidado e as pesquisadoras transitavam entre perspectivas marxistas e psicanalíticas que, aliás, continuam bem presentes nesse campo. Verifica-se isso no caso do artigo *O excesso e a falta*, de Maria Lúcia Miranda Afonso (Afonso, 1986), que a entrevistada retoma na entrevista falando sobre as referências que mediavam as reflexões ali registradas:

Maria Lúcia Miranda Afonso: Provavelmente, havia aí um incômodo geral do contato com o marxismo por um lado e por outro com a psicanálise. Tanto que o nome do artigo é O Excesso e a Falta. Tinha a ver com o modismo da época que ainda perdura em alguns lugares, mas talvez com outros vocábulos, de associar a falta com a

mulher e o excesso com o homem. Toda essa questão do pênis masculino, da falta, da inveja do pênis, seguindo os debates nos termos da psicanálise lacaniana, de Freud para Lacan. Na época, as autoras feministas, a Luce Igararay, Júlia Kristeva, que tinham já começado. Não só... Eu já tinha lido Psicanálise e Feminismo da Juliet Mitchell. Eu estava passando por esse tipo de literatura, mas me incomodava tremendamente por um lado. (...). Eu acho que essa questão da falta, pelo menos naquela época, porque hoje a psicanálise coloca isso de maneira melhor, no meu entender... Porque antes havia muito essa coisa de falar da falta como se fosse a mulher, o feminino e muito uma confusão ao pé da letra, porque obviamente a mulher na teoria psicanalítica é muito mais uma categoria psíquica do que um ser humano de carne e osso. Então havia muita confusão ao pé da letra com essa categoria psíquica e o indivíduo de carne e órgão sexual feminino. E essa questão se misturava na sociologia marxista, numa psicossociologia marxista, que a questão da falta e a questão da exclusão, a coisa batia de frente.

Pode-se afirmar, portanto, que essas pessoas da primeira geração de pesquisadoras que protagonizou a aproximação da psicologia ao campo de estudos feministas e de gênero, viveram as limitações históricas desse campo, mas acompanharam também o curso das influências teóricas que aos poucos começaram a chegar ao Brasil. O marxismo, as primeiras leituras feministas da psicanálise na França, eram referências importantes nesse momento (Rubin & Butler, 2003; Nicholson, 2000). No contexto atual, no entanto, quando já há um campo de estudos feministas e de gênero estabelecido, o leque de possibilidades teóricas é bem mais abrangente e complexo.

Chamando a atenção para aspectos ainda não discutidos aqui, sobre as características do campo de estudos de gênero, Lia Zanotta Machado (1997) comenta a limitação que consiste polarizar esse campo intelectual entre as pesquisadoras militantes e as pesquisadoras mais ortodoxas. Para ela, mais eficaz é compreender que as diferenças entre elas refletem as circunstâncias da gênese do campo, a partir da dupla dívida com o feminismo e com os saberes disciplinares, oriundos das instituições universitárias. Esse campo intelectual é, portanto, produto da síntese desses dois compromissos, resultando do diálogo crítico inerente a essa dupla vinculação. Ou seja,

(...) no nosso entender, as 'redes' de pesquisadores e pensadores, mais ou menos fluídas ou consolidadas, no interior e nas fronteiras das comunidades científicas da sociologia, antropologia, ciência política, história, psicanálise, psicologia e letras, se caracteriza como um campo, não por assumir uma ou diferentes identidades feministas, mas por reconhecer a dívida com os feminismos em face ao novo quadro de interrogações postas pelas feministas. (Zanotta Machado, 1997, p. 101).

Conforme Zanotta Machado o campo de estudos de gênero brasileiro é marcado pela influência tanto dos *women's studies* e *gender studies* norte-americano e anglo-saxão, quanto das pesquisas sobre 'relações sociais de sexo', 'pesquisas sobre mulheres' e 'estudos femininos' de origem francesa. Para a autora, tais influências trazem consigo a discursividade dos universos políticos em que foram engendrados, onde o ponto de vista diferencialista se destaca nos estudos de língua inglesa e o igualitarista naqueles franceses.

De acordo com Zanotta Machado (1997), no contexto anglo-saxão, as teorias feministas refletem o anseio político dos grupos minoritários pelo direito à diferença, onde é alvo de críticas a idéia de universalidade, segundo ela, confundida com 'unificação'. A base desse discurso é o discurso democrático, que se opõe aos englobamentos universais e reivindica a inclusão e a afirmação das diferenças culturais.

Já no contexto francês, há uma nítida aproximação dos conceitos de identidade e igualdade, tendo os grupos minoritários que conquistar sua cidadania pela integração social, política que se expressa nas teorias de cunho feminista. Nesse caso, o conceito de universalidade também é problemático, não em razão das diferenças, mas pela necessidade de se superar a dominação masculina. A ênfase, portanto, não está nas diferenças, mas nas formas de dominação pautadas pelas 'relações sociais de sexo'.

O mosaico conceitual que o campo de estudos de gênero brasileiro configura, por sua vez, reflete esse jogo de influências anglo-franco-norte-americanas, que raramente contempla a referência à suas diferenças epistemológicas e políticas. Como no Brasil se configura um imaginário que sustenta a idéia de uma nação ao mesmo tempo *una* e *plural*, a luta pela igualdade se articula com a noção de diversidade cultural e, por conseguinte, com a de desigualdade social. Se de um lado, nas últimas décadas tem sido

cada vez mais forte a incorporação da linguagem dos movimentos de minorias americanos, através dos discursos centrados na diferença/diversidade, por outro, há também a inspiração dos princípios universalistas ao se enunciar a luta contra a desigualdade social.

No caso brasileiro, conforme Zanotta Machado, *“a politização em favor da igualdade parece ser compatível com a politização em favor da diferença. O campo simbólico parece exigir, não o contraste entre os dois conceitos, mas a articulação”* (1997 p. 124). Tal articulação se constitui de acordo com os efeitos, ao mesmo tempo políticos e conceituais, que se quer produzir, afinal, as estratégias discursivas históricas do feminismo, ora transitando na diferença ora na igualdade (Scott, 2002), também constituem os argumentos assumidos pelas teorias feministas.

O próprio envolvimento histórico do feminismo brasileiro com outros movimentos políticos de esquerda, acabou por contribuir na formação de suas referências teóricas. Historicamente, correntes feministas liberais, marxistas e radicais compuseram o mosaico político do feminismo brasileiro desde sua origem, desdobrando-se em ações marcadas por diferentes discursos (Pinto, 2003). De um lado, investindo na luta pela igualdade, o movimento feminista faz referência às questões sociais e, por outro, o campo intelectual resgata o conceito de diferença a partir dos *gender studies* anglo-saxões, de onde também é resgatado o próprio conceito, já tão difundido no Brasil, de “gênero”.

O peso da influência dos campos anglo-saxônico e francês é muito relativo entre as entrevistadas. Para algumas, como Maria Lúcia Miranda Afonso, há maior clareza sobre esse processo, como pode ser observado no depoimento abaixo.

Maria Lúcia Miranda Afonso: Apesar da França nos influenciar muito mais, inclusive, outras questões, como Marília deve ter te contado sobre a história do Setor de Psicologia Social, nessa questão do gênero a produção americana falou mais alto. (...) Talvez porque estivesse trazendo pesquisas mais definidas sobre a construção social de gênero e também de aspectos da masculinidade, a crítica às formas familiares.

No entanto, de modo geral, na parte do campo intelectual feminista composto pelas pesquisadoras com vinculação à psicologia, não foi possível identificar uma área teórica hegemônica que seja assumida pelas entrevistadas como sua referência conceitual nos estudos de gênero. Embora assumam posições teóricas mais amplas sobre a constituição do sujeito ou sobre os processos sociais e ideológicos, quanto às questões feministas e de gênero, não há uma perspectiva exclusiva que seja identificada por elas como sua abordagem teórica. O que há são textos ou autoras que lhes são importantes quando desenvolvem reflexões desta ordem. Na tabela abaixo podemos verificar quais abordagens teóricas assumem as entrevistadas sobre processos mais amplos, e que autoras/es são suas referências para pensar os processos de gênero.

Tabela 8: Distribuição das entrevistadas quanto a áreas de atuação, temas de interesse, base teórica e influência do campo intelectual feminista.

Entrevistada	Áreas de Atuação	Temas principais investigados sobre mulher e gênero	Base Teórica (principal)	Teóric@s cidad@s (Do campo intelectual feminista)
Ângela Arruda	Representações Sociais; Psicologia das Minorias Ativas; Imaginário e Pensamento Brasileiro; Psicologia Ambiental	Gênero e meio ambiente	Teoria das Representações Sociais	Sandra Harding, Donna Harway Alisa Del Re Rossela Di Leo Tereza de Lauretis
Fúlvia Rosemberg	Educação Psicologia Social	Gênero e educação	Teorias da resistência	Maria Jesús Izquierdo, Joan Scott
Maria Juracy F. Toneli	Psicologia do Ensino e da Aprendizagem Psicologia do Desenvolvimento Humano Psicologia Social	Masculinidade, divisão sexual do trabalho, Saúde Reprodutiva, sexualidade	Marxismo, teoria sócio-histórica	Joan Scott
Maria Lúcia M. Afonso	Relações de Gênero; Grupos e Instituições; Relações Familiares Intervencão Psicossocial Psicologia Social e Psicanálise	Violência, família, sexualidade, socialização	Psicanálise e teoria de grupos.	Joan Scott,
Karin Smigay	Estudos de Gênero e psicologia política	Violência, subjetividade	Teorias do patriarcado	Daniel Welzer-Lang; Veronique

				Nahoum-Grappe Tereza de Barbiere; Helieth Saffiotti
Maria L. R. Coutinho	Psicologia do Trabalho e Organizacional Psicologia Experimental Psicologia Social	Mulher, discurso, identidade e trabalho	Análise do discurso, Michel Foucault	-
Marlene Strey	Estudos de Gênero Papéis e Estruturas Sociais; Indivíduo, Processos Grupais e de Comunicação Relações Interpessoais	Gênero e Trabalho Projeto profissional da mulher	Teoria Sócio-Histórica	Joan Scott, <i>feminist psychology</i>
Maria Ignez Moreira	Relações de Gênero Relações Intergeracionais Adolescência, Família, maternidade Paternidade	Gênero, gravidez na adolescência, Família, conjugalidade Trabalho infante juvenil	Teoria Sócio-histórica	Joan Scott
Marília da Mata Machado	Psicologia Social Psic. Comunitária Psic. Social Clínica Análise Institucional Análise do discurso	Intervenção Psicossociológica	Teorias de autorganização, análise do discurso	Não transita teoricamente no campo intelectual feminista
Neuza Guareschi	Teorias e Práticas Psicossociais e Culturais Críticas Práticas Discursivas Mídia, Identidades, Políticas de Saúde Pública Produção de Subjetividades Produção de Sentidos	Identidades.	Estudos Culturais e teorias da resistência	Tereza de Lauretis, Donna Haraway, Sandra Harding, Nanci Fraser, Iris M. Young, <i>woman's studies</i>
Nara Bernardes	Educação e Psicologia Social	Gênero e Educação	Fenomenologia, Teorias da resistência	Emilce Dio Bleichmar, Guacira Louro, Fúlvia Rosenberg
Sandra Azeredo	Psicologia Social Tratamento e Prevenção Psicológica	Violência, gênero e raça. Women'S, Writings	Teorias feministas	Donna Haraway
Sylvia Leser	Psicologia Social	Gênero e famílias de periferia urbana	Marxismo / Hanna Arendt	Não transita teoricamente no campo intelectual feminista
Tânia Galli Fonseca	Psicologia do Trabalho	Gênero, trabalho e subjetivação	Esquizoanálise (Gilles Deleuze e Guattari)	Joan Scott e Sandra Harding Tereza de Lauretis
Maria Eunice Guedes	Relações Interpessoais Saúde Mental	Trabalho, saúde mental, violência.	Teorias Sociológicas e Feministas	Joan Scott Helieth Safiotti

	Gênero e Saúde Feminina Relações de Gênero Programas de Atendimento Comunitário Teoria Sociológica			
Vera Paiva	Psicologia e Saúde Coletiva	Vulnerabilidade programática, AIDS	Teoria sócio- histórica	Richard Parker, Maria Luiza Heilborn (IMS)

Fonte: Análise dos Currículos Lattes das Entrevistadas via site do CNPq, – www.cnpq.br [acesso em dez-2003], publicações destas em periódicos científicos e informações coletadas na ocasião das entrevistas. Os nomes citados na última coluna foram extraídos das entrevistas.

Observando a tabela acima, verificamos a diversidade de bases teóricas utilizadas por elas em seus estudos. Diferentes teorias, desde as fenomenológicas até as pós-modernas servem de fundamento para seu trabalho de investigação que, para boa parte, não se resume aos estudos sobre mulher e/ou gênero.

Ao se filiarem ao campo intelectual feminista e utilizarem referências internacionais, seria de se esperar que a *feminist psychology* anglo-americana se constituísse em um fundamento importante para seus trabalhos. Considerando que essa corrente da psicologia anglo-americana tem grande longevidade nesse campo e vem investigando temáticas semelhantes às das entrevistadas, esperava encontrar entre elas maiores menções à autoras clássicas dessa perspectiva, como aquelas citadas no quarto capítulo. Contudo, à exceção de Marlene Strey, que citou Rhoda Unger como uma autora importante para suas pesquisas, essas teóricas não parecem ser referências centrais para a fundamentação das investigações realizadas pelas informantes.

Ao produzirem pesquisas nesse campo, as entrevistadas tendem a utilizar algumas das autoras ou teorias feministas mais conhecidas no Brasil, tais como Joan Scott, Donna Haraway e Sandra Harding. Para o conjunto das informantes, na busca por teorias, portanto, parece contar menos a produção internacional da disciplina de origem, do que aquelas referências do campo intelectual feminista que se situam na interdisciplinaridade, ou de outros autores e autoras da antropologia, sociologia, história.

Um dos artigos mais importantes no processo de consolidação do campo e que teve grande repercussão entre as entrevistadas, conforme se percebe acima, foi de autoria de Joan Scott, que circulou no Brasil a partir do final da década de 80 através de pelo menos três edições distintas. A mais conhecida edição foi publicada em 1990, pela revista *Educação e Realidade*, com tradução de Guacira Lopes Louro. Uma das entrevistadas sintetiza o impacto desse texto no campo intelectual feminista:

Maria Eunice Guedes: Ele bateu primeiro porque ela dava uma reviravolta em nós que éramos militantes e da academia, em vários níveis conceituais. Primeiro por articular em seu conceito as duas dimensões: construção social e poder. E em termos de construção social, os elementos que ela trazia, que são muito importantes para a gente que trabalha com psicologia. A questão do poder e segundo a questão de 'e daí o que fazer com isso'. E a questão que ela traz no final do seu texto, como é fica isso no âmbito das várias disciplinas...

Uma outra das entrevistadas também confirma a importância desse texto::

Marlene Neves Strey: Acho que uma autora que a gente nunca pode deixar de usar quando está querendo definir gênero é a Joan Scott. Para mim ela é uma clássica que faz a crítica de outros autores que pensaram o gênero. Essa para mim é fundamental. Sempre está nas definições que eu faço de gênero.

O salto conceitual desse texto, portanto, resulta num avanço da análise do gênero como uma forma primeira de estabelecimento das relações de poder e como fator constitutivo, tanto da ordem social e quanto da subjetividade. Centrando no enfoque sobre as relações de poder e na necessidade de desconstruir os conceitos sobre as diferenças sexuais, a historiadora norte-americana Joan Scott oferece, nesse texto, elementos para uma análise histórica dos processos sociais de gênero (cf. Grossi, Rial e Heilborn, 1998). Ela é autora do texto mais conhecido sobre gênero publicado no Brasil e trabalha numa perspectiva desconstrucionista, desenvolvendo um discurso centrado no argumento da luta pela igualdade na diferença, com base

em pressupostos pós-estruturalistas. Indagadas sobre a definição de gênero que utilizam em seus trabalhos⁸⁵, sete das informantes citaram Joan Scott e seu famoso texto (Scott, 1990).

Já Haraway, como foi exposto na parte teórica desta tese, trabalha com a crítica aos estudos feministas que sugerem certa universalidade da mulher, propondo em contrapartida, a diferença como categoria chave para pensar a identidade, para ela um conceito mais diverso e instável do que em geral é discutido entre autores da psicologia. Sua posição enquanto teórica feminista exige a reconstrução das referências humanistas, com base nas diferenças étnicas e sociais constituintes de homens e mulheres:

Este reconhecimento assinala mais um momento na teoria feminista, seu estágio atual de reconceitualização e elaborações de novos termos; uma reconceitualização do indivíduo como em mudança e multiplamente organizado através de variáveis eixos de diferenças; um repensamento das relações entre formas de opressão e modos de resistência e ação, e entre práticas de escrita e modos de entendimento formal - de fazer teoria; uma emergente redefinição de marginalidade como locação, de identidade como 'desidentificação'. (Haraway, 1993, p. 285).

Essa autora também é freqüentemente citada por ressaltar a noção do conhecimento como “situado”, ou seja, que a produção do saber ocorre sempre a partir da posição simbólica que o sujeito assume em dado contexto, posição esta comum entre autores de teorias pós-modernas, como crítica à visão tradicional de ciência que almeja certo purismo e descompromisso no ato de produzir conhecimento.

A última, Sandra Harding, é conhecida no Brasil por defender a necessidade dos conceitos e teorias feministas permitirem a ambigüidade e a multiplicidade na análise das práticas sociais e criticar todo tipo de abordagem generalizante nos estudos sobre mulher e os próprios princípios da ciência tradicional (cf. Dauder, 2003). É na e pela instabilidade que se realidade pode ser melhor representada conceitualmente. Para ela, a gênese de um campo de

⁸⁵ Algumas entrevistadas, embora não tenham citado Scott no momento da entrevista, o fazem em seus textos.

estudos em algum movimento social – no caso, o feminista - não deixa impune sua forma de produzir conhecimento. Como analisa Harding (1993),

As categorias feministas devem ser instáveis - teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais (p. 11)

Outra autora não tão citada quanto essas três, mas que duas entrevistadas consideram relevante para os estudos de gênero por elas produzido é Tereza de Lauretis, colega da Donna Haraway no departamento de História da Consciência, na Universidade de Califórnia. No conhecido texto “As Tecnologias do gênero” (Lauretis, 1994) discute criticamente as limitações do conceito de ‘relações de gênero’, considerando-o suscetível à reiteração das dicotomias de masculino e feminino. Para ela, esse conceito

(...) confina o pensamento crítico e feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo (a mulher como a diferença do homem, com ambos universalizados; ou a mulher como diferença pura e simples e, portanto, igualmente universalizada), o que torna difícil, se não impossível, articular as diferenças entre mulheres e Mulher. (Lauretis, 1994, p. 207).

Tais pressupostos encontram muita força entre as teóricas feministas do contexto anglo-saxão. Em Jane Flax, por exemplo, encontramos noções muito próximas às de Sandra Harding, especialmente quando diz que,

As teorias feministas, como outras formas de pós-modernismo, deviam nos estimular a tolerar e interpretar a ambivalência, a ambigüidade e a multiplicidade, bem como a expor as origens de nossas necessidades de impor ordem e estrutura, não importa quão arbitrárias e opressivas essas necessidades possam ser. (Flax, 1994, p. 250)

Nesse sentido, o ponto comum entre as diferentes referências feministas utilizadas, é o fato de conceberem a categoria gênero como uma construção simbólica e/ou discursiva, enquanto uma categoria plural e marcada por relações de poder. O que as une é justamente o argumento da politização da diferença, a referência constante à multiplicidade e heterogeneidade como base para a teorização.

Ângela Arruda articula as contribuições destas autoras com outras cujo pensamento se assemelha, especialmente pela positividade atribuída e pela abertura ao múltiplo no campo conceitual:

Ângela Arruda: Gosto muito da Donna Haraway, do pensamento dela. E as italianas, eu gosto muito também, dessa perspectiva nem da igualdade nem da diferença. Eu acho que isso é uma coisa interessante. Eu gosto muito dessa perspectiva que essa [Rossela] Di Leo, e da [Alisa] Del Re, que são duas italianas libertárias, de origem anarquista que discutem essa questão do gênero a partir dessa perspectiva. E também a Judith Butler.. Aquelas “gender troubles⁸⁶”, é boa para pensar isso, essa coisa que está em movimento e que talvez seja melhor não amarrar numa definição.

Já Tânia Galli Fonseca, assume uma perspectiva mais radical ao situar-se teoricamente dentro de referenciais construcionistas:

Tânia Galli Fonseca: O pós-feminismo, pós-humano, tudo no pós... O pós-estruturalismo. É onde eu me situo, nessas desterritorializações, nesses desmanchamentos, nesses construcionismos constantes.

Sugere-se, a título de análise, que boa parte dos posicionamentos conceituais acima descritos fazem parte de um movimento maior do feminismo, iniciado nos anos 80, designado por Nogueira (2001, p. 143) de “feminismo pós-moderno”. Pautando-se pelas noções de multiplicidade e de paradoxo da condição de homens e mulheres, o construcionismo social torna-se uma das opções teóricas privilegiadas pelas pesquisadoras da psicologia adeptas desse movimento. Embora nem todas as feministas assumam esse tipo de perspectiva, pelo menos entre as entrevistadas o construcionismo⁸⁷ tem um significativo espaço em suas reflexões.

Cumprе esclarecer, contudo, que embora o “construcionismo” e o “desconstrucionismo” remetam a tradições teóricas distintas, seus sentidos se atravessam por vezes no discurso de parte das entrevistadas. De modo sintético, temos que o construcionismo remete a perspectivas fundadas em

⁸⁶ Trata-se de uma referência à obra de Judith Butler (1990).

formas de compreensão da relação natureza/cultura e sexo/gênero, que em boa parte dos casos se originam a partir das teorias que assumem idéias sociologizantes, como as de Berger & Luckmann (1985) e de Karl Marx. Por outro lado, os teóricos desconstrucionistas tendem a estar mais próximos às teorias de Michel Foucault, Jacques Derrida e teorias pós-estruturalistas.

A ênfase na análise das estruturas de poder e a necessidade de adotar um referencial conceitual que dê abertura à transformação destas mesmas estruturas, justificam em parte a tendência de algumas das entrevistadas pelo construcionismo social. Donna Haraway (2004), por outro lado, permite-nos compreender outros aspectos dessa preferência, ao demonstrar sua gênese no compromisso que o feminismo possui com uma forma de atuação que pressupunha a apropriação da natureza pela cultura. Como argumenta a autora, o construcionismo e a concepção de identidade de gênero, vinculam-se a pressupostos liberais construídos no pós-guerra, que enfatizam a noção da identidade como uma posse do sujeito. Ainda que as feministas de segunda onda tivessem investido largas críticas ao binarismo natureza/cultura, não estavam dispostas a abrir mão da capacidade ideológica deste conceito, como gerador da atuação política (ibid, p. 219). Na insistência sobre o caráter de construção social do gênero, nem sexo nem natureza foram historicizados, permanecendo intocadas as idéias de identidades essenciais de homens e mulheres (Nicholson, 2000; Piscitelli, 2004). Prevaleceu, assim, a perspectiva da identidade como uma construção, que favorece a manutenção das teorias sobre a atuação das mulheres enquanto sujeitos sociais.

Ademais, arrisca-se aqui a hipótese de que esse pressuposto da construção social das diferenças de gênero, subjacente em parte das teorias feministas, também teria favorecido a rápida incorporação dos *gender studies* entre as entrevistadas. Trata-se de um pressuposto que na matriz disciplinar⁸⁸

⁸⁷ É importante situar, sobretudo para o leitor da psicologia que não transita nos estudos de gênero que o construcionismo é uma teoria distinta do construtivismo. Para essa diferença ver o artigo de Arendt (2003).

⁸⁸ Roberto Cardoso de Oliveira utiliza esse termo para compreender as tensões e complementaridades dos paradigmas internos à antropologia, como a hermenêutica, o racionalismo, o estruturalismo-funcionalista e o

da psicologia social, encontrou um terreno fértil, dada a equivalência entre as noções de “crítico” e “socialmente construído” nesse campo, cujas raízes residem na influência das idéias de Berger & Luckman (1985), do materialismo histórico-dialético, da fenomenologia de Alfred Schutz, do existencialismo de Sartre e Beauvoir. A própria noção de “psicologia social crítica”, proposta no início da década de 80 pelos membros da ABRAPSO, defende a idéia de uma psicologia que concebe o sujeito humano como histórica e socialmente construído e como agente ativo de sua produção existencial. Em realidade, tanto a questão da identidade de gênero analisada por Haraway (2004) quanto a questão da categoria identidade na psicologia social crítica brasileira são o produto ideológico dessa incorporação no campo científico, dos pressupostos liberais que assumem o estatuto do sujeito como agente da própria construção.

Já Karin Smigay, especialmente no doutorado, discute bastante com o campo francês, fazendo referências constantes à literatura sobre violência de gênero de origem francesa e chega, inclusive, a fazer parte de seu doutorado na França (bolsa sandu'iche), na *Université de Toulouse le Mirail* sob a tutoria de Daniel Welzer-Lang, teórico francês que vem discutindo as questões de masculinidade e homossexualidade. Autoras francesas representantes da corrente igualitarista, como Nicole Claude-Mathieu lhe são caras, embora não deixe de citar autoras norte-americanas, como Judith Butler. Nesse trânsito entre diferentes perspectivas, a entrevistada expressa seus incômodos conceituais:

Karin Smigay: Talvez eu esteja me distanciando da perspectiva estruturalista e me aproximando da perspectiva construcionista talvez, com muitos reparos, na medida que não abro mão de pensar algumas coisas mínimas. Fico com muitas dúvidas sobre a relativização, onde tudo é possível. Nesse sentido eu acho que... Acho fascinante, mas não me serve muito. A relativização, a questão do multicultural, com se nada fosse comparável, com se não houvesse um horizonte ético, que você pudesse dizer que tem algumas questões mínimas, que eu quero que continue a despeito das diferenças...

culturalismo (Cardoso de Oliveira, 1995). Adoto-o com a mesma intenção, ou seja, na tentativa de compreender o caráter discursivo do conhecimento e os paradigmas que o constituem.

Outra que, mesmo muito próxima ao construcionismo social, revela não aderir a certos radicalismos desse referencial, é Angela Arruda:

Angela Arruda: Talvez eu esteja mais próxima ao pós-estruturalismo, mas não chego a um construcionismo radical. Aquela visão muito radical do construcionismo...

O radicalismo a que se referem essas duas entrevistadas, diz respeito à diluição total de pautas materiais para pensar os processos de gênero, onde qualquer referência universal é descartada, prevalecendo as dimensões simbólicas e o discursivas. Mesmo reconhecendo as diferenças, alguma universalidade, pelo menos para Karin Smigay, deve prevalecer sobre os pressupostos carregados de um relativismo extremo.

Entre as entrevistadas, há ainda aquelas para quem o construcionismo começa a parecer limitado para algumas reflexões sobre os limites entre o singular e o universal:

Maria Lúcia Miranda Afonso: Por mais que haja diferenças entre culturas, que há também similaridades, há também transversalidades. Então eu hoje não consigo pensar o gênero apenas como um constructo sócio-histórico-cultural, porque tem um corpo, e um sujeito inconsciente, uma demanda de amor que tem a ver com isso. Quando eu digo isso não estou dizendo que um homem, um indivíduo com um corpo com órgãos sexuais masculinos não possa ter desejo homossexual, não possa ter gostos, de cuidar de criança e dar mamadeira bem pertinho do mamilo dele. Pode... Por que não? Mas ele não vai pensar por causa disso que ele é mulher. Então tem uma coisa aí que está na ordem do inconsciente, do sexual e que a sociologia, a psicologia social e a antropologia vão ter que se ver com ela também. Então para mim as relações de gênero hoje estão misturadas com essa reflexão. Tem nessa reflexão um desafio importante.

Linda Nicholson (2000) analisa a postura comum entre feministas da segunda onda a respeito do construcionismo, na qual essa teoria favorece a assunção de uma posição contraditória sobre os processos de gênero. Se por um lado permite rejeitar os diferentes modos de determinismo biológico, favorece formas de relativização e tentativas de preservar certa unidade onde poderia residir a diferença. Ou seja,

(...) ser um construcionista social é meramente argumentar que a sociedade teve alguma participação num determinado resultado. É fácil, porém, ver que dentro dessa perspectiva pode existir um leque de posições sobre a importância de tal

participação. No trabalho de muitas teóricas da segunda fase, o construcionismo social aparece quase como posição emblemática. Embora permita a pressuposição de certas diferenças entre mulheres, seu papel nesse sentido é mínimo, já que as diferenças são restritas às margens da história humana ou a supostas qualidades 'secundárias' da feminilidade – aquelas que não afetam a definição básica de ser mulher. (Nicholson, 2000, p. 23)

No contexto dessas contradições, é preciso resgatar o que diz Judith Butler (1999), quando responde às críticas de que estaria, em seus argumentos, sustentando uma noção de sujeito cuja materialidade se dilui e se fragmenta (cf. Bessa, 1998). Não há como descartar o sujeito nem suas condições materiais, cabendo à teoria pensar como ele se constitui como um sujeito *engedrado* e *generificado*, sustenta Butler. A tarefa conceitual, portanto, não é desconsiderar a materialidade, mas superar sua aceção de território ou tabula rasa, sobre o qual o simbólico se inscreve, na medida em que ela mesma é *materialização* de uma lei regulatória que institui, através dos discursos, determinadas práticas identificatórias, ao mesmo tempo, excluindo outras.

Vale ressaltar também que, nestes depoimentos, é possível identificar uma ambigüidade inerente ao pensamento feminista contemporâneo, bem analisada por Piscitelli (2004). Trata-se do incômodo que alguns pressupostos desconstrutivistas causam, ao dissolver conceitos e categorias caras ao ativismo político feminista. A ênfase nas diferenças e a desestabilização da categoria mulher têm sido consideradas excessivas por parte das feministas mais voltadas à ação política, embora considerem válidas as afirmações que passem pela crítica à universalidade da mulher. O que parece estar em jogo, segundo a autora, é o jogo entre a reflexão teórica e os interesses do ativismo, que levam ao julgamento dos pressupostos teóricos de acordo com sua utilidade para o movimento. Nas palavras da autora,

Essas discussões, portanto, não estão apenas marcadas por leituras negativas das perspectivas desconstrucionistas. Nelas há, também ambivalências em relação a essas abordagens, uma vez que possibilitam pôr em destaque as diferenças. Essas ambivalências fazem sentido quando se pensa que se o projeto feminista está ancorado na tradição da *modernidade*, ele também está marcado por uma inerente tensão entre universal e particular. As críticas às abordagens desconstrutivistas

evidenciam, também, confusões no que se refere ao significado de *fazer teoria* (Piscitelli, 2004, p. 58).

Entre aquelas entrevistadas mais distantes dessas reflexões temos Nara Bernardes, que dialoga menos com as teorias feministas “pós-modernas”, tanto norte-americanas quanto francesas. Embora incorpore as contribuições de Guacira Lopes Louro, sua influente colega e conterrânea, não se identifica com a perspectiva pós-estruturalista defendida por ela:

Nara Bernardes: [Em termos teóricos] utilizo a Emilce Bleichmar, que é essa psicanalista. Utilizo muito os escritos da Guacira, embora os estudos mais atuais dela de gênero estejam mais na perspectiva pós-estruturalista, que não é exatamente a minha perspectiva, mas mesmo assim, acho que as discussões que ela faz são muito interessantes. Eu trabalho também com os textos da Fúlvia Rosemberg. E tem algumas autoras dos Estados Unidos que eu gosto, mas não da psicologia. Eu leio mais autoras da antropologia, da sociologia, o pessoal que trabalha com literatura. Porque da psicologia, com raras exceções, partem de uma perspectiva que eu não sintonizo.

Emilce Bleichmar é também uma referência importante para Maria Lúcia Miranda Afonso e Maria Ignez Moreira, que a citam em seus trabalhos de pós-graduação. Trata-se de uma autora de base psicanalítica, que realiza uma releitura da histeria como sintoma da estrutura conflitiva da feminilidade na sociedade e na cultura patriarcal (Bernardes, 1989). Nesse sentido, sua contribuição às pesquisas das entrevistadas passa pelo pressuposto da distinção sexo e gênero, através do qual apontam para o contexto sócio-cultural como fonte da produção das feminilidades e das masculinidades.

Outras entrevistadas, no entanto, encontram alternativas fora dessas opções anglo-saxônicas e francesas, buscando referências em outros contextos, não aderindo ao que Conceição Nogueira chama de “feminismo pós-moderno”. Fúlvia Rosemberg, por exemplo, faz referências constantes a Joan Scott, porém, afirma identificar-se mais com as formulações de uma teórica do gênero menos conhecida, Maria Jesús Izquierdo:

Fúlvia Rosemberg: Hoje, a teórica feminista que eu tenho maior afinidade, que tem me orientado bastante é uma catalã, Maria Jesus Izquierdo. É quem eu tenho encontrado uma boa afinidade. É uma materialista, mas que atribui dimensão de realidade material ao ato simbólico.

Trabalhando em Barcelona, Izquierdo é conhecida no campo intelectual feminista brasileiro pelo texto *Uso y abuso del concepto de gênero* (Izquierdo, 1994) onde desenvolve críticas ao reducionismo impresso à categoria gênero por parte de alguns estudos feministas. Em contrapartida, demonstra a eficácia analítica do gênero para se compreender as desigualdades sociais no contexto da produção da existência humana, onde ao feminino cabe a produção da vida e ao masculino, a produção da riqueza e sua administração.

Há ainda aquelas que desenvolvem seus estudos fundamentando-os a partir de referências nacionais, como Maria Luiza Heilborn e Helieth Saffioti. Tratam-se de pesquisadoras com larga produção acadêmica no Brasil e que trabalham com temas pertinentes aos campos da antropologia social e sociologia. Isso é explicado tanto pelo tipo de trabalho interdisciplinar que as entrevistadas desenvolvem, quanto pelo fato de se dedicarem a temáticas que as aproximam das contribuições teóricas destas importantes pesquisadoras.

O que fica evidente na análise dos depoimentos postos acima é a diversidade de referências conceituais que fundamentam os trabalhos das entrevistadas. Em realidade, se há algo em comum entre elas em termos teóricos é o fato de desenvolverem em seus estudos um diálogo interdisciplinar entre os diferentes campos, incluindo o das teorias feministas.

Via de regra, as entrevistadas não circulam apenas entre autores da psicologia ou da psicanálise, incorporando também contribuições de diferentes áreas em especial, da sociologia, antropologia, história e literatura. Essa parece ser uma característica comum de pesquisadoras e pesquisadores que dialogam com o campo intelectual feminista, ou seja, de manter um diálogo interdisciplinar, sem necessariamente romper com o campo disciplinar de origem (Dauder, 2003).

Uma das entrevistadas sintetiza essa posição de uma forma peculiar:

Para mim, na verdade, gênero significou mesmo encontrar um lugar não disciplinar na disciplina. (Azeredo, 1998, p. 66)

Como destacam Bruschini *et al*, (1998),

(...) os pesquisadores (na sua maioria pesquisadoras) especializados em estudos feministas, têm trabalhado tanto nas disciplinas bem estabelecidas (sociologia, psicologia, etc), como navegado na interdisciplinaridade (estudos de violência, articulação trabalho/família, política do corpo, etc) e procurado acompanhar as mudanças ocorridas com o processo de liberação das mulheres. (Bruschini, Ardalion & Ubehaun, 1998).

Entretanto, sua postura diante de pesquisas que buscam essa postura interdisciplinar tem levado à preocupação acerca do que realmente consiste um trabalho com essa abordagem.

Nara Bernardes: Acho que o gênero é uma categoria que precisa ser olhada por diferentes disciplinas. Eu não acho que psicologia sozinha dá conta do gênero, ou que a antropologia, ou que a sociologia. Mas não acho que é uma coisa fácil de fazer. Eu acho que o que a gente acaba fazendo é uma justaposição.

Fúlvia Rosemberg: [Perguntada sobre a relação dos estudos de gênero e a abordagem interdisciplinar] Se for interdisciplinaridade... Porque tem muita sacação. Sacação no mal sentido, utilização inadequada de um campo disciplinar e teórico por outro. Mas não tenho nada contra. É muito interessante desde que seja bem feito, no plano epistemológico, sobretudo.

Maria Lúcia Miranda Afonso: As pessoas têm que ler melhor, têm que ler mais Marx, Durkheim, Weber, Freud, e que seja, o Lacan, o Piaget e tal, para fazer uma interdisciplinaridade decente. Eu acho que isso não está sendo feito na psicologia social e, conseqüentemente, nos trabalhos de gênero na psicologia social. Porque eu acho que nosso campo é interdisciplinar e acho que isso dá mais trabalho mesmo. Eu acho que seria mais fácil ser sociólogo, ou psicólogo. Mas não escolhemos isso, escolhemos ser psicólogo social. Então nós vamos ter que ralar mais.

Nesse sentido, para estas entrevistadas, o trabalho interdisciplinar vai além da simples reunião das contribuições oriundas de diferentes disciplinas. Pelo menos para as três depoentes acima, o trabalho interdisciplinar exige postar-se diante do que se investiga com uma atitude epistemológica diferenciada, que inclua a possibilidade de uma reflexão livre dos limites impostos pelas fronteiras disciplinares.

Esclareço que essas análises dos vínculos teóricos das entrevistadas se deu a partir das autoras e autores citados no curso das entrevistas como suas

referências principais ao investigarem sobre mulher e gênero. Deve-se considerar, contudo, que o processo de elaboração conceitual é dinâmico, sendo marcado por diversas mudanças de concepções, por abandono de termos e pela a incorporação de novas perspectivas. Foi comum por parte das entrevistadas, a experiência de adotar um conceito em seus trabalhos e posteriormente, verificar sua superação para compreender a realidade, resultando no esforço de desenvolver novos conceitos e apreender novas nuances dos processos investigados. Nesse sentido, é delicada qualquer tentativa de classificação teórica das entrevistadas, embora se possa, como foi tentado aqui, apontar referências que colaboram em dado momento, na produção de reflexões teóricas pertinentes ao campo intelectual feminista na psicologia. Por isso, valorizei muito mais os depoimentos das entrevistas do que seus textos, para compor a reflexão acima, favorecendo a possibilidade de auto-classificação de suas produções.

Qualquer tentativa de classificação se vê desafiada, inclusive, pelo fato de que boa parte dos argumentos defendidos pelas entrevistadas têm sua gênese nas diferentes estratégias discursivas assumidas pelo feminismo. Por conseguinte, expressam as contradições internas deste movimento, bem analisadas por Joan Scott (2002), que aponta para o dilema entre igualdade e diferença constitutivo do feminismo, onde afirmar ou negar a diferença sexual, depende do efeito político que se quer produzir no universo social através do discurso.

Temáticas geradoras dos estudos de gênero para as entrevistadas

Cabe aqui descrever as temáticas que constituíram o foco do trabalho das entrevistadas, de modo a caracterizar o campo de estudos de gênero na psicologia através de suas produções científicas. Nesse sentido, em termos de interlocução com o campo intelectual feminista, podemos destacar as temáticas do trabalho, da violência, da família, da educação, da sexualidade, das relações étnicas e da saúde e direitos reprodutivos, como as mais importantes desse processo.

Conforme Bruschini (1994), o estudo do trabalho feminino foi uma das portas de entrada dos estudos sobre mulher no contexto da pesquisa acadêmica. Os estudos de Heilieth Saffioti e Eva Blay abriram caminho para que outras pesquisadoras desenvolvessem pesquisas sobre essa temática, que também ganhou espaço junto a agências de pesquisa, como a Fundação Carlos Chagas. Dentre os demais assuntos pertinentes à condição feminina, a pesquisa sobre o trabalho feminino pôde usufruir rapidamente da legitimidade acadêmica, em razão do trabalho constituir um tema clássico das ciências sociais. Por outro lado, os movimentos feministas também colaboraram para isso, vislumbrando a possibilidade de mudanças no panorama que caracterizava as condições de trabalho das mulheres.

Em termos teóricos, Bruschini lembra que os primeiros estudos sobre o trabalho feminino insistiam na idéia de exclusão da mulher, ou na necessidade de sua incorporação no mercado de trabalho. A noção de opressão predominava nos argumentos, pouco se levando em conta o fato de que o papel da mulher no contexto familiar atuava nesse processo. Contudo, aos poucos os estudos feministas começaram a discutir o papel da mulher na reprodução da força de trabalho e a questão da dupla jornada de trabalho, constituindo o trabalho doméstico foco de investigação. Posteriormente, na década de 80, a partir do significativo aumento da participação feminina no trabalho produtivo, estudiosas feministas passam a discutir as formas de divisão sexual do trabalho no contexto de fábricas, tendo gênero como categoria de análise.

Como já foi descrito anteriormente, Tânia Galli Fonseca, Marlene Strey e Maria Juracy Filgueiras Toneli pautam seus trabalhos de pós-graduação pela relação gênero e trabalho, desenvolvendo essa temática em seus mestrados ou doutorados, bem como em suas publicações.

O livro de Tânia Galli Fonseca, *Gênero, trabalho e subjetividade*, adere ao debate sobre gênero e trabalho, trazendo a questão da produção da subjetividade no contexto das relações de trabalho de mulheres operárias de uma fábrica de produtos têxteis. Nesse caso, a contribuição que oferece ao campo de estudos de gênero e trabalho, consiste não tanto no tipo de

problema enfocado, mas na maneira como discute o trabalho e seu efeito nas formas de subjetivação das mulheres. Articuladas também com o campo da educação, suas análises permitem compreender as práticas de gestão como práticas educativas, as quais engendram a dominação masculina e a subordinação da mulher.

Marlene Strey dedicou-se a compreender os fatores constituintes dos projetos profissionais de mulheres. Esta última também possui artigos problematizando os aspectos de gênero a serem considerados nas práticas de orientação profissional. Suas fontes teóricas consistem principalmente na literatura feminista norte-americana e a psicologia social crítica brasileira.

Já Maria Juracy Filgueiras Toneli desenvolveu em sua tese de doutorado a questão da masculinidade, dentro da temática da divisão sexual do trabalho, através de seu estudo de caso de um homem dono-de-casa. Essa entrevistada possui artigos que discutem as formas de sexismo que atuam sobre mulheres trabalhadoras. (Toneli-Siqueira, 2002) e também desenvolveu uma pesquisa sobre saúde de professoras, onde articula as categorias de gênero, corpo e saúde no trabalho (Toneli-Siqueira & Ferreira, 2000).

Outra entrevistada cujo tema se insere nesse debate é Maria Eunice Guedes, que investigou sobre gênero e trabalho através de pesquisas sobre mulheres camponesas, articulando com as questões da violência e da saúde. Sua dissertação de mestrado discute as condições de vida de mulheres rurais, relacionando-as com a construção da identidade e gênero.

Silvia Leser de Mello desenvolveu, em seu concurso de livre-docência, uma pesquisa sobre o trabalho de mulheres de periferia, na continuidade de seus trabalhos sobre trabalho e profissão. Ao estudar as condições de vida destas mulheres, reflete sobre família e subjetividade, incluindo a análise de processos de gênero. Com base nesse trabalho, a entrevistada publicou, em 1988, o livro *Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo*, prefaciado por Paulo Freire, constituindo-se em uma referência fundamental para os estudos sobre mulher, família e camadas populares.

A articulação de gênero e trabalho aparece também entre outras entrevistadas como uma questão mais periférica de sua produção científica:

- 1) Rosemberg (1984), que discute em dois artigos o problema da psicologia como carreira feminina, a partir da tese da “sabedoria da conciliação”.
- 2) Azeredo, discutindo a questão do trabalho doméstico em pesquisa sobre a relação entre patroas e empregadas (Azeredo, 1989).
- 3) Maria Ignez Moreira, estudando o trabalho doméstico infanto-juvenil (Moreira & Stentel, 2003).
- 4) Maria Lúcia Rocha-Coutinho, discutindo o trabalho de mulheres executivas brasileiras, onde reflete sobre questões de gênero constituintes dos conflitos entre a carreira e a família (Coutinho, 1999).

Algumas entrevistadas apontam, inclusive, a própria experiência enquanto mulheres trabalhadoras como desencadeadora de preocupações relacionadas às questões de gênero. De acordo com depoimentos de duas das entrevistadas, a experiência da divisão sexual do trabalho e da dupla jornada de trabalho da mulher foi o embrião de seus futuros estudos, conforme já foi mencionado.

Outra temática crucial para a inserção da psicologia nos estudos de gênero foi a violência de gênero, questão também cara ao movimento feminista e bem incorporada pelas acadêmicas, inclusive atuando em prol da organização do movimento (cf. Barsted, 1994).

De acordo com Heilborn e Sorj (1995), em relação aos estudos da violência realizados por diferentes estudiosas feministas, a partir de vários contextos disciplinares, (...) *coube a esses estudos demonstrar a existência de uma modalidade específica de violência, aquela que se origina no modo como se armam as relações entre homens e mulheres no âmbito doméstico e familiar* (p. 213). A categoria gênero, assim, representou a superação de análises superficiais sobre essa questão, ampliando os olhares sobre esse fenômeno, permitindo, por sua vez, o redimensionamento das políticas públicas voltadas ao combate à violência contra a mulher.

A entrevistada cujo trabalho se destaca no que diz respeito a essa temática é Karin Smigay, que possui diversos artigos sobre a violência de gênero e dedica seus mestrado e doutorado a essa temática. Sua inserção nessa

questão resultou também na construção de artigos sobre violência e gênero em conflitos étnicos, através de sua pesquisa sobre estratégias de guerra nos Bálcãs (cf. Smigay, 1999).

Maria Lúcia Miranda Afonso foi parceira de Karin em alguns dos trabalhos que discutem violência de gênero, especialmente na pesquisa *Violência sexual como componente da cultura: reflexões de quem a viveu*, realizada em 1986 com apoio da FCC. Nessa investigação, estudaram as conseqüências psicológicas e emocionais da violência sexual sofrida por mulheres de diferentes classes sociais e níveis culturais, verificando também o papel desempenhado pela participação destas em grupos de reflexão.

Outra que investiga essa temática é Maria Ignez Moreira, que desenvolveu a pesquisa *A violência contra mulher na esfera conjugal: produção e enfrentamento*, com apoio da mesma instituição, entre 1988-89. Nessa pesquisa, a entrevistada busca investigar três momentos do fenômeno da violência de gênero: a produção da violência; o enfrentamento da violência por parte da mulher; o efeito produzido na vida destas mulheres a partir da procura pela delegacia especializada. No artigo que resulta desse trabalho (Moreira, 1992), a entrevistada se fundamenta nos trabalhos de Miriam Grossi (1988) e Filomena Gregori (1993) para pensar esse fenômeno na esfera conjugal, analisando falas de mulheres vítimas de violência.

Também possuindo uma trajetória profissional marcada por preocupações acadêmicas relacionadas à violência doméstica, Sandra Azeredo pesquisa as formas de atenção à mulher vítima de violência em delegacias da mulher, utilizando estratégias como os grupos operativos, onde incorpora algumas referências teóricas da psicologia. Essa entrevistada possui diversos trabalhos sobre a violência de gênero, em artigos e comunicações em congressos, constituindo essa uma das questões principais de seu trabalho de pesquisa.

Maria Eunice Guedes é outra que, em seus trabalhos pesquisa sobre essas temáticas, investigou a violência tanto contra mulheres, quanto contra adolescentes. Sua tese de doutorado, ainda em construção, desenvolve justamente essa questão, relacionando também com o campo da saúde mental.

Trata-se de um trabalho originado de sua intervenção em contexto comunitário hospitalar, onde se defrontou com altos índices de violência sexual contra adolescentes.

É digno de nota que todas essas entrevistadas são mineiras e compartilharam de um contexto de vida muito semelhante durante a década de 70, momento de forte mobilização feminista. Nessa mesma época, Belo Horizonte foi palco de assassinatos de mulheres que tiveram grande repercussão, como o de Ângela Diniz, assassinada por Doca Street em 1976. A reação do movimento feminista a acontecimentos como esse gerou posteriormente a criação do SOS-Mulher, inicialmente em São Paulo e posteriormente em Belo Horizonte. Algumas entrevistadas foram protagonistas desse processo, como Karin Smigay, que trabalhou junto ao SOS mulher de Belo Horizonte e Maria Ignez Moreira, que atuou como psicóloga da delegacia da mulher, de modo que suas posteriores preocupações investigativas não podem ser dissociadas dessas experiências.

O uso da categoria gênero para compreender processos educacionais é também a marca de uma parte das entrevistadas, especialmente Fúlvia Rosemberg, Nara Bernardes Neuza Guareschi.

Fúlvia é uma pesquisadora cuja produção já é referência obrigatória para qualquer trabalho que discuta gênero e educação no Brasil. Desde 1975, a entrevistada vem produzindo estudos, com especial ênfase na educação de mulheres. Sempre tendo por enfoque a pesquisa macro, de cunho demográfico, Fúlvia Rosemberg analisa políticas educacionais em suas formas de exclusão de gênero, raça e idade.

Nara Bernardes é outra cuja produção se insere no debate sobre gênero e educação. É longa sua trajetória na área da educação, tendo começado na década de 70 quanto trabalhava no departamento de pesquisas educacionais da FCC, passando por seu mestrado e doutorado nesse campo e ultimamente se consolidando através da coordenação da pós-graduação em educação da PUC-RS. Em suas pesquisas, discute as formas de construção de gênero e subjetividade no contexto das práticas educacionais, tendo com uma das interlocutoras principais Guacira Lopes Louro, com quem mantém contato

através do GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero), no qual participa.

Já Neuza Guareschi é reconhecida no campo da psicologia social brasileira como uma referência dos estudos culturais. Sua inserção no campo das teorias feministas e nos estudos de gênero acontece através da área de educação, na qual realizou seu doutoramento. Gênero é uma das dimensões que destaca em seus estudos sobre a construção das identidades e políticas de identidade, sendo a articulação com o campo da educação o resultado de vínculos teóricos com a educação crítica e com as teorias da resistência.

Maria Juracy Filgueiras Toneli também chega aos estudos de gênero através de suas pesquisas nos campos da psicologia e educação. Em sua entrevista, a informante relata que a intrigava o processo de feminização das instituições escolares, bem como a questão dos índices de fracasso escolar serem maiores entre os meninos. Sua pesquisa sobre a saúde de mulheres professoras, já citada anteriormente, também é resultado de seus vínculos com essa área, onde realizou seu mestrado. Embora não representando um aspecto central de sua produção, outras entrevistadas produziram estudos que articulam gênero e educação:

- 1) Marlene Strey em estudo analisando as desvantagens impostas à mulheres no contexto da educação (Strey, 2000)
- 2) Maria Ignês Moreira que publica artigo chamando atenção para a necessidade de melhorias nos programas de atendimento educacional voltados a questão da gravidez na adolescência (Moreira, 1997).

Um outro campo com que os estudos de gênero das entrevistadas se articulam, são os estudos sobre família. Esse campo, através da categoria gênero, pôde avançar na análise de processos que até então eram vistos pela ótica da divisão do trabalho e das relações de dominação, analisados com o apoio das perspectivas marxistas. A categoria gênero permitiu, que se desenvolvessem novas formas de análise, tanto a partir das teorias feministas do patriarcado, quanto pelos modelos estruturalistas de parentesco vindos da antropologia, bem como pelas contribuições da psicanálise.

Costa, Barroso & Sarti (1985), argumentam como os estudos de mulher promoveram o avanço da análise do papel da mulher nas estratégias de sobrevivência e na chefia da família nos meios populares. De fato, esses estudos mudaram a pesquisa sobre família, permitindo a ampliação do foco de análise a partir de outros fatores constituintes do sistema familiar e das relações de poder que atingem homens, mulheres e crianças que atuam nessa esfera. Tais perspectivas se expressam nos trabalhos de algumas entrevistadas, como Maria Lúcia Miranda Afonso e Maria Ignez Moreira.

Maria Lúcia Miranda Afonso inicia suas investigações sobre mulher e gênero em 1980, através de uma pesquisa intitulada *Estrutura da família operária e o lugar da mulher em seu interior*, com apoio da FCC. Nessa pesquisa, a entrevistada investiga a estrutura de famílias operárias, analisando o lugar que a mulher ocupa nesse contexto e no conjunto das relações sociais e afetivas aí vivenciadas. Embora ainda não utilizasse o conceito de gênero, já desenvolvia análises que caracterizam o campo intelectual feminista, ao discutir as formas diferenciadas de socialização de meninos e meninas e as formas de poder que constituem o universo das relações familiares.

Maria Ignez Moreira é outra que se destaca pela relação estreita com os estudos de família, especialmente em seus trabalhos de mestrado e doutorado. Além do livro que resulta de sua dissertação de mestrado (Moreira, 1997), essa entrevistada ainda possui diversos artigos sobre temas associados às questões de família. Também é organizadora de um livro, junto com Lucia Afonso, no qual diversos artigos sobre família são apresentados (Moreira & Afonso, 1995). As articulações que realiza entre gênero e família contemplam a análise dos processos sociais e culturais constituintes da gravidez, de maternidade e paternidade, geração e exploração sexual de crianças e adolescentes. Essa entrevistada é, sem dúvida, a que mais se dedicou a esse campo, sendo 'família', um dos descritores mais frequentes de sua produção científica.

Maria Lúcia Rocha-Coutinho, dentre as entrevistadas, também se destaca como estudiosa das relações de gênero e família. Além de sua tese de doutorado, essa entrevistada possui diversos artigos e comunicações científicas em que discute o lugar da mulher no universo familiar, analisando

principalmente as formas e controle da mulher sobre a família e os dilemas da mulher trabalhadora, dividida entre a carreira profissional e a família.

Embora como desdobramentos da análise do trabalho, Maria Juracy Filgueiras Toneli e Sylvia Leser também podem ser consideradas como pesquisadoras que se aproximam dos estudos sobre família e gênero. A primeira, em razão de discutir como se reorganizam as relações de gênero em uma família na qual o homem exerce os cuidados da casa e dos filhos e a mulher trabalha fora e a segunda, por discutir a configuração da família no segmento das camadas populares, em estudo já citado sobre mulheres trabalhadoras.

Também estudando família, embora com menor representação no conjunto de sua produção acadêmica, Marlene Strey (1997, 1998) levanta algumas dificuldades de mulheres na conciliação das exigências sócio-culturais que constituem o trabalho e a família. Nesse caso, a questão sobre a qual a entrevistada reflete mais fortemente, a saber, a articulação gênero e trabalho, ganha novo enfoque com a análise das repercussões do trabalho da mulher na esfera familiar.

Outro forte campo de investimentos dos estudos sobre mulher e gênero foi a sexualidade, onde Vera Paiva insere grande parte de seus estudos. Essa entrevistada é uma destacada pesquisadora no campo da saúde coletiva, visando construir subsídios teóricos para a melhoria dos programas e políticas públicas voltadas à prevenção da AIDS, como já foi ressaltado. Em diversos artigos discute como questões de gênero atuam favorecendo a vulnerabilidade ao HIV/AIDS, levando ao campo de estudos sobre a sexualidade a importância dessa categoria.

Maria Lúcia Miranda Afonso também se insere nesse campo através em sua tese de doutorado, onde articula as questões de gênero e sexualidade através de um estudo com adolescentes. Outros trabalhos seus em que utiliza o descritor 'sexualidade' são na realidade desdobramentos de sua tese, parecendo que esse tema a preocupou mais durante este período de formação.

Outras que possuem trabalhos relacionando gênero e sexualidade:

- 1) Nara Bernardes, com um capítulo de livro sobre a questão da homossexualidade masculina (Bernardes e Paim, 1997).
- 2) Sandra Azeredo, com o livro *Espelho de Vênus*, já citado aqui, além de diversos artigos discutindo a questão da sexualidade de mulheres e sua pesquisa com prostitutas em Belo Horizonte.
- 3) Ângela Arruda, com um artigo sobre a reprodução e sexualidade no imaginário brasileiro (Arruda, 1999), além de outro artigo sobre sexualidade e AIDS (Arruda, 1992; 1994).
- 4) Maria Juracy Filgueiras Toneli em alguns trabalhos sobre sexualidade e adolescência (Toneli-Siqueira, 2003), além de artigo sobre paternidade na adolescência (*ibid*, 2002).

O campo da saúde e direitos reprodutivos⁸⁹ é outro cuja gênese é marcada pelo movimento feminista, desde as lutas pelo direito ao aborto, até a participação do feminismo nas grandes conferências internacionais de saúde. Trata-se de um campo fortemente influenciado pelas teorias construcionistas e em estreita relação com o debate sobre gênero e sexualidade (Corrêa, 1999).

As questões que constituem esse campo caracterizam parte da produção científica de três entrevistadas: Sandra Azeredo, Maria Juracy Filgueiras Toneli e Vera Paiva. A primeira, em razão de sua relação estreita relação com a FCC, sendo autora de um importante livro sobre direitos reprodutivos (Stolcke & Azeredo, 1991), além ter produzido outros artigos sobre essa questão. Maria Juracy Filgueiras Toneli desenvolveu a pesquisa, da qual participei, chamada *Paternidade adolescente: seu lugar nos programas públicos na área da saúde reprodutiva na Região da Grande Florianópolis*, com apoio da Fundação McArthur/FCC, da qual desdobrou também alguns artigos e comunicações científicas. Essa entrevistada organizou também, junto com a professora Luzinete Minela da UFSC, um dossiê sobre saúde e direitos reprodutivos publicado na *Revista Estudos Feministas*, o qual reúne importantes artigos

⁸⁹ Maria Eunice Guedes se insere nesse campo através da militância, embora não possua produção científica registrada no currículo lattes sobre essa temática.

sobre o tema. Já Vera Paiva, vem se inserindo mais recentemente nesse campo, em função de algumas pesquisas onde discute os direitos reprodutivos de pessoas infectadas pelo HIV (cf. Paiva *et al*, 2002).

A articulação de gênero e questões étnicas é também um campo a que duas das entrevistadas, Fúlvia Rosemberg e Sandra Azeredo, dedicaram-se em sua trajetória profissional. Enquanto a primeira investigou, em diversos artigos e capítulos de livro, as formas de segregação de gênero e raça nas políticas educacionais, a segunda desenvolveu um debate mais teórico, apontando a estreita relação de gênero e raça na teoria feminista, além de ter publicado um importante artigo divulgando esta reflexão no contexto da psicologia brasileira (Azeredo, 2002).

Também possuem trabalhos sobre gênero e raça as entrevistadas:

- 1) Nara Bernardes que, a partir do trabalho de campo de sua tese de doutorado, incorporou a categoria 'raça' entre suas reflexões sobre gênero e classe (Bernardes, 1989);
- 2) Neuza Guareschi, que introduziu essa articulação em seus artigos sobre as políticas de identidade (Guareschi, 1999);
- 3) Vera Paiva que, em uma de suas comunicações científicas, aprofundou esse debate de gênero e etnia da problematização das diferenças constituintes do sujeito (Paiva, 1993).
- 4) Ângela Arruda, que em um capítulo de livro discute gênero e etnias através do imaginário brasileiro (Arruda, 1998).

Ângela Arruda é a única que discute gênero e meio ambiente, especialmente através de sua tese de doutorado e no artigo *A diferença não é mais aquela*, publicado na Revista *Estudos Feministas* (Arruda, 1997). Em seus estudos, a questão do gênero, juntamente com a teoria das representações

sociais⁹⁰, é utilizada como forma de compreender diferentes modelos de diferença e alteridade entre ecologistas e ecofeministas.

Diante do exposto, é possível verificar a dificuldade de classificação da produção das entrevistadas em uma temática apenas. Em realidade, como foi demonstrado, muitas delas transitam entre diferentes temas, utilizando a categoria gênero para pensar as várias problemáticas que investigaram em sua trajetória acadêmica.

Por outro lado, as questões que constituíram a pauta das preocupações de investigação das entrevistadas são, na maior parte das vezes, as mesmas que constituíram os focos dos movimentos feministas (Barsted, 1994; Costa & Bruschini, 1992). Desde a questão da violência e o trabalho, até a questão da saúde e direitos reprodutivos, é possível observar a influência do movimento feminista para tais temas receberem atenção por parte das entrevistadas. Colaborando para isso, as linhas de financiamento à pesquisa vinculadas à FCC também criaram condições para a reflexão sobre estas temáticas, na medida em que parte das entrevistadas, conforme já foi mencionado, participou dos programas propostos por essa instituição para a pesquisa sobre mulher e gênero.

⁹⁰ Ângela Arruda, inclusive, produziu um artigo onde aponta aproximações entre as teorias feministas e de gênero com a teoria das representações sociais (cf. Arruda, 2002).

9. Considerações finais

Percorrer os caminhos traçados pelos estudos de gênero na psicologia brasileira através da trajetória pessoal, profissional e política e das referências institucionais e conceituais de protagonistas desse processo, significou desvelar o impacto sofrido por esse campo do conhecimento em relação a determinadas demandas sociais, como aquelas enunciadas pelos movimentos feministas. Com base nos dados analisados aqui se pode dizer que muitas das questões originalmente propostas pelas feministas estão hoje contempladas em problemáticas científicas da psicologia, mais especificamente no campo da psicologia social.

Nos 30 anos de existência do campo analisado, os pressupostos naturalizantes sobre as diferenças sexuais foram sendo progressivamente superados por argumentos que, cada vez mais, refinavam conceitos e teorias de base funcionalista e/ou sócio-cultural. Isso se deu produzindo os mesmos avanços e equívocos dos estudos de gênero norte-americanos e europeus, que historicizaram e politizaram as noções de gênero preservando desse esforço a noção de natureza e de corpo (Haraway, 2004).

O primeiro registro desse processo foi protagonizado por Dante Moreira Leite em 1966, que no livro “Psicologia Diferencial” chamava a atenção para a importância da socialização na produção das diferenças entre homens e mulheres, antes ainda da emergência dos estudos sobre mulher produzidos durante a década seguinte (Graciano, 1976). Posteriormente, os estudos de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, na década de 70, resultaram num outro momento desse processo, onde os conceitos da psicologia social norte-americana eram o fundamento básico da reflexão feminista em sua interface com a psicologia. Considerei 1975, ano de publicação destes estudos, como o marco da gênese desse campo, pautando-me tanto na análise de eventos quanto de periódicos científicos. Ainda nesse período, a influência da FCC exerceu-se também em estudos pioneiros de psicólogas sobre temas importantes ao feminismo, como a violência contra a mulher. Essa fase seguiu

até o final da década de 80, quando os saberes da psicologia foram meros condjvantes de argumentações de intenso valor militante e de consistente base empírica.

A partir de 1992, o impacto dos estudos de gênero na psicologia produziu um novo estágio de superação das idéias naturalizantes e essencialistas, quando se difundiu nesse meio a categoria gênero, veículo fundamental da incorporação das idéias feministas na psicologia brasileira e também nas demais ciências. O paradigma liberal, que caracterizou esse período dos estudos de gênero (Haraway, 2004), resultou, nesse contexto, no avanço da crítica ao determinismo biológico, com base em idéias construcionistas. O teor político dos argumentos feministas, contudo, ficou reservado ao setor da psicologia brasileira mais atento aos anseios dos movimentos sociais.

A incorporação das questões feministas no seio da psicologia brasileira obedeceu à lógica própria dessa matriz disciplinar e sua configuração teórico-metodológica (Bourdieu, 2004). Considerando que o paradigma hegemônico da psicologia não reservava espaço para questões dessa ordem, em razão da necessidade de dar manutenção a um sujeito universal e distanciar-se daquilo que considera ideológico, o campo intelectual feminista nesse contexto integrou-se à parcela dessa matriz disciplinar que se opunha ao modelo tradicional de ciência, do mesmo modo que as teorias feministas se aliavam ao pós-modernismo, ou seja, criticamente (Flax, 1994, 1990). Os estudos de gênero no Brasil estabeleceram alianças com teorias e campos que valorizam a cultura, o contexto social e a dimensão ativa e subjetiva dos sujeitos. Como um campo que se define por essas características, a psicologia social representou, na psicologia, o terreno no qual tais questões puderam emergir.

As questões de gênero na psicologia social brasileira foram introduzidas concomitantemente à emergência de outras categorias chaves desse campo. Os estudos de identidade (Ciampa, 1987) e as pesquisas sobre afetividade e emoções (Lane & Sawaia, 1995), por exemplo, também surgiram nas décadas de 80 e 90 (cf. Molon, 2000). Conforme Freitas (2000), nesse período a psicologia social brasileira convergia suas preocupações cada vez mais para os

níveis microestruturais, para os processos psicossociais e para as questões ligadas ao cotidiano. Para a autora, isso se deu como resultado do fortalecimento do compromisso desse campo com a transformação da realidade social e com os processos sociais enfocados nos trabalhos de seus agentes. Diante disso, a psicologia social teve que se adaptar às novas demandas sociais emergentes na contemporaneidade, contemplando questões vindas do contexto social. Ao valorizar temas de grande valor para os movimentos sociais, psicólogas sociais transformaram preocupações que trouxeram do ativismo político ou da vida pessoal, em problemas científicos, apoiando-se nos instrumentos da academia para produzir saberes que iam ao encontro dos interesses do feminismo.

O fato da interdisciplinaridade ser uma característica comum entre pesquisadores da psicologia social é outro fator importante da aproximação dos estudos de gênero a essa área da psicologia. Por se tratar de uma área que favorece o trânsito entre diferentes disciplinas e que permite a integração de saberes vindos de outras matrizes disciplinares, como a antropologia, sociologia, psicologia, história, os estudos de gênero encontraram diálogo maior com ela do que com outras áreas da psicologia, menos propensas a desenvolver uma postura interdisciplinar de pesquisa.

Há muito em comum entre as teorias que circulam nos estudos de gênero e os pressupostos mais comumente defendidos por pesquisadores brasileiros vinculados à psicologia social, após sua ruptura com as correntes anglo-americanas desse campo. Nesses dois contextos são feitas muitas críticas ao modelo positivista de ciência, havendo neles uma forte contraposição a formas de determinismos, sobretudo aqueles que reduzem a compreensão dos processos humanos às leis da natureza. Em ambos também há o esforço de valorização da subjetividade, através de perspectivas que resgatem a dimensão ativa do sujeito em sua construção pessoal e a primazia da cultura sobre a natureza nas explicações sobre os fatores que atuam nesse processo (Molon, 2001; Freitas, 2000).

Em artigo em que compara as teorias feministas de gênero e a teoria de representações sociais, Arruda (2002) mostra que as afinidades desses dois

campos teóricos residem na semelhança entre suas gêneses como campos de saber atentos aos anseios das minorias ativas, na flexibilidade e criatividade de suas propostas teórico-metodológicas e por se pautarem em referenciais epistemológicos que se opõem a binarismos (como natureza/cultura, objetivo/subjetivo, por exemplo) e assumem perspectivas relacionais e críticas. Para ela,

Essas dimensões (e certamente outras, não sistematizadas aqui) indicam, portanto, que estas teorias estão reabilitando o conhecimento concreto, a experiência vivida, e reconhecendo a possibilidade de diversas racionalidades, o que é adequado às características das multifacetadas sociedades e grupos sociais contemporâneos e às características da forma de conhecer e lidar com o saber nessas sociedades, em que grupos diferentes têm visões diferentes de um mesmo objeto sem que a diferença implique obrigatoriamente desigualdade. Sociedades nas quais é preciso entender a diferença como especificidade, como nos ensinam os movimentos de grupos minoritários. (Arruda, 2002, p. 133).

Considerando que, pelo menos em parte, essas afinidades também estão presentes nos referenciais materialistas históricos, fenomenológicos, psicanalíticos, pós-estruturalistas e construcionistas que transitam no campo da psicologia social brasileira, é possível somar esse argumento aos acima propostos, para compreender a presença dos estudos de gênero na psicologia social brasileira. A importância desse dado está no fato de que se trata de algo diferente do que acontece em outros contextos científicos. Embora haja diálogo entre os estudos de gênero e a psicologia social americana ou europeia, no Brasil essa troca se realiza com maior intensidade.

Outro dado interessante é o fato da *feminist psychology* anglo-americana não se constituir como uma referência significativa para a maior parte das entrevistadas. Embora os pressupostos dessa corrente feminista na psicologia anglo-americana tenham muita relação com o pensamento das entrevistadas e os temas de suas pesquisas coincidam bastante com esse campo, quase não há referências às representantes dessa perspectiva no conjunto das entrevistas e nos textos destas pesquisadoras. Isso vale também para os estudos de psicólogas sociais, clínicas e cognitivistas norte-americanas e europeias,

pesquisadoras das questões de gênero, que praticamente são inexistentes no fundamento teórico dos trabalhos das entrevistadas dessa tese.

Uma possível explicação disso é o movimento da psicologia social brasileira entre as décadas de 80 e 90, de fortalecimento de sua identidade latino-americana, que resultou na resistência à influências teóricas importadas (Freitas, 2000; Sandoval, 2000). Por outro lado, isso pode ter relação com o fato de não ser a disciplina em que elas se situam institucionalmente um fator preponderante das alianças teóricas que realizam. Os referenciais teóricos que as pesquisadoras entrevistadas utilizam em seus estudos sobre mulher e gênero, ora são interdisciplinares, ora não pertencem a seu campo disciplinar de origem. A escolha pela psicologia social, inclusive, relaciona-se à possibilidade de coadunar interesses disciplinares e interdisciplinares, aspecto central da posição acadêmica comumente assumida no campo analisado. Em suma, diferente da resolução histórica da psicologia feminista anglo-americana, que criou um gueto para si no interior da psicologia, o campo de estudos sobre mulher e gênero na psicologia brasileira se situou em um campo interdisciplinar, a psicologia social, e, teoricamente, tende a adotar teorias e autores/as que assumem essa mesma abordagem científica.

As diferenças entre esses campos refletem também a distinta relação da academia com o movimento feminista no Brasil, quando comparada com a Europa e Estados Unidos. Apoiando-me em Heilborn & Sorj (1995), sustento que a presença maciça de acadêmicas no feminismo brasileiro e a moderada radicalidade desse movimento no Brasil, ao levar a uma postura de integração e não de ruptura, favoreceu a incorporação dos estudos de gênero em contextos já estabelecidos na ciência, nesse caso, na psicologia social.

Nesse sentido, as estratégias utilizadas pelas protagonistas dos estudos de gênero na psicologia, remetem a percursos distintos da psicologia feminista produzida em outros países. Seu caminho foi muito mais de inserir-se num jogo de forças existente na psicologia social brasileira e lá estabelecer o diálogo, somando esforços para construção de uma nova psicologia social, de abordagem interdisciplinar, atenta às transformações da realidade social e que se opõe ao sujeito universal sustentado pelas correntes tradicionais desta

ciência. Não se trata, por sinal, de algo exclusivo do campo analisado, mas de todo o campo de estudos de gênero no Brasil, que se inseriu na academia assumindo posturas de integração (Zanotta-Machado, 1997; Sorj, 2004).

Em suma, conceitos da psicologia social clássica como estereótipos, atitudes, preconceito, foram a base das primeiras reflexões feministas que dialogavam com a psicologia, tendo surgido em um contexto não universitário, a saber, a Fundação Carlos Chagas. A partir de 1992, a psicologia social brasileira sofre profundas transformações, nas quais os estudos de gênero participam, assumindo pressupostos comuns sobre o sujeito e a subjetividade. Comparando os primeiros estudos sobre as diferenças sexuais da psicologia social de Dante Moreira Leite em 1966, com aqueles produzidos pelas pesquisadoras feministas da Fundação Carlos Chagas em 1975, e ainda com aqueles publicados nos eventos da ANPEPP, ABRAPSO e SBP a partir de 1992, não se observa uma linearidade ou continuidade em termos teóricos, salvo o fato de representarem a superação progressiva da naturalização das diferenças sexuais. Cada momento reflete o contexto de influências da época e, sobretudo, a historicidade do campo intelectual feminista. Avesas a qualquer forma de guetificação, as protagonistas desse campo tendem mais, atualmente, a buscar interlocução entre grupos de temáticas psicossociais amplas do que dialogar entre si sobre questões teórico-metodológicas feministas, embora nos eventos científicos da década de 90 existissem grupos reunidos exclusivamente em torno deste tipo de questões.

Com base nas contribuições de Linda Nicholson (2000) e Donna Haraway (2004), argumentei que a tendência de parte das entrevistadas por escolhas de teorias e conceitos que rejeitassem o determinismo biológico e que permitissem conceber a apropriação da natureza pela cultura, vendo a identidade de gênero como uma construção derivada desse processo, enraíza-se na compatibilidade desses pressupostos com a postura política que sustentam. De um lado, as teorias adotadas por parte delas circulam nos limites de sua capacidade de somar aos objetivos do ativismo feminista (Piscitelli, 2004). De outro, resultam das influências, em cada momento histórico, do

campo intelectual feminista e de outros campos teóricos e disciplinares em que transitam (Zanotta-Machado, 1997).

Contudo, seria impossível esgotar, no conjunto das entrevistadas, o rol de suas influências teóricas e a historicidade destas. Mais vale reafirmar tais opções como operando dentro de determinadas condições de possibilidade que, no limite do que pôde ser analisado aqui, consistem no contexto histórico vivido, em suas subjetividades, na sua relação com as mulheres das gerações que as antecederam, no tipo de apoio pessoal e institucional que receberam, e nas experiências e vínculos proporcionados por suas trajetórias profissionais. Se, como diz Jane Flax (1990, 1994), o conhecimento é sempre vinculado à realidade e nunca abrange a totalidade, para compreendê-lo devemos situá-lo social, cultural e politicamente, como tentei fazer aqui.

A etnografia que realizei sobre esse campo permitiu, por exemplo, compreender o papel exercido por determinadas linhagens acadêmicas atuantes nesse contexto (Corrêa, 1997; Peirano, 1992). Na descrição do locus de atuação das entrevistadas e das pessoas que as influenciaram, ficou evidente a importância de acadêmicas direta ou indiretamente envolvidas em seu trabalho, desde colegas de disciplinas até orientadoras de tese. Compreendi, portanto, a relevância das redes sociais em que os atores se inserem na comunidade acadêmica, para a constituição de seus projetos (Velho, 1994). Mergulhar nesse tipo de dado significa dar-se conta da complexidade de fatores que envolvem a construção de uma trajetória profissional e de um campo científico. Como abordagem exploratória da cultura das nativas do campo intelectual analisado, a etnografia realizada permitiu identificar as protagonistas da construção desse campo, sobretudo a partir de sua condição de classe, gênero e geração.

As pesquisadoras que atuaram na incorporação dos estudos de gênero na psicologia possuem em comum diversas características pessoais e profissionais, analisadas a partir de suas trajetórias. No curso desse trabalho, identifiquei alguns aspectos importantes das trajetórias e projetos das informantes, embora estes não representem a totalidade do que as influenciou para sua aproximação aos estudos de gênero. Como diz Velho (1994, p. 28)

Por mais que seja possível explicar sociologicamente as variáveis que se articulam e atuam sobre biografias específicas, há sempre algo irreduzível, não devido necessariamente a uma essência individual, mas sim a uma combinação única de fatores psicológicos, sociais, históricos, impossível de ser repetida *ipsis literis*. Mas, mesmo que o ator viva a sua experiência como única, ele de alguma forma reconhece-se nos outros através de semelhanças e coincidências.

Essas semelhanças e coincidências residem justamente em aspectos partilhados que foram mencionados na descrição de certas influências comuns. Em geral, são mulheres brancas de classe média entre 40 e 60 anos, que sofreram os impactos sociais e culturais da ditadura militar no Brasil, dos movimentos refletidos em maio de 68 na França e que se identificaram, em maior ou menor grau, com o paradigma modernizante das relações de gênero proposto pelo feminismo durante a década de 70 (cf. Goldberg, 1989). Algumas foram militantes feministas de grande expressão nacional e atuaram na produção das conquistas históricas do feminismo no Brasil e outras não tiveram nenhuma relação direta com esse movimento. Em realidade, essa é uma característica geral do campo de estudos de gênero no Brasil, que abriga tanto aquelas que se assumem prioritariamente como feministas como aquelas que se percebem como intelectuais pesquisadoras ou, como demonstrado, “militantes feministas acadêmicas”.

Do mesmo modo, a diversidade de posturas teórico-metodológicas na análise de temas semelhantes, também não parece criar conflitos no interior do campo de estudos de gênero na psicologia, tendo em conta que em algumas versões dos grupos “Psicologia e Relações de Gênero” ou “Mulher, Feminino e Sexualidade Feminina” nos encontros da ANPEPP, tais pesquisadoras compartilhavam suas análises com aquelas mais próximas ao campo intelectual feminista. De acordo com Zanotta-Machado (1997, p. 127),

As diferenças se marcam, territórios se mapeiam, mas essas mesmas marcas são borradas pela identificação com a busca das novas fronteiras do conhecimento que parecem ser seu horizonte político. Reuniões de associações nacionais de historiadoras, literatas, sociólogas e antropólogas, desde os anos 80 demarcam divisões disciplinares e abrigam disputas entre ‘mais feministas’ e mais ‘mais pesquisadoras’, mas são também marcadoras e facilitadoras de reuniões interdisciplinares e produtoras de novos pontos consensuais.

A maior parte das informantes acompanhou o movimento de reconstrução da psicologia social ocorrido no Brasil desde o final da década de 70, ou seguiu em outros campos disciplinares com o mesmo esforço de produzir conhecimentos articulados com os problemas da realidade social do Brasil. Suas carreiras profissionais se deram em grandes universidades brasileiras onde ministram a disciplina de psicologia social ou outras disciplinas afins, sendo que quase todas possuem grande inserção no contexto da pós-graduação.

A respeitabilidade que gozam nesse no contexto acadêmico não se restringe ao grupo de pesquisadoras próximas ao campo intelectual feminista, haja vista a posição de destaque que boa parte delas ocupa nas universidades que trabalham e nas associações científicas de que são membros. Assumindo a clássica estratégia de “corda bamba” (cf. Costa, 1994), as informantes driblaram a rigidez da academia coadunando posturas disciplinares e interdisciplinar e aliando esforços políticos com interesses científicos. Isso comprova o argumento de que a postura destas pesquisadoras é de integração e não de ruptura com o meio acadêmico, sendo esse um aspecto fundamental da definição dos contornos do campo de estudos de gênero na psicologia brasileira.

Diferentes gerações de pesquisadores e pesquisadoras da área da psicologia social atuam hoje nesse campo. Durante toda essa tese, o trabalho das duas primeiras gerações foi focalizado e analisado, com sua produção sobre temas que construíram o campo intelectual feminista, como a violência, o trabalho, a família, a sexualidade, subjetividade e a educação. Tais temas são trabalhados por essas pesquisadoras a partir de diferentes abordagens teóricas, quase sempre agregando referenciais teóricos influentes na psicologia social (teoria das representações, materialismo histórico, estudos culturais, teorias pós-estruturalistas, por exemplo) aos avanços propostos pelo campo intelectual feminista. A influência exercida nessas gerações pelo tipo de pesquisa desenvolvida pela Fundação Carlos Chagas, onde não há compromissos com referências disciplinares, foi também importante para que o campo analisado se constituísse com base na interdisciplinaridade.

Já a terceira geração, na qual me enquadro, é composta por pesquisadores que trabalham dentro de um campo já constituído e usufruem o fato da categoria gênero ser relativamente reconhecida nas ciências sociais e humanas. Entre outros, seu papel tem sido o de divulgar e aprofundar as conquistas teórico-metodológicas engendradas pelas primeiras gerações, sendo que um dos aspectos interessantes é uma maior presença masculina no contingente de pesquisadores dos estudos de gênero. Sua originalidade está nas formas de articulação com novos movimentos sociais e nas problemáticas que pesquisam. Através dessa geração, temáticas antes pouco contempladas como as questões da masculinidade e paternidade estão agora recebendo maior atenção, como temas de pesquisas no campo da psicologia social (cf. Lyra da Fonseca, 1999; Medrado, 1998; Arilha, 1999). Essa terceira geração, em geral, influenciada pelas pessoas aqui enfocadas, será responsável pela continuidade do campo de estudos de gênero nas próximas décadas, certamente, com base em novas questões e abordagens. Sua larga abrangência, incluindo todos aqueles influenciados pelas aulas, textos e orientações das mulheres das primeiras gerações, pode representar a superação definitiva do papel ideológico que a psicologia teve, na manutenção das desigualdades de gênero.

Nos grupos de pesquisa que participo na UFSC, o “Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades” e o Núcleo “Modos de Vida, Família e Relações de Gênero”, percebo que minha geração de pesquisadores/as sobre gênero na psicologia caminha nessa direção, resgatando e transformando em sua produção, a herança conceitual e política que recebeu da geração que a antedeceu nesse campo.

Prever as futuras vicissitudes de um campo intelectual é muito difícil, considerando tudo o que foi dito até aqui. O que posso afirmar é que os estudos de gênero contribuíram para a psicologia, revelando os fatores sociais, culturais e de poder que produzem as diferenças de gênero. O desdobramento desse debate na incorporação de questões étnicas, de geração e de classe, por sua vez, representou um outro momento importante desse processo. Na psicologia social brasileira o universalismo passa a dar lugar ao pressuposto da

diversidade humana, embora as diferenças sejam em boa parte das vezes reduzidas a variáveis experimentais, ignorando a dimensão subjetiva, histórica e social dos sujeitos (Amâncio, 2001). Em outros campos da psicologia brasileira, no entanto, ainda é limitado o impacto destas questões, permanecendo a universalidade pouco discutida, sendo as diferenças muitas vezes enfocadas de modo individualizado e despolitizado (Azeredo, 2002). A exceção fica por conta daquelas abordagens que valorizam a dimensão sócio-cultural na constituição dos sujeitos, como é o caso da perspectiva histórico cultural (cf. Pino, 2000).

Essas tensões refletem os dilemas da modernidade entre a universalidade e a singularidade, que atuam sobre o feminismo e a ciência em geral (Scott, 2002). A psicologia científica derivou da noção universal de indivíduo, mas também foi alimentada pela ênfase moderna na individualidade e subjetividade dos sujeitos (Mancebo, 2002; Jacó-Vilela, 2001). Os estudos de gênero no Brasil, por seu turno, também são constituídos tanto pelos discursos universalistas da igualdade, quanto por aqueles que enunciam a diferença. Zanotta-Machado (1997) mostrou como esse campo intelectual se constituiu pautado pela dupla dívida com os saberes disciplinares e o feminismo, o que nos estudos de gênero no contexto da psicologia brasileira, traduziu-se na diversidade teórico-metodológica inerente a esse campo, onde os discursos são pautados pelos efeitos políticos que desejam engendrar sobre o lugar do gênero na condição humana.

Na equação que polariza gênero e psicologia, o resultado aponta para a necessidade de fazer avançar e continuar difundindo os debates propostos por esse campo. Ainda há muitos que pensam que as questões de gênero são de interesse exclusivo do feminismo e das mulheres identificadas com esse movimento. É minoria a parcela da comunidade acadêmica da psicologia que compreende os alcances das teorias desse campo e o valor que seu tipo de análise pode representar, tanto para a pesquisa quanto para intervenção.

O mapeamento que realizei registrou a importância que esse campo tem na psicologia, especialmente por favorecer suas trocas com outras disciplinas e permitir englobar outros aspectos na compreensão do sujeito e da

subjetividade. Ao valorizar a voz das pessoas que o fizeram existir, desejei também mostrar que a ciência é produto de pessoas concretas, situadas em suas posições de gênero, etnia, geração, classe, entre outras.

Considero, entretanto, que a escolha que fiz pela busca de informantes da psicologia brasileira que dialogassem com o campo intelectual feminista, levou-me a perder de vista a possibilidade de contrastá-las com aquelas/es que, embora utilizem o termo gênero ou trabalhem com temáticas próximas a esse campo, não dialogam com suas teorias e métodos de pesquisa. Certamente, compreender o distanciamento destas em relação a esse campo e as raízes desse processo em suas trajetórias serviria de contraponto para as análises aqui empreendidas, ampliando o raio de abrangência dos argumentos que defendi.

Não pude também entrevistar algumas pesquisadoras que desenvolvem o diálogo com o campo intelectual feminista que trabalham na UnB e UFRJ, embora considere que tenha conseguido entrevistar uma parcela suficientemente representativa do contexto investigado. O grande volume de informações que analiso nessa tese atesta esse fato, permitindo-me alcançar o objetivo principal de mapeamento histórico e conceitual do campo de estudos de gênero na psicologia brasileira.

De tudo que aprendi produzindo esse estudo, destaco a consciência de que um campo científico não existe a despeito das pessoas que o produzem. Pelo contrário, é tão vivo quanto aqueles que o sustentam e tão dinâmico quanto as trocas e o jogo de forças por elas gerado. Como diz Bourdieu (2004), um campo científico é um mundo social como qualquer outro, que reage às pressões e influências externas de acordo com sua lógica própria de existência social e cultural. Por isso, essa tese dedicou seus esforços na compreensão dessa lógica, pautada pelas circunstâncias históricas e características da psicologia brasileira e do campo intelectual feminista, e pelas trajetórias de suas/seus agentes. Além disso, como diz Zanotta-Machado (1997, p. 136),

Se o impacto dos feminismos nos campos intelectuais referidos traduziu-se na produção do conhecimento teórico dos saberes disciplinares, é preciso lembrar que

os rumos futuros dos efeitos dos discursos feministas no campo intelectual dependem não só dos processos internos relativos a seu grau de autonomia relativa do campo, mas muito dos rumos políticos dos movimentos de mulheres e dos rumos das políticas sociais nacionais e mundiais sobre a situação das mulheres e sobre as diferenças culturais.

Reconhecer a pluralidade de fatores que atuam num campo intelectual implicou também que eu assumisse a provisoriedade das análises aqui tecidas. A gama de processos que incidem em sua organização está em constante transformação, de modo que novas teorias e métodos, bem como novos desafios políticos vindos dos movimentos sociais sempre mobilizarão os/as agentes deste campo a repensar suas opções e perspectivas de trabalho. Por isso, minha tentativa de pesquisa meta-disciplinar não esgota o campo analisado e, tampouco, assegura um panorama exaustivo sobre os estudos de gênero na psicologia. Do contrário, não haveria como sustentar a concepção de conhecimento como prática social enraizada no diálogo constante das disciplinas com a realidade e com a cultura.

10. Referências bibliográficas

- ADELMAN, Miriam. & GROSSI, Miriam. P. Entre a Psicanálise e a Teoria Política: um diálogo com Jane Flax. *Revista Estudos Feministas*, vol.10, nº.2, 2002. p. 371-388.
- ADELMAN, Miriam. Um lugar ao sol? A teoria feminista e seu lugar no campo das ciências sociais. In LAGO, Mara. C. S.; GROSSI, Miriam. P.; ROCHA, Cristina. T. C.; GARCIA, Olga. R. Z.; SENA, Tito. (Org.). *Interdisciplinaridade em Diálogos de Gênero: teorias, sexualidades, religiões*. Florianópolis, 2004. p. 165-175.
- AFONSO, Maria L. A polêmica sobre adolescência e sexualidade. In: VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 2000, Serra Negra. *Anais do VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. Serra Negra: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Gaduação em Psicologia, 2000. v.1. p. 137.
- AFONSO, Maria. L. *A polêmica sobre adolescência e sexualidade*. Belo Horizonte, Edições do Campo Social, 2001.
- AFONSO, Maria. L. Adolescência e Relações de Gênero. XI Encontro Nacional da ABRAPSO. *Anais*. Psicologia Social e Transformação da Realidade Brasileira. Florianópolis, 2001. (CD-ROM)
- AFONSO, Maria. L. O excesso e a falta. *Psicologia e Sociedade*, n. 4, vol. 3, 1986. p.149-151.
- AGUIAR, Neuma. Para uma revisão das ciências humanas no Brasil desde a perspectiva das mulheres. In: *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 9-29.
- AGUIAR, Neuma. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: AGUIAR,

- N., *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997b. p. 161-191.
- ALVES, Branca. M; PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila. L; RIBEIRO, Mariska e BOSCHI, Sandra. *Espelho de Vênus: identidade social e sexual da mulher*, São Paulo: Brasiliense, 1981.
- AMÂNCIO, Lígia. *Masculino e feminino: a construção social da diferença*. 2^a ed. Porto: Ed. Afrontamento, 1998.
- AMÂNCIO, Lígia. Níveis de análise no estudo da identidade social. *Análise Psicológica*, nº 2, 1993. p. 213-221.
- AMÂNCIO, Lígia. O gênero na psicologia: uma história de desencontros e rupturas. *Psicologia XV* nº1, 2001. p. 9-26.
- ANASTASI, Anne. *Psicologia diferencial*. São Paulo: Herder-EPU, 1985.
- ANDRADE, Marília. Contribuições da Psicologia Contemporânea para Compreensão do Papel da Mulher. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*. nº 15, 1975. p.145 - 150.
- ANTUNES, M. C.; STEPLIUK, V; BRAJÃO, G; SILVEIRA, F. Sexualidade, normas de gênero e crenças sobre AIDS entre adolescentes. In: *Resumos de Comunicações Científicas*. XXII Reunião Anual de Psicologia. Ribeirão Preto: Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Psicologia, 1992. p. 177.
- ARAÚJO, José. N. G. As lesões por esforços repetitivos (L.E.R.) e as relações de gênero. In: VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 1998, Gramado. *Anais*. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1998. p. 34.
- ARENDT, Hanna. O futuro das relações entre os sexos. In: *A crise da família*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1971.
- ARENDT, Ronald. J. Construtivismo ou Construcionismo? Contribuições desde debate para psicologia social. *Estudos de Psicologia*. nº 8, 2003. p. 5-13.

- ARILHA, Margareth. Homens, saúde reprodutiva e gênero: o desafio da inclusão. In: GIFFIN, Karin & COSTA, Sarah H. *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999, p. 455-467.
- ARRUDA, A.angela A diferença não é mais aquela. *Revista Estudos Feministas*. v. 5, n.2, 1997. p.255 - 274.
- ARRUDA, Angela. AIDS e sexualidade, o ponto de vista indispensável. *Revista Estudos Feministas*. nº 2, 1994. p.545 - 548.
- ARRUDA, Angela. Caminhos da consciência: a história de uma luta pela saúde da mulher. *Psicologia e Sociedade*, nº. 9, 1990/1. p. 61-87.
- ARRUDA, Angela. Gênero e representações sociais na psicologia social: encontros, projetos e instabilidade conceitual. In: XXXI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, 2001, Rio de Janeiro, RJ. A Construção da Psicologia Brasileira na Pesquisa e no Ensino. , 2001. p. 97.
- ARRUDA, Angela. Gênero e subjetividade: inquietações na psicologia social. *Psicologia e Sociedade*. nº 10, 1992. p. 75-83.
- ARRUDA, Angela. Gênero e subjetividade: inquietações na psicologia social. In Sociedade Brasileira de Psicologia. Resumos de Comunicações Científicas. XXII Reunião Anual. Ribeirão Preto, SP. SBP/Legis Summa. 1992. p. 451.
- ARRUDA, Angela. O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro In: Representando a alteridade.1 ed.Petrópolis : Vozes, 1998, v.1
- ARRUDA, Angela. Reprodução e sexualidade no imaginário brasileiro: da colonização ao surgimento da nação. *Estudos de Sociologia*. v. 3, nº6, p.163 - 186, 1999.
- ARRUDA, Angela. Sexualidade e informação: recado dos adolescentes paraibanos In: *Em tempos de AIDS*. 1 ed.São Paulo : Summus, 1992
- ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*. Campinas, SP: , v.117, p.127 - 147, 2002.

- ARRUDA, Angela. Transformações do feminino: gênero e cultura. In: XXVI Reunião Anual de Psicologia, 1996, Ribeirão Preto. XXVI Reunião Anual de Psicologia - Programa/ Resumos de Comunicações Científicas. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Psicologia, 1996. v.1. p.4.
- ARRUDA, Ângela. Gênero: uma categoria em 'fin-de-siècle'. In: XXVI Congresso Interamericano de Psicologia, 1997, São Paulo. *Anais do XXVI Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia*. São Paulo: 1997. p. 35
- AZEREDO, Sandra. Definições do feminino: política e psicologia. In: V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 1994, Caxambu, MG. *Anais do V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. Caxambu: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1994. v.1.. p. 85.
- AZEREDO, Sandra. Gênero e a diferença que ele faz na pesquisa em Psicologia. *Cadernos Pagu* 11, 1998. p. 55-66.
- AZEREDO, Sandra. M. M. Notas sobre a 'subversão da identidade': em homenagem à Simone de Beauvoir nos 50 anos d'O Segundo Sexo. *Cadernos Pagu.*, v.12, p.121 - 143, 1999.
- AZEREDO, Sandra. M. M. O Político, o Público e a Alteridade Como Desafios para a Psicologia. *Psicologia Ciência e Profissão*. nº4, 2002. p.14 - 23
- AZEREDO, Sandra. M. M. Relações Entre Empregadas e Patroas: reflexões sobre o feminismo Em Países Multiraciais In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (orgs.) *Rebeldia e Submissão: estudos sobre a condição feminista*. São Paulo: Vértice. 1989. p. 195-220.
- AZEVÊDO, Eliane. S; FORTUNA, C. M. M.; PONTES, M. C. D. *et al.* A Mulher Cientista no Brasil. *Ciência e Cultura*, v. 41, nº 3, 1989. p. 275-283.
- BACCARIN, M. I. Trabalho feminino X auto-estima: algumas considerações. In: XV Reunião Anual de Psicologia, 1985. Ribeirão Preto. *Programa e Resumos da XV Reunião Anual de Psicologia*. Sociedade Brasileira de Psicologia: Sociedade Brasileira de Psicologia: Ribeirão Preto, 1985. p. 58.

- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*. n°2, 1995. p. 485-463.
- BANCHS, Maria. A. Representación social de la categoria género en un grupo de mujeres de organizaciones no gubernamentales de mujeres. In: XXVI Congresso Interamericano de Psicologia, 1997, São Paulo. *Anais do XXVI Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia*. São Paulo: 1997. p. 35
- BARATTO, Geselda. Descobrimo o encobrimento da descoberta freudiana: a psicanálise e a 'ego psychology'. *Estilos da clínica*. v. 7, n° 12, 156-177.
- BARROSO, Carmen. Estereótipos sexuais: possíveis contribuições da psicologia para sua mudança. *Cadernos de Pesquisa*. n° 15, 1975. p. 135-137.
- BARSTED Leila. L. *Violência contra a Mulher e Cidadania: uma Avaliação das Políticas Públicas*. Rio de Janeiro, Cadernos CEPIA, 1994b.
- BARSTED, Leila L. Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. *Revista Estudos Feministas*. N° esp. , 1994a. p. 38-54.
- BERGER, Peter. & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 6ª ed. Petrópolis, Vozes, 1985.
- BERNARDES, Jefferson. História. In: BERNARDES, Nara. M. G., STREY, Marlene. N.; JACQUES, Maria. G. *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BERNARDES, Nara. Autonomia/submissão do sujeito e identidade de gênero. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas* n° 85, 1993. p. 43-53.
- BERNARDES, Nara. Crianças oprimidas: autonomia e submissão. Porto Alegre, UFRGS, 1989. 348p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BERNARDES, Nara. Imagens de mulher e homem em crianças e adolescentes das classes populares: uniformidades, variações e ambigüidades. In: V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 1994, Caxambu, MG. *Anais do V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. Caxambu:

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1994. v.1. p.144.

BERNARDES, Nara. M. G; SCARPARO, Helena. B. K., Projeto de Vida de Mães, Filho e Filhas Adolescentes de Camadas Populares: Continuidades e Descontinuidades In: *Coletâneas da ANPEPP*. 1º ed. Rio de Janeiro / RJ : ANPEPP, 1997, v.1, p. 67-80.

BERNARDES, Nara. Relações de gênero na escola: ações e significações de meninas e meninos das classes populares. In Sociedade Brasileira de Psicologia. Resumos de Comunicações Científicas. XXII Reunião Anual. Ribeirão Preto, SP. SBP/Legis Summa. 1992. p.450.

BESSA, Karla A. Posições de sujeito, atuações de gênero. *Revista Estudos Feministas*. nº 1, 1998. p.34-45.

BLANCK, J. G. Teoría y método para una ciencia psicológica unificada. In: SIGUÁN.(org) *Actualidade de Lev S. Vigotski*. Barcelona: Anthropos. 1987. p. 102-127.

BLAY, Eva. A. & CONCEIÇÃO, Rosana. A mulher como tema nas disciplinas da USP. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, nº 76, 1991. p. 50-56.

BOMFIM, Elisabeth. A psicologia social da ABRAPSO: comentários preliminares. *Psicologia e Sociedade*, nº 8. 1988/90. p. 219-225.

BOMFIM, Elisabeth. *Horizontes psicossociais*. Belo Horizonte: ABRAPSO, 1997.

BOMFIM, Elisabeth. Intelectuais nos movimentos sociais. *Psicologia e Sociedade*. nº 7, 1988. p. 141-146.

BOMFIM, Elisabeth.; CAMPOS, Regina. H. F.; FREITAS, Maria. F. Q. Fazeres Em Psicologia Social In: *Psicólogo Brasileiro: Construção de Novos Rumos* ed.Campinas : Átomo, 1992, p. 125-160.

BOMFIM, Elisabeth.; WATANABE, M. M. e NASCIMENTO, M C. (1989/90) Meninas de rua: o cotidiano e a lei. *Psicologia e Sociedade*, nº 8, 1989/90. p.49-62.

- BORDO, Susan. A feminista como 'outro'. *Revista Estudos Feminista*. nº 1. vol 8, 2000. p. 10-29.
- BORI, Carolina. Famílias de categorias baixa e média de status social de centros urbanos: caracterização das relações formais e informais dos membros e do papel social dos cônjuges. Tese de Livre-Docência. Instituto de Psicologia. (USP, São Paulo), 1969.
- BORN, Cláudia. Gênero, trajetória de vida e biografia. *Sociologías*. nº 5, 2001. p.240-265.
- BOSI, Ecléa. Cultura de massas e cultura popular. Leitura de operárias. In: OLIVEIRA, P. de S. *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: UNESP/Hucitec. p. 199-219.
- BOSI, Ecléa. Simone Weil: a razão dos vencidos. 2ªed. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. (Coord.) *A miséria no mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In ORTIZ, R. (org.), *Pierre Bordieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel/Bertrand, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- BRUSCHINI, Cristina C. A., ARDAILLON, Danielle.; UNBEHAUM, Sandra. G. *Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres*. São Paulo: Editora 34, 1998, v.1.
- BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Revista Estudos Feministas*. nº e. 1994. p. 179-199.
- BURNS, Diane. Feminism, psychologist and social policy: constructing political boundaries at the grassroots. *Feminist and Psychology* v. 10, nº 3, 2000. p. 367-380.

- BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. In Guacira Lopes Louro (org.) *O corpo educado*. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: feminism and the subversion of the identity*. New York: Rutledge, 1990.
- CAGNIN, Simone. O universo psicossocial de um grupo de mulheres idosas. identidades In: XXXI Reunião Anual de Psicologia, 2001, Rio de Janeiro. XXXI Reunião Anual de Psicologia, 2001, Rio de Janeiro. *Resumo de Comunicações Científicas*. Rio de Janeiro: SBP (Sociedade Brasileira de Psicologia), 2001. v.1. p. 25.
- CAMPILONGO, Maria. A. A noção de sujeito em Michel Foucault. *Educação, subjetividade e poder*. n° 6, 1999. p. 63-72.
- CAMPOS, Regina. H. F. & GUARESCHI, Pedrinho. A. *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAMPOS, Regina. H. F. Helena Antipoff: razão e sensibilidade na psicologia e na educação. *Estudos Avançados*, vol.17, n° 49, 2003. 209-231.
- CAMPOS, Regina. H. F. Tendências no estudo da evolução da psicologia na América Latina: ensaio de historiografia quantitativa. In: CAMPOS, Regina H. F. & GUARESCHI, Pedrinho A. *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 110-117.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Os (Des)Caminhos da Identidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: v.15, n.42, 2000. p. 7 - 21
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro/CNPq, 1997.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O lugar (e em lugar) do método. *Série Antropologia* n° 190, 1995. p. 1-14
- CARDOSO, Reolina. S. Mulher: corpo e saúde. In: V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 1994, Caxambu, MG. *Anais do V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. Caxambu: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1994. v.1. p. 84.

- CARRETEIRO, Terezinha. C. O. C Feminino e Capital. In: VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, *Anais*. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia. ANPEPP, Gramado. 1998. p. 34.
- CASTILHO, Lima. Representações sociais e relações de gênero no universo do trabalho. In: *Resumos de Comunicações Científicas*. XXII Reunião Anual de Psicologia. Ribeirão Preto: Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Psicologia, 1992. p. 225.
- CASTRO, Ana. E. & YAMAMOTO, Oswaldo. H. A psicologia como profissão feminina. *Estudos de Psicologia*, nº 3, 1998. p. 147-158.
- CASTRO, Lúcia. R. Modos de subjetivação da adolescente na espacialidade urbana contemporânea. In: VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 1998, Gramado, RS. *Anais*. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1998. p. 35.
- CHAPERON, Sylvie. Auê sobre O segundo sexo. *Cadernos Pagu* nº 12, 1999. p. 37-53.
- CHODOROW, Nancy. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALDO, M. Z. & LAMPHERE, L. *A mulher a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 65-90.
- CIAMPA, Antonio. C. *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CITELI, Maria. T. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. *Revista Estudos Feministas* nº 9, 2001. p. 131-145.
- CITELI, Maria. T. Mulheres nas ciências: mapeando campos de estudos. *Cadernos Pagu* nº 15, 2000, p. 39-75.
- CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu* nº 16. 2001. p. 13-30.
- CORRÊA, Mariza. O Espartilho de Minha Avó: Linhagens Femininas na Antropologia. *Horizontes Antropológicos*. v. 3, n.7, 1997. p.70 – 96.

- CORRÊA, Sônia. “Saúde reprodutiva”, gênero e sexualidade: legitimação e novas interrogações. In: GIFFIN, Karin. & COSTA, Sarah. (orgs.), *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. p. 39-50.
- COSTA, Albertina. O. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. *Revista Estudos Feministas*. n° e., 1994. p. 401-409.
- COSTA, Albertina. O., & BRUSCHINI, Cristina. Uma contribuição ímpar: os Cadernos de Pesquisa e a consolidação dos estudos de gênero. *Cadernos de Pesquisa* n° 80, 1992. p. 91-99.
- COSTA, Albertina. O., BARROSO, Carmen., & SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, n° 54, 1985. p. 5-15.
- COSTA, Fernanda. O. & ANTONIAZZI, Adriane. S. A influência da socialização primária na construção da identidade de gênero: percepções de pais. *Paidéia* s/n° 1999. p. 67-75.
- CRAWFORD, Mary. & UNGER, Rhoda. *Women and gender: a feminist psychologist*. Fairfield (PA): McGraw-Hill, 2000.
- CUPERTINO, Christina. M. B. Interdisciplinaridade e psicologia: algumas reflexões. *Interações*. n° 2, 1997. p. 99-110.
- D’AVILA NETO, Maria. I. Feminismo, Desenvolvimento e Ideologia :reflexões e outras idéias In: *Mulher, Cultura e Subjetividade*. 1a ed. Rio de Janeiro : ANPEPP, 1997. p/ 11-35.
- D’AVILA NETO, Maria. I. Mulheres e Desenvolvimento: perspectivas e desafios /adaptação: Feminismo, Desenvolvimento e Ideologia In: VI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, 1996, Teresópolis. *Coletâneas da ANPEPP*. RJ: UFRJ, 1996. v.1. p.11 – 26.
- D’ÁVILA-NETO, Maria. I. Ecofeminismo, ideologia e outras reflexões sobre mulheres e desenvolvimento. VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 1998, Gramado, RS. *Anais*. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1998. p. 113.

- D'AVILLA NETO, Maria. I. (coord.) Mulher, cultura e desenvolvimento. In: XXVI Congresso Interamericano de Psicologia, 1997, São Paulo. Anais do XXVI Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia. São Paulo: 1997b. p. 31.
- D'AVILLA NETO, Maria. I. Psicologia e relações de Gênero. In: METTEI, T. P. & FEITOSA, M. A. IV Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico (Brasília, 1992). *Anais*. ANPEPP., 1992. p. 153-159.
- D'AVILLA, Maria. I. & GARCIA, Cláudia. A. (org.) *Mulher, Cultura e Subjetividade*. Rio de Janeiro: ANPEPP, 1997.
- D'AVILLA, M.; VIANA, T. C.; BERNARDES, N.; FERREIRA, M. C.; PREUSS, M. R.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Psicologia e Relações de Gênero In: VI Simpósio de pesquisa e Intercâmbio Científico ANPEPP, 1996, *Anais*. Teresópolis: ANPEPP, 1996. v.2. p.142 – 151.
- D'AMORIN, Maria. A. Papel de gênero e atitudes acerca da sexualidade. In: XIX Reunião Anual de Psicologia, Ribeirão Preto, 1989. *Programa e Resumos*. Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1989. p. 301.
- DAUDER, Sílvia. G. Fertilizaciones cruzadas entre la psicología social y los estudios feministas de la ciência. *Atenea Digital*, nº 4, 2003. p. 1-37 (disponível em <http://www.bib.uab.es/pub/athenea/dauder>) [acesso em dezembro de 2004].
- DINIZ, Gláucia. Gênero e psicologia: questões teóricas e práticas. Conferência apresentada durante I Congresso Norte-Nordeste de Psicologia. (Salvador, 1999). <http://www.ufba.br/~conpsi/conpsi1999/F023.html>. [acesso em dezembro de 2004].
- DINIZ, Gláucia. R. S. Dilemas de trabalho, papel de Gênero e matrimônio em casais que trabalham fora em tempo integral. *Cadernos da ANPEPP - Relação Amorosa, Casamento, Separação e Terapia de Casal*. Rio de Janeiro, v.01, p.101 - 111, 1996.
- DINIZ, Gláucia. R. S. Gênero na Pesquisa Psicológica In: XXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, 1997, Ribeirão Preto. Anais da

XXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia. , 1997. v.01. p.33.

DINIZ, Gláucia. R. S., BUCHER, Júlia. Gênero, Sexualidade e Saúde da Mulher In: XXXI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, 2001,. *A Construção da Psicologia Brasileira na Pesquisa e no Ensino.*, Rio de Janeiro: SBP, 2001. p. 5.

DOR, Joel. “O retorno a Freud” In: Introdução a leitura de Lacan. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

DUMONT, Louis *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna.* Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DÜRKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. In: OLIVEIRA, Paulo. S. *Metodologia das ciências humanas.* São Paulo: UNESP/Hucitec. p. 29-51, 1998. (publicado pela primeira vez em 1895).

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos.* Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador (uma história dos costumes).* Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1990.

FARR, Robert. A individualização da psicologia social. In: CAMPOS, Regina. H. F. & GUARESCHI, Pedrinho. A. *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana.* Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-26.

FARR, Robert. *As raízes da psicologia social moderna,* Petrópolis:Vozes, 1998.

FERREIRA, Maria. C. (org) GT Psicologia e relações de gênero In: VII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 2000, Serra Negra. *Anais.* Serra Negra: ANPEPP, 2000. p.133.

FERREIRA, Maria. C. Estereótipos de Gênero: Natureza e Conteúdo In: *Resumos de Comunicações Científicas.* XXII Reunião Anual de Psicologia. Ribeirão Preto: Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto: SBP, 1992. p. 266.

FERREIRA, Maria. C. Identidade de gênero e ajustamento psicológico In: VI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 1996, Teresópolis. *Resumos.* Teresópolis: ANPEPP, 1996. p.39.

- FERREIRA, Maria. C. Identidade de gênero e atitudes sobre a mulher. In: VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 1998. *Anais*. Gramado: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1998. p.112.
- FERREIRA, Maria. C. Identidade de gênero e *locus* de controle In: *Mulher: Cultura e Subjetividade*. Rio de Janeiro: ANPEPP, 1997, v.1, p. 37-51.
- FERREIRA, Maria. C. Instrumentalidade, Expressividade e Alguns Correlatos Psicológicos In: V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, 1994, Caxambu. *Anais do V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP*. Caxambu: ANPEPP, 1994. p.110.
- FERREIRA, Maria. C. Masculinidade, feminilidade e sistema de valores. *Arquivos Brasileiros de psicologia*. vol. 45, nº 3/4, 1993. p. 126-131.
- FERREIRA, Maria. C. Os estereótipos de gênero como constructos dinâmicos. In: VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 2000, Serra Negra. *Anais do VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. Serra Negra: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 2000b. v.1. p. 136.
- FERREIRA, Maria. C. Sexismo hostil e benevolente: Interrelações e diferenças de gênero In: XXX Reunião Anual de Psicologia, 2000, Brasília. *Resumos de Comunicações Científicas*. Brasília: Sociedade Brasileira de Psicologia, 2000. p.13.
- FERREIRA, Maria. C.; GUERRA, Maria. I. Sexismo e atribuições causais à participação política feminina.. In: XXXI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, 2001, Rio de Janeiro, RJ. *A Construção da Psicologia Brasileira na Pesquisa e no Ensino*, 2001. p. 24.
- FERREIRA, Maria. C.; SANÁBIO, Stela M. Gênero e atribuição causal ao sucesso e fracasso de empreendedores: identidades In: XXXI Reunião Anual de Psicologia, 2001, Rio de Janeiro. *Resumo de Comunicações Científicas*. Rio de Janeiro: SBP, 2001b. v.1. p. 25
- FIGUEIRA, Sérvulo. A família de classe média atual no Rio de Janeiro: algumas considerações. *Psicologia USP* 3 (1/2), 1992. p. 83-92.

- FIGUEIRA, Sérvulo. O “Moderno” e o “Arcaico” na Nova Família Brasileira: notas sobre a dimensão invisível na mudança social. FIGUEIRA, S. In: *Uma Nova Família? O Moderno e o Arcaico na Família de Classe Média Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987. p. 11 - 30.
- FIGUEIREDO, Luis. C. *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500- 1900*. 5ª ed. São Paulo: Escuta/EDUC, 2002.
- FIGUEIREDO, Luis. C. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis:Vozes, 1991.
- FIGUEIREDO, Luis. C. *Psicologia: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1996.
- FIGUEIREDO, Marcus. F. O financiamento das Ciências Sociais. A estratégia de fomento da Fundação Ford e da FINEP – de 1966-1985. *Boletim Bibliográfico e Informativo Brasileiro (BIB)*. nº 26, 1988. p.38-55.
- FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa. B. (org.), *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994. p. 217-250.
- FLAX, Jane. *Psicoanálisis y feminismo: pensamientos fragmentários*. Valência: Ed. Cátedra/Instituto de la mujer, 1990.
- FONSECA, Tânia. M. G. Gênero, subjetividade e trabalho. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FONSECA, Tânia. M. G. Psicologia e relações de gênero: o gênero da ciência psicológica In: ZANELLA, Andréa.V.; SIQUEIRA, Maria. J. T.; MOLON, Susana. I.; LHULLIER, Louise. A. (Org.). *Psicologia e Práticas Sociais*. Porto Alegre, 1997. p. 317-321.
- FONSECA, Tânia. M. G. Trabalho e gênero: uma necessária articulação. Temas em subjetividade e trabalho. In: XXVI Congresso Interamericano de Psicologia, 1997, São Paulo. *Anais do XXVI Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia*. São Paulo: 1997. p. 29.
- FORTES, Isabel. Mulher e trabalho: entre a melancolia e o luto. *Revista de Estudos Feministas*, ano 6, n. 2, 1998. p. 287-303.

- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forence-Universitária, 1986.
- FOUCAULT, Michel. A hermenêutica do sujeito. In: *Michel Foucault. Resumo dos Cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*. Vol I. Rio de Janeiro: Forence, 1999.
- FOUCAULT, Michel. Introdução. In DUMONT, L. (Ed.), *Homo Hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1992. p. 49-67
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: H. DREYFUS & P. RABINOW. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forence-Universitária, 1983.
- FOUCAULT, Michel. *Por uma genealogia do poder*. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FOUCAULT, Michel. Tecnologias del yo. In: Michel Foucault. *Tecnologias del yo y otros textos afines*. Barcelona/Buenos Aires/México: Ediciones Piados, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forence-Universitária, 1986.
- FRANCHETO, Bruna; CAVALCANTI, Maria. L. e HEILBORN, Maria. L. *Antropologia e Feminismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FRANCO, Maria. L. O que é análise de conteúdo? In: FRANCO, Maria L. *Ensino médio: desafios e reflexões*. Campinas, Papirus, 1994.
- FREIRE COSTA, Jurandir. *A inocência e o vício (estudos sobre homoerotismo)*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1992.
- FREITAS, Maria. F. Q. O movimento da lente focal na história recente da psicologia social latino-americana. In: CAMPOS, Regina. H. F. & GUARESCHI, Pedrinho. A. *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana*. Petrópolis: Vozes., 2000. p. 167-185.
- FREITAS, Maria. G. B. C. Menor-carente-mulher. Qual seu presente? (relações de poder em uma instituição de menor). In. XVII Reunião Anual de

Psicologia, Ribeirão Preto,. *Programa e Resumos*. Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1987.p. 188.

FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e análise do ego. In: FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (vol. XVII). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p.81-82.

GALVÃO, Walnice. N. Três facetas de uma escritora. *Cadernos Pagu* nº12. p. 65-68, 1999.

GARCIA, Cláudia. A. Histeria e feminilidade. In: V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 1994, Caxambu, MG. *Anais do V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. Caxambu: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1994. v.1.. p.82.

GARCIA, Cláudia; NÓBREGA, Neide P.; AZERÊDO, Sandra; CARRETEIRO, Tereza. Mulher, feminino e sexualidade feminina. IN: VI Simpósio de pesquisa e Intercâmbio Científico ANPEPP. *Anais*. Teresópolis: ANPEPP, 1996. v.2. p.104 – 109.

GARCIA, Sandra. M. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In: *Homens e masculinidades: outras palavras* In: Margareth ARILHA, S. G. U. RIDENTI, MEDRADO, B. São Paulo:ECCOS/Editora 34, 1998. p. 31-50.

GARCIA, Sandra. M. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In ARILHA, Margareth, RIDENTI, Sandra G. U. e MEDRADO, Benedito: *Homens e masculinidades: outras palavras*, São Paulo:ECCOS/Editora 34, 1998, p. 31-50.

GERK, Eliane. Conceituação de masculinidade e feminilidade em quatro faixas etárias: uma análise através da diferencial semântica. In. XIX Reunião Anual de Psicologia, (Ribeirão Preto, 1989). *Programa e Resumos*. Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1989. p. 305.

GIDDENS, Antony. Introdução In: GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1996.

- GIDDENS, Antony. *Transformações da Intimidade: amor, sexualidade e erotismo na modernidade*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.
- GIUSTA, Angela. S., MACHADO, Marília. N. M., CAMPOS, Regina. H. F. Notas sobre "A formação do psicólogo na Universidade Federal de Minas Gerais". *Cadernos de Psicologia. Revista do Departamento de Psicologia da UFMG. FAFICH/UFMG Belo Horizonte: , v.3, n.1, 1986. p.77 – 100.*
- GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil Contemporâneo: O percurso intelectual de um Ideário Político. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* nº 2, 1989. p. 42-70.
- GRACIANO, Marília. Contribuições das ciências humanas para compreensão da situação das mulheres. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, nº 15, 1975. p. 145-150.
- GRACIANO, Marília. Dante Moreira Leite face a preconceitos e ideologias sobre caráter nacional. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*. nº 17, 1976. p. 9-12.
- GRACIANO, Marília. O., TERESA, R. N. G. M. S., ELZA, L. G. Estudo sobre estereótipos sexuais nas percepções dos pais em relação a comportamentos e atitudes de seus filhos. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*. nº 19, 1977. p.15 - 19.
- GRACIANO, Marília .Aquisição de papéis sexuais na infância. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas.*, nº 25, 1978. p.29 - 44.
- GREGORI, Maria. F. *Cenas e Queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/ANPOCS, 1993.
- GROSSI Miriam P., RIAL, Carmen & HEILBORN, Maria L. Entrevista com Joan Wallach Scott. *Revista de Estudos Feministas* nº 6, 1998. p.114-124.
- GROSSI, Miriam. P. & MIGUEL, Sônia. M. *A trajetória do conceito de gênero nos estudos sobre mulher no Brasil*. GT, 1999. *Calbamaço*. nº 1, 1996.
- GROSSI, Miriam P. Representations sur les femmes battues - la violence contre les femmes au Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. (Doutorado em

- Anthropologie Sociale Et Culturelle - Universite de Paris V (Rene Descartes). Paris, 1988.
- GROSSI, Miriam. P. Estudos sobre mulheres ou de gênero? Afinal o que fazemos? (Teorias Sociais e Paradigmas Teóricos). In: SILVA, Alcione.; LAGO, Mara. C. S.; RAMOS, Tânia. R. O. (orgs). *Falas de gênero*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999. p. 329-343.
- GROSSI, Miriam. P. Identidade de Gênero e Sexualidade. *Antropologia em primeira mão* n° 24, 1998. p.1-15.
- GROSSI, Miriam. P. Na busca do 'outro' encontra a 'si mesmo'. In: GROSSI, M. (org.) *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992.
- GROSSI, Miriam. P. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: GROSSI, M. & PEDRO, J. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 293-313.
- GUARESCHI, Neuza. M. F. Políticas de Identidade: uma breve concepção. *Educação* n° 39, 1999. p.7 – 26.
- GUARESCHI, Neuza. Representação de poder e relações de gênero na perspectiva de meninos e meninas. . In. XXI Reunião Anual de Psicologia, (Ribeirão Preto, 1991). *Programa e Resumos*. Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1991. vol. 1. p. 177.
- GUATTARI, Felix. Linguagem, consciência e sociedade. *Saúde e Loucura*. n° 2, 1990. p. 3-17
- GUEDES, Maria. E. F. Gênero o que é isso? *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.1, n° 1, 2, 3. 1995. p. 4-11.
- GUEDES, Maria. E. F.; MALHEIROS, S.; MUNIZ, D. RODRIGUES, G. Gênero e Psicologia Social na Amazônia In: IX Encontro Nacional da Associação de Psicologia Social. *Anais*. Belo Horizonte, 1997.
- GUZZO, Raquel. S. L. (org) VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico. *Anais da ANPEPP 2000*. Serra Negra: CNPq/FAPESP/CAPES/PUC-Campinas, 2000.

- HARAWAY, Donna. "Gênero para um dicionário marxista. *Cadernos Pagu*. n° 22, 2004. p. 201-246.
- HARAWAY, Donna. O humano numa paisagem pós-humanista. *Revista Estudos Feministas* n° 2, 1993. p. 277-292.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas* n° 7, 1993. p. 7-31.
- HEILBORN, Maria. L. Uma amizade apaixonada? um episódio na carreira amorosa de Simone Beauvoir. *Cadernos Pagu*. Campinas: , n.12, 1999. p.103 - 108
- HEILBORN, Maria. L; & SORJ, Bila. (1995) Estudos de gênero no Brasil In: *O que ler na Ciência Social brasileira*. Vol II. ANPOCS, 1995. p. 183-235.
- IZQUIERDO, Maria. J. "Uso y abuso del concepto de género". In: VILANOVA, Mercedes (org.). *Pensar las diferencias*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1994.
- JACÓ-VILELA, Ana. M. Gênero e Educação nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro In: XXXI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, 2001, Rio de Janeiro, RJ. A Construção da Psicologia Brasileira na Pesquisa e no Ensino. *Caderno de Resumos*. Rio de Janeiro, SBP, 2001. p.104.
- JACÓ-VILELA, Ana. V. Concepções de pessoa e a emergência do indivíduo moderno. *Interações* n° 12, 2001. p. 11-39.
- JAPIASSÚ, Hilton. *Introdução à Epistemologia da Psicologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- JURBERG, M. B. Identidade social e identidade de gênero: suas implicações nos estudos psicossociais. *Psicologia e Sociedade*. n° 10, 1992. p. 98-102.
- JURBERG, Marise. B. A função social dos estereótipos de gênero: efeitos perversos sobre a identidade social de mulheres. In. XXI Reunião Anual de Psicologia, (Ribeirão Preto, 1991). *Programa e Resumos*. Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1991. p. 180.

- JURBERG, Marise. B. Individualismo e coletivismo na psicologia social: uma questão paradigmática. In: CAMPOS, Regina H. F. & GUARESCHI, Pedrinho A. *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 118-166.
- KEHL, Maria. R. A mulher e a Lei. In: NOVAES, A. (org) *Ética* São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 261-274.
- KOLLER, Silvia. H. Diferenças de gênero no julgamento moral. Dissertação de Mestrado (UFRGS, 1990). Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, 1990.
- KOLLER, Silvia; SOSKA, FRANCISCO, Deise, Cláudia; SKNWELSKI, Cristiane. Avaliação da identidade de gênero de indivíduos heterossexuais e homossexuais. In. XIX Reunião Anual de Psicologia, (Ribeirão Preto, 1989). *Programa e Resumos*. Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1989. p. 302.
- KOLLER, Silvia; SOSKA, Neuza; FAGT, Cláudia; SKNWELSKI, Cristiane. Avaliação da identidade de gênero de indivíduos com orientações sexuais distintas. In. XXI Reunião Anual de Psicologia, (Ribeirão Preto, 1991). *Programa e Resumos*. Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1991. p. 211.
- LAGO, Mara. C. S.; GROSSI, Miriam. P.; ROCHA, Cristina. T. C.; GARCIA, Olga. R. Z.; SENA, Tito. (Org.). *Interdisciplinaridade em Diálogos de Gênero: teorias, sexualidades, religiões*. Florianópolis, 2004.
- LAGO, Mara. C. S. Feminismo e psicanálise, ainda.... *Revista Estudos Feministas*. , v.9, nº 2, 2001. p. 618 – 625.
- LAGO, Mara. C. S. Identidade: a fragmentação de um conceito. In:, SILVA, Alcione L. LAGO, Mara C. S. and Tânia R. O. RAMOS, *Falas de gênero* Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 119-129.
- LAGO, Mara. C. S. Roberto Cardoso e a etnografia da ciência. *Revista de Ciências Humanas*. Vol. 7, nº 10, 1991. p. 116-121.

- LAMAS, Marta. La antropología feminista y la categoría 'género'. *Nueva Antropología*, vol III, nº 30, 1986. p.173-198.
- LANE, Silvia. M. T. & CODO, Wanderley (orgs) *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LANE, Silvia. M. T. Psicologia social na América Latina: por uma ética do conhecimento In: CAMPOS, Regina. H. F. & GUARESCHI, Pedrinho. A. *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 58-68.
- LANE, Silvia. T. M. & SAWAIA, Bader. B. (orgs). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo, Ed. Brasiliense/ EDUC, 1995.
- LAURETIS, Tereza. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa. B. *Tendências e Impasses - O Feminismo como Crítica da Cultura*, Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.206-242.
- LEITE, Dante. M. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- LEITE, Rosalina. S. C. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Revista Estudos Feministas*. nº 1, 2003. p.234-241.
- LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Revista Estudos Avançados*. nº 49, 2003. p. 1-14.
- LO BIANCO, Anna C. & ALMEIDA, Marlise M. M. Articulações psicanálise/feminismo: dificuldades e novas perspectivas. In: AGUIAR, N. *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 115-136.
- LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos 'situados'. *Cadernos Pagu*. Nº 15, 2000. p. 15-38.
- LURIA, Alexander. R. *A construção da mente*. São Paulo: Ícone, 1992.
- LURIA, Alexander. R. *Pensamento e Linguagem: as últimas conferências de Luria*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- LYRA DA FONSECA, Jorge. L. Participação masculina na gravidez adolescente. In: VIEIRA, E. M.; FERNANDES, M. E. L. ; BAILEY, P. e McKAY, A.

Seminário Gravidez na Adolescência, Rio de Janeiro: Associação Saúde da Família, 1999, p. 119-126.

MACHADO, Marília. N. M. A feminista, sua mãe, seus filhos e netos. *Revista Interações*. nº 13, 2002. p. 101 - 111.

MACHADO, Marília. N. M. A questão da mulher como tema da psicologia social. *Psicologia e Sociedade*, nº 4, vol. 3, 1988. p. 143-146.

MACHADO, Marília. N. M. Práticas Pedagógicas da Psicossociologia nos anos 60 e 70 In: JACÓ-VILELA, Ana. M. ; CEREZZO, Antônio. C. ; RODRIGUES, Heliana. B. C. *Fazeres e dizeres psi na História do Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Relumé Dumará; FAPERJ, 2001, p. 35-40

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1981.

MAGALHÃES, Mauro. & KOLLER, Silvia. H. Relações entre narcisismo, sexo e gênero. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, v.46, nº 3/4, 1994. p. 77 – 95.

MANCEBO, Deise. Modernidade e produção de subjetividades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, nº 1, 2002. p. 100-111.

MARTIN-BARÓ, Ignácio. *Acción e ideologia: Psicologia Social desde Centroamérica*. El Salvador: UCA Editores, 1985.

MASIERO, André. L. “Psicologia das raças” e religiosidade no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, nº 1, 2002. p. 66-79.

MASSIMI, Marina. A Psicologia dos Jesuítas: Uma Contribuição à História das Idéias Psicológicas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. nº 14, 2001. pp. 625-633.

MEDRADO, Benedito. Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. U.; and MEDRADO, Benedito. *Homens e masculinidades: outras palavras*, São Paulo: ECCOS/Editora 34, 1998, p. 145-161.

MELLO e SOUZA, Cecília. Gênero, sexualidade e direitos: a construção da noção de pessoa nas camadas populares. In: VIII Simpósio Brasileiro de

- Pesquisa e Intercâmbio Científico, 2000, Serra Negra. *Anais do VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. Serra Negra: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 2000. v.1. p. 135..
- MELLO NETO, Gustavo A. A Psicologia Social nos Tempos de S. Freud. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. nº. 2, 2000. p. 145-152.
- MELLO, Sylvia. L. *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática, 1975.
- MELLO, Sylvia. L. *Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. São Paulo, Ática, 1988.
- MELLO, Sylvia. L. & SELL, Tereza, A. *Identidade Homossexual e Normas Sociais*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1987.
- MERISSE, Antônio. Infância e seus lugares: um estudo sobre as concepções de mães e funcionárias da creche. São Paulo, 1996 (233 pgs.) Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- MEYER, Joan. Pensamento feminista e psicologia social. In: GERGEN Mary M. C. (org) *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Edunb, 1993. p. 129-147.
- MOLON, Susana. I Sujeito, subjetividade e emoções na perspectiva dos professores da Pós-graduação em Psicologia Social vinculados à ABRAPSO. São Paulo, 2000 (187 pgs) Tese de Doutorado apresentada à Pontifícia Universidade de São Paulo.
- MOLON, Susana. I. A psicologia social abrapiana: apontamentos históricos. *Revista Interações*, nº 12, 2001. p.41-68.
- MOLON, Susana. I. A subjetividade e o sujeito na construção do conceito de consciência e na definição da relação constitutiva eu-outro. In: MOLON, S. I. *Subjetividade e Constituição do Sujeito em Vygotski*. São Paulo: EDUC, 1999.
- MORAES, Maria. L. Q. Simone de Beauvoir e o amor americano. *Cadernos Pagu*. v. 12., 1999. p. 93-101.

- MORAWSKI, Jill. G. *Practising feminist, reconstructing psychologist: Notes on a liminal science*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1994.
- MOREIRA, Maria. I. C. A gravidez na adolescência nas classes populares : projetos e práticas de atendimento em saúde e educação. *Psicologia e Sociedade*. São Paulo:, v.9, n.1/2, 1997. p.113 - 123
- MOREIRA, Maria. I. C. A sedução. *Psicologia e Sociedade* nº 5, 1988. p. 114-123.
- MOREIRA, Maria. I. C. *Gravidez e Identidade do Casal*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.
- MOREIRA, Maria. I. C. *Gravidez na adolescência*. Análise das significações construídas ao longo de gerações de mulheres. São Paulo, PUC São Paulo, 2001. 233p. Tese (Doutorado Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MOREIRA, Maria. I. C. Gravidez na adolescência: análise das significações construídas ao longo de gerações de mulheres. *Pulsional*. São Paulo: v. 15, n.157, p.48 - 56, 2002.
- MOREIRA, Maria. I. C. Violência Contra a Mulher na Esfera Conjugal: Jogo de Espelhos. In: COSTA, Albertina. & BRUSCHINI, Cristina. *Entre a Virtude e o Pecado*. 1 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas/ Rosa dos Tempos, 1992, v.1, p. 169-189.
- MOREIRA, Maria. I. C., AFONSO, M. L. *Famílias de Crianças e Adolescentes: Diversidade e Movimento*. Belo Horizonte: AMAS, 1995, v.1
- MOREIRA, Maria. I. C., STENTEL, M. Narrativas infanto-juvenis sobre o trabalho doméstico.. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2003, v.1. p.85.
- MOREIRA, Maria. I. Delegacia de mulheres: relato de uma experiência em psicologia social. *Psicologia e Sociedade* nº7, 1989. p.19-29.
- MOURA, Maria. L. S. & MENANDRO, Paulo. R. M. IX (org) Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Rio de Janeiro: CNPq/CAPES, 2002.

- MOURÃO, Tânia. Mulher como gerente no setor público: possibilidades e obstáculos. identidades In: XXXI Reunião Anual de Psicologia, 2001, Rio de Janeiro. XXXI Reunião Anual de Psicologia, 2001, Rio de Janeiro. *Resumo de Comunicações Científicas*. Rio de Janeiro: SBP (Sociedade Brasileira de Psicologia), 2001. v.1. p. 25.
- NADER, Rosa. M. Subjetividade, relações de gênero e trabalho feminino: a 'libertação menopaurética e as características do trabalho das mulheres. In: V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 1994, Caxambu, MG. *Anais do V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. Caxambu: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1994. v.1. p.145.
- NASCIMENTO, Rubens. F & AZEREDO, Sandra. Gênero: uma categoria analítica na Psicologia Social. In BOMFIM. E. M *Horizontes psicossociais*, Belo Horizonte: ABRAPSO/Minas, 1997. p. 161-172.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*. nº 2, 2000. p. 9-41.
- NÓBREGA, Neide. P. Mulheres soropositivas e a maternidade: o embate entre vida e morte. In: VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 1998, Gramado, RS. *Anais*. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1998. p. 35-6.
- NOGUEIRA, Conceição. & NEVES, Sofia. A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos *Psicologia e Sociedade*. nº 2, 2003, p.43-64.
- NOGUEIRA, Cláudia. B. Individualidade, reprodução, família. *Psicologia e Sociedade* nº 5, 1988. p. 124-140.
- NOGUEIRA, Conceição. Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*. nº 112, 2001. p. 137-153.
- NUERNBERG, Adriano. H. & ZANELLA, Andréa. V.. A Relação Natureza e Cultura: O debate antropológico e as contribuições de Vygotski. *Revista Interação*, v. 7, n. 2, 2003. p. 81-89.

- NUERNBERG, Adriano. H. Investigando a Significação dos Lugares Sociais de Professora e Alunos no Contexto de Sala de Aula. Dissertação de Mestrado (UFSC/PPG em Psicologia), Florianópolis, 1999.
- NUNES, Maria. L. T. Gênero e desenvolvimento da mulher: psicanálise de Freud, crítica e evolução. In Sociedade Brasileira de Psicologia. *Resumos de Comunicações Científicas*. XXII Reunião Anual. Ribeirão Preto, SP. SBP/Legis Summa. 1992. p.453
- OZELLA, Sérgio. Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina. *Psicologia e Sociedade*, nº 8 (1), 1996. p. 120-143.
- PAIM, Jane. S., BERNARDES, N. M. G. Percepção Social da Homossexualidade Na Perspectiva de Gays e Lésbicas In: ZANELLA, Andréa V.; SIQUEIRA, Maria J. T.; LHULLIER, Louise e MOLON, Susana. (org). *Psicologia e Práticas Sociais* Porto Alegre/RS : ABRAPSO Sul, 1997, v.1, p. 186-200.
- PAIVA, Geraldo. J. Dante Moreira Leite: um pioneiro da psicologia social no Brasil. *Psicologia USP*, vol.11, nº 2, 2000. p. 25-57.
- PAIVA, Vera. S. F. A identidade Feminina no patriarcado em crise In: 18ª Reunião Anual de Psicologia, 1988, Ribeirão Preto. XVIII Reunião Anual de Psicologia. Ribeirão Preto: *Anais*. Sociedade de Psicologia, 1988. v.1. p.361 - 366
- PAIVA, Vera. S. F. As problematizações das diferenças: gênero e Etnia In: VII Encontro Nacional da ABRAPSO, 1993, *Anais*. Itajaí: ABRAPSO, 1993. v.1. p.9 - 12
- PAIVA, Vera. S. F. *Evas, Marias Liliths . As voltas do feminino*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PAIVA, Vera. S. F., SANTOS, N., BUCHALA, C. M., FELIPE, E. V., BUGAMELLI, L., GARCIA, S. Mulheres HIV positivas, reprodução e sexualidade. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo: , v.36, n.4 supl, 2002. p.12 - 23
- PEIRANO, Mariza Da Lógica à etnografia da Ciência. *Anuário Antropológico*. nº 88, 1991. p. 179-187.

- PEIRANO, Mariza. Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. *Serie Antropologia* nº 305, 2001. 24p.
- PEIRANO, Mariza. Os Antropólogos e Suas Linhagens In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Homenagem*. ed.Campinas : IFCH/UNICAMP, 1992, p. 31-45.
- PERES, Simone. O. Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil. In: VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 2000, Serra Negra. *Anais do VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. Serra Negra: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Gaduação em Psicologia, 2000. v.1. p. 136.
- PIERUCCI, Antônio. F. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- PINTO, Céli. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Cláudia. L & SCHMIDT, Simone. P. *Poéticas e Políticas Feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p. 43-66.
- PINO, Angel. O social e o cultural na obra de Vigotski. *Educação e Realidade*, vol. 21, n nº 71, 2000. p.45-78.
- PLONSKI, Guilherme. A. & SAIDEL, Rochelle. G., Gender, Science and Technology in Brazil. *Minerva*, vol 39, nº 2, 2001, p. 217 - 238
- POPPER, Karl. *Conjecturas e Refutações*. 2ª ed. Brasília, Editora da UnB, 1982.
- PREUSS, Miriam. R. G. Comportamento de risco no trânsito: como pensam e agem os homens e mulheres. In: VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 2000, Serra Negra. *Anais do VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. Serra Negra: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Gaduação em Psicologia, 2000b. v.1. p. 134.
- PREUSS, Miriam. R. G. Homens e mulheres: diferenças ao volante? In: XXX Reunião Anual de Psicologia, 2000, Brasília. *Resumos de Comunicações Científicas: XXX Reunião Anual de Psicologia - Psicologia no Brasil: diversidade e desafios*. Brasília: SBP, 2000. v.1. p.13.

- PREUSS, Miriam. R. G. Patroas e empregada; relações de proximidade e oposição. In: Coletâneas da ANPEPP Mulher: Cultura e Subjetividade ed. Rio de Janeiro : Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1997. p. 53-65.
- PREUSS, Miriam. R. G. Relações de gênero na família urbana contemporânea In. VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 1998, Gramado, RS. *Anais*. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1998. p. 113.
- Psicologia e Sociedade*, n. 4, vol. 3, março de 1988.
- QUEIROZ, Maria. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. (org). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1988.
- QUIVY, Rraymond. & CAMPENHOUDT, Luc. V. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 1992.
- RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *Labrys*. Revista feminista internacional digital, nº 3, Brasília: GEFEM, 2003. In: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm> [acesso em setembro de 2004]
- RIVIERE, Angel. La crisis de la Psicología e las aportación metateórica de Vygotski In: RIVIERE, A. *La Psicología de Vygotski*. Visor Libros: Madri, 1985. p. 33-40
- ROCHA-COUTINHO, Maria. L. A mulher do pós-guerra no Brasi: vítima ou sujeito social In: *Coletâneas da ANPEPP: Mulher: Cultura e Subjetividade* Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1997. p. 27-35.
- ROCHA-COUTINHO, Maria. L. De Cinderela a Mulher Maravilha: mulher e relações familiares no Brasil atual In: VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 1998, Gramado. *Anais*. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1998. p.112 – 113.

- ROCHA-COUTINHO, Maria. L. Dividida e multiplicada: a supermulher atual In: XXX Reunião Anual de Psicologia, 2000, Brasília. Resumos de Comunicações Científicas: XXX Reunião Anual de Psicologia - Psicologia no Brasil: diversidade e desafios (Reunião Comemorativa do 30 aniversário). Brasília: SBP, 2000b. v.1. p.12
- ROCHA-COUTINHO, Maria. L. Dividida e multiplicada: a supermulher atual In: V Jornada de Pesquisadores em Ciências Humanas - CFCH/UFRJ, 1999, Rio de Janeiro. CD-ROM *V Jornada de Pesquisadores em Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: CFCH/UFRJ, 1999.
- ROCHA-COUTINHO, Maria. L. Em que espelho ficou perdida minha face: identidade feminina como discurso ideológico. *Psicologia e Sociedade*, nº 8. 1989/90. p. 34-48.
- ROCHA-COUTINHO, Maria. L. Novos tempos, novos sujeitos: homens e mulheres brasileiros reconfiguram identidades In: XXXI Reunião Anual de Psicologia, 2001, Rio de Janeiro. XXXI Reunião Anual de Psicologia, 2001, Rio de Janeiro. *Resumo de Comunicações Científicas*. Rio de Janeiro: SBP (Sociedade Brasileira de Psicologia), 2001. v.1. p.24
- ROCHA-COUTINHO, Maria. L. O diálogo interdisciplinar no estudo das relações de gênero In: V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 1994, Caxambu, MG. *Anais do V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. Caxambu: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1994. v.1. p.143.
- ROCHA-COUTINHO, Maria. L. Superhomem em tempos de crise: o feminismo e o novo homem brasileiro. In: VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 2000, Serra Negra. *Anais do VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. Serra Negra: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 2000. v.1. p.134.
- ROCHA-COUTINHO, Maria. L. *Tecendo por trás dos panos. A mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994b.
- RODRIGUES, Aroldo. *Psicologia Social*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

- RODRIGUES, Heliana B. C., FERNANDES, Patricia J., DUARTE, Maria G. S. Os Psicanalistas Argentinos no Rio de Janeiro: problematizando uma denominação In: JACÓ-VILELA, A. M. ; CERZZO, A. C. ; RODRIGUES, H. B. C. *Clio-Psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil*.1 ed. Rio de Janeiro : Relume Dumará/FAPERJ, 2001, v.1, p. 139-152.
- RODRIGUES, Sandra M.; ASSMAR, Eveline Liderança feminina sob a ótica dos liderados. identidades In: XXXI Reunião Anual de Psicologia, 2001, Rio de Janeiro. XXXI Reunião Anual de Psicologia, 2001, Rio de Janeiro. *Resumo de Comunicações Científicas*. Rio de Janeiro: SBP (Sociedade Brasileira de Psicologia), 2001. v.1. p. 24.
- ROEDEL, Sônia. Gênero e representações sociais: anotações para uma aproximação dos conceitos. *Psicologia e Sociedade*, ano IV, n. 9, 1990/1 p.95-99.
- ROEDEL, Sônia. Gênero uma categoria muito estreita? In: XXVI Congresso Interamericano de Psicologia, 1997, São Paulo. *Anais do XXVI Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia*. São Paulo: 1997. p. 35
- ROEDEL, Sônia. Representações sociais da contracepção e relações de gênero. In Sociedade Brasileira de Psicologia. *Resumos de Comunicações Científicas*. XXII Reunião Anual. Ribeirão Preto, SP. SBP/Legis Summa. 1992. p.452.
- ROLAND, Edna. Direitos reprodutivos e racismo no Brasil. *Revista de Estudos Feministas*, ano 3. nº 2, 1995. p. 506-514.
- ROSALDO, Michele. & LAMPHERE, Louise (orgs.). A mulher, a cultura, a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ROSEMBERG, Fúlvia. A mulher na literatura infanto-juvenil. *Cadernos de Pesquisa*. nº 15, 1975. ,p.138 – 140.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Afinal, por que somos tantas psicólogas? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 4, 1984. p. 6-12.
- ROSEMBERG, Fúlvia. M. Escola e as diferenças sexuais. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas* nº 15, 1975. p.78 - 85

- ROSEMBERG, Fúlvia. Memorial de Fúlvia Rosemberg para o Concurso de Professor Associado da Faculdade de Psicologia da PUC-SP” (não publicado).
- ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas sociais e psicologia social: que relações? Quais implicações? X. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 1999, São Paulo. 10o. Encontro Nacional da As. Bras. de P. Social - *Programa Científico e Resumos*, 1999. p. 3.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Teorias de gênero e subordinação de idade: um ensaio. *Pro-Posições*. Campinas: , v.7, n.3, p.17 - 23, 1997
- ROSEMBERG, Fúlvia, PIZA, Edith Pompeu, MONTENEGRO, Thereza. *Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia*. Brasília: INEP, Fundação Carlos Chagas, 1990.
- RUBIN, Gayle. & BUTLER, Judit (2003) Tráfico sexual, Entrevista. *Cadernos Pagu* nº 21, 2003. p. 157-209.
- RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la 'economia política del sexo. *Nueva Antropología III*, nº 30, 1986. p. 95-145
- RUBISTEIN, S. L. *Princípios de Psicologia Geral*. Lisboa: Editorial Estampa. 1972. vol I.
- RUSSO, Jane. *O mundo psi no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- SAFFIOTI, Helieth. I. B. Primórdios do Conceito de Gênero. *Cadernos Pagu.*, v.12, p.157 - 164, 1999.
- SAFFIOTI, Helieth. Rearticulando gênero e classe social. In A. COSTA & C. BRUSCHINI (Eds.), *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/FCC, 1992. p. 183-215.
- SALÉM, Tânia. O casal igualitário: princípios e impasses. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. nº 9 (3), 1989. 24-37.
- SANDOVAL, Salvador. O que há de novo na psicologia social latino americana? In: CAMPOS, Regina H. F. & GUARESCHI, Pedrinho A. *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.101-109.

- SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu* nº 16. 2001, p. 31-48.
- SAWAIA, Bader B. O ofício da psicologia social à luz da idéia reguladora de sujeito: da eficácia da ação à estética da existência. In: ZANELLA, Andréa. V.; SIQUEIRA, M. J. T.; LHULLIER, L. e MOLON, S. *Psicologia e Prática Sociais*. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 1997. p. 78-91.
- SAWAIA, Bader.; ALVES, Cecília P. e ARDANS, Omar. *Programa Científico e resumos do X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social*. São Paulo: FAPESP/ABRAPSOSUL, 1999.
- SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.
- SCHMITDT, Maria. L. & STOCKLER, Tatiana. F. Dante Moreira Leite. *Revista Ciência e Profissão*, nº 3, 2002. p. 81.
- SCHULTZ, Duane. *História da psicologia contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1981.
- SCOTT, Joan. W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.
- SCOTT, Joan. W. Experiência. In A. L. SILVA, M. C. S. LAGO, & T. R. O. RAMOS (Eds.). *Falas de Gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.
- SCOTT. Joan. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade* nº 16, 1990. p. 5-22
- SELL, Tereza. A história de uma identidade: homossexualidade e normais sociais. In: XVIII Reunião Anual de Psicologia, 1988, Ribeirão Preto. *Caderno de Resumos*. Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1988. v.1. p.367- 371.
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- SILVA, Tomás. T. (org.); *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

- SILVEIRA, Andréa F.; GEWEHR, Catarina; BONIN, Luis F.; BULGACOV, Yara L. M. (org) *Cidadania e participação social*. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 1999.
- SIQUEIRA, Juraci; SHILLINGS, Angela; COSTA, Iara; SOUZA, Tatiana. A atualização da construção da identidade de gênero: um estudo sobre vínculos nas relações conjugais. . In. XXI Reunião Anual de Psicologia, (Ribeirão Preto, 1991). *Programa e Resumos*. Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1991. p. 178.
- SIQUEIRA, Maria. J. T A constituição da identidade masculina: homens das classes populares em Florianópolis. In: PEDRO, JOANA M. et al. *Masculino, Feminino, Plural. Gênero na Interdisciplinaridade*. Florianópolis, Editora Mulheres, 1998. p. 209-228
- SIQUEIRA, Maria. J. T. A(s) psicologia(s) e a categoria gênero: anotações para discussão. In: ZANELLA, A.V.; SIQUEIRA, M. J. T.; MOLON, S. I.; LHULLIER, L. A. (Org.). *Psicologia e Práticas Sociais*. Porto Alegre, 1997. p. 271-279.
- SIQUEIRA, Maria. J. T. O exercício do poder disciplinar no cotidiano da escola. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC. (Florianópolis 1988).
- SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta. de M. & AMADO, Janaína. (org.) *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 131-137.
- SMIGAY, Karin. E. V. Violação dos corpos: o estupro como estratégia em tempos de guerra. *Psicologia e Sociedade*. São Paulo: , v.11, n.1, , 1999. p.104 - 120
- SMIGAY, Karin. E.V Delegacias de mulheres – visibilidade para a violência sobre a mulher. *Psicologia e Sociedade* nº 3, 1987. p. 34-37.
- SMIGAY, Karin. E.V & AFONSO, Maria. L. A constituição de um grupo por e para mulheres na instituição universitária – desventuras de quem a viveu. *Psicologia e Sociedade* nº 5, 1988. p. 103-113.

- SMIGAY, Karin. E. V. A paternidade negada: contribuição para o estudo do aborto. *Psicologia e Sociedade*, nº 8, 1989/90. p. 29-33.
- SMIGAY, Karin. E.V. Violação dos corpos: o estupro como estratégia em tempos de guerra X. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 1999, São Paulo. *Programa Científico e Resumos*. São Paulo: ABRAPSO, 1999. p. 46.
- SMIGAY, Karin. E.V. ; SOUZA, Ana Lúcia; e RUBINGER, Maria C. M Itinerários da violência contra a mulher ou: o que dizer da sedução. *Psicologia e Sociedade* nº 6. 1988/9. p. 130-140.
- SMIGAY, Karin. E.V. Acerca de imagens de pai. *Psicologia e Sociedade*, nº 9, 1990/1. p. 88-94.
- SMIGAY, Karin. E. V. G. Gênero: problemas de uma construção teórica, desafios para o próximo milênio'. In: XXVI Congresso Interamericano de Psicologia, 1997, São Paulo. *Anais do XXVI Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia*. São Paulo: 1997b. p. 35
- SMIGAY, Karin. E.V. Relações violentas no espaço da intimidade: drama doméstico ou tragédia pública? São Paulo, PUC São Paulo, 2000, 272p. Tese (Doutorado Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SMIGAY, Karin. E. V. Violação de corpos: o estupro como estratégia em tempos de guerra Uma questão para a psicologia social? *Psicologia e Sociedade*. vol. 11, nº 1, 1999. p. 104-120.
- SMIGAY, Karin. E. V. Violência de gênero: velhas práticas teóricas em um novo conceito. In: XXVI Congresso Interamericano de Psicologia, 1997, São Paulo. *Anais do XXVI Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia*. São Paulo: 1997b. p. 36
- SMIGAY, Karin. E.V.; ALVES, Damião; e MEDEIROS, Lúcia A. A. A Delegacia de costumes e os costumes da Delegacia – mulher/violência. *Cadernos de Psicologia*. nº1 (2), 1985. p. 5-9.

- SMOLKA, Ana. B. “A prática discursiva na sala de aula: uma perspectiva teórica e um esboço de análise”. *Cadernos CEDES*, nº 24, 1991. p. 51-65.
- SOARES, Vera. Movimento feminista: paradigmas e desafios. *Revista Estudos Feministas* n.e., 1994. p. 11-24.
- SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições ao debate. In: AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p.95-114.
- SORJ, Bila. Estudos de Gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país. In: COSTA, Albertina de O. ; MARTINS, Ângela & FRANCO, Maria L. P. B. *Uma história para contar: a pesquisa da Fundação Carlos Chagas*. São Paulo: AnnaBlume, 2004. p. 118-139.
- SOUZA, Marcos. A. Individualismo-coletivismo e identidade de gênero. In: XXXI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, 2001, Rio de Janeiro, RJ. *A Construção da Psicologia Brasileira na Pesquisa e no Ensino*, 2001. p. 24.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº 17, 1991. p. 7-14.
- STOLCKE, Verena. & AZEREDO, Sandra. M. M. *Direitos Reprodutivos*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1991. p.186.
- STOLLER, Robert. J. (1993) Uma introdução à identidade de gênero. In: *Masculinidade e feminilidade: apresentações do gênero*, Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. p. 27-46.
- STREY, Marlene. N. A mulher, seu trabalho, sua família e seus conflitos In: *Mulher. Estudos de gênero*.1 ed. São Leopoldo: Unisinos, 1997, v.1, p. 59-77.
- STREY, Marlene. N. As questões de gênero na construção do projeto profissional de estudantes de segundo grau. VII Simpósio de Pesquisa e

Intercâmbio Científico, 1998, Gramado. *Anais*. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1998. p. 113

STREY, Marlene. N. Gênero, Desvantagem, Educação e Trabalho In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 4: Cultura, Política e Sexualidade no Século XXI, 2000, Florianópolis. *Fazendo Gênero 4: Cultura, Política e Sexualidade no Século XXI.*, 2000. v.1. p.35 – 36

STREY, Marlene. N. Gênero. In: JACQUES, Maria da Graça; *et alli Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1998.

STREY, Marlene. N., MATTOS, F. M. B. As crises do envelhecimento: Gênero e desenvolvimento In: X. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 1999, São Paulo. *Programa Científico e Resumos*. São Paulo: ABRAPSO, 1999. v.1. p.16.

STREY, Marlene. N., MEDEIROS, P. F. O impacto das «conquistas» das mulheres na família In: VII Encontro Regional Sul da Abrapso. *Anais do VII Encontro Regional Sul da ABRAPSO*, Curitiba: ABRAPSO, 1998. v.1. p.62 – 62.

SUAREZ, Mireya. A problematização das diferenças de gênero e a antropologia In: AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p.31-48.

TONELI-SIQUEIRA, Maria. J. F. Adolescência e Gênero In: XXXI Reunião Anual de Psicologia, 2001, Rio de Janeiro. Resumos de Comunicação Científica da XXXI Reunião Anual de Psicologia. Rio de Janeiro: SBP, 2001. v.1. p.2

TONELI-SIQUEIRA, Maria. J. F. Corpo feminino, tecnologias do eu, estratégias de poder: o não dito na anorexia nervosa. In: VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 1998, *Anais*. Gramado: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1998, p. 124.

TONELI-SIQUEIRA, Maria. J. F. De Menocchio a Maurício: um esboço de análise das novas práticas no campo do gênero In: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social/ Encontro Nacional de Psicologia Social. Belo Horizonte: ABRAPSO, 1997. v.1. p.42.

- TONELI-SIQUEIRA, Maria. J. F. Sobre o trabalho das mulheres: contribuições segundo uma analítica de gênero. *Psicologia: Organizações e Trabalho*. Florianópolis: , v.2, n.1, p.11 - 30, 2002.
- TONELI-SIQUEIRA, Maria. J. F. & FERREIRA, Edire. S. Vozes Femininas: um estudo sobre as professoras das séries iniciais da rede pública de ensino de Florianópolis. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 4: cultura, política e sexualidade no século XXI., 2000, Florianópolis. *Fazendo Gênero 4: cultura, política sexualidade no século XXI*. Florianópolis: , 2000. v.1. p.65.
- TONELI-SIQUEIRA, Maria. J. F., MENDES, Daniela., FINKLER, Ivana., XAVIER, Monica. C., GUEDES, Tais., VAVASSORI, M. Sexualidade e Paternidade na Adolescência: concepções e práticas de adolescentes do sexo masculino no município de Florianópolis. In: *XII Seminário de Iniciação Científica*, 2002, Florianópolis. Livro de Resumos. Florianópolis: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. p.409.
- TONELI-SIQUEIRA, Maria. J. F., MENDES, Daniela., FINKLER, Ivana., XAVIER, Marcelo Coral, VAVASSORI, M., GUEDES, Taís. Sentidos e práticas de jovens homens acerca da sexualidade. In: *III Congresso Norte Nordeste de Psicologia*., 2003, João Pessoa. III Congresso Norte Nordeste de Psicologia. Construindo a Psicologia Brasileira: Desafios da Ciência e Prática Psicológica.. João Pessoa: UFPB, 2003. v. II. p.211 – 212.
- TONELI-SIQUEIRA, Maria. J. F. & MINELLA, Luzinete. S. Relações de Gênero e Saúde Reprodutiva: Avanços e Contradições Sobre Temas Cruciais. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis. v.8, n.1, , 2000. p.127 - 130
- TRIGO, Maria. H. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina & SORJ, Bila (orgs). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo FCC/Editora Marco Zero, 1994. p 89-110.
- UNGER, Rhoda. K. Epistemologia psicológica, feminista e pessoal. In: GERGEN, M. M. C. *O pensamento feminista e a estrutura do*

conhecimento, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Edunb, 1993. p. 148-166.

VASCONCELOS, Naumi. A. Sexo e Gênero em Estudos Comunitários In: VII Simpósio Nacional da ANPEPP, 1998, Gramado. *Anais do VII Simpósio Nacional da ANPEPP*, 1998. v.1. p.131.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

VIANA, Terezinha. C. A comédia humana, cultura e feminilidade. In: Coletâneas da ANPEPP Mulher: Cultura e Subjetividade ed. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1997. p.81-98.

VIANA, Terezinha. C. Acerca da igualdade e diferença: luxo, cultura e feminilidade In: VI Simpósio de pesquisa e Intercâmbio Científico ANPEPP. *Anais*. Teresópolis: ANPEPP, 1996. v.1. p.86 – 86.

VIANA, Terezinha. C. Linhas do Imaginário: Subjetividade e relações de gênero no discurso social do século XIX In: In: V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 1994, Caxambu, MG. *Anais do V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. Caxambu: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1994. v.1.. p.146

VIANA, Terezinha. C. O feminino e a modernidade In: VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico ANPEPP. *Anais*. Gramado: ANPEPP, 1998. v.1. p.114

VIANA, Terezinha. C. Subjetivação e gênero: o saber e o viver renascentista. In: VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 2000, Serra Negra. *Anais do VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. Serra Negra: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Gaduação em Psicologia, 2000. v.1. p. 135.

- VIANA, Terezinha. C., ARRUDA, Angela., MELLO, Sylvia. L., ROLNIK, Sueli. A pesquisa brasileira sobre gênero: perspectivas teóricas e metodológicas In: XXVI Reunião Anual de Psicologia, 1996, Ribeirão Preto. XXVI Reunião Anual de Psicologia - Programa/ Resumos de Comunicações Científicas. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Psicologia, 1996. v.1. p.4.
- VIGOTSKI, Lev. S. O significado histórico da crise da Psicologia. In L. S. VIGOTSKI, *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 200-417
- VILHENA, Júnia. Mulher e violência na prática clínica. In: V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 1994 *Anais do V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. Caxambu: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1994. v. 1.. p. 83.
- VILHENA, Júnia. Nas raízes do silêncio. In: VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, 1998, Gramado, RS. *Anais*. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1998. p.34-5.
- YAMAMOTO, Oswaldo. H., SOUZA, Carina. C. e YAMAMOTO, Maria. E. A produção científica na psicologia: uma análise dos periódicos brasileiros no período 1990-1997. *Psicologia Reflexão e Crítica*, vol.12, nº 2, 1999. p. 549-565.
- YANNOULAS, Sílvia. C., VALLEJOS, Adriana., LENARDUZZI, Zulma. Feminismo e Academia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v. 81, nº 199, 2000. p.425 - 451.
- YAZZLE, Elisabeth. G. A formação do psicólogo escolar no Estado de São Paulo: subsídios para uma ação necessária. Dissertação (mestrado, 1990). PUC-SP. São Paulo.
- ZANELLA, Andréa. V. A Psicologia de Vygotski. *Revista de Ciências Humanas* v. 12, nº 16, 1994. p. 43-61.
- ZANELLA, Andréa. V.; SIQUEIRA, Maria. J. T.; LHULLIER, Louise. e MOLON, Susana. *Psicologia e Práticas Sociais*. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 1997.

ZANOTTA-MACHADO, Lia. Estudos de Gênero: para além do jogo entre intelectuais e feministas In: SCHPEN, M. R. (org) *Gênero Sem Fronteiras*. 1ª ed. Florianópolis: Ed. das Mulheres, 1997, p. 93-139.

ZANOTTA-MACHADO, Lia. Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade In: COSTA, A. O. & BRUSCHINI, C. (org.) *Questão de Gênero*. 1 São Paulo: Ed. Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992.

Apêndice

Roteiro de entrevista

Identificação:

Nome: _____ Idade: _____
 Graduação (onde/quando): _____ Pós-
 Graduação(onde/quando): _____
 Instituição de Origem: _____
 Departamento a que está vinculado(a): _____
 Núcleo de Pesquisa a que está vinculado: _____

Questões norteadoras da entrevista:

- 1) Você se identifica com algum campo de estudos reconhecido na academia? Qual?
- 2) Que temas ou questões científicas tem marcado seu percurso de trabalho?
- 3) Qual a participação da categoria “Gênero” em seu trabalho?
- 4) Há quanto tempo e de que modo aproximou seu trabalho dos estudos de gênero?
- 5) Quais os autores e perspectivas teóricas que fundamentam seu trabalho?
- 6) Como pensa a categoria Gênero?
- 7) Como você pensa a categoria subjetividade?
- 8) Como você pensa a categoria sujeito?
- 9) Como você pensa a categoria identidade?
- 10) Você realiza algum tipo de articulação destas categorias com a questão do Gênero? De que modo?
- 11) Como você percebe as diferentes tendências dos Estudos de Gênero na atualidade?
- 12) Que relação percebe entre interdisciplinariedade e o gênero?
- 13) Você se identifica com algum campo de estudos reconhecido na academia? Qual?
- 14) Que temas ou questões científicas tem marcado seu percurso de trabalho?
- 15) Qual a participação da categoria “Gênero” em seu trabalho?
- 16) Há quanto tempo e de que modo aproximou seu trabalho dos estudos de gênero?

- 17) Quais os autores e perspectivas teóricas que fundamentam seu trabalho?
- 18) Como pensa a categoria Gênero?
- 19) Como você pensa a categoria subjetividade?
- 20) Como você pensa a categoria sujeito?
- 21) Como você pensa a categoria identidade?
- 22) Você realiza algum tipo de articulação destas categorias com a questão do Gênero? De que modo?
- 23) Como você percebe as diferentes tendências dos Estudos de Gênero na atualidade?
- 24) Que relação percebe entre interdisciplinariedade e o gênero?

Anexo

- Primeira proposta da disciplina “Psicossociologia da Mulher” em 1978, junto com outras disciplinas optativas oferecidas naquele semestre, que foi rejeitada pelo colegiado de psicologia da UFMG;
- Plano de ensino da disciplina *Psychology of Woman*, proposta por Geraldine Stahly em 1977, cursada por Marília da Mata Machado (UFMG).
- Plano de ensino da disciplina de “Psicossociologia da Mulher”, ministrada por Maria Lúcia Miranda Afonso em 1979, junto ao curso de psicologia da UFMG.